



Relatório e
Contas

2010

(Folha propositadamente deixada em branco)

ÍNDICE

1 - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
1. Mensagem do Presidente	8
2. Estrutura Accionista	10
3. Órgãos Sociais do BPN	10
4. Organograma do Grupo BPN	11
5. Rede de Distribuição	12
6. Enquadramento Económico	13
7. Análise Financeira	20
7.1 Introdução	20
7.2 Actividade Consolidada	21
7.3 Actividade Individual	32
8. Proposta de Aplicação de Resultados	42
9. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	45
Balanços Individuais	46
Demonstrações dos Resultados Individuais	47
Demonstrações do Rendimento Integral Individual	48
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	49
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Individuais	50
Balanços Consolidados	51
Demonstrações dos Resultados Consolidados	52
Demonstrações do Rendimento Integral Consolidado	53
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados	54
Demonstrações das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados	55
2 - ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS	57
1. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais	58
Nota Introdutória	58
Políticas Contabilísticas	59
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	78
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	79
Activos Financeiros Detidos para Negociação	79
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	80
Aplicações em Instituições de Crédito	82
Crédito a Clientes	84
Derivados	87
Activos Não Correntes Detidos para Venda	90
Outros Activos Tangíveis	92
Activos Intangíveis	92
Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos	93
Impostos Sobre o Rendimento	94
Outros Activos	96
Recursos de Bancos Centrais e de Outras Instituições de Crédito	97
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	98
Responsabilidades Representadas por Títulos	99
Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos	100
Provisões e Imparidade	101

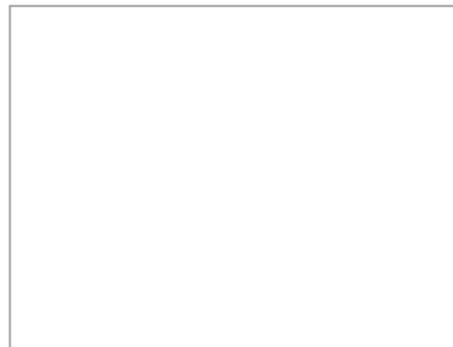
Outros Passivos Subordinados	105
Outros Passivos	106
Capital	107
Reservas, Resultados Transitados e Resultado Líquido do Exercício	108
Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares	109
Rendimentos de Instrumentos de Capital	110
Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões	110
Resultados de Activos e Passivos Financeiros Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados	111
Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda	111
Resultados de Alienação de Outros Activos	112
Outros Resultados de Exploração	112
Custos com Pessoal e Número Médio de Empregados	113
Pensões de Reforma e Outros Benefícios dos Empregados	114
Gastos Gerais Administrativos	119
Passivos Contingentes e Compromissos	120
Relato por Segmentos	120
Entidades Relacionadas	125
Gestão de Capital	128
Prestação de serviços de mediação de seguros	128
Contingências	128
Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	129
Inventário de Títulos	140
2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	142
Nota Introdutória	142
Base de Apresentação e Políticas Contabilísticas	143
Empresas do Grupo e Transacções Ocorridas no Exercício	165
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	168
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	168
Aplicações em Instituições de Crédito	169
Activos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	170
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	171
Derivados	172
Activos e Passivos Não Correntes Detidos para Venda	174
Crédito a Clientes	181
Investimentos Detidos até à Maturidade	183
Propriedades de Investimento	184
Outros Activos Tangíveis	186
Activos Intangíveis	187
Investimentos em Associadas	187
Imposto Sobre o Rendimento	188
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	190
Outros Activos	191
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	193
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	194
Responsabilidades Representadas por Títulos	195
Provisões e Imparidade	199
Provisões Técnicas de Contratos de Seguros	201
Outros Passivos Subordinados	204
Outros Passivos	205

Capital	206
Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	207
Interesses Minoritários	210
Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares	211
Rendimentos de Instrumentos de Capital	212
Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões	212
Resultados em Operações Financeiras	213
Outros Resultados de Exploração	214
Custos com Pessoal	215
Pensões de Reforma e Outros Benefícios dos Empregados	215
Outros Gastos Administrativos	221
Passivos Contingentes e Compromissos	222
Relato por Segmentos	222
Entidades Relacionadas	226
Gestão de Capital	229
Contingências	229
Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	230
Inventário de Títulos Consolidado	241
3. Relatórios e Pareceres às Contas	257
Relatório de Auditoria – Contas Individuais	258
Certificação Legal das Contas Individuais	261
Relatório de Auditoria – Contas Consolidadas	264
Certificação Legal das Contas Consolidadas	267
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	270

3 - RELATÓRIO RELATIVO AO GOVERNO DA SOCIEDADE **275**

1. Missão, objectivos e políticas da empresa	276
2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	276
3. Informação sobre transacções relevantes com entidades relacionadas	276
4. Informação sobre outras transacções	278
5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	278
6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais	280
7. Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	280
8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios do Bom Governo (RCM nº 49/2007, de 28 de Março), devidamente fundamentada	286
9. Existência de código de ética	288
10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus activos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa	288
11. Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses	289
12. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação actualizada prevista na RCM nº 49/2007, de 28 de Março	290
13. Anexo relativo à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais	291

(Folha propositadamente deixada em branco)



Relatório do Conselho
de Administração

1

1. Mensagem do Presidente

No ano de 2010 a evolução da economia mundial experimentou uma melhoria clara, com crescimentos globais muito próximos dos verificados antes da crise iniciada em 2007, fruto em grande medida do comportamento favorável nas designadas economias emergentes.

A zona euro no seu conjunto conseguiu em 2010 um crescimento do PIB aceitável (cerca de 1,8%, de acordo com o FMI), para o que contribuiu significativamente um crescimento notável da economia alemã. A recuperação económica verificada no núcleo duro de países desta zona foi, porém, acompanhada pelo despoletar de uma grave crise na dívida soberana dos países da periferia, com repercussões evidentes ao nível das decisões que entretanto emergiram nestes últimos em matéria de consolidação orçamental e de redução do endividamento.

O exercício de 2010 foi assim fortemente condicionado pelo aumento exponencial do risco soberano, assistindo-se mesmo ao resgate da Grécia em Maio e da Irlanda em finais de Novembro, afectando muito severamente o sector financeiro português, com o mercado monetário interbancário inacessível para a generalidade da banca nacional, o que obrigou as instituições de crédito a recorrerem ao Banco Central Europeu como forma de suprirem uma parte substancial das suas necessidades de financiamento.

As empresas e particulares foram neste contexto confrontados com acrescidas dificuldades no acesso ao crédito, com o incremento no custo do financiamento, o aumento da carga fiscal e o agravamento do desemprego, factores que permitem justificar um acréscimo significativo do desafio que constituiu a gestão da actividade ao longo do exercício que agora termina.

Durante o exercício de 2010, através do Decreto-Lei n.º 2/2010, de 5 de Janeiro, o Estado Português aprovou a operação de reprivatização do BPN com a qual se perspectivava a alienação da totalidade das acções representativas do respectivo capital social.

O concurso público da reprivatização, cujas condições finais e concretas das operações necessárias à sua execução foram estabelecidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-B/2010, de 5 de Agosto, decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tendo sido contudo concretizado com sucesso.

No quadro de reprivatização do BPN, em conformidade com o referido Decreto-Lei n.º 2/2010, foi definido pela Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, nomeadamente através dos Despachos de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, n.ºs 739/10-SETF e 875/10-SETF, que, no âmbito do processo de reprivatização, deveriam ser adoptadas medidas que garantissem a sua execução e a minimização do esforço financeiro do Estado, as quais se traduziriam, nomeadamente, em segregar um conjunto de activos do balanço do BPN consolidado, o que permitiria também recolocar no mercado uma instituição devidamente capitalizada, com condições de cumprimento dos rácios prudenciais exigíveis pela autoridade reguladora, sem criação de riscos sistémicos no contexto de funcionamento do sistema financeiro.

Neste contexto, concluiu-se pela vantagem em segregar do património do BPN, com transferência para sociedades-veículo a constituir para o efeito, créditos com imparidade significativa, títulos, activos imobilizados e participações societárias.

Assim sendo, o BPN constituiu três sociedades anónimas, denominadas Parvalorem, S.A. (Parvalorem), Parups, S.A. (Parups) e Parparticipadas, SGPS, S.A. (Parparticipadas), a quem alienou um conjunto de activos que, em 30 de Novembro de 2010, se encontravam registados no seu balanço e em outras entidades por si detidas.

A sociedade Parvalorem adquiriu, ao valor nominal, créditos sobre clientes da carteira do BPN, Banco Efisa, S.A., BPN Crédito, Instituição Financeira de Crédito, S.A. e BPN (IFI), S.A..

A Parups adquiriu, principalmente ao BPN, designadamente, títulos, imóveis recebidos em dação em cumprimento ou adquiridos em processos judiciais de recuperação de crédito, unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e imobiliários geridos pela BPN Gestão de Activos e pela BPN Imofundos. Alguns fundos, a que respeitam as unidades de participação adquiridas por esta entidade, incluem participações em empresas de vários sectores, nomeadamente, imobiliário, saúde e industrial.

A Parparticipadas adquiriu as participações sociais que o BPN detinha directa e indirectamente em empresas do Grupo, nomeadamente no Banco Efisa, S.A., BPN Gestão de Activos, S.A., BPN Imofundos, S.A., Real Vida, S.A., BPN Crédito, Instituição Financeira de Crédito, S.A., BPN (IFI), S.A., BPN Creditus Brasil e BPN Participações Brasil.

No âmbito desta operação, o BPN prestou cartas-conforto à Parvalorem e à Parups, válidas até à data em que sejam por si detidas, garantindo qualquer perda incorrida por estas, na medida do enriquecimento obtido por si e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos.

Cabe ainda acrescentar que o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do accionista que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao accionista Estado, ao Banco de Portugal, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e ao Instituto de Seguros de Portugal, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor Externo, pela valiosa cooperação prestada no acompanhamento da actividade do Grupo BPN.

Uma última palavra para os colaboradores do BPN, que souberam prestar ao longo de todo o exercício elevado profissionalismo e espírito de colaboração, a quem manifestamos o nosso apreço.

2. Estrutura Accionista

A Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, veio decretar a nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN – Banco Português de Negócios, S.A..

Para todos os efeitos legais, concretizou-se nessa data a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN, livres de quaisquer ónus ou encargos.

O BPN adquiriu desta forma a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, continuando a reger-se pelas disposições legais que regulam a respectiva actividade, bem como pelos seus estatutos, na medida em que estes não contrariem o previsto no regime jurídico do sector empresarial do Estado.

3. Órgãos Sociais do BPN

Mesa da Assembleia-geral

Miguel Galvão Teles (Presidente)
Paulo Taveira de Sousa (Secretário)

Conselho de Administração

Francisco Manuel Marques Bandeira (Presidente)
Norberto Emílio Sequeira da Rosa (Vice-Presidente)
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso (Vogal)
Rui Manuel Correia Pedras (Vogal)
José Lourenço Soares (Vogal)
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar (Vogal)
Jorge António Beja Pessoa (Vogal)

Conselho Fiscal

Pedro Rebelo de Sousa (Presidente)
Carlos Durães da Conceição (Vogal)
Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos (Vogal)
Luís Miguel Silva Ribeiro (Suplente)
Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas (Suplente)

Revisor (Efectivo)

Oliveira Rego & Associados, SROC
Representada por Manuel de Oliveira Rego, ROC n.º 46

Revisor (Suplente)

Oliveira Rego & Associados, SROC
Pedro Miguel Marques Antunes Bastos, ROC n.º 1063

Auditores

Deloitte & Associados, SROC, S.A., Lda.

4. Organograma do Grupo BPN

Grupo Banco Português de Negócios				
	NACIONAL		INTERNACIONAL	
Financiarias	Banco Efisa, S.A.	100,0%	BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	100,0%
	BPN Crédito, IFIC, S.A.	100,0%	BPN Participações Brasil Ltda	86,5%
	BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	100,0%	BPN Cayman	100,0%
	BPN Imofundos - SGFII, S.A.	100,0%	BPN IFI, S.A.	100,0%
	BPN Internacional, SGPS, S.A.	100,0%		
	BPN Madeira, SGPS, S.A.	100,0%		
	Parparticipadas, SGPS, S.A.	100,0%		
	BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	100,0%		
	BPN Serviços ACE	95,0%		
Seguros	Real Vida Seguros, S.A.	100,0%		
Não Financeiras	Adrave - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.	6,4%	Acacia Real Estate (Acácia - Bahrein)	1,7%
	AMB, SGPS, S.A.	11,0%	ALC Leasing, S.A.R.L.	36,0%
	Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	100,0%	Banco África Ocidental	16,6%
	BPN Ações Europa - Fundo de Investimento Aberto	81,5%	BPN Créditos Brasil Promotora de Vendas, Ltda	100,0%
	BPN Ações Global - Fundo de Inv. Aberto de Ações Internacionais	78,4%	CGM - Compras em Grupo Moçambique, S.A.R.L.	48,2%
	BPN Conservador - Fundo de Inv. Aberto de Obrig. a Taxa Variável	83,0%	CLIP Multi-Strategy	100,0%
	BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	100,0%	Crossco (738) Ltd	52,1%
	BPN G.A. Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	94,1%	Disperfum, S.L.	14,2%
	BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	93,1%	Fenton Ventures & Resources INC	30,0%
	BPN Imomarinhas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	100,0%	Infrastructure Growth Capital Fund	0,3%
	BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	99,2%	Investment & Credit Holdings, LLC	9,5%
	BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	94,8%	Labicer.com (Itália)	90,0%
	BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	73,5%	Leverage India Fund, LLC	3,3%
	BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	50,0%	Logix Technopark	7,9%
	BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Inv. Aberto de Obrigações de Tx Fixa	49,1%	Mindteck India Ltd	3,2%
	BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	58,4%	Moçambique Companhia de Seguros	4,5%
	BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Ações	54,2%	Nearent Ibérica, S.L.	20,0%
	Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	89,9%	Pay Up Holding BV	80,0%
	Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,0%	Pay Up Iberia, S.A.	100,0%
	Carlife - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	86,7%	Pay Up Polska, S.A.	51,0%
	CELFSG, S.A.	20,0%	Pay Up Romania, SRL	100,0%
	Censof - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	70,0%	Pay Up Servia (a.d. Beograd)	100,0%
	CHSF - Centro de Cardiologia de S. Francisco, S.A.	100,0%	Payshope Moçambique S.A.R.L.	20,0%
	CHSF - Centro de Imagiologia, Lda.	100,0%	SWIFT - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication	0,6%
	CHSF - Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	51,0%	Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	60,0%
	CHSF - Consultoria de Gestão, Lda.	100,0%		
	CHSF - Health Club, Lda.	100,0%		
	Cofipor, SGPS, S.A.	79,0%		
	CoimbraVita - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	11,1%		
	Concretope - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	96,0%		
	Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	40,5%		
	Controlauto Açores - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	40,0%		
	Ecoleira - Ecografia de Leiria, Lda.	100,0%		
	Efsacar - Aluguer e Comércio de Bens Móveis, S.A.	19,8%		
	Entigere - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.	10,0%		
	Equipgerax - Equipamento Geral de Raios-X, S.A.	0,9%		
	Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	20,0%		
	Etoile Lusitana, S.A.	60,0%		
	Famigeste 2 SGPS, S.A.	10,0%		
	FCR Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	30,0%		
	Fund Box - SGFII, S.A.	9,9%		
	Fundo AXA FCP Outperformance	3,4%		
	Greencyber, S.A.	12,1%		
	Imagran - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda	90,0%		
	Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	97,2%		
	ImoSocial - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	9,2%		
	Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	3,0%		
	Investimentos Dominais Anglo Portugueses, S.A.	100,0%		
	Itaive Portugal, Lda	100,0%		
	Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	63,9%		
	Locagest - Aluguer e Participações, Lda	20,0%		
	Lugab - Gestão e Participações, S.A.	70,0%		
	Lusiaves, SGPS, S.A.	5,0%		
	Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	3,5%		
	Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	0,5%		
	Miguel Rangel - Comércio Internacional e Serviços, S.A.	55,0%		
	Monte da Quinta - Propriedades, Lda	100,0%		
	Nascimento & Sousa, Lda	99,3%		
	Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	20,0%		
	New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	6,0%		
	Parups, S.A.	100,0%		
	Parvalorem, S.A.	100,0%		
	Pasto Real - Processamento de Carne, S.A.	12,3%		
	Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	55,6%		
	Polimaia, SGPS, S.A.	25,9%		
	Portalimentar - Gestão de Conteúdos Electrónicos, S.A.	19,0%		
	PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,1%		
	Precore II - Betão Pronto, S.A.	50,0%		
	Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	100,0%		
	Schoolgest, SGPS, S.A.	16,0%		
	Sensorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	19,0%		
	SIBS - Forward Payment Solutions	0,4%		
	SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.	2,9%		
	SMN - Serviços Médicos Nocturnos, S.A.	21,2%		
	Sobriissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	50,0%		
	SRE - Soluções Racionais de Energia, S.A.	15,0%		
	TBZ - Ações Promocionais, S.A.	50,0%		
	Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	100,0%		
	Velmax - Importação e Exportação, Lda	8,0%		
	Wellness Spa Center - Investimentos e Gestão, S.A.	45,4%		
	ZenRegra - Unipessoal, Lda	100,0%		

5. Rede de Distribuição

Agências e Gabinetes Empresa, por Distrito, em 31-12-2010



6. Enquadramento Económico

Economia Mundial

O ano de 2010 veio a revelar-se uma positiva surpresa em termos macroeconómicos, uma vez que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial acabou, segundo as últimas previsões de diferentes organismos (FMI, OCDE e Comissão Europeia) por ser melhor do que o inicialmente esperado.

O FMI em Janeiro de 2010 estimava um crescimento económico mundial de 3,9% em 2010 e de 4,3% em 2011. Contudo, ao longo do ano, as estimativas foram revistas sucessivamente em alta, sendo as últimas de 5% em 2010 e de 4,4% em 2011.

Nos EUA, a economia deverá ter crescido em 2010 cerca de 2,8%, sobretudo baseada na recuperação do consumo, na recomposição dos stocks das empresas e nas exportações.

Na zona euro, apesar da turbulência devida ao aumento do risco soberano com o resgate de dois países (Grécia em Maio e Irlanda em finais de Novembro), o PIB da região deverá ter crescido segundo o FMI cerca de 1,8% em 2010 (contra a estimativa inicial de 1%).

O crescimento económico no Japão em 2010 foi bastante superior ao inicialmente previsto, 4,3% contra 1,7%, consequência de um forte aumento das exportações, especialmente para outros países da Ásia.

Mas foi nas economias emergentes que se registaram as maiores taxas de variação do PIB em 2010, com destaque para a China (10,3%), para a Índia (9,7%) e para o Brasil (7,5%).

Crescimento Económico	2009	2010	2011	2012
Economia Mundial	-0,5	5,0	4,4	4,5
<i>Países Desenvolvidos</i>	-3,4	3,0	2,4	2,6
E. U. A.	-2,6	2,8	2,8	2,9
Zona Euro	-4,1	1,7	1,6	1,8
Japão	-6,3	3,9	1,4	2,1
<i>Economias Emergentes</i>	2,7	7,3	6,5	6,5
China	9,2	10,3	9,6	9,5
Brasil	-0,6	7,5	4,5	4,1
Índia	6,8	10,4	8,2	7,8

Fonte: FMI (Abril 2011)

A recuperação económica de 2010, especialmente durante o segundo semestre do ano, foi possível devido à melhoria das condições financeiras globais, apesar de algumas vulnerabilidades. Os mercados de acções valorizaram-se, os

spreads de risco continuaram a reduzir-se e as condições de crédito dos bancos nas economias mais desenvolvidas melhoraram ligeiramente.

A política monetária seguida pelos principais bancos centrais mundiais continuou a ser bastante expansionista: taxas de juro nominais muito baixas com as taxas de juro reais a serem em muitos casos negativas, cedências quantitativas de liquidez e expansão significativa dos respectivos balanços.

A recuperação do crescimento económico nas economias mais desenvolvidas deverá ser mais moderada do que nos períodos de saída de recessões anteriores, dado que os factores que encorajaram os consumidores destes países a consumir (fácil acesso ao crédito, mercado de trabalho estável e mais-valias em imobiliário e em activos financeiros), não deverão agora estar presentes. Em contrapartida, o crescimento nas economias emergentes deverá ser bastante mais dinâmico, podendo contrabalançar parcialmente o efeito anterior.

A resposta dada pelas autoridades monetárias e fiscais conseguiu travar o agravamento da crise económica e esta acabou por ser menos negativa face às previsões feitas durante a fase mais crítica da crise pelos principais organismos supranacionais.

Contudo, subsistem alguns focos vulneráveis: o imobiliário e o rendimento das famílias continuam fracos, em especial nos EUA, o que tem efeitos negativos no consumo privado das famílias; a turbulência financeira continua nas economias periféricas da zona euro; e existem alguns receios quanto às perdas ainda por revelar do sector bancário e quanto à necessidade de os bancos terem que reforçar os seus capitais próprios.

Por outro lado, a transferência ocorrida nos últimos dois anos de riscos financeiros para o balanço dos sectores públicos de muitos países, continuará a determinar níveis de dívida pública mais elevados e irá dificultar a possibilidade dos Governos auxiliarem as respectivas economias.

As perspectivas económicas para 2011/12 apontam para um crescimento do PIB de 2,5% nas economias desenvolvidas, o que continuará a ser insuficiente para uma significativa redução da taxa de desemprego. Nas economias emergentes, para o mesmo período, o FMI estima um crescimento do PIB de 6,5% (ligeiramente abaixo dos 7% em 2010).

Os principais desafios para 2011 são fazer com que a retirada dos estímulos fiscais e financeiros às economias não prejudique a recuperação económica; monitorizar a subida da inflação nos mercados emergentes minimizando o impacto na inflação das economias desenvolvidas; e acertar no *timing* do início do ciclo de subida das taxas de juro nos EUA e na Europa.

Mercados monetários

Durante o ano de 2010, a Reserva Federal dos EUA (FED) manteve a sua taxa de juro de cedência de liquidez ao sistema bancário em 0,25% e, transmitiu aos mercados financeiros várias indicações no sentido da manutenção do estímulo monetário com que enfrentou a crise financeira.

Para contrariar a tendência de retracção da concessão de crédito ao sector privado da economia, a autoridade monetária norte-americana continuou com a política de cedência quantitativa de liquidez através de compras de dívida pública, de

títulos hipotecários e de obrigações das instituições de crédito imobiliário de origem governamental. Desta forma, o balanço financeiro da Reserva Federal era em finais de 2010 cerca do triplo face ao nível anterior à crise financeira.

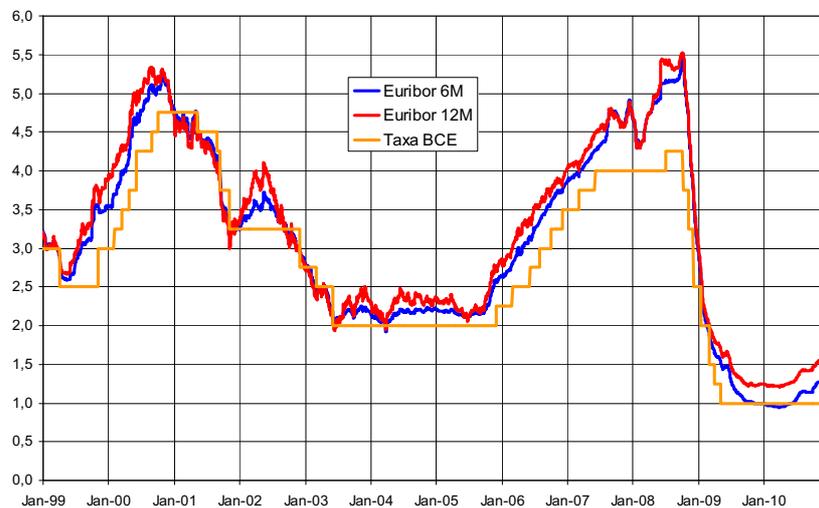
Como consequência da normalização das condições dos mercados monetários, a Libor a 6 e a 12 meses mantiveram-se em níveis reduzidos, terminando o ano nos 0,456% e 0,781% respectivamente (0,430% e 0,984% no final de 2009).

Em simultâneo, o Tesouro dos EUA continuou com o processo de compra de activos financeiros *tóxicos* de forma a estabilizar o sector financeiro. Alguns bancos reverteram as injeções de capital efectuadas pelo Tesouro em 2009. Deste modo, os bancos deixaram de ter as limitações impostas pela intervenção do Governo ao nível da sua governação.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) manteve igualmente a sua taxa de cedência de fundos em 1%.

As taxas de juro Euribor subiram, especialmente no segundo semestre do ano. A Euribor a 12 meses passou de 1,248% em Dezembro de 2009 para 1,507% no final de Dezembro de 2010, enquanto a Euribor a 6 meses fechou o ano em 1,227% (0,994% em Dezembro de 2009).

Embora em menor escala do que a Reserva Federal e do que o Banco de Inglaterra, o BCE continuou a expansão do seu balanço aceitando como colateral activos de menor qualidade como contrapartida das suas cedências de liquidez e alargou os prazos dos fundos concedidos, nas operações de refinanciamento dos bancos, os quais chegaram aos doze meses.



Mercados de capitais

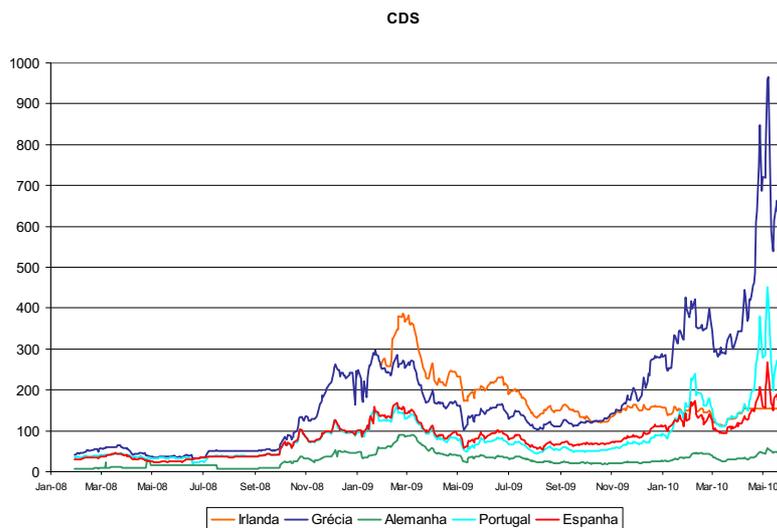
Os mercados accionistas valorizaram-se cerca de 12% em 2010 apesar de ao longo do ano, a volatilidade ter sido elevada. Praticamente, a subida das bolsas ocorreu após o Verão, quando as dúvidas sobre a evolução económica diminuíram à medida que foram divulgados indicadores macroeconómicos positivos.

Nos mercados obrigacionistas, registou-se uma subida das taxas da dívida pública, mais acentuada nos EUA do que na zona Euro, embora continuem em níveis historicamente baixos.

Nos países periféricos da Zona Euro, a subida das *yields to maturity* das obrigações de dívida pública com 10 anos de maturidade subiram significativamente. No caso português, o *spread* das obrigações de dívida pública face às congéneres alemãs subiu quase 400 pontos base (4%). No final de 2010, a *yield to maturity* das obrigações de dívida pública portuguesa estava nos 6,86%.

Os *credit default swaps* dos países periféricos da zona euro subiram significativamente em 2010, especialmente em Abril / Maio e em Novembro / Dezembro.

Em contrapartida, os *spreads* de risco das obrigações de empresas registaram reduções importantes, com os índices *iTraxx* (espelha o *spread* médio pago pelos emitentes com *rating* igual ou superior a BBB-/Baa3) e *Crossover* (espelha o *spread* médio pago pelos emitentes com *rating* inferior a BBB-/Baa3) a fecharem o ano nos 105 e nos 438 pontos base respectivamente.



A Economia Portuguesa

Segundo as últimas projecções do Banco de Portugal, o PIB da economia portuguesa cresceu 1,4% em 2010, valor superior à estimativa do início do ano.

Para este crescimento, contribuíram a evolução positiva das exportações (8,7%), do consumo público (3,2%) e do consumo privado (2,0%). Pela negativa, a formação bruta de capital fixa caiu 4,8% em 2010, após ter caído 11,7% em 2009.

Todavia, a actividade económica desacelerou pronunciadamente na parte final de 2010.

Portugal	2010	2011	2012
Produto Interno Bruto	1,4	-1,4	0,3
Consumo privado	2,0	-1,9	-1,0
Consumo público	3,2	-6,6	-1,0
Formação bruta de capital fixo	-4,8	-5,6	-1,3
Procura interna	0,8	-3,6	-1,0
Exportações	8,7	6,0	6,5
Importações	5,3	-1,6	2,0
Contributo para o cresc. PIB (em p.p.)			
Procura interna	0,9	-3,9	-1,1
Exportações líquidas	0,5	2,5	1,4
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-8,7	-8,9	-8,3
Balança Bens e Serviços (% PIB)	-6,5	-5,5	-3,7
Inflação (IHPC)	1,4	3,6	2,0

Fonte: Banco de Portugal (Março 2011)

É de facto preocupante a evolução da formação bruta de capital fixo nos últimos anos, factor negativo para a evolução da procura interna. Tal propensão negativa das empresas para investir resultou das baixas utilizações de capacidade produtiva e das fortes diminuições das respectivas margens de lucro, por via da elevação dos custos unitários de produção e da dificuldade de aumentar os preços de venda.

As previsões do Banco de Portugal para a economia portuguesa em 2011, apontam para uma contracção do PIB em 1,4% e para um crescimento limitado no ano seguinte (0,3%).

A economia portuguesa vai continuar a ter que se ajustar. As empresas nacionais de bens e serviços transaccionáveis necessitam de direccionar cada vez mais a sua produção para produtos e para mercados com maior potencial de crescimento, de forma a compensar parcialmente o impacto negativo das medidas de ajustamento da procura interna na actividade económica e contribuir para um menor desequilíbrio das contas externas que é de facto o problema estrutural do país.

O Banco de Portugal também prevê no seu último relatório um abrandamento da procura externa dirigida às empresas portuguesas em 2011. O banco central prevê igualmente uma subida das taxas de juro (curto e m/l prazo). As taxas de juro de longo prazo da dívida nacional deverão manter-se pressionadas em 2011 e em 2012, especialmente nas maturidades de 2 e de 5 anos.

Inflação e Desemprego

Segundo os dados do INE, a taxa de inflação média portuguesa foi de 1,4% em 2010, quando medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC).

Para 2011, no entanto, o Banco de Portugal estima uma subida da inflação para 3,6%, descendo novamente para 2,0% em 2012.

A subida dos preços das *commodities*, tem um impacto nos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares. A subida da inflação também é consequência do aumento da tributação indirecta (subida do IVA de 21% para 23% no início de Janeiro de 2011).

A taxa média de desemprego continuou a sua trajectória ascendente, situando no final de 2010 em 10,9% (9,5% em 2009 e 7,6% em 2008).

O Banco de Portugal espera a continuação da redução do emprego em cerca de 1% em 2011 e de 0,2% em 2012 (redução de 1,3% em 2010), o que reflecte os efeitos contemporâneos e desfasados resultantes da evolução económica.

O aumento do desemprego tem forçosamente efeitos negativos no consumo privado, onde se prevê uma descida acentuada de 2,7% em 2011 e de 0,5% em 2012 (segundo o Banco de Portugal).

Finanças públicas

Após um défice público de 10,1% do PIB em 2009, o governo teve de tomar medidas de consolidação orçamental em 2010, com especial saliência para o PEC II e para o Orçamento de Estado para 2011.

Em 2010, o défice público foi de 9,1%, acima do objectivo de 7,3%. Para este agravamento contribuíram verbas relacionadas com o défice do BPN, de algumas empresas públicas de transportes e de algumas PPP's.

Em Abril de 2011, o País solicitou ajuda financeira à Comissão Europeia e ao Fundo Monetário Internacional.

Para 2011, o objectivo do défice público face ao PIB é de 5,9%.

Sistema bancário

Em consequência das dificuldades financeiras e do aumento do custo financeiro dos bancos, estes seguiram em 2010 uma política de restrição do crédito concedido, especialmente, no crédito a empresas.

A qualidade da carteira de crédito dos bancos portugueses deteriorou-se em 2010, com o crédito vencido a subir em valor absoluto e em percentagem da carteira de crédito.

A recessão económica que afectou as empresas e a taxa de desemprego que a aproximar-se dos 11% afectou os particulares, foram os factores responsáveis pelo aumento do crédito mal parado.

Os bancos nacionais continuaram ao longo do ano a recorrer ao financiamento junto do BCE, apesar de no segundo semestre do ano, o valor dos empréstimos ter decrescido.

Contas externas

Em 2010, o somatório dos défices das balanças corrente e de capital foi de 8.7% do PIB.

Este défice que tem como contrapartida as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, ganhou uma importância acrescida devido à instabilidade gerada pelo actual cenário de preocupação dos mercados financeiros internacionais, com o risco da dívida soberana de alguns países.

Para 2011, as previsões do Banco de Portugal apontam para uma manutenção do valor do défice das balanças corrente e de capital em níveis elevados, cerca de 8.9%.

7 Análise Financeira

7.1 Introdução

No exercício de 2010, no âmbito do respectivo processo de recapitalização, o BPN constituiu três sociedades anónimas, as entidades Parvalorem, S.A. (Parvalorem), Parups, S.A. (Parups) e Parparticipadas, SGPS, S.A. (Parparticipadas), a quem alienou um conjunto de activos que, em 30 de Novembro de 2010, se encontravam registados no seu balanço e em outras entidades por si detidas.

A sociedade Parvalorem adquiriu, ao valor nominal, créditos sobre clientes da carteira do BPN, Banco Efisa, S.A., BPN Crédito, Instituição Financeira de Crédito, S.A. e BPN (IFI), S.A..

A Parups adquiriu, principalmente ao BPN, designadamente, títulos, imóveis recebidos em dação em cumprimento ou adquiridos em processos judiciais de recuperação de crédito, unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e imobiliários geridos pela BPN Gestão de Activos e pela BPN Imofundos. Alguns fundos, a que respeitam as unidades de participação adquiridas por esta entidade, incluem participações em empresas de vários sectores, nomeadamente, imobiliário, saúde e industrial.

A Parparticipadas adquiriu as participações sociais que o BPN detinha directa e indirectamente em empresas do Grupo, nomeadamente no Banco Efisa, S.A., BPN Gestão de Activos, S.A., BPN Imofundos, S.A., Real Vida, S.A., BPN Crédito, Instituição Financeira de Crédito, S.A., BPN (IFI), S.A., BPN Creditus Brasil e BPN Participações Brasil.

No âmbito desta operação, o BPN prestou cartas-conforto à Parvalorem e à Parups, válidas até à data em que sejam por si detidas, garantindo qualquer perda incorrida por estas, na medida do enriquecimento obtido por si e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos, motivo pelo qual foram mantidas as provisões e imparidades que se concentravam registadas nas demonstrações financeiras do Banco à data da venda.

O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade. Em face desta circunstância, ao abrigo da Norma IFRS 5, procedeu ao registo nas suas demonstrações financeiras consolidadas desses activos e passivos, respectivamente, nas rubricas de “activos não correntes detidos para venda” e “passivos não correntes detidos para venda”.

Assim sendo, para efeitos de comparabilidade dos exercícios de 2009 e 2010, foram elaboradas demonstrações financeiras “em base comparável” que adoptaram procedimentos e perimetro de consolidação equivalentes.

Neste contexto, a análise da evolução da actividade consolidada, desenvolvida no ponto 7.2, tem por suporte a utilização de demonstrações financeiras “em base comparável”, nos termos da Norma IFRS 5, garantindo-se assim a indispensável comparabilidade das mesmas.

7.2 Actividade Consolidada

Resultados e rentabilidade

No final do exercício de 2010, os resultados líquidos consolidados do Grupo BPN traduziram-se num prejuízo de 126.643 milhares de euros, em comparação com os 216.584 milhares de euros de prejuízos obtidos no exercício anterior.

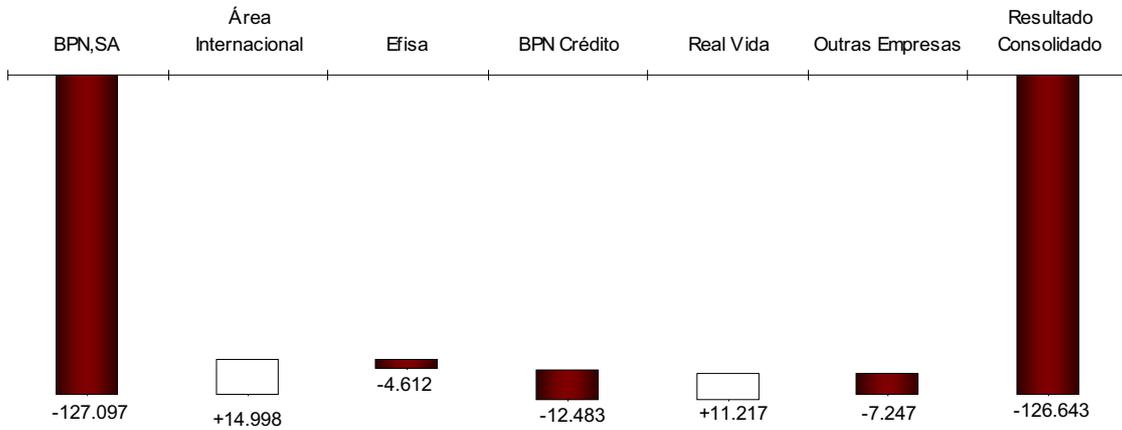
Os resultados foram afectados, negativamente, pelo comportamento da margem financeira e das comissões líquidas. A melhoria verificada com a redução dos custos operacionais, e o comportamento favorável dos resultados em operações financeiras e dos outros resultados de exploração, foi insuficiente para compensar os impactos negativos, dando assim origem ao prejuízo no exercício referido no parágrafo anterior.



O principal impacto no resultado consolidado de 2010 provém da actividade do BPN SA que contribuiu com um resultado líquido negativo de 127.097 milhares de euros. Verificou-se também um contributo negativo por parte do Banco Efisa, com 4.612 milhares de euros de prejuízos, do BPN Crédito e das Outras Empresas, respectivamente, com 12.483 milhares de euros e 7.247 milhares de euros de prejuízos. De salientar os contributos positivos da Área Internacional, com 14.998 milhares de euros, e da Real Vida com 11.217 milhares de euros.

Contributo de cada empresa para o Resultado Consolidado de 2010

milhares de €

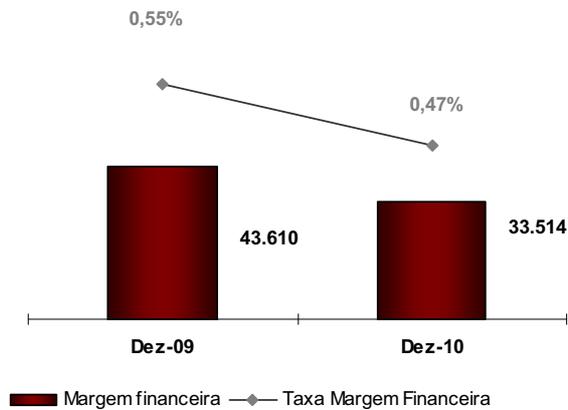


A margem financeira diminuiu de 43.610 milhares de euros em 2009 para 33.514 milhares de euros no final de 2010, o que representa uma quebra de 23,2%. A Taxa da Margem Financeira desceu de 0,55% para 0,47%.

A evolução negativa da margem financeira reflecte o impacto decorrente do comportamento do crédito vencido no BPN SA e o resultado de uma envolvente de mercado adversa.

Margem Financeira

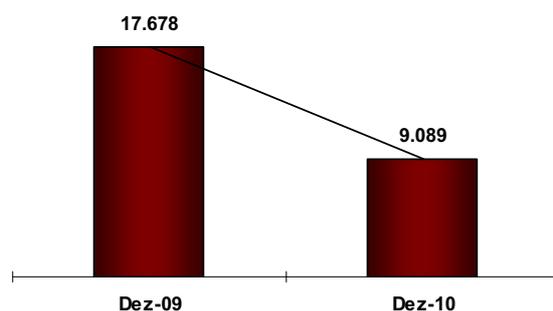
milhares de €



As comissões líquidas totalizaram 9.089 milhares de euros, o que representou uma queda de 8.589 milhares de euros, ou seja, menos 48,6% do valor obtido no ano transacto. Esta diminuição no valor das comissões líquidas advém da redução dos rendimentos de serviços e comissões (-30,2%).

Comissões Líquidas

milhares de €



Os resultados em operações financeiras cifraram-se em 24.401 milhares de euros face a 5.431 milhares de euros registados em Dezembro de 2009. Para este efeito contribuiu essencialmente o resultado obtido na rubrica de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados, traduzido num aumento de 23.148 milhares de euros em comparação com o verificado no exercício anterior. A rubrica de resultados de reavaliação cambial revela uma diminuição de 3.632 milhares de euros (-43,5%) relativamente ao exercício anterior, variação que é explicável por um comportamento da taxa de câmbio do dólar americano, em 2010, menos favorável do que o verificado no ano de 2009.

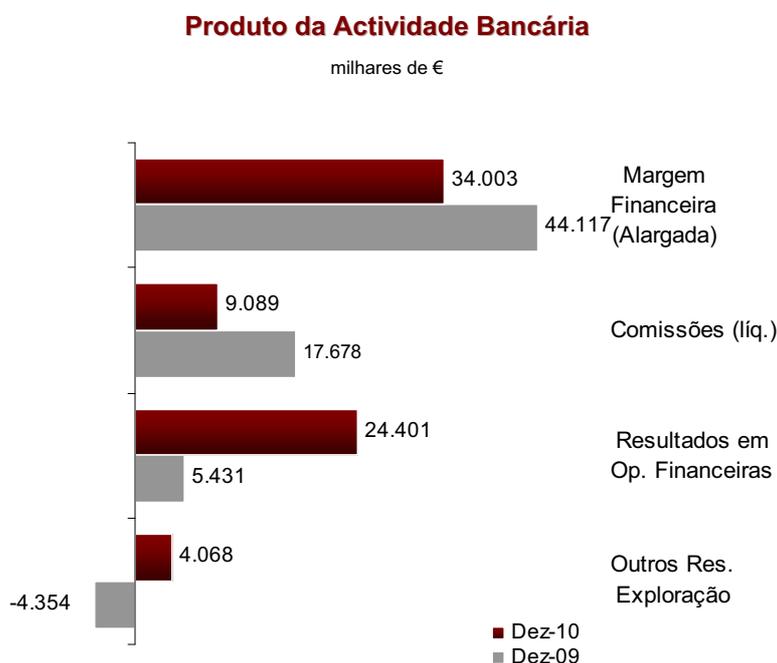
Resultados em Operações Financeiras

milhares de €

	31-12-09 (1)	31-12-10 (2)	Variação	
			% (2)/(1)	Valor (2)-(1)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-4.132	19.017	560,3%	23.148
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	1.858	2.714	46,1%	856
Resultados de reavaliação cambial	8.347	4.716	-43,5%	-3.632
Resultados de alienação de outros activos	-642	-2.045	-218,4%	-1.403
Total	5.431	24.401	349,3%	18.970

Os outros resultados de exploração apresentaram um comportamento positivo, traduzido num acréscimo de 8.422 milhares face ao ano anterior, vindo a registar um saldo de 4.068 milhares de euros em Dezembro de 2010.

Considerando o comportamento descrito das margens financeira e complementar, o produto da actividade financeira em Dezembro de 2010 cifrou-se em 71.561 milhares de euros, mais 8.689 milhares de euros (+13,8%), em comparação com o montante de 62.872 milhares de euros atingido em Dezembro de 2009.



Os custos operacionais somaram 141.591 milhares de euros, registando uma diminuição de 3.672 milhares de euros (-2,5%) relativamente ao ocorrido no ano anterior. Este comportamento é explicável em face das reduções verificadas nos custos com pessoal (-1,9%), nos gastos gerais administrativos (-3,6%) e nas amortizações do exercício (-2,0%).

No exercício de 2010 os custos com pessoal tiveram um comportamento positivo. As políticas implementadas, apesar do acréscimo de custos decorrente do processo de encerramento do BPN Banque (cerca de 1.736 milhares de euros), conduziram a uma redução nesta rubrica de 1.460 milhares de euros face ao registado no ano transacto, totalizando 76.411 milhares de euros no final do ano de 2010.

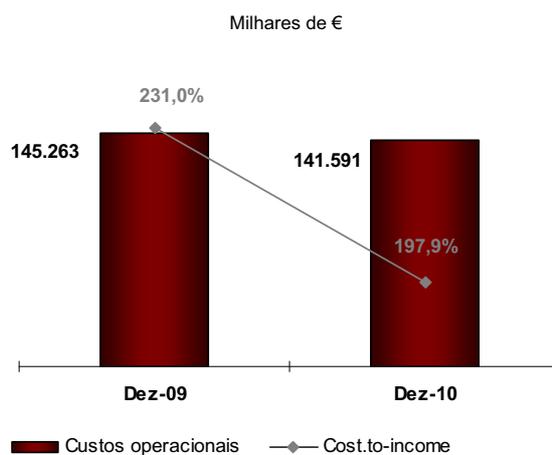
A política de contenção de custos, prosseguida ao longo de 2010, permitiu uma diminuição significativa dos gastos gerais administrativos (-1.967 milhares de euros) que totalizaram 52.880 milhares de euros no final do exercício, ou seja, uma redução de 3,6% face ao relevado no final do exercício de 2009.

As amortizações diminuíram 245 milhares de euros (-2,0%) face ao ano anterior, situando-se no final do exercício em 12.300 milhares de euros.

Custos Operacionais

Milhares de €

	31-12-09		31-12-10		Variação	
	Valor	%	Valor	%	%	Valor
Custos com pessoal	77.871	53,6%	76.411	54,0%	-1,9%	-1.460
Gastos gerais administrativos	54.847	37,8%	52.880	37,3%	-3,6%	-1.967
Amortizações do exercício	12.545	8,6%	12.300	8,7%	-2,0%	-245
Custos operacionais	145.263	100,0%	141.591	100,0%	-2,5%	-3.672
Custos operacionais / Produto bancário (cost-to-income)	231,0%		197,9%			
Custos com pessoal / Produto bancário	123,9%		106,8%			
Custos Operacionais / Activo Líquido Médio	1,8%		1,9%			



A dotação para provisões e a imparidade ascenderam, no seu conjunto, a 60.621 milhares de euros, correspondente a uma diminuição de 1.659 milhares de euros (-2,7%) face ao ano precedente. A imparidade do crédito líquida de reversões cifrou-se em 82.395 milhares de euros, traduzindo uma diminuição de 8.698 milhares de euros em comparação com 2009.

Provisões e Imparidades

milhares de €

	31-12-09		31-12-10		Variação	
	Valor	%	Valor	%	%	Valor
Provisões líq. de reposições e anulações						
Provisões para encargos com benefícios empregados	12		8		-34,5%	-4
Provisões para garantias e compromissos assumidos	857		-3.213		-475,1%	-4.070
Outras provisões	-36.876		-28.829		21,8%	8.046
	-36.007	-57,8%	-32.035	-52,8%	11,0%	3.972
Imparidade do crédito						
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-175.536		-261.356		-48,9%	-85.820
Para Crédito Vencido e Outras	264.329		347.796		31,6%	83.466
Outras	2.300		-4.044		-275,8%	-6.344
	91.093	146,3%	82.395	135,9%	-9,5%	-8.698
Imparidade de outros activos						
Activos Financeiros	3.536		1.136		-67,9%	-2.400
Devedores diversos	0		0		-	0
Títulos	3.536		1.136		-67,9%	-2.400
Outros activos	3.658		9.125		149,5%	5.467
	7.194	11,6%	10.261	16,9%	42,6%	3.067
Total	62.280	100,0%	60.621	100,0%	-2,7%	-1.659

No ano de 2010, o resultado consolidado de operações descontinuadas cifrou-se em 6.154 milhares de euros, derivando essencialmente de lucros obtidos no exercício das participações da Real Vida Seguros S.A. e Controlauto.

No exercício de 2009, o resultado consolidado de operações descontinuados incluía perdas nos montantes de 45.138 milhares de euros e 21.050 milhares de euros, respectivamente das participadas Labicer e Banco Efisa S.A., relativas a anos anteriores.

Evolução do Balanço

O activo líquido do Grupo BPN totalizou 7.016.646 milhares de euros no final de 2010, o que corresponde a uma diminuição de 493.918 milhares de euros (-6,6 %) face ao fecho do exercício do ano anterior.

No final do exercício de 2010, verificou-se uma alteração na estrutura do activo do grupo, com particular significado ao nível das rubricas de crédito a clientes e outros activos. Trata-se de uma consequência da venda à Parvalorem dos créditos objecto de cedência e, por conseguinte, do seu concomitante registo agora na rubrica de outros activos (em “activos não correntes detidos para venda” em termos estatutários).

O valor do passivo, que no final de Dezembro de 2010 era 9.157.924 milhares de euros, registou uma quebra de 3,8% face ao valor registado no final do ano anterior. De destacar o contributo da rubrica débitos para com clientes, onde se verificou uma diminuição de 721.062 milhares de euros (-22,5%) face ao final do ano transacto.

Evolução das Rubricas de Balanço

milhares de €

	31-12-09 (1)	31-12-10 Em base comparável (2)	31-12-10 Estatutário	Variação	
				% (2)/(1)	Valor (2)-(1)
Activo					
Activos monetários e créditos a I.C.	592.377	421.266	410.539	-28,9%	-171.111
Activos financeiros	448.054	425.126	57.677	-5,1%	-22.928
Crédito a clientes	5.189.743	4.045.643	3.183.881	-22,0%	-1.144.100
Participações e imobilizado	699.645	755.597	32.217	8,0%	55.952
Outros Activos	580.745	1.369.014	3.332.332	135,7%	788.269
	7.510.564	7.016.646	7.016.646	-6,6%	-493.918
Passivo e Capitais Próprios					
Débitos para com Bancos Centrais e I.C.	1.760.476	1.921.352	855.949	9,1%	160.876
Débitos para com Clientes	3.206.668	2.485.606	2.174.325	-22,5%	-721.062
Passivos financeiros	62.402	19.022	19.038	-69,5%	-43.380
Responsabilidades representadas por títulos	3.520.330	3.808.500	655.061	8,2%	288.170
Dívida subordinada	245.443	251.505	245.497	2,5%	6.062
Outros passivos	728.663	671.940	5.208.054	-7,8%	-56.723
	9.523.982	9.157.924	9.157.924	-3,8%	-366.058
Capitais próprios	-2.013.418	-2.141.278	-2.141.278	-6,4%	-127.860
	7.510.564	7.016.646	7.016.646	-6,6%	-493.918

A carteira de títulos cifrou-se em 425.126 milhares de euros em Dezembro de 2010, registando uma diminuição de 22.928 milhares de euros (-5,1%) face ao valor verificado no final do ano anterior. Esta diminuição é explicada, em grande parte, pela venda de activos financeiros ao justo valor através de resultados, onde se verificou uma redução de 28.465 milhares de euros face ao ano transacto.

Activos Financeiros

milhares de €

	31-12-09		31-12-10 Em base comparável		31-12-10 Estatutário	Variação	
	(1)		(2)			(2)/(1)	(2)-(1)
Activos financeiros detidos para negociação							
Obrigações	40.176	9,0%	42.652	10,0%	0	6,2%	2.477
Acções	13.962	3,1%	15.655	3,7%	115	12,1%	1.693
Outros títulos	220	0,0%	1.468	0,3%	0	567,9%	1.248
Instrumentos derivados	24.370	5,4%	22.900	5,4%	21.800	-6,0%	-1.470
	78.727	17,6%	82.676	19,4%	21.915	5,0%	3.949
Activos financeiros ao justo valor através de resultados							
Obrigações	0	0,0%	-	0,0%	0	-100,0%	0
Acções	0	0,0%	0	0,0%	0	-	0
Outros títulos	38.185	8,5%	9.720	2,3%	0	-74,5%	-28.465
	38.185	8,5%	9.720	2,3%	0	-74,5%	-28.465
Activos financeiros disponíveis para venda							
Obrigações	299.992	67,0%	346.791	81,6%	30.914	15,6%	46.797
Acções	54.899	12,3%	45.470	10,7%	27.702	-17,2%	-9.429
Outros títulos	11.915	2,7%	0	0,0%	0	-100,0%	-11.915
Imparidade	-53.182	-11,9%	-77.053	-18,1%	-22.854	-44,9%	-23.870
	313.624	70,0%	315.207	74,1%	35.762	0,5%	1.583
Investimentos detidos até à maturidade	17.518	3,9%	17.523	4,1%	0	-	5
Total	448.054	100,0%	425.126	100,0%	57.677	-5,1%	-22.928

O crédito a clientes (bruto) cifrou-se, em Dezembro de 2010, em 4.502.335 milhares de euros, o que representou uma diminuição de 2.411.024 milhares de euros (-34,9%) face ao valor apresentado no final do ano transacto. Esta redução é resultante do efeito da venda de créditos à Parvalorem e respectivo registo destes na rubrica de Outros Activos.

Em Dezembro de 2010, a Imparidade Acumulada de Crédito a Clientes atingiu os 456.692 milhares de euros, o que traduz uma diminuição de 1.266.924 milhares de euros (- 73,5%) face ao ano precedente.

Por segmentos, e em termos consolidados, o crédito a clientes distribuiu-se nos moldes descritos no quadro seguinte.

Crédito a Clientes por Segmentos Financeiros

milhares de €

	31-12-09 (1)	31-12-10 Em base comparável (2)	31-12-10 Estatutário	Variação	
				% (2)/(1)	Valor (2)-(1)
Crédito Vincendo					
Particulares	1.218.484	1.108.650	792.254	-9,0%	-109.834
Crédito à Habitação	433.437	481.967	481.944	11,2%	48.530
Crédito ao Consumo	460.413	426.134	112.647	-7,4%	-34.279
Efeitos	13.914	7.142	7.142	-48,7%	-6.772
Empréstimos	155.609	127.454	125.279	-18,1%	-28.155
Créditos em conta corrente	100.975	33.569	33.288	-66,8%	-67.407
Descobertos em depósitos à ordem	19.853	7.628	7.618	-61,6%	-12.225
Operações de locação financeira	614	421	0	-31,4%	-193
Outros créditos	33.669	24.336	24.336	-27,7%	-9.334
Empresas	4.561.138	3.024.976	2.461.966	-33,7%	-1.536.163
Efeitos	135.301	83.698	83.698	-38,1%	-51.603
Empréstimos	2.003.617	1.563.868	1.405.269	-21,9%	-439.749
Créditos em conta corrente	1.449.765	888.855	872.369	-38,7%	-560.910
Descobertos em depósitos à ordem	521.932	99.355	95.639	-81,0%	-422.577
Factoring	53.657	31.693	0	-40,9%	-21.963
Operações de locação financeira	263.623	232.701	0	-11,7%	-30.922
Outros	133.243	124.805	4.990	-6,3%	-8.438
Outros Créditos e correcções	38.229	19.059	18.022	-50,1%	-19.171
Crédito Vencido	1.095.507	349.651	198.620	-68,1%	-745.856
Crédito Bruto	6.913.359	4.502.335	3.470.862	-34,9%	-2.411.023

(*) - Em 2010, inclui créditos potenciais e promessa, e créditos titularizados a desreconhecer.

O rácio de crédito vencido total em base comparável cifrou-se em 5% (2,1% nas contas estatutárias), o que traduz um decréscimo face aos 15,8% verificados no ano anterior, em resultado da já mencionada cessão de créditos à Parvalorem. O rácio do crédito com incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, sofreu uma diminuição no período de 14,8% para 4,4% (1,5% nas contas estatutárias).

Se não fossem excluídos os créditos potenciais e promessa e créditos titularizados a desreconhecer, o rácio de crédito vencido em base comparável cifrar-se-ia em 7,8% (5,7% nas contas estatutárias) e o rácio do crédito com incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, em 6,6% (4,4% nas contas estatutárias).

Relativamente à qualidade dos activos, verificou-se que o rácio de crédito vencido com mais de 90 dias face ao crédito total veio a fixar-se em 3,9% (11,3% em Dezembro de 2009).

No final de Dezembro de 2010, a cobertura do crédito vencido estava em 204,7% e a cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em 261,3%.

Qualidade do Crédito a Clientes

milhares de €

	31-12-09 (1)	31-12-10 Em base comparável (2)	31-12-10 Estatutário	Variação	
				% (2)/(1)	Valor (2)-(1)
Crédito Total	6.913.359	4.502.335	3.470.862	-34,9%	-2.411.024
Imparidade Acumulada	1.723.616	456.692	286.981	-73,5%	-1.266.924
Crédito Total Líquido	5.189.743	4.045.643	3.183.881	-22,0%	-1.144.100
Crédito Vencido (*)	1.095.507	223.065	72.033	-79,6%	-872.442
Crédito Vencido há mais de 90 dias (*)	779.398	174.774	39.578	-77,6%	-604.624
Crédito de Cobrança duvidosa ¹	240.428	22.303	13.068	-90,7%	-218.125
Crédito com Incumprimento	1.019.826	197.077	52.646	-80,7%	-822.749
Crédito vencido / Crédito total	15,8%	5,0%	2,1%		
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	11,3%	3,9%	1,1%		
Crédito em Incumprimento / Crédito total	14,8%	4,4%	1,5%		
Cobertura do Crédito Vencido	157,3%	204,7%	398,4%		
Cobertura do Crédito Vencido há mais de 90 dias	221,1%	261,3%	725,1%		
Cobertura do Crédito com Incumprimento	169,0%	231,7%	545,1%		
Cobertura do Crédito Total	24,9%	10,1%	8,3%		

¹ Crédito de cobrança duvidosa classificado como crédito vencido para efeitos de provisionamento [aplicação da alínea a) do nº 1 de nº 4 do Aviso 3/95]

(*) - Em 2010, exclui créditos potencias e promessa, e créditos titularizados a desconhecer.

No final de Dezembro de 2010, os recursos de clientes apresentavam o valor de 2.485.606 milhares de euros, revelando assim um decréscimo de 721.062 milhares de euros (-22,5%) relativamente ao final do ano anterior.

Recursos de Clientes

milhares de €

	31-12-09		31-12-10 Em base comparável		31-12-10 Estatutário	Variação	
	(1)		(2)			(2)/(1)	(2)-(1)
Depósitos à ordem	611.454	19,1%	458.619	18,5%	450.359	-25,0%	-152.834
Depósitos a prazo	2.446.847	76,3%	1.942.068	78,1%	1.675.818	-20,6%	-504.781
Depósitos poupança	44.158	1,4%	21.543	0,9%	21.543	-51,2%	-22.615
Outros Recursos	104.209	3,2%	63.377	2,5%	26.605	-39,2%	-40.832
Total	3.206.668	100,0%	2.485.606	100,0%	2.174.325	-22,5%	-721.062

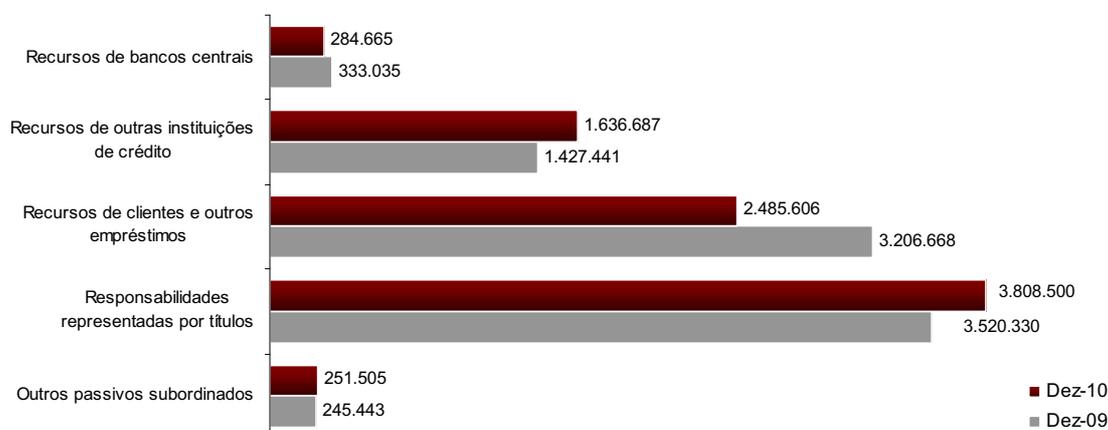
O total dos recursos cifrou-se em 8.466.963 milhares de euros, com uma variação negativa de 3% face ao final do ano transacto. Para além da referida diminuição dos recursos de clientes verificou-se uma redução dos recursos de bancos centrais de 48.370 milhares de euros (-14,5%).

Estrutura do Financiamento

milhares de €

	31-12-09		31-12-10 Em base comparável		31-12-10 Estatutário	Variação	
	(1)		(2)			(2)/(1)	(2)-(1)
Recursos de bancos centrais	333.035	3,8%	284.665	3,4%	70.017	-14,5%	-48.370
Recursos de outras instituições de crédito	1.427.441	16,3%	1.636.687	19,3%	785.931	14,7%	209.246
Recursos de clientes e outros empréstimos	3.206.668	36,7%	2.485.606	29,4%	2.174.325	-22,5%	-721.062
Responsabilidades representadas por títulos	3.520.330	40,3%	3.808.500	45,0%	655.061	8,2%	288.170
Outros passivos subordinados	245.443	2,8%	251.505	3,0%	245.497	2,5%	6.062
Total	8.732.917	100,0%	8.466.963	100,0%	3.930.832	-3,0%	-265.954

milhares de €



Os capitais próprios totalizaram um montante negativo de 2.141.278 milhares de euros, reflectindo uma descida de 127.860 milhares de euros (-6,4 %) face ao final do ano anterior.

Capitais próprios

milhares de €

	31-12-09 (1)	31-12-10 Em base comparável (2)	31-12-10 Estatutário	Variação	
				% (2)/(1)	Valor (2)-(1)
Capital	380.000	380.000	380.000	-	-
Prémios de emissão	6.790	6.790	6.790	-	-
Outros instrumentos de capital	0	0	0	-	-
Acções próprias	0	0	0	-	-
Reservas de reavaliação	3.690	-4.977	-4.977	-234,9%	-8.667
Outras reservas e resultados transitados	-2.220.536	-2.443.807	-2.435.230	-10,1%	-223.271
Reservas de conversão cambial	2.419	702	702	-71,0%	-1.717
Resultado líquido	-216.584	-126.643	-126.643	41,5%	89.941
Interesses minoritários	30.803	46.657	38.080	51,5%	15.854
Total	-2.013.418	-2.141.278	-2.141.278	-6,4%	-127.860

7.3. Actividade Individual

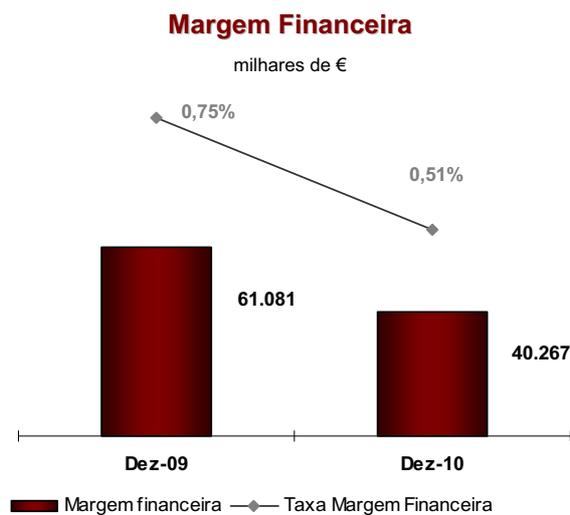
Resultados e rendibilidade

Em 2010 o resultado líquido do exercício em base individual cifrou-se num prejuízo de 102.420 milhares de euros, em comparação com os 220.103 milhares de euros de prejuízos obtidos no exercício anterior.

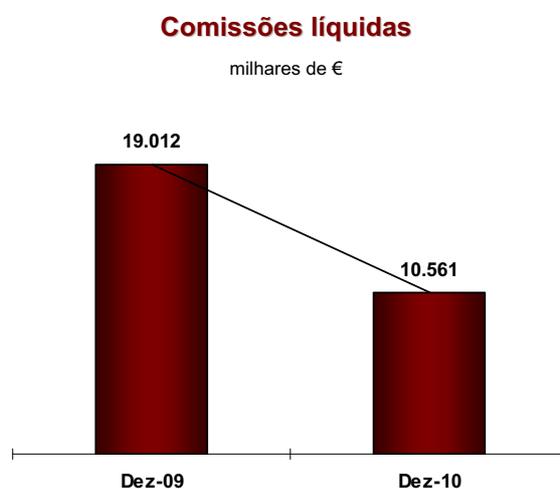
Na origem da diminuição dos prejuízos face ao exercício transacto, merece ser salientado o comportamento positivo dos resultados em operações financeiras, bem como dos outros resultados de exploração, e a evolução dos custos operacionais, em contraponto com as quebras verificadas na margem financeira e nas comissões líquidas, e do reforço líquido de provisões e imparidade.



A margem financeira diminuiu de 61.081 milhares de euros em 2009 para 40.267 milhares de euros no final de 2010, o que representou uma quebra de 34,1%. A taxa da margem financeira desceu de 0,75% para 0,51%. Uma envolvente de mercado adversa e a qualidade da carteira de crédito do BPN, com uma forte componente de crédito vencido, explicam o comportamento desta rubrica no período em destaque.



As comissões líquidas totalizaram 10.561 milhares de euros, o que representa uma queda de 8.451 milhares de euros, ou seja, menos 44,5% do valor obtido no ano transacto.



Os resultados em operações financeiras ascenderam a 174.125 milhares de euros, face aos 839 milhares de euros registados em Dezembro de 2009.

Os resultados muito positivos ocorridos na rubrica de activos financeiros disponíveis para venda resultaram da alienação de valores mobiliários à Parups. Por outro lado, a venda da Real Vida à Parparticipadas traduziu-se num prejuízo de 101.563 milhares de euros reflectido na rubrica de resultados de alienação de outros activos.

Resultados em Operações Financeiras

milhares de €

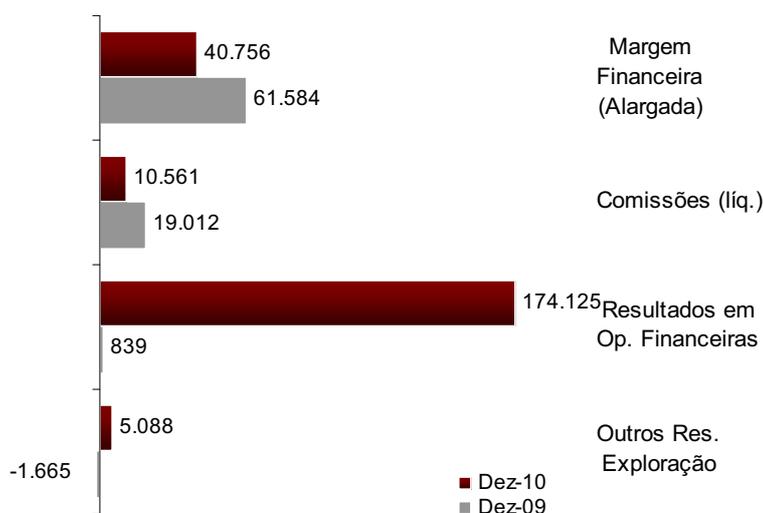
	31-12-2009	31-12-2010	Variação	
			%	Valor
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-6.949	18.530	366,7%	25.479
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.482	254.564	5579,7%	250.082
Resultados de reavaliação cambial	4.433	4.168	-6,0%	-265
Resultados de alienação de outros activos	-1.127	-103.137	-9051,5%	-102.010
Total	839	174.125	20653,9%	173.286

Os outros resultados de exploração em 2010 totalizaram 5.088 milhares de euros face a um prejuízo de 1.665 milhares de euros no final do ano transacto. Para este resultado contribuiu fundamentalmente a venda da rede de agências da sucursal de França, e respectivos activos e passivos, pelo montante de 3.300 milhares de euros.

O produto bancário em 2010 cifrou-se em 230.530 milhares de euros, uma progressão de mais 150.760 milhares de euros (+189%) face aos 79.770 milhares de euros verificados em 2009, como principal consequência do comportamento acima descrito ocorrido nos resultados em operações financeiras.

Produto Bancário

milhares de €



Os custos operacionais somaram 143.095 milhares de euros, registando uma diminuição de 5.312 milhares de euros (-3,6%) relativamente ao ano anterior. Este comportamento é explicado pela redução verificada nos custos com pessoal (-2,3%), nos gastos gerais administrativos (-4,5%) e nas amortizações do exercício (-8,5%).

No exercício de 2010 os custos com pessoal apresentaram um comportamento positivo. As políticas implementadas conduziram a uma redução nesta rubrica de 1.747 milhares de euros face ao ano transacto, totalizando 74.455 milhares de euros no final do ano de 2010.

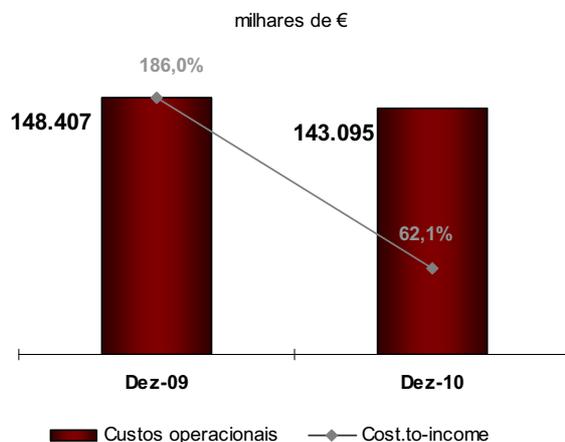
A implementação de um plano de contenção de custos nos últimos dois anos, com a respectiva renegociação de contratos com fornecedores externos e racionalização de serviços, permitiu uma diminuição significativa dos gastos gerais administrativos que totalizaram 61.384 milhares de euros em 2010, ou seja, uma redução de 2.888 milhares de euros face ao registado no final do exercício de 2009.

As amortizações diminuíram 677 milhares de euros (-8,5%) face ao ano anterior e totalizaram 7.256 milhares de euros em 2010.

Custos Operacionais

milhares de €

	31-12-2009		31-12-2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	%	Valor
	(1)		(2)		(2)/(1)	(2)-(1)
Custos com pessoal	76.202	51,3%	74.455	52,0%	-2,3%	-1.747
Gastos gerais administrativos	64.272	43,4%	61.384	42,9%	-4,5%	-2.888
Amortizações do exercício	7.933	5,3%	7.256	5,1%	-8,5%	-677
Custos operacionais	148.407	100,0%	143.095	100,0%	-3,6%	-5.312
Custos operacionais / Produto bancário (cost-to-income)	186,0%		62,1%			
Custos com pessoal / Produto bancário	95,5%		32,3%			
Custos Operacionais / Activo Líquido Médio	2,2%		2,2%			



A dotação líquida para provisões e a imparidade ascenderam, no seu conjunto, a 189.068 milhares de euros, o que correspondeu a um aumento de 38.058 milhares de euros (+25,2%) face ao ano precedente. As provisões e imparidade do crédito líquidas de reversões totalizaram 382.926 milhares de euros em 2010 versus 89.107 milhares de euros no ano anterior.

Com a venda de activos à Parvalorem, à Parups e à Parparticipadas procedeu-se à reversão de provisões constituídas sobre esses activos nomeadamente para crédito a clientes, títulos, imóveis cedidos em dação e participação na Real Vida.

Face à venda de activos por parte do BPN, Banco Efisa, BPN Crédito IFIC e BPN IFI à Parparticipadas, Parvalorem e Parups, na sequência da emissão de cartas-conforto prestadas às duas últimas entidades, foram constituídas as correspondentes provisões na rubrica de provisões para outros riscos e encargos.

Provisões e Imparidades

milhares de €

	31-12-2009		31-12-2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	%	Valor
Provisões liq. de reposições e anulações						
Provisões para riscos gerais de crédito	-4.280		-11.432		-167,1%	-7.152
Provisões para encargos com benefícios empregados	12		8		-34,5%	-4
Outras provisões	-8.124		1.654.830		20470,8%	1.662.954
	-12.391	-8,2%	1.643.406	869,2%	13362,7%	1.655.797
Imparidade do crédito						
Para Crédito de Cobrança Duvidosa	-161.367		-838.648		-419,7%	-677.281
Para Crédito Vencido e Outras	236.952		-346.244		-246,1%	-583.195
Risco País	25.914		-75.588		-391,7%	-101.502
	101.498	67,2%	-1.260.480	-666,7%	-1341,9%	-1.361.978
Imparidade de outros activos						
Activos Financeiros	39.780		-9.167		-123,0%	-48.947
Devedores diversos	0		0		-	0
Títulos	39.780		-9.167		-123,0%	-48.947
Outros activos	22.123		-184.691		-934,8%	-206.814
	61.903	41,0%	-193.858	-102,5%	-413,2%	-255.761
Total	151.010	100,0%	189.068	100,0%	25,2%	38.058

Evolução do Balanço

O activo líquido do BPN totalizou 4.762.208 milhares de euros no final de 2010, o que correspondeu a uma diminuição de 2.080.632 milhares de euros (-30,4%) face ao verificado no final do exercício do ano anterior. Esta variação resulta da venda de activos, efectuada no final de 2010, às entidades do Grupo constituídas no contexto do processo de recapitalização – Parvalorem, Parups e Parparticipadas – com reflexo em especial nas rubricas de crédito a clientes e activos financeiros.

O valor do passivo, que no final de Dezembro de 2010 era 6.944.084 milhares de euros, registou uma quebra de 22,1% face ao valor registado no final do ano anterior. De destacar a diminuição dos débitos para com clientes, com menos 678.449 milhares de euros (-22,9%) e das responsabilidades representadas por títulos, com menos 2.624.081 milhares de euros, neste caso, em resultado das operações efectuadas no âmbito do já referido processo de recapitalização.

Evolução das Rubricas de Balanço

milhares de €

	31-12-2009	31-12-2010	Variação	
			%	Valor
Activo				
Activos monetários e créditos a I.C.	1.239.649	1.115.055	-10,1%	-124.594
Activos financeiros	864.484	58.941	-93,2%	-805.543
Crédito a clientes	4.573.853	3.496.569	-23,6%	-1.077.284
Participações e imobilizado	29.990	22.175	-26,1%	-7.815
Outros Activos	134.864	69.468	-48,5%	-65.396
	6.842.840	4.762.208	-30,4%	-2.080.632
Passivo e Capitais Próprios				
Débitos para com Bancos Centrais e I.C.	1.718.540	1.471.698	-14,4%	-246.842
Débitos para com Clientes	2.963.890	2.285.441	-22,9%	-678.449
Passivos financeiros	472.635	273.133	-42,2%	-199.502
Responsabilidades representadas por títulos	3.028.336	404.255	-86,7%	-2.624.081
Dívida subordinada	245.443	245.497	0,0%	54
Outros passivos	481.446	2.264.060	370,3%	1.782.614
	8.910.290	6.944.084	-22,1%	-1.966.206
Capitais próprios	-2.067.450	-2.181.876	-5,5%	-114.426
	6.842.840	4.762.208	-30,4%	-2.080.632

Os activos monetários e créditos a IC's apresentaram uma diminuição de 124.594 milhares de euros, totalizando 1.115.055 milhares de euros em Dezembro de 2010. Esta variação teve origem na redução das necessidades de fundos de outras instituições financeiras do Grupo, que se financiavam junto do BPN, na sequência da venda de activos já referida.

A carteira de títulos, totalizou 58.941 milhares de euros em Dezembro de 2010, registando uma diminuição de 805.543 milhares de euros (-93,2%) face ao valor do ano anterior. Esta diminuição é explicada pela venda de unidades de participação em fundos de investimento mobiliário e imobiliário à Parups.

Activos Financeiros

milhares de €

	31-12-2009		31-12-2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	%	Valor
Activos financeiros detidos para negociação						
Obrigações	635	0,1%	0	0,0%	-100,0%	-635
Acções	176	0,0%	115	0,2%	-34,5%	-61
Outros títulos	0	0,0%	0	0,0%	-	0
Instrumentos derivados	24.667	2,9%	23.064	39,1%	-6,5%	-1.604
Imparidade	-55	0,0%	-19	0,0%		
	25.423	2,9%	23.160	39,3%	-8,9%	-2.263
Activos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações	0	0,0%	0	0,0%	-	0
Outros títulos	0	0,0%	0	0,0%	-	0
	0	0,0%	0	0,0%	-	0
Activos financeiros disponíveis para venda						
Obrigações	86.345	10,0%	30.915	52,5%	-64,2%	-55.430
Acções	1.025.433	118,6%	27.696	47,0%	-97,3%	-997.737
Outros títulos	0	0,0%	0	0,0%	-100,0%	0
Imparidade	-272.717	-31,5%	-22.830	-38,7%	91,6%	249.887
	839.061	97,1%	35.781	60,7%	-95,7%	-803.280
Total	864.484	100,0%	58.941	100,0%	-93,2%	-805.543

O crédito a clientes (bruto) cifrou-se, em Dezembro de 2010, em 3.781.231 milhares de euros, o que representou uma diminuição de 2.333.799 milhares de euros (-38,2%) face ao valor apresentado no final do ano transacto. Esta redução é resultante do efeito da venda de créditos à Parvalorem.

O crédito a clientes distribuiu-se conforme se descreve no quadro seguinte.

Crédito a Clientes por Segmentos Financeiros

milhares de €

	31-12-2009	31-12-2010	Variação	
			%	Valor
Crédito Vencendo				
Particulares	891.616	792.254	-11,1%	-99.362
Crédito à Habitação	433.394	481.944		
Crédito ao Consumo	143.417	112.647		
Efeitos	13.914	7.142		
Empréstimos	152.929	125.279		
Créditos em conta corrente	99.317	33.288		
Descobertos em depósitos à ordem	15.582	7.618		
Operações de locação financeira	0	0		
Outros créditos	33.064	24.336		
Empresas	4.115.066	2.629.242	-36,1%	-1.485.824
Efeitos	135.540	83.698		
Empréstimos	1.813.947	1.456.449		
Créditos em conta corrente	1.623.187	984.525		
Descobertos em depósitos à ordem	515.423	99.496		
Factoring	0	0		
Operações de locação financeira	0	0		
Outros	26.969	5.073		
Outros Créditos e correcções	172.485	161.115	-6,6%	-11.370
Crédito Vencido (*)	935.863	198.620	-78,8%	-737.243
Particulares	113.295	47.657		
Empresas	819.814	149.595		
Outros	2.754	1.368		
Crédito Bruto	6.115.030	3.781.231	-38,2%	-2.333.799

(*) Em 2010, inclui créditos potenciais e promessa e créditos titularizados a desreconhecer.

O rácio de crédito vencido total cifrou-se em 1,9%, o que traduz um decréscimo significativo face aos 15,3% verificados no ano anterior, em resultado da já mencionada cessão de créditos à Parvalorem. O rácio do crédito com incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, sofreu uma diminuição no período de 14,2% para 1,4%.

Se não fossem excluídos os créditos potenciais e promessa e créditos titularizados a desreconhecer, o rácio de crédito vencido em base comparável cifrar-se-ia em 5,3% e o rácio do crédito com incumprimento, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, em 4%.

Relativamente à qualidade dos activos, verificou-se que o rácio de crédito vencido com mais de 90 dias face ao crédito total veio a fixar-se em 1% (10,9% em Dezembro de 2009).

Em Dezembro de 2010, a imparidade acumulada de crédito a clientes fixou-se em 284.662 milhares de euros, o que traduz uma diminuição de 1.256.516 milhares de euros (- 81,5%) face ao ano precedente.

No final de Dezembro de 2010, a cobertura do crédito vencido estava em 395,2% e a cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em 719,2%.

Qualidade do Crédito a Clientes

milhares de €

	31-12-2009	31-12-2010	Variação	
			%	Valor
Crédito Total	6.115.030	3.781.231	-38,2%	-2.333.799
Imparidade Acumulada	1.541.177	284.662	-81,5%	-1.256.516
Crédito Total Líquido	4.573.853	3.496.569	-23,6%	-1.077.284
Crédito Vencido (*)	935.863	72.033	-92,3%	-863.830
Crédito Vencido há mais de 90 dias (*)	663.629	39.578	-94,0%	-624.051
Crédito de Cobrança duvidosa ¹	203.769	13.068	-93,6%	-190.701
Crédito com Incumprimento	867.398	52.647	-93,9%	-814.751
Crédito vencido / Crédito total	15,3%	1,9%		
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	10,9%	1,0%		
Crédito em Incumprimento / Crédito total	14,2%	1,4%		
Cobertura do Crédito Vencido	164,7%	395,2%		
Cobertura do Crédito Vencido há mais de 90 dias	232,2%	719,2%		
Cobertura do Crédito com Incumprimento	177,7%	540,7%		
Cobertura do Crédito Total	25,2%	7,5%		

¹ Crédito de cobrança duvidosa classificado como crédito vencido para efeitos de provisionamento [aplicação da alínea a) do nº 1 de nº 4 do Aviso 3/95]

(*) Em 2010, exclui créditos potenciais e promessa e créditos titularizados a desreconhecer.

No final de Dezembro de 2010, os recursos de clientes apresentavam o valor de 2.285.441 milhares de euros, revelando assim um decréscimo de 678.449 milhares de euros (-29,9%) relativamente ao final do ano anterior.

Recursos de Clientes

milhares de €

	31-12-2009		31-12-2010		Variação	
	Valor	%	Valor	%	%	Valor
Depósitos à ordem	636.996	21,5%	456.749	20,0%	-28,3%	-180.247
Depósitos a prazo	2.224.587	75,1%	1.780.438	77,9%	-20,0%	-444.149
Depósitos poupança	44.158	1,5%	21.543	0,9%	-51,2%	-22.615
Outros Recursos	58.149	2,0%	26.711	1,2%	-54,1%	-31.438
Total	2.963.890	100,0%	2.285.441	100,0%	-22,9%	-678.449

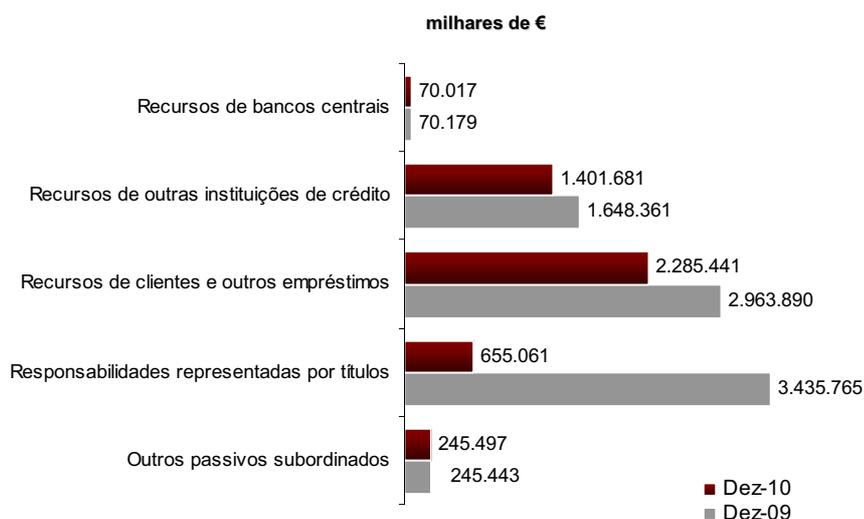
No final de Dezembro de 2010, o valor do total dos recursos cifrou-se em 4.657.697 milhares de euros, com uma variação de -44,3% face ao final do ano transacto.

Como consequência da venda de activos ocorrida no final de 2010, verificou-se uma diminuição das responsabilidades representadas por títulos (-2.780.704 milhões de euros face à posição no final de Dezembro de 2009).

Estrutura do Financiamento

milhares de €

	Dez-09		Dez-10		Variação	
	Valor	%	Valor	%	%	Valor
Recursos de bancos centrais	70.179	0,8%	70.017	1,5%	-0,2%	-162
Recursos de outras instituições de crédito	1.648.361	19,7%	1.401.681	30,1%	-15,0%	-246.680
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.963.890	35,4%	2.285.441	49,1%	-22,9%	-678.449
Responsabilidades representadas por títulos	3.435.765	41,1%	655.061	14,1%	-80,9%	-2.780.704
Outros passivos subordinados	245.443	2,9%	245.497	5,3%	0,0%	54
Total	8.363.638	100,0%	4.657.697	100,0%	-44,3%	-3.705.941



Os capitais próprios totalizaram no final de Dezembro de 2010 um montante negativo de 2.181.876 milhares de euros, reflectindo uma descida de 114.426 milhares de euros (-5,5%) face ao final do ano anterior.

A diminuição em 12.006 milhares de euros verificada em reservas de reavaliação em 2010 deriva da anulação de mais/menos valias dos títulos avaliados ao justo valor que foram alienados à Parups.

Capitais próprios

milhares de €

	31-12-2009	31-12-2010	Variação	
			%	Valor
Capital	380.000	380.000	-	0
Prémios de emissão	6.790	6.790	-	0
Reservas de reavaliação	11.955	-51	-100,4%	-12.006
Outras reservas e resultados transitados	-2.246.092	-2.466.195	-9,8%	-220.103
Resultado líquido	-220.103	-102.420	53,5%	117.683
Total	-2.067.450	-2.181.876	-5,5%	-114.426

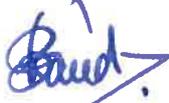
8. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 102.419.568 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

O Resultado Consolidado foi negativo em 126.643 milhares de euros.

Porto, 26 de Abril de 2011

Conselho de Administração



O Presidente
Francisco Manuel Marques Bandeira



Vice-Presidente
Norberto Emilio Sequeira da Rosa



Vogal
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso



Vogal
Rui Manuel Correia Pedras



Vogal
José Lourenço Soares



Vogal
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar



Vogal
Jorge António Beja Pessoa

Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2010, era a seguinte:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Não possuía em 1 de Janeiro de 2010, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2010, quaisquer acções.

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2010, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2010, quaisquer acções.

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Não possuía em 1 de Janeiro de 2010, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2010, quaisquer acções.

Rui Manuel Correia Pedras

Não possuía em 1 de Janeiro de 2010, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2010, quaisquer acções.

José Lourenço Soares

Não possuía em 1 de Janeiro de 2010, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2010, quaisquer acções.

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Não possuía em 1 de Janeiro de 2010, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2010, quaisquer acções.

Jorge António Beja Pessoa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2010, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2010, quaisquer acções.

Anexo II

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

Estado Português.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Nada a referir.

(Folha propositadamente deixada em branco)

9. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	25	219.568	294.613
Juros e encargos similares	25	(179.301)	(233.532)
MARGEM FINANCEIRA		40.267	61.081
Rendimentos de instrumentos de capital	26	489	503
Rendimentos de serviços e comissões	27	31.309	40.197
Encargos com serviços e comissões	27	(20.748)	(21.185)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	28	18.530	(6.949)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	29	254.564	4.482
Resultados de reavaliação cambial (líquido)		4.168	4.433
Resultados de alienação de outros activos	30	(103.137)	(1.127)
Outros resultados de exploração	31	5.088	(1.665)
PRODUTO BANCÁRIO		230.530	79.770
Custos com pessoal	32	(74.455)	(76.202)
Gastos gerais administrativos	34	(61.384)	(64.272)
Amortizações do exercício	11 e 12	(7.256)	(7.933)
Provisões líquidas de reposições e anulações	20	(1.643.406)	12.391
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	20	1.260.480	(101.498)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	20	9.167	(39.780)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	184.691	(22.123)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		(101.633)	(219.647)
Impostos sobre lucros			
Correntes	14	(787)	(2.997)
Diferidos	14	-	2.541
Resultado líquido do exercício		(787)	(456)
		(102.420)	(220.103)

David
Car. d. - d. P.
P. M. M. O. S. M. M.
João
João Manuel Falcão Falcão Falcão
J. P.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado individual	<u>(102.420)</u>	<u>(220.103)</u>
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	10.806	(32.843)
Transferência para resultados por alienação	(22.953)	4.482
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	141	39.780
Outros	-	178
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>(12.006)</u>	<u>11.597</u>
Rendimento integral individual	<u><u>(114.426)</u></u>	<u><u>(208.506)</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	270.530	355.537
Rendimentos adquiridos nos activos financeiros disponíveis para venda	20.276	4.482
Pagamento de juros e comissões	(147.194)	(266.655)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(135.839)	(140.474)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	9.131	(683)
Recuperação de créditos incobráveis	125	25
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>17.029</u>	<u>(47.768)</u>
 (Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao justo valor	(446)	16.345
Aplicações em instituições de crédito	(2.164)	(6.459)
Crédito a clientes	2.313.354	(456.365)
Activos financeiros detidos para negociação	(45.506)	(6.960)
Derivados de cobertura	17	6
Activos não correntes detidos para venda	47.665	(710)
Outros activos	90.437	14.367
	<u>2.403.357</u>	<u>(439.776)</u>
 Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	-	50.176
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	23.903	(9.419)
Recursos de instituições de crédito	(242.326)	(601.015)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(670.255)	(1.479.456)
Outros passivos	(16.683)	(275.282)
	<u>(905.361)</u>	<u>(2.314.996)</u>
 Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>1.515.025</u>	<u>(2.802.540)</u>
 Impostos sobre os lucros	(535)	(398)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>1.514.490</u>	<u>(2.802.938)</u>
 Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimento de dividendos	489	-
Aquisição de activos financeiros disponíveis para venda	(150)	(177.796)
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda	1.041.188	
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(98)	(704)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	661	(69)
Investimentos em empresas filiais e associadas	6.510	(35.000)
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>1.048.600</u>	<u>(213.569)</u>
 Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Emissão/(reembolsos) de dívida titulada e subordinada	(2.616.658)	3.016.028
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(61.594)	(11.366)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(6.988)	(14.619)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(2.685.240)</u>	<u>2.990.043</u>
 Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(122.150)	(26.464)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	322.216	348.680
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>200.066</u>	<u>322.216</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação		Reservas de reavaliação		Outras reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Total
		Reservas de justo valor	Reservas por impostos diferidos	Total	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados		
380.000	6.790	536	(178)	358	24.621	24.690	(1.734.935)	(560.468)	(1.858.944)
-	-	-	-	-	-	-	(560.468)	560.468	-
-	-	11.419	178	11.597	-	-	-	(20.103)	(208.506)
380.000	6.790	11.955	-	11.955	24.621	24.690	(2.295.403)	(220.103)	(2.067.450)
-	-	-	-	-	-	-	(220.103)	220.103	-
-	-	(12.006)	-	(12.006)	-	-	-	(102.420)	(114.426)
380.000	6.790	(51)	-	(61)	24.621	24.690	(2.515.506)	(102.420)	(2.181.876)

Saldos em 31 de Dezembro de 2008 (Proforma)

Distribuição do resultado do exercício de 2008:

Transferência para reservas e resultados transitados

Resultado integral do exercício

Saldos em 31 de Dezembro de 2009

Distribuição do resultado do exercício de 2009:

Transferência para reservas e resultados transitados

Resultado integral do exercício

Saldos em 31 de Dezembro de 2010

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2010		2009		Notas	2010		2009	
		Activo bruto	Imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	135.424	-	135.424	156.620	20	855.949	1.760.476		
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	64.642	-	64.642	201.996	21	2.174.325	3.206.668		
Aplicações em instituições de crédito	6	210.589	(116)	210.473	233.761	22	655.061	3.520.330		
Activos financeiros de curto prazo	7	21.915	-	21.915	78.727	9	19.038	62.402		
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	-	-	-	38.185	9	-	1.000		
Activos financeiros disponíveis para venda	8	58.616	(22.854)	35.762	313.624	23	101.624	297.546		
Derivados de cobertura com reavaliação positiva	9	-	-	-	2.132	9	-	206.400		
Crédito a clientes	11	3.470.862	(286.981)	3.183.881	5.189.743	24	602	917		
Investimentos de longo prazo	12	-	-	-	17.518	17	926	184		
Propriedades de investimento	13	-	-	-	537.505	17	245.497	245.443		
Outros activos tangíveis	14	94.719	(66.013)	28.706	151.628	25	96.960	222.616		
Activos intangíveis	15	26.008	(22.497)	3.511	10.512	26	5.007.942	9.523.982		
Investimentos em associadas	16	-	-	-	59.409	-	-	-		
Activos por impostos correntes	17	361	-	361	1.655	-	-	-		
Provisões técnicas de resseguro cedido	18	-	-	-	7.869	10	380.000	380.000		
Outros activos	19	68.867	(9.638)	59.229	431.414	27	6.790	6.790		
Activos não correntes de curto prazo	10	4.162.003	(608.099)	3.743.904	7.432.296	28	(4.977)	3.690		
		5.096.716	(1.825.974)	3.270.742	78.266	28	(2.434.528)	(2.218.117)		
						28	(126.643)	(216.564)		
						29	38.080	30.803		
							(2.141.270)	(2.013.418)		
Total do activo		9.250.719	(2.234.073)	7.016.646	7.510.564		7.016.646	7.510.564		

O Anexo faz parte integrante destes balanços

[Handwritten signatures and notes in blue ink, including names like "M. J. Soares" and "José Manuel Soares" and various initials.]

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	30	191.622	269.959
Juros e encargos similares	30	(158.108)	(226.349)
MARGEM FINANCEIRA		33.514	43.610
Rendimentos de instrumentos de capital	31	489	507
Rendimentos de serviços e comissões	32	29.837	38.926
Encargos com serviços e comissões	32	(20.748)	(21.248)
Resultados em operações financeiras	33	24.401	5.431
Outros resultados de exploração	34	4.068	(4.354)
PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA		71.561	62.872
Custos com pessoal	35	(76.411)	(77.871)
Outros gastos administrativos	37	(52.880)	(54.847)
Depreciações e amortizações	14 e 15	(12.300)	(12.545)
Provisões líquidas de anulações	23	32.035	36.007
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	23	(82.395)	(91.093)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(1.136)	(3.536)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	23	(9.125)	(3.658)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS		(130.651)	(144.671)
<i>Impostos correntes</i>	17	(2.552)	(3.747)
<i>Impostos diferidos</i>	17	(916)	3.284
		(3.468)	(463)
Resultado consolidado do exercício de operações continuadas		(134.119)	(145.134)
Resultado consolidado do exercício de operações descontinuadas	10	6.154	(75.091)
Interesses minoritários	29	1.322	3.641
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AO ACCIONISTA DO BPN		(126.643)	(216.584)
Número médio de acções ordinárias emitidas	27	76.000.000	76.000.000
Resultado por acção (Euros)		(1,67)	(2,85)

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Ch. de - IR

R. M. Oliveira

Jose Leao Dias

Tarcio Manuel Faria Faria

[Signature]

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA

OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado líquido consolidado	<u>(126.643)</u>	<u>(216.584)</u>
Diferenças de conversão cambial	173	(5.380)
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda líquida	(8.025)	(1.347)
Transferência para resultados por alienação	(32)	1.015
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	(610)	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>(8.494)</u>	<u>(5.535)</u>
Rendimento Integral Consolidado	<u><u>(135.137)</u></u>	<u><u>(222.119)</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS PARA OS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Recebimento de juros e comissões	269.318	500.079
Pagamento de juros e comissões	(147.441)	(302.641)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(182.466)	(195.464)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	<u>67.565</u>	<u>28.835</u>
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	<u>6.976</u>	<u>30.809</u>
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos ao justo valor	97.496	335.166
Aplicações em instituições de crédito	23.316	(97.957)
Crédito a clientes	3.442.497	(161.890)
Activos não correntes detidos para venda	(4.992.974)	(18.746)
Outros activos	<u>479.043</u>	<u>(190.610)</u>
	<u>(950.622)</u>	<u>(134.038)</u>
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	(263.018)	52.404
Recursos de instituições de crédito	(641.509)	(416.090)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.032.343)	(1.927.902)
Passivos não correntes detidos para venda	5.007.942	-
Outros passivos	<u>(62.524)</u>	<u>(272.308)</u>
	<u>3.008.548</u>	<u>(2.563.896)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>2.064.902</u>	<u>(2.667.124)</u>
Impostos sobre os lucros	(2.584)	(12.137)
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>2.062.318</u>	<u>(2.679.261)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Recebimento de dividendos	489	282
Aquisição de investimentos financeiros	(32)	(191.567)
Alienação de investimentos financeiros	6.510	6.645
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(2.713)	(10.556)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis	18.869	12.843
(Aquisições) / alienações de imóveis	<u>27.537</u>	<u>(1.140)</u>
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>50.660</u>	<u>(183.493)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Emissão de dívida titulada e subordinada	(2.216.658)	2.850.119
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(47.882)	(11.366)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(6.988)	(14.619)
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>(2.271.528)</u>	<u>2.824.134</u>
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	(158.550)	(38.620)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	<u>358.616</u>	<u>397.236</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>200.066</u>	<u>358.616</u>

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

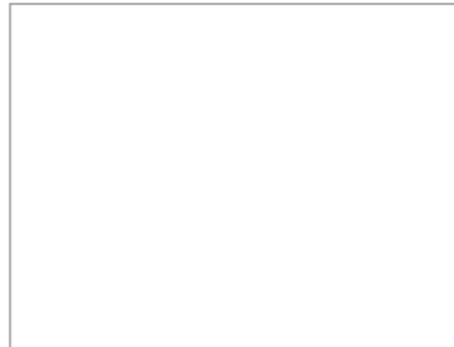
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Reserva Legal	Outras reservas e resultados transitados		Resultado do exercício	Interesses minoritários	Total
				Reservas	Resultados transitados			
Capital								
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	6.790	358	24.621	32.648	(1.691.119)	(575.238)	197.754	(1.624.185)
Distribuição do lucro do exercício de 2008:								
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(575.238)	575.238	-	-
Alterações ao perímetro de consolidação	-	-	-	(163)	-	-	-	(167.114)
Reclassificação de valias potenciais	-	3.487	-	-	(3.487)	-	-	-
Rendimento integral consolidado de 2008	-	(155)	-	(5.380)	-	(216.584)	-	(222.119)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	6.790	3.690	24.621	27.105	(2.269.843)	(216.584)	30.803	(2.013.418)
Distribuição do lucro do exercício de 2009:								
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	(216.584)	216.584	-	-
Alterações ao perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	7.277	7.277
Rendimento integral consolidado de 2010	-	(8.667)	-	173	-	(126.643)	-	(135.137)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	6.790	(4.977)	24.621	27.278	(2.486.427)	(126.643)	38.080	(2.141.278)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

(Folha propositadamente deixada em branco)



**Anexos, Relatórios
e Pareceres às Contas**

2

1. Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Português de Negócios S.A. (BPN ou Banco) é uma instituição de crédito com sede no Porto, que iniciou a sua actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão entre a Norcrédito – Sociedade de Investimento, S.A. e a Soserfin – Sociedade de Investimento e Serviços Financeiros, S.A..

Em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro. O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, cujas condições finais foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-B/2010, de 5 de Agosto, decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tendo contudo sido concretizado com sucesso.

O Banco desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas participadas directa ou indirectamente, nas áreas de banca, seguros, banca de investimento, gestão de activos, área imobiliária e saúde.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2010 o Banco contava com uma rede nacional de 216 agências, uma Sucursal em França sem actividade e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira. Durante o exercício de 2010, o BPN alienou a rede de agências, os activos e passivos da sua Sucursal de França, com referência a 31 de Outubro de 2010, estando os impactos desta operação detalhados na Nota 31.

No âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu, durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A. (Parparticipadas), Parvalorem, S.A. (Parvalorem) e Parups, S.A. (Parups), a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. No âmbito desta operação, o BPN prestou cartas-conforto à Parvalorem e à Parups, enquanto estas entidades sejam por si detidas, garantindo qualquer perda incorrida por estas, na medida do enriquecimento obtido por si e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos, motivo pelo qual foram mantidas e/ou reforçadas as provisões e imparidades relativas aos activos alienados. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista que estas entidades serão por este adquiridas durante o ano de 2011, de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras individuais, as participações detidas nas entidades acima mencionadas, na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” ao abrigo da Norma IFRS 5 (Nota 10).

As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas para dar cumprimento à legislação em vigor, nomeadamente para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas, e aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. O Banco apresenta separadamente contas consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as quais são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Sede são agregadas com as das Sucursais, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados no processo de agregação das respectivas demonstrações financeiras.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

- i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;
- ii) Mantém-se o anterior regime de provisionamento do crédito e contas a receber, sendo definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro. Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;
- iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

2.2. Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido acima, em 2010 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e

pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1 – Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1- Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.

Apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, estas normas não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As demonstrações financeiras individuais do Banco em 31 de Dezembro de 2010, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco e das Sucursais são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada “moeda funcional”). Nas contas globais, os resultados e posição financeira são expressos em Euros, a moeda funcional do Banco.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os

activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Crédito a clientes e valores a receber de outros devedores

Valorimetria

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações, quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

Desreconhecimento

De acordo com a Norma IAS 39, os créditos apenas são removidos do balanço (“desreconhecimento”) quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção. Relativamente à operação de titularização de créditos efectuada pelo Banco (Nota 19), os procedimentos adoptados foram os seguintes:

- No que respeita à operação de titularização de crédito concedido, no âmbito da qual foram efectuadas pelo Banco cessões de créditos nos exercícios de 2006 e 2007, o BPN não procedeu ao respectivo desreconhecimento. Assim, o montante em dívida de créditos titularizados desde o início da operação encontra-se registado na rubrica “Créditos a clientes”, tendo sido reconhecido um passivo financeiro associado aos activos transferidos (Notas 2.4. c) e 19).

No exercício de 2010, o Banco alienou à Parvalorem operações de crédito ao seu valor nominal, pelo montante total de 2.324.509 mEuros, tendo desreconhecido estas operações do seu balanço, uma vez que transferiu os benefícios associados à detenção do crédito mas manteve os riscos.

Provisionamento

O regime de provisionamento mínimo destes activos corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro e pelo Aviso nº 3/2005, de 21 de Fevereiro, e inclui as seguintes provisões para riscos de crédito:

i. Provisão para crédito e juros vencidos

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de início do incumprimento.

ii. Provisão para créditos de cobrança duvidosa

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

Nos termos do Aviso nº 3/95 consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
 - (ii) estarem em incumprimento há mais de:
 - . seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - . doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - . vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Provisão para risco-país

Destina-se a fazer face aos problemas de realização de todos os activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

- Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;
- Das participações financeiras;

- Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;
- Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no número 1 do artigo 15º do Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, desde que a garantia abranja o risco de transferência;
- Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas pelo Banco de Portugal, o qual classifica os países e territórios segundo grupos de risco.

iii. Provisão para riscos gerais de crédito

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avales prestados.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito e garantias e avales prestados, excluindo as responsabilidades incluídas na base de cálculo das imparidades e provisões para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa:

- 1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;
- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

O efeito da constituição desta provisão é reconhecido na rubrica “Provisões líquidas de reposições e anulações”, da demonstração de resultados.

Tal como referido anteriormente o Aviso 3/95 de 30 de Junho do Banco de Portugal define níveis de provisionamento mínimo dos créditos a clientes. Face às especificidades da carteira de crédito do Banco, as provisões estimadas excedem as provisões mínimas.

Para fazer face a potenciais problemas na recuperabilidade de créditos para os quais existem indícios de imparidade, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões registadas acima dos mínimos exigidos pelo normativo do Banco de Portugal ascendem a 239.248 mEuros e 966.352 mEuros, respectivamente. A diminuição verificada é explicada pela alienação dos créditos à Parvalorem no exercício de 2010, cujas provisões foram transferidas para a rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as imparidades e provisões para crédito foram apuradas da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 2.000 mEuros, clientes com grau de vigilância especial e clientes com crédito vencido superior a 250 mEuros e exposição inferior a 2.000 mEuros;
- Para o universo dos clientes não sujeitos à análise individual, foi efectuada análise colectiva baseada nas respostas obtidas aos questionários de crédito enviados às áreas comerciais do Banco para uma amostra de operações de crédito.

b) Outros activos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Dada a restrição estabelecida no Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições de crédito.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade e provisões para risco-país.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Acções;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital” quando é estabelecido o direito do BPN ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa.

Estes passivos encontram-se registados pelo respectivo justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”.

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os fundos recebidos no âmbito da operação de titularização de crédito concedido (Nota 2.4.a)).

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes, obrigações emitidas, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

d) Derivados e contabilidade de cobertura

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são registados ao justo valor, o qual é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização normalmente utilizadas no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do BPN a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco utilizou apenas coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”. Em 31 de Dezembro de 2009, o Banco não dispõe de derivados de cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto nas rubricas de “Resultados em activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso o Banco revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados”, com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros detidos para negociação”, respectivamente.

e) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectuou uma análise de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado excluindo, conforme referido na Nota 2.1, o crédito a clientes e as contas a receber.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Bens recebidos em dação de crédito

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados por contrapartida da rubrica de “Crédito a clientes”, quando existe a dação em cumprimento ou pela rubrica de “Cheques e ordens a pagar”, quando há adjudicações judiciais nas quais o Banco não é dispensado do respectivo pagamento. Os bens são subsequentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em “Activos não correntes detidos para venda”, cumprindo os requisitos da Norma IFRS 5.
- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

2.6. Activos não correntes detidos para venda

A Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”).

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

2.7. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Gastos gerais administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outras imobilizações	10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

2.8. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como “Juros e rendimentos similares”.

2.9. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do BPN.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.10. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações directas em empresas nas quais o BPN exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, as quais são

denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes activos são registados ao custo de aquisição, sendo objecto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Aquando da existência de imparidade, o valor da balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação nos capitais próprios das participadas (Nota 13). Nas situações em que o valor da situação líquida das participadas é negativo, o Banco regista adicionalmente uma provisão para a sua participação nas perdas dessas entidades na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

2.11. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

O BPN está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2007 a 2010. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O Banco não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Adicionalmente, durante o exercício de 2009, o Banco reverteu os impostos diferidos passivos por dispor de prejuízos fiscais reportáveis suficientes para suportar os proveitos fiscais que serão considerados no momento da alienação dos títulos que deram origem ao registo dos impostos diferidos passivos. No exercício de 2010, o Banco alienou estes títulos à Parups.

2.12. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas do Banco, nomeadamente às cartas-conforto prestadas à Parvalorem e à Parups, válidas enquanto estas entidades sejam por si detidas, garantindo qualquer perda incorrida por estas, na medida do enriquecimento obtido por si e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos, e encontram-se descritas na Nota 20.

2.13. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores, com as adaptações previstas nos Avisos do Banco de Portugal nº 4/2005 e nº 12/2005. Os principais benefícios concedidos pelo BPN incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

O BPN estabeleceu um plano de pensões de benefício definido, o qual tem por objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência aos seus empregados, nos termos descritos na Nota 33. Adicionalmente, a assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Banco está a cargo do Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Banco, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários independentes, utilizando o método “*Unit Credit Projected*”, e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 33). A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano. Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 25 anos até à reforma dos empregados activos.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido em “Custos com pessoal”.

Outros benefícios de longo prazo

O BPN tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.14. Comissões

As comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são reconhecidas ao longo do período das operações pelo método da taxa efectiva em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem à compensação pela execução de actos únicos.

2.15. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal, ou ao valor de mercado, caso exista cotação.

2.16. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

Determinação das imparidades e provisões para crédito

As imparidades e provisões para crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. a). Deste modo, a determinação da provisão para créditos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A estimativa de provisões para créditos que não foram analisados individualmente foi efectuada com base nas respostas aos questionários de crédito elaborados pelas áreas comerciais do Banco.

O Banco considera que as imparidades e provisões para crédito determinadas com base nesta metodologia reflectem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas no pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais à data do balanço.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.13. acima, as responsabilidades do Banco por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Impostos diferidos não registados

O Banco não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Continuidade de operações

As demonstrações financeiras individuais do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade de operações, apesar de em 31 de Dezembro de 2010 apresentarem capitais próprios negativos no montante de 2.181.876 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, que decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não foi concretizado com sucesso. No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Deste modo, as demonstrações financeiras foram preparadas numa base de continuidade das operações.

Activos não correntes detidos para venda

No âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, Parvalorem e Parups, a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, de que estas entidades serão por este adquiridas durante o ano de 2011, ou de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras individuais, as participações detidas nas entidades acima mencionadas, na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” ao abrigo da Norma IFRS 5.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	73.792	82.190
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	61.632	73.192
	<u>135.424</u>	<u>155.382</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Caixa” inclui o montante de 37.345 mEuros relativos a moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, correspondendo a cerca de 4.700.000 moedas com o valor facial de 8 Euros cada.

A rubrica “Depósitos à ordem em Bancos Centrais – Em Bancos Centrais estrangeiros” corresponde a depósitos mantidos no Banco Central Europeu e visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à taxa de 1% e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Cheques a cobrar		
No País	19.903	36.374
No Estrangeiro	<u>687</u>	<u>1.937</u>
	<u>20.590</u>	<u>38.311</u>
Depósitos à ordem		
No País	5.050	71.151
No Estrangeiro	<u>39.002</u>	<u>57.371</u>
	<u>44.052</u>	<u>128.522</u>
Juros a receber	-	1
	<u>64.642</u>	<u>166.834</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente, geralmente não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
. Obrigações e outros títulos:		
De não residentes	-	635
<u>Instrumentos de capital</u>		
De não residentes	115	176
	<u>115</u>	<u>811</u>
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)</u>	<u>23.064</u>	<u>24.667</u>
	<u>23.179</u>	<u>25.478</u>
Provisão para risco país (Nota 20)	(19)	(55)
	<u>23.160</u>	<u>25.423</u>

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

6. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
De outros emissores nacionais	22.936	48.152
De dívida pública	7.962	8.362
De outros emissores internacionais	<u>17</u>	<u>29.876</u>
	<u>30.915</u>	<u>86.390</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
. Acções		
- Valorizadas ao justo valor	-	2
- Valorizadas ao custo histórico	<u>26.691</u>	<u>7.264</u>
	<u>26.691</u>	<u>7.266</u>
. Unidades de participação		
- Valorizadas ao justo valor	955	1.018.072
- Valorizadas ao custo histórico	<u>50</u>	<u>50</u>
	<u>1.005</u>	<u>1.018.122</u>
	<u>58.611</u>	<u>1.111.778</u>
<u>Imparidade (Nota 20)</u>		
. Instrumentos de dívida	(17)	(22.127)
. Instrumentos de capital		
- Acções	(22.369)	(3.372)
- Unidades de participação	<u>(444)</u>	<u>(247.218)</u>
	<u>(22.830)</u>	<u>(272.717)</u>
	<u>35.781</u>	<u>839.061</u>

No exercício de 2010, o Banco alienou um conjunto de títulos registados nesta rubrica à Parups pelo montante de 1.086.022 mEuros. O preço de alienação destes títulos correspondeu ao seu valor de aquisição ou ao valor de balanço em 30 de Novembro de 2010, caso este último fosse superior. Com esta operação, o Banco obteve uma mais-valia de 270.783 mEuros (Nota 20), que se encontra reflectida nas seguintes rubricas contabilísticas:

Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda (Nota 29)	252.328
Reversões de imparidade para activos financeiros disponíveis para venda (Nota 20)	18.455

	270.783
	=====

No âmbito da carta-conforto prestada à Parups, o Banco constituiu provisões no montante de 247.830 mEuros na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 20). A diferença entre a provisão registada e a mais-valia apurada, no montante de 22.953 mEuros, corresponde às mais valias potenciais dos títulos alienados que se encontravam registadas na reserva do justo valor (Nota 20). Este montante inclui 11.595 mEuros relativo à reserva do justo valor destes títulos que se encontrava registada em 31 de Dezembro de 2009. O montante remanescente,

que ascende a 11.358 mEuros corresponde à reserva do justo valor dos títulos vendidos, reconhecida durante o exercício de 2010, até à data da venda.

Adicionalmente, no âmbito do contrato celebrado com a Parups, o Banco reclassificou para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, títulos no montante de 932 mEuros, por se encontrarem prometidos vender a esta entidade (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Instrumentos de capital – Valorizadas ao custo histórico” inclui 8.095.596 acções da Galilei, SGPS, S.A. (anteriormente denominada por Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.). No exercício de 2010, o Banco adquiriu a um cliente 6.578.948 acções a um preço unitário de 3,04 Euros, após este ter exercido uma opção de venda que detinha (Nota 9). Na sequência desta aquisição, o BPN reclassificou imparidade no montante de 18.000 mEuros da rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda” (Nota 20).

Durante o exercício de 2009, o Banco efectuou junto de vários clientes a aquisição de 25.663.009 unidades de participação do Fundo Imonegócios no montante de 173.000 mEuros.

O movimento ocorrido na imparidade relativa a “Activos financeiros disponíveis para venda” é apresentado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2010, as unidades de participação classificadas nesta categoria apresentam a seguinte composição:

Título	31.12.2009				31.12.2010			
	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de justo valor	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de justo valor
<u>Unidades de participação valorizadas ao justo valor</u>								
Fundo Gottex ABI	50	-	50	(106)	155	(123)	32	-
La Fayette Regular Growth	33	-	33	(1)	21	-	21	(2)
GLG Partners SICAV - Multi-Strategy	28	-	28	-	18	-	18	(2)
RAB Capital	16	-	16	-	16	-	16	(1)
Arcus European Infrastructure Fund L.P.	-	-	-	-	7	-	7	(2)
RAB Octane	6	-	6	-	3	-	3	-
German Real Estate	692	(321)	371	49	731	(321)	410	89
GLG Partners Plc - European Long/Short	7	-	7	-	2	-	2	(1)
Aris - Euro Agressive Cell Fund	-	-	-	-	2	-	2	2
BPN Imonegócios	501.482	(86.869)	414.613	-	-	-	-	-
BPN Diversificação - FEI	260.470	(78.632)	181.838	-	-	-	-	-
BPN Imoreal	132.341	(26.277)	106.064	11.532	-	-	-	-
BPN Imoglobal	53.817	(29.814)	24.003	-	-	-	-	-
Clip Multi-Strategy	46.555	(22.768)	23.787	-	-	-	-	-
BPN Imosocial - Fundo Investimento Imobiliário	11.259	-	11.259	536	-	-	-	-
BPN Imomarinhas	5.235	(371)	4.864	129	-	-	-	-
Fundo BPN Acções Global	1.258	-	1.258	11	-	-	-	-
BPN Real Estate	1.561	(537)	1.024	80	-	-	-	-
BPN Valorização Patrimonial	1.998	(1.142)	856	-	-	-	-	-
Fine Art Fund I	975	(412)	563	170	-	-	-	-
Fine Art Fund II	205	(75)	130	56	-	-	-	-
Brandeaux	58	-	58	-	-	-	-	-
Permal Single	24	-	24	-	-	-	-	-
RAB Energy	2	-	2	-	-	-	-	-
<u>Unidades de participação valorizadas ao custo histórico</u>								
INEGI	50	-	50	-	50	-	50	-
	<u>1.018.122</u>	<u>(247.218)</u>	<u>770.904</u>	<u>12.456</u>	<u>1.005</u>	<u>(444)</u>	<u>561</u>	<u>83</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “unidades de participação” inclui unidades de participação de fundos geridos por entidades do grupo no montante de 769.566 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a reserva de justo valor apresenta a seguinte composição (Nota 24):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Mais-valias potenciais		
. Instrumentos de dívida	5	2.130
. Instrumentos de capital	<u>91</u>	<u>12.564</u>
	96	14.694
Menos-valias potenciais		
. Instrumentos de dívida	(139)	(2.623)
. Instrumentos de capital	<u>(8)</u>	<u>(116)</u>
	<u>(147)</u>	<u>(2.739)</u>
	<u>(51)</u>	<u>11.955</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a reserva do justo valor incluía o montante de 11.595 mEuros de títulos alienados no exercício de 2010 à Parups (Nota 20).

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Aplicações em instituições de crédito no país</u>		
Empréstimos	594.842	850.373
Outras aplicações	796	5.595
Aplicações a muito curto prazo	650	3.000
<u>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Empréstimos	127.562	37.752
Outras aplicações	188.921	16.136
<u>Juros a receber</u>		
De aplicações em instituições de crédito no país	1.672	4.333
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	<u>662</u>	<u>248</u>
	915.105	917.437
Provisões para risco país (Nota 20)	(116)	(4)
	<u>914.989</u>	<u>917.433</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se o seguinte detalhe:

Entidade	2010	2009
BPN Crédito IFIC, S.A.	479.225	586.455
Banco Efisa, S.A.	117.029	272.489
BPN (IFI), S. A.	63.239	14.632
BPN Brasil Banco Multiplo, S.A.	46.543	35.635
Outros	<u>206.735</u>	<u>3.645</u>
	<u>912.771</u>	<u>912.856</u>
Juros a Receber	2.334	4.581
	<u>915.105</u>	<u>917.437</u>

No exercício de 2010, como preparação para o processo de liquidação do BPN (Cayman) Limited, que se encontra a decorrer, foi celebrado um contrato de cessão de créditos, ao abrigo do qual as aplicações mantidas junto de dois bancos angolanos que ascendem a 206.168 mEuros foram adquiridas pelo BPN. Estas aplicações encontram-se colateralizadas por depósitos de um banco central mantidos junto do BPN (IFI), S.A. no montante de 214.641 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito têm a seguinte classificação:

	2010	2009
Até três meses	320.831	508.982
De três meses a um ano	413.868	60.036
De um a cinco anos	177.980	345.702
Mais de cinco anos	<u>2.426</u>	<u>2.717</u>
	<u>915.105</u>	<u>917.437</u>

O movimento nas provisões para aplicações em instituições de crédito durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 20.

8. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito interno		
Empréstimos	1.395.350	1.609.243
Créditos em conta corrente	955.635	1.438.244
Outros créditos	559.211	514.450
Descobertos em depósitos à ordem	106.481	202.311
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	90.596	148.096
Crédito ao exterior		
Descobertos em depósitos à ordem	37	326.022
Créditos em conta corrente	56.455	270.081
Empréstimos	12.157	53.785
Outros créditos	16.014	40.645
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	-	902
Outros créditos e valores a receber		
Papel comercial	149.800	167.409
	<u>3.341.736</u>	<u>4.771.188</u>
Crédito titularizado não desreconhecido	<u>222.626</u>	<u>382.149</u>
	<u>3.564.362</u>	<u>5.153.337</u>
Crédito e juros vencidos	198.620	935.863
Juros a receber, líquidos de proveitos diferidos e comissões	18.249	25.830
	<u>3.781.231</u>	<u>6.115.030</u>
Provisões para crédito (Nota 20):		
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e titulado	(250.277)	(1.086.871)
Provisões para crédito vencido	(34.167)	(378.389)
Provisões para risco-país	(218)	(75.917)
	<u>(284.662)</u>	<u>(1.541.177)</u>
	<u>3.496.569</u>	<u>4.573.853</u>

No exercício de 2010, o Banco alienou um conjunto de operações de crédito à Parvalorem pelo seu valor nominal, pelo montante total de 2.324.509 mEuros, tendo revertido provisões no montante de 1.395.921 mEuros. No âmbito da carta conforto prestada àquela entidade, o BPN constituiu uma provisão de igual montante na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" (Nota 20).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010, as rubricas "Crédito interno - créditos em conta corrente", "Crédito ao exterior - empréstimos" e "Crédito e juros vencidos", incluem operações de crédito no montante de 5.661 mEuros, 369 mEuros e 101.603 mEuros, respectivamente, cujo total ascende a 107.633 mEuros prometidos vender à Parvalorem entre 2011 e 2014, no âmbito do contrato celebrado com esta entidade (Nota 22). As provisões para estas operações de crédito encontram-se registadas na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos", no âmbito da carta-conforto prestada a esta entidade (Nota 20).

O apuramento das provisões estimadas para crédito em clientes foi efectuado de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as provisões estimadas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Análise individual	254.899	1.423.688
Provisões apuradas na extrapolação efectuada com base nos questionários de crédito	64.952	164.110
	<u>319.851</u>	<u>1.587.798</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, as provisões estimadas para a carteira de crédito concedido pela Sucursal de Paris do Banco foram apuradas através da análise colectiva.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas provisões encontram-se reflectidas da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisões para crédito vencido e clientes de cobrança duvidosa (Nota 20)	284.662	1.541.177
Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 20)	35.189	46.621
	<u>319.851</u>	<u>1.587.798</u>

O movimento nas provisões durante os exercícios de 2010 e 2009, é apresentado na Nota 20.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Crédito titularizado não desreconhecido”, corresponde ao valor nominal dos créditos cedidos referentes à operação de securitização “Chaves SME CLO N°1”, concretizada em 2006 pelo montante total de 601.100 mEuros. Estes créditos não foram desreconhecidos do balanço do Banco. A titularização dos créditos é explicada em maior detalhe na Nota 19.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais do “Crédito a clientes” têm a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	929.677	1.957.490
De três meses a um ano	571.051	1.283.082
De um a cinco anos	411.523	373.387
Mais de cinco anos	1.868.980	2.501.071
	<u>3.781.231</u>	<u>6.115.030</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade do "Crédito vencido" apresentava a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	36.463	287.965
De três a seis meses	29.426	136.757
De seis meses a um ano	38.666	222.764
De um a três anos	51.632	200.036
Mais de 3 anos	41.065	87.887
Juros vencidos a regularizar	1.368	454
	<u>198.620</u>	<u>935.863</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	<u>31-12-2010</u>		<u>31-12-2009</u>	
	Sem Securitização	Com Securitização	Sem Securitização	Com Securitização
Agricultura, silvicultura, caça e pescas	32.418	39.387	365.278	385.118
Indústrias extractivas	8.415	9.001	21.681	22.872
Alimentação, bebidas e tabacos	51.666	65.901	76.293	88.604
Têxteis	41.769	44.663	62.921	70.316
Madeira e cortiça	13.319	14.585	42.880	45.764
Papel, artes gráficas e editoras	20.729	22.723	31.645	35.071
Químicas e actividades conexas	16.121	18.798	37.036	42.971
Produtos minerais não metálicos	60.365	63.512	132.703	137.998
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base	41.665	54.802	54.605	66.821
Fabricação de mobiliário e outras indústrias transformadoras	75.615	78.076	69.998	91.628
Electricidade, água e gás	1.939	1.939	2.644	2.644
Construção	72.274	72.274	71.471	74.193
Actividades imobiliárias	998.226	1.052.781	1.646.309	1.740.297
Comércio, manutenção e reparação de veículos	347.161	347.161	535.499	605.387
Restaurantes e hotéis	119.701	119.701	120.807	141.265
Transporte, armazenagem e comunicações	86.713	96.160	79.562	84.764
Actividade e intermediação financeira	614.822	614.995	738.189	745.931
Particulares	794.974	845.230	920.944	1.002.168
Outros	160.713	219.542	722.416	731.219
	<u>3.558.605</u>	<u>3.781.231</u>	<u>5.732.881</u>	<u>6.115.030</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, o derivado de cobertura destina-se a cobrir o risco de taxa de juro de uma aplicação mantida junto do BPN Crédito – IFIC.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Opções sobre acções não cotadas” corresponde a uma opção celebrada com um cliente sobre acções da Galilei, SGPS, S.A.. No exercício de 2010, o cliente exerceu esta opção de venda junto do BPN, tendo o Banco adquirido 6.578.948 acções a um preço unitário de 3,04 Euros (Nota 6). Baseado em pareceres jurídicos obtidos em 2010, o Banco não registou a responsabilidade na aquisição de um lote adicional de 5.402.987 acções detidas por aquele cliente, tendo deste modo, reconhecido um ganho de 16.290 mEuros na rubrica “Resultados em activos e passivos detidos para negociação”, que corresponde à anulação do passivo que se encontrava registado em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 28).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2010					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
Operações Cambiais a Prazo						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras	674	326	-	-	-	1.000
Vendas	680	335	-	-	-	1.015
Swaps						
<u>Swaps Cambiais</u>						
Compras	-	25.624	-	-	-	25.624
Vendas	-	25.724	-	-	-	25.724
<u>Interest Rate Swaps</u>						
Compras	-	2.245	8.781	416.618	204.840	632.484
Vendas	-	2.245	636	232.460	441.859	677.200
	<u>1.354</u>	<u>56.499</u>	<u>9.417</u>	<u>649.078</u>	<u>646.699</u>	<u>1.363.047</u>
	2009					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1ano <= 5 anos	> 5 anos	
Operações Cambiais a Prazo						
<u>Forwards Cambiais</u>						
Compras	9.783	-	-	-	-	9.783
Vendas	9.969	-	-	-	-	9.969
Swaps						
<u>Swaps Cambiais</u>						
Compras	144.339	-	-	-	-	144.339
Vendas	145.622	-	-	-	-	145.622
<u>Interest Rate Swaps</u>						
Compras	-	5.950	7.914	208.113	486.122	708.099
Vendas	-	1.983	-	94.887	867.626	964.496
<u>Equity Swaps</u>						
Compras	-	20.000	-	-	-	20.000
Futuros						
<u>Futuros de Taxa de Juro</u>						
Posições Longas	6.500	-	-	-	-	6.500
Opções						
<u>Cotações</u>						
Compras	-	-	38.100	-	-	38.100
	<u>316.213</u>	<u>27.933</u>	<u>46.014</u>	<u>303.000</u>	<u>1.353.748</u>	<u>2.046.908</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2010	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo		
<u>Forwards Cambiais</u>		
<i>Clientes</i>	2.014	(15)
Swaps		
<u>Swaps Cambiais</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	51.348	1
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	1.098.290	(15.430)
<i>Clientes</i>	211.395	16.164
	<u>1.309.685</u>	<u>734</u>
	<u>1.363.047</u>	<u>720</u>
	2009	
	Valor Nocional	Valor Contabilístico
Operações Cambiais a Prazo		
<u>Forwards Cambiais</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	279	(14)
<i>Clientes</i>	19.473	(130)
	<u>19.752</u>	<u>(144)</u>
Swaps		
<u>Swaps Cambiais</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	289.961	3
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	1.434.211	(635)
<i>Clientes</i>	238.384	(839)
<i>Equity Swap's</i>	20.000	87
	<u>1.692.595</u>	<u>(1.387)</u>
Futuros		
Futuros de Taxa de Juro	6.500	65
Futuros de Cotações		
<i>Divisas</i>	-	104
Opções (Divisas e cotações)		
<i>Clientes</i>	38.100	(39.180)
	<u>2.046.908</u>	<u>(40.539)</u>

10. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Imóveis	13.272	62.019
Unidades de participação (Nota 6)	932	-
Participações financeiras	150	-
	<u>14.354</u>	<u>62.019</u>
Imparidade (Nota 20)		
. Imóveis	(3.452)	(12.185)
. Participações financeiras	(150)	-
	<u>(3.602)</u>	<u>(12.185)</u>
	<u>10.752</u>	<u>49.834</u>

O Banco tem a expectativa de alienar no prazo de 12 meses os imóveis registados nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2010, que apresentam o seguinte detalhe:

Imóvel	Valor de aquisição	Imparidade	Valor contabilístico em 31-12-2010
Predio U 2970 Concelho Cascais Freguesia Cascais	1.923	(399)	1.524
Predio U 634 Concelho Peso da Regua Freguesia Peso da Régua	2.180	(1.080)	1.100
Rua Pinhal, Freguesia Agua Santas, Concelho Maia	740	(190)	550
Prédio U 2653 Concelho Condeixa a Nova Freguesia Ega	518	-	518
Vale da Proa, Semide, Miranda do Corvo; Vale Escuro, Semide, Miranda do Corvo	513	(132)	381
Predio U 3562 Concelho Matosinhos Freguesia Leça da Palmeira	433	(58)	375
Predio U 1156 Concelho Alcobaça Freguesia Bárrio	335	-	335
Predio U 633 Concelho Peso da Regua Freguesia Peso da Régua	1.085	(775)	310
Rua Eugénio de Castro, Ramalde, Porto	357	(57)	300
Carvalhais de Cima, Freguesia de Assafarge	350	(50)	300
Predio U 5883 Concelho Loulé Freguesia Loulé	300	-	300
Predio Urbano, Freguesia de S. Martinho da Gândara, Oliveira de Azemeis	265	-	265
Prédio U 5828 Concelho Funchal Freguesia S.Martinho	251	-	251
Rua Moinho do Gato, Quinta do Vale da Moura, Várzea de Sintra, Sintra	445	(241)	204
Predio U 7380 Concelho Gondomar Freguesia Gondomar (S.Cosme)	236	(45)	191
Prédio U 1053 - F Concelho Vila Nova de Famalicão Freguesia Vale (S.Martinho)	172	-	172
Prédio U 513 - D Concelho Amadora Freguesia Reboleira	160	-	160
Predio U 1495 Concelho Caldas da Rainha Freguesia Foz do Arelho	160	-	160
Prédio U 201 Concelho Ponte de Lima Freguesia Seara	150	-	150
Predio U 2745-G Concelho Santa Maria Feira Freguesia Lourosa	146	-	146
Predio U 6182 Concelho Sintra Freguesia Sintra	143	-	143
Prédio U 1144 Concelho Gondomar Freguesia Valbom	140	-	140
Prédio U 9219 Concelho Seixal Freguesia Fernão Ferro	135	-	135
Prédio U 863 - S Concelho Lisboa Freguesia Lumiar	129	-	129
Avª dos Banhos, 466 e Rua Latino Coelho, 239-247 1º Dtº, Povoia Varzim	127	-	127
Imovel Concelho Gondomar Freguesia Valbom CRP nº 1268	238	(116)	122
Predio U 6775 Concelho Coimbra Freguesia Santo António dos Olivais	122	-	122
Predio U 632 Concelho Peso da Regua Freguesia Peso da Régua	347	(227)	120
Avª dos Banhos, 466 e Rua Latino Coelho, 239-247 1º Esqº, Povoia Varzim	119	-	119
Prédio U 15222/3 Cabo Verde	134	(18)	116
Prédio U 11058 Concelho Seixal Freguesia Ferno Ferro	115	-	115
Prédio U 7602 Concelho Albufeira Freguesia Albufeira	124	(19)	105
			9.185
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 100 mEuros	680	(45)	635
	<u>13.272</u>	<u>(3.452)</u>	<u>9.820</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Unidades de participação” diz respeito aos títulos que se encontram prometidos vender à Parups (Nota 6).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Participações financeiras” apresenta o seguinte detalhe:

Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Imparidade	Valor de balanço
Parparticipadas, SGPS, S.A.	100%	50	(50)	-
Parvalorem, S.A.	100%	50	(50)	-
Parups, S.A.	100%	50	(50)	-
		<u>150</u>	<u>(150)</u>	<u>-</u>

Os dados financeiros obtidos das demonstrações financeiras não auditadas destas empresas em 31 de Dezembro de 2010, podem ser resumos da seguinte forma:

Entidade	Sede	% de participação	Capitais próprios (a)	Resultado líquido
Parparticipadas, SGPS, S.A.	Portugal	100%	(56.279)	(56.329)
Parvalorem, S.A.	Portugal	100%	(12.267)	(12.317)
Parups, S.A.	Portugal	100%	(4.598)	(4.648)

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do período.

Em 31 de Dezembro de 2010, a comparação entre o capital próprio das empresas filiais e associadas com os respectivos custos de aquisição apresenta o seguinte detalhe:

Entidade	% de participação	Capital próprio, incluindo o resultado líquido	Custo de aquisição	Imparidade	Provisões para outros riscos e encargos (Nota 20)
Parparticipadas, SGPS, S.A.	100%	(56.279)	50	(50)	(19.357)
Parvalorem, S.A.	100%	(12.267)	50	(50)	(12.267)
Parups, S.A.	100%	(4.598)	50	(50)	(4.598)
		<u>(73.144)</u>	<u>150</u>	<u>(150)</u>	<u>(36.222)</u>

A rubrica “Imparidade” diz respeito à imparidade constituída pelo BPN para as participações acima referidas e é relativa à diferença entre o valor de balanço de cada participação e o montante correspondente à participação nos capitais próprios dessas participadas.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a cobrir as perdas resultantes do valor negativo dos capitais próprios das entidades acima referidas. No que respeita à Parparticipadas, a provisão constituída pelo BPN, não considerou os capitais próprios negativos do BPN Créditois Brasil – Promotora de Vendas, Ltda. no montante de 36.922 mEuros, uma vez que os mesmos já se encontram provisionados noutras rubricas de balanço ou em outras entidades do Grupo BPN, com o seguinte detalhe:

Para o crédito concedido, no âmbito da carta-conforto prestada à Parvalorem	25.936
Para custos a incorrer com a liquidação (Nota 20)	6.488
No BPN (Cayman) Limited, para os suprimentos concedidos	4.498

	36.922
	=====

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2009			2010			Saldo em 31.12.2010			Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 20)	Adições	Abates	Transferências	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	1.224	-	-	-	-	50	-	1.274	-	-
Edifícios	6.479	(1.335)	-	-	-	(50)	(128)	6.429	(1.463)	-
Obras em imóveis arrendados	24.043	(16.451)	-	31	(1.624)	-	(1.868)	22.450	(17.234)	-
Equipamento										
Mobiliário e material de escritório	3.129	(3.117)	-	40	(51)	-	(40)	3.118	(3.109)	-
Máquinas e ferramentas	8.717	(5.586)	-	-	(226)	(95)	(843)	8.396	(6.136)	-
Equipamento informático	7.090	(6.296)	-	-	(628)	(620)	(23)	5.842	(5.838)	-
Instalações interiores	2.474	(2.412)	-	19	(19)	-	(22)	2.474	(2.415)	-
Material de transporte	354	(267)	-	12	(45)	23	(73)	344	(335)	-
Equipamento de segurança	1.628	(1.433)	-	-	-	-	(75)	1.628	(1.508)	-
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Activos em locação financeira										
Equipamento	17.427	(8.026)	-	-	-	-	(2.931)	17.427	(10.957)	-
Outros activos tangíveis	3.979	(8)	(3.821)	8	(7)	692	-	4.672	(8)	(3.821)
	<u>76.545</u>	<u>(44.932)</u>	<u>(3.821)</u>	<u>110</u>	<u>(2.600)</u>	<u>-</u>	<u>(6.003)</u>	<u>74.055</u>	<u>(49.004)</u>	<u>(3.821)</u>

	Saldo em 31.12.2008 (proforma)			2009			Saldo em 31.12.2009			Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 20)	Adições	Abates	Transferências	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	1.224	-	-	-	-	-	-	1.224	-	-
Edifícios	6.479	(1.206)	-	-	-	-	(129)	6.479	(1.335)	-
Obras em imóveis arrendados	24.043	(14.186)	-	-	-	-	(2.265)	24.043	(16.451)	-
Equipamento										
Mobiliário e material de escritório	3.129	(3.003)	-	-	-	-	(114)	3.129	(3.117)	-
Máquinas e ferramentas	7.963	(4.786)	-	754	-	-	(800)	8.717	(5.586)	-
Equipamento informático	7.160	(7.085)	-	-	(840)	770	(51)	7.090	(6.296)	-
Instalações interiores	2.474	(2.384)	-	-	-	-	(28)	2.474	(2.412)	-
Material de transporte	341	(228)	-	13	-	-	(39)	354	(267)	-
Equipamento de segurança	1.628	(1.303)	-	-	-	-	(130)	1.628	(1.433)	-
Outro equipamento	1	(1)	-	-	-	-	-	1	(1)	-
Activos em locação financeira										
Equipamento	17.427	(5.095)	-	-	-	-	(2.931)	17.427	(8.026)	-
Outros activos tangíveis	3.979	(8)	(2.524)	-	-	-	-	3.979	(8)	(3.821)
	<u>75.848</u>	<u>(39.285)</u>	<u>(2.524)</u>	<u>767</u>	<u>(840)</u>	<u>770</u>	<u>(6.487)</u>	<u>76.545</u>	<u>(44.932)</u>	<u>(3.821)</u>

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2009			Saldo em 31.12.2010		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	10.100	(7.902)	(1.253)	10.100	(9.155)	945
Outros activos intangíveis	2.439	(2.439)	-	2.439	(2.439)	-
	<u>12.539</u>	<u>(10.341)</u>	<u>(1.253)</u>	<u>12.539</u>	<u>(11.594)</u>	<u>945</u>

	Saldo em 31.12.2008 (proforma)			2009		Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	10.094	(5.686)	6	(770)	(1.446)	10.100	(7.902)	2.198
Outros activos intangíveis	2.439	(2.439)	-	-	-	2.439	(2.439)	-
	<u>12.533</u>	<u>(8.125)</u>	<u>6</u>	<u>(770)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>12.539</u>	<u>(10.341)</u>	<u>2.198</u>

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	Participação directa (%)	2010			2009		
		Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
<u>Empresas no País</u>							
BPN Serviços, ACE	63%	63	-	63	51	-	51
BPN - Participações Financeiras SGPS, Lda.	100%	50	(50)	-	50	(50)	-
Real Vida Seguros, S.A.	0%	-	-	-	108.086	(91.550)	16.536
		<u>113</u>	<u>(50)</u>	<u>63</u>	<u>108.187</u>	<u>(91.600)</u>	<u>16.587</u>

No exercício de 2010, o BPN alienou a participação na Real Vida Seguros, S.A. à Parparticipadas pelo montante de 6.523 mEuros, tendo reconhecido uma menos-valia de 101.563 mEuros registada na rubrica “Resultados de alienação de outros activos” e revertido provisões no montante de 91.550 mEuros que se encontravam registadas na rubrica “Imparidade para investimentos em filiais e associadas” (Notas 20 e 30).

No exercício de 2010, a BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda. e a sua participada BPN Internacional, SGPS, S.A. alienaram à Parparticipadas um conjunto de participações financeiras detidas por estas em outras entidades do Grupo BPN, cujo preço correspondeu aos capitais próprios em 30 de Novembro de 2010 ajustados das reversões de provisões e imparidades efectuadas por estas decorrentes da alienação dos activos à Parvalorem e à Parups. Os impactos desta operação foram os seguintes:

	Sede	% de participação	Custo de aquisição	Valor de balanço na data da venda	Valor de venda	Valia líquida
<u>Entidades alienadas pela BPN Participações Financeiras:</u>						
Banco Efisa, S.A.	Portugal	100%	28.769	(83.057)	319	83.376
BPN Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Portugal	100%	63.932	27.295	57.713	30.418
BPN Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal	100%	4.952	3.714	3.718	4
BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Portugal	100%	574	574	3.567	2.993
BPN Participações Brasil Ltda. (86%)	Brasil	86%	14.385	26.747	23.221	(3.526)
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda. (50%)	Brasil	50%	445	(17.081)	1	17.082
			<u>113.057</u>	<u>(41.808)</u>	<u>88.539</u>	<u>130.347</u>
<u>Entidades alienadas pela BPN Internacional:</u>						
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda. (50%)	Brasil	50%	492	(17.081)	1	17.082
Banco Português de Negócios (IFI), S.A.	Cabo Verde	100%	25.500	11.657	55.417	43.760
			<u>25.992</u>	<u>(5.424)</u>	<u>55.418</u>	<u>60.842</u>
			<u>139.049</u>	<u>(47.232)</u>	<u>143.957</u>	<u>191.189</u>

Para além dos instrumentos de capital incluídos nesta rubrica, o Banco concedeu à BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda. suprimentos para financiar as suas actividades, os quais se encontram registados na rubrica “Outros activos” (Nota 15).

No exercício de 2009, a Real Vida Seguros, S.A. efectuou um stock-split do valor nominal das acções representativas do seu capital social de 5 Euros para 1 Euro.

Os dados financeiros obtidos das contas individuais e não auditadas destas empresas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	2010			
	Sede	% de participação	Capital próprio (a) (b)	Resultado líquido (b)
BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda.	Portugal	100%	(71.130)	189.207
BPN Serviços, ACE	Portugal	63%	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Contas provisórias.

Entidade	2009			
	Sede	% de participação	Capital próprio (a) (b)	Resultado líquido (b)
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100%	16.612	4.405
BPN - Participações Financeiras, SGPS, Lda.	Portugal	100%	(253.059)	(52.102)
BPN Serviços, ACE	Portugal	51,4%	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Contas provisórias.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital próprio negativo da BPN Participações Financeiras, SGPS, S.A. encontra-se totalmente provisionado na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2010, a BPN – Participações Financeiras, SGPS, Lda. passou a deter directamente e indirectamente as seguintes participações financeiras:

Entidade	Sede	% de participação directa	% de participação indirecta	Capital próprio (a) (b)	Resultado líquido (b)
BPN Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	100%	100%	(60.330)	54.485
BPN Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	100%	100%	27	(4)
BPN (Cayman) Limited	Ilhas Caimão	-	100%	39.972	33.820

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.
(b) Contas provisórias.

14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	2010	2009
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	70	-
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(602)	(280)
	<u>(532)</u>	<u>(280)</u>

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

O Banco não constituiu impostos diferidos activos, face às dúvidas existentes quanto à recuperabilidade dos mesmos.

Durante o exercício de 2009, o Banco reverteu os impostos diferidos passivos por dispor de prejuízos fiscais reportáveis suficientes para suportar os proveitos fiscais que serão considerados no momento da alienação dos títulos que deram origem ao registo dos impostos diferidos passivos. No exercício de 2010, o Banco alienou estes títulos à Parups.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Impostos correntes</u>		
. Do exercício	(782)	(462)
. Correções relativas a exercícios anteriores (líquido)	(5)	(2.535)
Total de impostos em resultados	<u>(787)</u>	<u>(2.997)</u>
<u>Impostos diferidos</u>		
Reversão de impostos diferidos passivos	-	2.541
	<u>(787)</u>	<u>(456)</u>
Resultado antes de impostos	<u>(101.633)</u>	<u>(219.647)</u>
Carga fiscal	<u>0,77%</u>	<u>0,21%</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos		<u>(101.633)</u>		<u>(219.647)</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	-26,50%	26.933	-26,50%	58.206
Derrama estadual	-2,50%	2.541	-	-
Imposto diferido activo não reconhecido	29,00%	(29.474)	26,50%	(58.206)
Correções de imposto relativas a exercícios anteriores	0,00%	(5)	1,15%	(2.535)
Reversão de impostos diferidos passivos	0,00%	-	-1,16%	2.541
Tributação autónoma	0,77%	(782)	0,21%	(462)
Imposto registado em resultados	<u>0,8%</u>	<u>(787)</u>	<u>0,2%</u>	<u>(456)</u>

O imposto corrente registado em resultados diz respeito a tributação autónoma essencialmente de custos com viaturas e ajudas de custo.

No exercício de 2010, foi introduzida a Derrama Estadual, passando a incidir, sobre a parte do lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 mEuros, uma taxa adicional de 2,5%.

15. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outros activos		
Outros	7.874	2.840
Ouro, metais preciosos, numismática e medalhística	23	25
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	1.210	310
Devedores por operações sobre futuros e opções	-	106
Devedores diversos		
Suprimentos	20.850	105.988
Bonificações a receber	568	157
Outros devedores diversos	6.648	6.387
Despesas com encargo diferido		
Outras	273	385
Seguros	139	269
Compromissos irrevogáveis	125	-
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 33)	34.959	43.642
Operações activas a regularizar		
Outras operações activas a regularizar	16	2.172
Posição cambial a prazo	117	1.386
Bens recebidos em dação de crédito	16.267	16.477
	<u>89.069</u>	<u>180.144</u>
Imparidade (Nota 20):		
Suprimentos	(20.850)	(105.988)
Outros devedores	(8.101)	(4.178)
Bens recebidos em dação de crédito	(1.535)	(1.535)
	<u>(30.486)</u>	<u>(111.701)</u>
	<u>58.583</u>	<u>68.443</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Devedores diversos – Suprimentos” corresponde integralmente aos suprimentos concedidos à BPN – Participações Financeiras, Lda.. Estes suprimentos não vencem juros, não está previsto o seu prazo de reembolso e encontram-se totalmente provisionados. Durante o exercício de 2010, esta entidade liquidou o montante de 88.538 mEuros, tendo o BPN revertido a provisão associada (Nota 20).

Conforme descrito na Nota 2.5, o Banco regista na rubrica “Bens recebidos em dação de crédito” os bens obtidos por recuperação de crédito. O movimento nestes bens durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2009		2010		Saldo em 31.12.2010	
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito						
Obras de arte	15.350	(1.535)	-	-	15.350	(1.535)
Outros	1.127	-	-	(210)	917	-
	<u>16.477</u>	<u>(1.535)</u>	<u>-</u>	<u>(210)</u>	<u>16.267</u>	<u>(1.535)</u>

	Saldo em 31.12.2008 (proforma)		2009				Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Imparidade	Transferências		Valor bruto	Imparidade acumulada
						Valor bruto	Imparidade		
Bens recebidos em dação de crédito									
Imóveis	61.309	(11.938)	3.098	(2.388)	(247)	(62.019)	12.185	-	-
Obras de arte	-	-	15.350	-	-	-	(1.535)	15.350	(1.535)
Outros	1.127	-	-	-	-	-	-	1.127	-
	<u>62.436</u>	<u>(11.938)</u>	<u>18.448</u>	<u>(2.388)</u>	<u>(247)</u>	<u>(62.019)</u>	<u>10.650</u>	<u>16.477</u>	<u>(1.535)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Bens recebidos em dação de crédito – Obras de arte” é composta por obras de arte do pintor Joan Miró recebidas em dação por recuperações de créditos concedidos pelo Banco. O Banco dispõe de uma imparidade de 1.535 mEuros para estes activos, que foi transferida durante o exercício de 2009 da rubrica “Provisão para outros riscos e encargos”.

Em Dezembro de 2009, o Banco transferiu os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” por passarem a preencher os requisitos da Norma IFRS 5 (Nota 10).

O movimento na imparidade e provisões para outros activos durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 20.

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Recursos de bancos centrais		
Mercado monetário interbancário	70.000	70.000
Juros a pagar	17	179
	<u>70.017</u>	<u>70.179</u>
Recursos de instituições de crédito no país		
Empréstimos	156.012	700.000
Recursos de muito curto prazo	591.239	495.000
Depósitos e outros recursos	7.817	28.115
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos e outros recursos	553.003	243.733
Empréstimos	93.232	180.014
Juros a pagar		
De instituições de crédito no estrangeiro	283	1.651
De instituições de crédito no país	95	117
Despesas com encargos diferidos	-	(269)
	<u>1.401.681</u>	<u>1.648.361</u>
	<u>1.471.698</u>	<u>1.718.540</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos de instituições de crédito no país” inclui financiamentos concedidos pela CGD nos montantes de 745.851 mEuros e 1.195.000 mEuros, respectivamente. De acordo com a lei nº 6-A/2008 de 11 de Novembro, as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela CGD, a favor do Banco no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no nº 7, beneficiam de garantia do Estado.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	1.397.681	1.607.013
De três meses a um ano	4.000	41.348
	<u>1.401.681</u>	<u>1.648.361</u>

17. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos de poupança	21.543	44.158
Outros débitos		
Depósitos a prazo	1.780.438	2.224.587
Depósitos à ordem	456.749	636.996
Outros recursos		
Cheques e ordens a pagar	8.003	22.304
Outros	477	9.417
	<u>2.267.209</u>	<u>2.937.462</u>
Juros a pagar	18.232	26.428
	<u>2.285.441</u>	<u>2.963.890</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
À vista	464.641	644.511
Até três meses	186.349	1.424.772
De três meses a um ano	1.357.786	705.808
De um a cinco anos	276.665	188.799
	<u>2.285.441</u>	<u>2.963.890</u>

18. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações em circulação:		
Obrigações de caixa	-	20.000
Papel Comercial	<u>400.000</u>	<u>2.999.179</u>
	<u>400.000</u>	<u>3.019.179</u>
Juros a pagar	4.255	11.678
Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura	-	(2.521)
	<u>4.255</u>	<u>9.157</u>
	<u>404.255</u>	<u>3.028.336</u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, o Banco realizou diversas emissões de papel comercial garantidas pela República Portuguesa, subscritas integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e que apresentam as seguintes condições:

Descrição	2010			
	Montante	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
Papel Comercial BPN Abril 2010 - 1ª emissão	350.000	30-04-2010	29-04-2011	1,585%
Papel Comercial BPN Abril 2010 - 2ª emissão	50.000	03-05-2010	03-02-2011	1,457%
	<u>400.000</u>			

Descrição	2009			
	Montante	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
Papel Comercial BPN 4ª Emissão	649.884	07-09-2009	02-03-2010	1,476%
Papel Comercial BPN 5ª Emissão	649.883	08-09-2009	03-03-2010	1,469%
Papel Comercial BPN 6ª Emissão	699.872	09-09-2009	04-03-2010	1,456%
Papel Comercial BPN Nov.09 1ª Emissão	499.773	09-11-2009	09-08-2010	1,480%
Papel Comercial BPN Nov.09 2ª Emissão	499.767	12-11-2009	09-11-2010	1,579%
	<u>2.999.179</u>			

Em 31 de Dezembro de 2009, as obrigações em circulação apresentavam as seguintes condições:

Obrigações	Valor nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
BPN Private Equity	10.000	09-07-2007	09-07-2010	Remuneração indexada à performance do índices LPX Major Market Price, com remuneração mínima garantida de 3%.
BPN Competição Ibérica	10.000	29-10-2007	29-10-2010	Remuneração indexada à performance dos índices Ibex e PSI20.
	<u>20.000</u>			

Em 9 de Julho de 2010, ocorreu o reembolso das obrigações de caixa BPN Private Equity no montante de 10.000 mEuros. Em 29 de Outubro de 2010, ocorreu o reembolso das obrigações BPN Competição Ibérica no montante de 10.000 mEuros.

Em 30 de Abril de 2009, ocorreu o reembolso das obrigações BPN Dividendos no montante de 5.000 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura” refere-se ao valor inicial de opções adquiridas para cobertura de obrigações emitidas. Estas opções encontram-se registadas na rubrica “Instrumentos financeiros derivados de negociação”.

19. PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS A ACTIVOS TRANSFERIDOS

Em Dezembro de 2006, o Banco procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 601.210 mEuros, através de uma operação de titularização denominada “Chaves SME CLO No.1”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 250.806 mEuros e 407.429 mEuros.

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos financeiros associados a activos transferidos incluem 13.952 mEuros, relativos a créditos amortizados no último dia do ano e ainda não compensados nas responsabilidades titularizadas.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o BPN não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BPN continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, consequentemente, de remuneração.

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	2010	2009	Moody's	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	527.550	A1	AAA-	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	21.000	Baa3	AA-	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	38.050	Caa2	BBB	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	4.900	Ca	BB	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	9.600	C	B-	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>601.100</u>	<u>601.100</u>				
Montante liquidado	(350.294)	(193.671)				
	<u>250.806</u>	<u>407.429</u>				

¹ Corresponde ao rating na data de emissão do título.

Adicionalmente foi emitida uma Tranche F, adquirida pelo Banco, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais. Esta tranche constitui o equivalente ao capital do Fundo, motivo pelo qual o crédito se encontra no balanço. Esta tranche não foi reconhecida nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes liquidados correspondem à amortização de créditos ocorrida nos meses de Dezembro de cada um dos exercícios. Conforme previsto nas condições de emissão, este montante foi compensado no dia 20 dos meses seguintes, tendo o Banco transferido da rubrica “Crédito vivo” para a rubrica “Crédito titularizado”, o montante de capital necessário para garantir o valor total das obrigações emitidas.

No exercício de 2010, a rubrica “Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda”, inclui utilizações no montante de 252.328 mEuros que resultaram da alienação de um conjunto de títulos à Parups. O BPN registou uma mais-valia do mesmo montante na rubrica “Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda” (Notas 6 e 29). Adicionalmente, decorrente desta operação, o Banco reverteu o montante de 18.455 mEuros na rubrica “Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda” (Nota 6).

No exercício de 2010, a rubrica “Imparidade de activos não correntes detidos para venda”, inclui reversões de provisões no montante de 17.289 mEuros resultante da alienação de um conjunto de imóveis à Parups. No âmbito da carta-conforto prestada a esta entidade, o Banco constituiu provisões de igual montante na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

No exercício de 2010, o Banco alienou a participação que detinha na Real Vida Seguros, S.A. à Parparticipadas, tendo revertido a provisão constituída na rubrica “Imparidade em investimentos em filiais e associadas” no montante de 91.550 mEuros e registado uma menos-valia de 101.563 mEuros na rubrica “Resultados de alienação de outros activos” (Notas 13 e 30).

No exercício de 2010, a rubrica de “Imparidade de outros activos” inclui reversões para suprimentos concedidos à BPN – Participações Financeiras, SGPS, S.A no montante de 88.538 mEuros (Nota 15). Os suprimentos foram liquidados com a venda das participações financeiras detidas por esta entidade à Parparticipadas.

Em 31 de Dezembro de 2010, os montantes registados na coluna “Outros” nas rubricas “Provisões para crédito a clientes” e “Imparidade para outros activos” dizem respeito às provisões que estavam constituídas no Banco BPN (IFI), S.A. e BPN Cayman (Limited), respectivamente, e que foram transferidas para o Banco, no âmbito do contrato de cessão de créditos e activos celebrados entre o BPN e aquelas entidades. Durante o exercício de 2010, o BPN adquiriu estes activos pelo valor líquido de imparidade à data da cessão, que se encontrava registada do balanço daquelas entidades. Consequentemente, decorrente destas operações, o BPN registou estes activos, nas suas demonstrações financeiras, pelo seu valor nominal, registando também a imparidade associada nas rubricas acima mencionadas.

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante registado na coluna “Reclassificações” na rubrica “Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda” diz respeito à imparidade constituída para 6.578.948 acções da Galilei, SGPS, S.A., adquiridas a um cliente, após este ter exercido uma opção de venda que detinha. Na sequência desta aquisição, o BPN reclassificou o montante de 18.000 mEuros da rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação” para a rubrica “Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda” (Notas 6 e 9).

No exercício de 2009, a “Provisões para outros riscos e encargos” inclui reforços no montante de 15.040 mEuros para fazer face à desvalorização da participação detida na BPN - Participações Financeiras, SGPS, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2009, o montante registado em “Outros” na rubrica “Provisões para crédito a clientes” diz respeito às provisões para crédito que estavam constituídas no Banco Insular, SARL e que foram transferidas para o Banco, no âmbito do contrato de cessão de créditos celebrado entre o BPN e aquela entidade.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da “Provisão para outros riscos e encargos” apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2010</u>	<u>31-12-2009</u>
Provisões ao abrigo das cartas conforto	1.803.917	-
Provisões para contingências de investimentos em filiais e associadas:		
. BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda. (Nota 13)	71.130	219.202
. Parparticipadas (Nota 10)	19.357	-
. Parups (Nota 10)	12.267	-
. Parvalorem (Nota 10)	4.598	-
	<u>107.352</u>	<u>219.202</u>
Outras provisões:		
Provisão para eventual recompra de produtos financeiros a clientes	26.925	68.000
Provisão para fraudes identificadas em diversos balcões do Banco	15.588	15.588
Provisões para perdas potenciais em activos tangíveis	9.951	13.494
Provisão para custos a incorrer com a liquidação de uma empresa do Grupo	6.488	12.146
Provisões para contingências fiscais do BPN Serviços, ACE	9.483	9.483
Provisão para títulos de investimento estruturado colocados como capital garantido junto de clientes	9.769	9.262
Provisão para processos judiciais desfavoráveis (Nota 40)	27.491	14.645
Provisões para fazer face a IVA a receber pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos	2.121	2.121
Provisões para garantias e compromissos assumidos	266	1.286
Outras	32	316
	<u>108.114</u>	<u>146.341</u>
	<u>2.019.383</u>	<u>365.543</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Provisões para contingências de investimentos em filiais e associadas” destina-se a cobrir as perdas resultantes do valor negativo dos capitais próprios das entidades acima referidas. No que respeita à Parparticipadas, a provisão constituída pelo BPN não considerou os capitais negativos do BPN Créditos Brasil – Promotora de Vendas, Ltda., uma vez que os mesmos já se encontravam provisionados noutras rubricas do balanço ou em outras entidades do Grupo BPN, conforme descrito na Nota 10.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Provisão para custos a incorrer com a liquidação de uma empresa do Grupo” diz respeito à estimativa de custos a incorrer com a provável liquidação do BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas, Ltda.. No exercício de 2010, o Banco reverteu provisões no montante de 5.658 mEuros, que se encontravam afectas a suprimentos concedidos a esta entidade e que foram vendidos ao BPN (Cayman) Limited. Estes suprimentos encontram-se totalmente provisionados nas demonstrações financeiras desta entidade.

No exercício de 2010, a variação ocorrida na rubrica “Provisões para eventual recompra de produtos financeiros a clientes”, diz respeito à reversão de provisões efectuada pelo Banco, no montante de 41.075 mEuros, que se encontravam afectas a papel comercial emitido por duas entidades. Durante o exercício de 2010, o BPN concedeu crédito a estas entidades, que foi utilizado para amortizar o papel comercial emitido, tendo constituído provisões para essas operações na rubrica “Provisões para crédito a clientes”.

Conforme descrito na Nota 1, no âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, Parvalorem e Parups, a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. No âmbito desta operação, o BPN prestou cartas-conforto à Parvalorem e à Parups, válidas até à data em que sejam por si detidas, garantindo qualquer perda incorrida por estas, na medida do enriquecimento obtido por si e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos, motivo pelo qual foram mantidas e/ou reforçadas as provisões e imparidades que se encontravam registadas nas demonstrações financeiras do Banco à data da venda. As provisões constituídas no âmbito destas cartas-conforto, apresentam o seguinte detalhe:

	Valor nominal ou de venda	Provisão registada
<u>Activos alienados pelo Banco:</u>		
. Crédito	2.324.509	1.395.921
. Títulos	1.086.022	247.830
. Imóveis	49.202	17.289
. Participações financeiras	6.523	-
	<u>3.466.256</u>	<u>1.661.040</u>
<u>Activos alienados pelo Banco Efisa, S.A.:</u>		
. Crédito	95.845	59.475
. Títulos	69.268	25.303
. Imóveis	5.350	36
	<u>170.463</u>	<u>84.814</u>
<u>Activos alienados pelo BPN Crédito IFIC, S.A.:</u>		
. Crédito	39.552	25.398
. Imóveis	17.816	5.380
	<u>57.368</u>	<u>30.778</u>
<u>Activos alienados pelo Banco BPN (IFI) S.A.:</u>		
. Crédito	42.784	27.285
	<u>3.736.871</u>	<u>1.803.917</u>

Os impactos decorrentes desta operação são detalhados de seguida:

Activo alienado	Entidade adquirente	Valor em 30 de Novembro de 2010	Valor recebido	Valia obtida	Provisões para carta-conforto prestada	Valia líquida
<u>Activos alienados pelo Banco</u>						
Crédito a clientes (Nota 8)	Parvalorem	930.167	2.324.509	1.394.342	1.395.921	(1.579)
Títulos (Nota 6)	Parups	815.239	1.086.022	270.783	247.830	22.953
Imóveis	Parups	31.212	49.202	17.990	17.289	701
Participações financeiras (Nota 13)	Parparticipadas	16.535	6.523	(10.012)	-	(10.012)
		<u>1.793.153</u>	<u>3.466.256</u>	<u>1.673.103</u>	<u>1.661.040</u>	<u>12.063</u>
<u>Activos alienados pelo Banco Efisa, S.A.</u>						
Crédito a clientes	Parvalorem	36.370	95.845	59.475	59.475	-
Títulos	Parups	41.823	69.268	27.445	25.303	2.142
Imóveis	Parups	5.075	5.350	275	36	239
		<u>83.268</u>	<u>170.463</u>	<u>87.195</u>	<u>84.814</u>	<u>2.381</u>
<u>Activos alienados pelo BPN Crédito - IFIC, S.A.</u>						
Crédito a clientes	Parvalorem	14.154	39.552	25.398	25.398	-
Imóveis	Parups	12.436	17.816	5.380	5.380	-
		<u>26.590</u>	<u>57.368</u>	<u>30.778</u>	<u>30.778</u>	<u>-</u>
<u>Activos alienados pelo BPN, que se encontravam no balanço do BPN (IFI), S.A.</u>						
Crédito a clientes	Parvalorem	15.499	42.784	27.285	27.285	-
		<u>1.918.510</u>	<u>3.736.871</u>	<u>1.818.361</u>	<u>1.803.917</u>	<u>14.444</u>

Decorrente destas operações, o Banco registou nas suas demonstrações financeiras as provisões para a carta-conforto prestadas para os activos alienados por todas as entidades do Grupo BPN no montante de 1.803.917 mEuros e a valia líquida no montante de 12.063 mEuros relativa aos activos por si alienados.

No exercício de 2010, o Banco alienou um conjunto de operações de crédito à Parvalorem pelo seu valor nominal, pelo montante total de 2.324.509 mEuros. Com esta operação, o Banco obteve uma mais valia de 1.394.342 mEuros, que se encontra reflectida nas seguintes rubricas contabilísticas:

Reversões de imparidade para crédito a clientes (Nota 20)	1.395.921
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 30)	(1.579)

	1.394.342
	=====

Durante o exercício de 2010, o Banco alienou um conjunto de imóveis à Parups, que se encontravam registados nesta rubrica pelo montante de 49.202 mEuros. O preço de venda correspondeu ao maior entre o valor de avaliação e o valor de aquisição. Com esta operação, o Banco obteve uma mais valia de 17.990 mEuros, que se encontra reflectida nas seguintes rubricas contabilísticas:

Reversões de imparidade para activos não correntes detidos para venda (Nota 20)	17.289
Ganhos em activos não correntes detidos para venda (Nota 30)	701

	17.990
	=====

21. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	94.500
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas - BPN (SFE) - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	<u>25.000</u>	<u>25.000</u>
	244.500	244.500
Juros a pagar	997	943
	<u><u>245.497</u></u>	<u><u>245.443</u></u>

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigação	Valor nominal	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de juro nominal em:		Cláusula de reembolso antecipado
				31.12.2010	31.12.2009	
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	Perpétuo	Euribor 6 meses + 2%	3,141%	3,018%	No final do décimo ano de vida do empréstimo e posteriormente em cada data de pagamento de juros subsequente, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo apenas na sua totalidade, mediante autorização do Banco de Portugal.
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) - 2003	25.000	16-05-2013	Euribor 6 meses + 2%	3,276%	2,991%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	3,254%	2,999%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	3,254%	2,999%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	22-12-2015	Euribor 6 meses + 1,15%	2,754%	2,145%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
	<u>244.500</u>					

22. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Credores e outros recursos	157.551	47.432
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar	17.904	15.671
Juros de outros recursos	58	106
Receitas com rendimento diferido	917	948
Outras contas de regularização		
Outras operações passivas a regularizar	17.426	1.474
Operações de bolsa a regularizar	14.781	587
Posição cambial à vista	100	1.355
Outras operações a liquidar	100	1.283
Posição cambial a prazo	14	41
Operações cambiais à vista	18	31
	<u>208.869</u>	<u>68.928</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Credores e outros recursos” inclui os montantes de 107.633 mEuros e 932 mEuros pagos antecipadamente pela Parvalorem e pela Parups, respectivamente, referente aos contratos de promessa de venda de activos (Notas 8 e 10).

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica “Outras contas de regularização - Outras operações passivas a regularizar”, inclui 11.298 mEuros relacionados com os movimentos às contas dos correspondentes de depósitos à ordem, nomeadamente em moeda estrangeira, realizadas por conta de clientes do Banco, que ficam a aguardar a

data-valor do movimento para serem realizados. Estes montantes foram regularizados na sua maioria no início de Janeiro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica “Outras contas de regularização – Operações de bolsa a regularizar”, refere-se a operações de títulos de clientes que aguardam a liquidação financeira. Estes montantes foram regularizados na sua maioria no início de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Credores e outros recursos” inclui os montantes de 5.817 mEuros e 19.937 mEuros, respectivamente, referentes a depósitos efectuados que servem de caução a operações contratadas com clientes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Encargos a pagar – Outros encargos a pagar” inclui o montante de 4.872 mEuros e 5.076 mEuros, respectivamente, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 33).

23. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital do Banco era integralmente detido pelo BPN, SGPS, S.A., entidade detida pela Galilei, SGPS, S.A.. Em Setembro de 2008, foi realizado um aumento de capital no montante de 80.000 mEuros, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela BPN, SGPS, S.A..

Conforme referido na Nota Introdutória, em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçavam os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital do BPN é integralmente detido pelo Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, representado por 76.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, cujas condições finais foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-B/2010, de 5 de Agosto, decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tendo contudo sido concretizado com sucesso.

No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Deste modo, a continuidade das operações

está dependente do sucesso da concretização do modelo de recapitalização do Banco e do apoio financeiro do Estado Português.

O modelo de recapitalização acima referido que se encontra previsto para o Banco assenta nas seguintes operações:

- a) Constituição das entidades Parparticipadas, Parvalorem e Parups e alienação ao valor nominal de um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010, operação ocorrida em 2010;
- b) Aquisição em 2011 destas entidades, de forma directa ou indirectamente, pelo Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade;
- c) Realização de um aumento de capital no Banco, a subscrever e a realizar integralmente pelo actual accionista.

24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prémios de emissão	6.790	6.790
Reservas de reavaliação		
· Reserva de justo valor (Nota 6)		
Mais valias potenciais	96	14.694
Menos valias potenciais	(147)	(2.739)
	<u>(51)</u>	<u>11.955</u>
Outras reservas e resultados transitados		
· Outras reservas	24.690	24.690
· Reserva legal	24.621	24.621
· Resultados transitados	(2.515.506)	(2.295.403)
	<u>(2.466.195)</u>	<u>(2.246.092)</u>
Resultado líquido do exercício	(102.420)	(220.103)
	<u>(2.561.876)</u>	<u>(2.447.450)</u>

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, nomeadamente o artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de imparidades reconhecidas em resultados no exercício ou em exercícios anteriores, relativas à carteira de títulos classificados como “ Activos financeiros disponíveis para venda”.

25. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	633	1.226
Juro de disponibilidades em instituições de crédito	1.009	70
Juros de aplicações em instituições de crédito		
No país	21.265	27.786
No estrangeiro	1.324	1.746
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	139.012	170.979
Crédito ao exterior	8.479	23.742
Outros créditos e valores a receber	2.663	5.680
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	15.967	19.867
Juros de activos financeiros detidos para negociação	15.210	13.753
Juros de crédito vencido	3.658	12.993
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	1.311	5.014
Outros juros e rendimentos similares	116	191
Juros de devedores e outras aplicações	-	8
	<u>210.647</u>	<u>283.055</u>
Comissões recebidas ao custo amortizado	8.921	11.558
	<u><u>219.568</u></u>	<u><u>294.613</u></u>

	2010	2009
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de depósitos		
De outros residentes	52.599	108.629
De não residentes	2.365	4.879
Do sector público	1.119	2.338
De emigrantes	1.126	2.203
Juros e recursos de instituições de crédito		
No país	6.564	11.970
No estrangeiro	13.709	11.077
Juros de responsabilidades representadas por títulos	54.171	33.960
Juros de responsabilidades representadas por activos não desreconhecidos de operações de titularização	22.593	29.288
Juros de passivos financeiros de negociação	15.368	13.876
Juros de passivos subordinados	7.042	10.382
Outros juros e encargos similares	457	1.707
Juros de recursos em bancos centrais	710	1.055
	<u>177.823</u>	<u>231.364</u>
Comissões pagas ao custo amortizado	1.478	2.168
	<u><u>179.301</u></u>	<u><u>233.532</u></u>

26. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica diz respeito a dividendos recebidos de instrumentos de capital registados na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda”.

27. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões</u>		
Por serviços prestados	7.019	19.844
Por garantias prestadas	6.839	6.890
Outras operações realizadas por conta de terceiros	5.740	5.458
Por compromissos assumidos perante terceiros	211	319
Outros	11.500	7.686
	<u>31.309</u>	<u>40.197</u>
 <u>Encargos com serviços e comissões</u>		
Por compromissos assumidos por terceiros	3.548	-
Por serviços bancários prestados por terceiros	7.603	15.386
Por garantias recebidas	7.415	3.703
Por operações realizadas por terceiros	2.166	2.074
Outros	16	22
	<u>20.748</u>	<u>21.185</u>

No exercício de 2010, a rubrica “Encargos com serviços e comissões – por compromissos assumidos por terceiros” diz respeito às comissões pagas à Caixa Geral de Depósitos pela subscrição de papel comercial.

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica “Encargos com serviços e comissões – por serviços bancários prestados por terceiros” diz respeito às comissões pagas ao Estado Português pela garantia prestada por este nas emissões de papel comercial.

28. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
Instrumentos derivados	18.639	(6.300)
Instrumentos de capital	(65)	(784)
Instrumentos de dívida	(63)	138
Outros títulos	-	1
	<u>18.511</u>	<u>(6.945)</u>
<u>Resultados em operações de cobertura e elementos cobertos</u>		
Correções de valores de activos que sejam objecto de operações de cobertura	36	(7)
Derivados de cobertura	(17)	3
	<u>19</u>	<u>(4)</u>
	<u>18.530</u>	<u>(6.949)</u>

No exercício de 2010, a rubrica “Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos derivados” inclui um ganho de 16.290 mEuros, relativo à reavaliação da opção de venda sobre acções da Galilei, SGPS, S.A. detida por um cliente e que não foi exercida durante o ano (Nota 9).

29. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de capital	253.521	-
Instrumentos de dívida	1.229	4.551
	<u>254.750</u>	<u>4.551</u>
<u>Perdas em activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de capital	(175)	(66)
Instrumentos de dívida	(11)	(3)
	<u>(186)</u>	<u>(69)</u>
	<u>254.564</u>	<u>4.482</u>

No exercício de 2010, a rubrica “Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital”, inclui 252.328 mEuros de mais-valias obtidas na alienação de um conjunto títulos à Parups (Notas 6 e 20).

No exercício de 2010, a rubrica “Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda – Instrumentos de dívida” inclui o montante de 1.060 mEuros de mais-valias obtidas na recompra de obrigações associadas à titularização de créditos Chaves SME CLO. No exercício de 2009, esta rubrica inclui o montante de 1.504 mEuros de mais-valias obtidas na alienação de Obrigações de Tesouro do Estado Português e na recompra de obrigações associadas à titularização de créditos Chaves SME CLO.

30. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Perdas em investimentos em filiais (Nota 13)	(101.563)	-
Perdas na alienação de créditos a clientes	(2.528)	(642)
Ganhos e perdas em outros activos não financeiros	(35)	(502)
Ganhos na alienação de créditos a clientes	645	-
Ganhos e perdas em activos não correntes detidos para venda	342	17
Ganhos e perdas em outros activos tangíveis	2	-
	<u>(103.137)</u>	<u>(1.127)</u>

No exercício de 2010, a rubrica “Perdas em investimentos em filiais”, diz respeito à menos - valia obtida na alienação da Real Vida Seguros, S.A. à Parparticipadas. Em 31 de Dezembro de 2009, o BPN tinha uma provisão de 91.550 mEuros registada na rubrica “Imparidade para investimentos em filiais e associadas” para esta participada, tendo revertido esta provisão no exercício de 2010 (Notas 13 e 20).

No exercício de 2010, a rubrica “Perdas na alienação de créditos a clientes” inclui 1.579 mEuros referente a perdas incorridas com a alienação de operações de crédito à Parvalorem, cujo valor da venda foi inferior ao seu valor nominal (Nota 20).

No exercício de 2010, a rubrica “Ganhos e perdas em activos não correntes detidos para venda” inclui 701 mEuros referente a mais valias obtidas na venda de imóveis à Parups (Nota 20).

31. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Outros proveitos de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	378	396
Ganhos em rendimentos operacionais		
Ganhos em operações descontinuadas	3.300	-
Reembolso de despesas	3.287	3.774
Recuperação de crédito	125	25
Rendimentos de prestações de serviços diversos	3.078	2.780
Outros		
Indemnizações contratuais	110	114
Outros	2.514	661
	<u>12.792</u>	<u>7.750</u>
<u>Outros custos de exploração</u>		
Impostos indirectos	1.520	1.426
Contribuições para o FGD e FGCAM	1.142	1.346
Quotizações e donativos	143	126
Impostos directos	(62)	238
Outros	4.961	6.279
	<u>7.704</u>	<u>9.415</u>
	<u>5.088</u>	<u>(1.665)</u>

Durante o exercício de 2010, o BPN alienou a rede de agências, os activos e passivos da sua Sucursal de França, com referência a 31 de Outubro de 2010 pelo montante de 3.300 mEuros, que se encontra registado na rubrica “Outros resultados de exploração – Ganhos em operações descontinuadas”. Os activos e passivos que pertenciam à Sucursal e que foram alienados, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Activo</u>	
Caixa e disponibilidades	8.600
Aplicações em intuições de crédito	1.565
Crédito a clientes	65.095
Imobilizado	631
Outros activos	222
	<u>76.113</u>
<u>Passivo</u>	
Recursos de intuições de crédito	82
Credores diversos	74.130
Outros passivos	1.901
	<u>76.113</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, o BPN mantém a licença, mas não detém qualquer actividade em França.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Outros proveitos de exploração – Outros”, inclui o montante de 1.748 mEuros que se encontrava depositado pelo Banco Insular, S.A.R.L. numa conta “Escrow” para fazer face a contingências diversas decorrentes da sua liquidação. No âmbito da finalização do processo de liquidação do Banco Insular S.A.R.L., o Banco liquidou todas as dívidas pendentes e obteve pareceres que mitigam a existência de outras contingências fiscais e laborais, tendo deste modo reconhecido como ganho o montante depositado na conta “Escrow”.

No exercício de 2009, a rubrica “Outros custos de exploração - Outros” inclui 4.311 mEuros relativos à execução de uma garantia prestada pelo BPN a um banco estrangeiro. Este montante encontrava-se totalmente provisionado em 31 de Dezembro de 2008, tendo o Banco revertido esta provisão e registado o custo correspondente nesta rubrica.

32. CUSTOS COM PESSOAL E NÚMERO MÉDIO DE EMPREGADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	652	808
Remuneração de empregados	52.938	54.561
Fundo de pensões (Nota 33)	8.683	10.047
Outros encargos relativos a remunerações	9.926	9.177
Outros encargos sociais obrigatórios	1.000	1.358
Outros custos com o pessoal	1.256	251
	<u>74.455</u>	<u>76.202</u>

O número efectivo de empregados em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por tipo de funções, foi o seguinte:

	2010	2009
Técnicos	629	659
Administrativos	687	747
Chefias	288	294
Auxiliares	15	19
Direcção	7	7
	<u>1.626</u>	<u>1.726</u>

33. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Até 31 de Dezembro de 1997 o Grupo ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S.A.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, com excepção do Banco Efisa S.A., estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido.

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

O plano de pensões de benefício definido do BPN segue o estipulado no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

O plano de pensões de benefício definido do BPN é um plano substitutivo e independente dos regimes públicos de Segurança Social para os colaboradores admitidos antes de 1 de Março de 2009. Os colaboradores admitidos após esta data encontram-se inscritos no Regime de Segurança Social, sendo que o BPN suporta o complemento à pensão definida pela Segurança Social até ao limite da pensão definida pelo ACT.

O plano de pensões do BPN não é considerado um plano contributivo, uma vez que as contribuições efectuadas pelos participantes decorrem do estabelecido do ACT do Sector Bancário. Estes participantes, e apenas para os admitidos no sector bancário após 1 de Janeiro de 1995, efectuam contribuições de 5% da sua retribuição mínima mensal para o fundo grupo BPN. O Banco assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões através do Fundo de Pensões do Grupo BPN.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Taxa de rendimentos dos activos dos fundos	5,50%	5,75%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,25%
Tabela de saídas	0%	0%

Nos estudos efectuados em 2010 e 2009, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 65 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do BPN para os exercícios de 2010 e 2009 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>	<u>Pressupostos</u>	<u>Real</u>
Taxa de rendimento	5,75%	0,73%	5,75%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	1,80%	3,50%	2,70%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,00%	2,50%	1,50%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 15):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Valor Fundo de Pensões	117.144	117.506
Valor das responsabilidades com Fundo de Pensões	(94.533)	(105.567)
<i>Diferencial</i>	<u>22.611</u>	<u>11.939</u>
Desvios actuariais diferidos	12.348	31.703
Total	<u><u>34.959</u></u>	<u><u>43.642</u></u>

Em 2010 e 2009 os custos relativos a pensões foram os seguintes (Nota 32):

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Custo serviço corrente	7.488	8.175
Rendimento esperado	(5.611)	(5.179)
Custo dos juros	6.063	5.872
Perda actuariais reconhecidas no ano	743	1.179
	<u>8.683</u>	<u>10.047</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como o fundo de pensões para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	Número de pessoas	Responsabilidades	Número de pessoas	Responsabilidades
Responsabilidades por serviços passados	1.551	<u>94.533</u>	1.614	<u>105.567</u>
Fundos de pensões		<u>117.144</u>		<u>117.506</u>
Nível de financiamento		123,92%		111,31%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de beneficiários divide-se da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos abrangidos pelo ACT	1.391	1.433
Activos abrangidos pela Segurança Social	86	86
Activos abrangidos pela SS admitidos no Sector Bancário após 1 de Janeiro de 2010	39	-
Activos a termo certo	19	83
Reformados	7	5
Pensionistas viuvez/ orfandade	9	7
	<u>1.551</u>	<u>1.614</u>

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>101.103</u>
Contribuições:	
Do Banco	11.092
Dos empregados	986
Rendimento esperado do fundo de pensões	5.179
Desvios de rendimento	(702)
Pensões pagas	(153)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>117.505</u>
Contribuições para o Fundo:	
Dos empregados	927
Pensões pagas	(183)
Rendimento esperado do fundo de pensões	5.612
Desvios de rendimento	(6.717)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>117.144</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo de Pensões do Grupo BPN é gerido pela Real Vida Seguros, S.A..

Conforme previsto no contrato constitutivo, o fundo de pensões poderá contratar com uma seguradora um ou mais seguros, com o objectivo de garantir os benefícios em caso de morte ou invalidez dos participantes. No entanto, em 31 de Dezembro de 2010, não existem contratos de seguros para garantir estes benefícios.

O movimento nas responsabilidades por serviços passados pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades no início do exercício	105.567	102.213
Desvios actuariais	(25.330)	(11.526)
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(183)	(153)
Contribuições de empregados	928	986
Custo de serviço corrente	7.488	8.175
Custo dos juros	6.063	5.872
Responsabilidades no final do exercício	<u>94.533</u>	<u>105.567</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades por serviços futuros ascendem a 130.482 e 174.439 mEuros, respectivamente.

Encargos com Saúde

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Banco está a cargo dos Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). A contribuição anual do BPN para os SAMS corresponde a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo. As responsabilidades para o SAMS sobre as pensões, a pagar no futuro, encontram-se incluídas no fundo de pensões do Banco.

Outros benefícios de longo prazo

O Banco paga um prémio a todos os trabalhadores que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o correspondente passivo encontrava-se registado em "Outros passivos" e ascendia a 4.872 mEuros e 5.076 mEuros, respectivamente (Nota 22).

Desvios actuariais e financeiros diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrado como segue:

	<u>Corredor</u>	Desvios acima do <u>Corredor</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	10.220	33.462	43.682
Desvios actuariais do ano	1.531	(12.355)	(10.824)
Correcção aos desvios de 2008	-	24	24
Amortização:			
Por contrapartida de resultados do exercício	-	(1.179)	(1.179)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>11.751</u>	<u>19.952</u>	<u>31.703</u>
Desvios actuariais do ano	(37)	(18.575)	(18.612)
Amortização:			
Por contrapartida de resultados do exercício	-	(743)	(743)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u><u>11.714</u></u>	<u><u>634</u></u>	<u><u>12.348</u></u>

Os desvios gerados em 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
. Desvio financeiro	6.717	703
. Desvio actuarial	<u>(25.330)</u>	<u>(11.526)</u>
	<u><u>(18.612)</u></u>	<u><u>(10.823)</u></u>

Os desvios actuariais gerados em 2010, podem ser explicados da seguinte forma:

Alterações demográficas	(5.527)
Alterações salários / pensões	(2.393)
Alteração do tempo de serviço	10
Alteração do pressuposto de crescimento salarial (3,5% para 2,5%)	(20.313)
Alteração do pressuposto de crescimento das pensões (2,25% para 1,75%)	(5.055)
Alteração do pressuposto da taxa de desconto (5,75% para 5,50%)	7.948
	<u><u>(25.330)</u></u>

No exercício de 2010, as rubricas “Alterações demográficas” e “Alterações salários / pensões”, dizem respeito, respectivamente, aos desvios gerados com a saída de colaboradores do fundo de pensões e com a não adopção por parte do Banco do pressuposto de aumento salarial definido pelo ACT do Sector Bancário para o ano de 2010.

Os desvios acima do corredor estão a ser amortizados considerando um período médio de aproximadamente 25 anos até à reforma dos activos.

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, incluindo os pertencentes ao Banco, irão ser integrados no Regime Geral de Segurança Social, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção.

34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Rendas e alugueres	12.496	13.288
Com fornecimentos e serviços externos	2.270	2.526
Com serviços especializados		
Informática	1.906	3.085
Avenças e honorários	2.700	1.800
Informações	289	1.241
Judiciais, contencioso e notariado	805	328
Mão de obra eventual	385	284
Segurança e vigilância	40	271
Limpeza	-	4
Outros serviços especializados	8.095	6.108
Comunicações	4.012	5.219
Seguros	1.476	1.234
Deslocações	519	776
Conservação e reparação	481	600
Publicidade	301	330
Formação de pessoal	122	330
Transportes	103	91
Outros serviços		
BPN Serviços, ACE	23.054	24.850
Outros	2.330	1.907
	<u>61.384</u>	<u>64.272</u>

A rubrica “BPN Serviços, ACE” corresponde à refacturação ao Banco de despesas incorridas por esta entidade, incluindo, entre outras, as despesas de comunicação, trabalhos especializados, publicidade e propaganda e limpeza.

A rubrica “Com serviços especializados - Outros serviços especializados” inclui o montante de 86 mEuros relativos aos honorários totais facturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2010, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

35. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
Garantias, avales prestados		
Residentes	548.647	540.268
Não residentes	1.788	978
Créditos documentários abertos	<u>9.449</u>	<u>16.690</u>
	<u>559.884</u>	<u>557.936</u>
Activos dados em garantia	113.505	136.819
	<u>673.389</u>	<u>694.755</u>
<u>Compromissos</u>		
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	567.845	681.267
Facilidades de desconto em conta	108.434	93.631
Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito	84.943	155.088
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	4.294	4.167
Outros	<u>1.012</u>	<u>1.527</u>
	<u>766.528</u>	<u>935.680</u>
Responsabilidades por serviços prestados		
Depósito e guarda de valores	2.420.349	3.142.402
De cobrança de valores	<u>51.946</u>	<u>58.516</u>
	<u>2.472.295</u>	<u>3.200.918</u>
	<u>3.912.212</u>	<u>4.831.353</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Activos dados em garantia" inclui títulos dados em garantia ao Banco Central Europeu nos montantes de 105.800 mEuros e 129.264 mEuros, respectivamente.

36. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos da Norma IFRS 8, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;
- Banca de retalho: compreende a actividade bancária junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a recepção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido à Instituição pelo cliente ou grupo de clientes ligados entre si;

- **Banca comercial:** actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- **Outros:** compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	2010				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	135.424	-	-	-	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	-	-	-	64.642
Aplicações em instituições de crédito	914.989	-	-	-	914.989
Activos financeiros detidos para negociação	23.160	-	-	-	23.160
Activos financeiros disponíveis para venda	35.781	-	-	-	35.781
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	10.752	10.752
Crédito a clientes	-	746.126	2.750.443	-	3.496.569
Outros	-	-	-	80.890	80.890
Activo líquido total	1.173.996	746.126	2.750.443	91.642	4.762.207
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.401.681	-	1.401.681
Recursos de Bancos Centrais	70.017	-	-	-	70.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.634.277	651.164	-	2.285.441
Responsabilidades representadas por títulos	404.255	-	-	-	404.255
Outros	-	-	-	2.782.688	2.782.688
Passivo Total	474.272	1.634.277	2.052.845	2.782.688	6.944.082

	2010				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Margem Financeira estrita	(64.783)	(16.720)	122.245	(475)	40.267
Rendimentos de instrumentos de capital	489	-	-	-	489
Rendimentos de serviços e comissões	5.740	7.050	-	18.519	31.309
Encargos com serviços e comissões	(3.548)	(17.184)	-	(16)	(20.748)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	18.530	-	-	-	18.530
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	254.564	-	-	-	254.564
Resultados da reavaliação cambial	4.168	-	-	-	4.168
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	(103.137)	(103.137)
Outros resultados de exploração	-	-	-	5.088	5.088
Produto bancário	215.160	(26.854)	122.245	(80.021)	230.530
Outros custos e proveitos	-	-	-	-	(332.950)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(102.420)

	2009				
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	-	-	-	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.834	-	-	-	166.834
Aplicações em instituições de crédito	917.433	-	-	-	917.433
Activos financeiros detidos para negociação	25.423	-	-	-	25.423
Activos financeiros disponíveis para venda	839.061	-	-	-	839.061
Activos não correntes detidos para venda	-	-	49.834	-	49.834
Crédito a clientes	-	731.816	3.842.037	-	4.573.853
Outros	-	-	-	115.020	115.020
Activo líquido total	<u>2.104.133</u>	<u>731.816</u>	<u>3.891.871</u>	<u>115.020</u>	<u>6.842.840</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	1.648.361	-	1.648.361
Recursos de Bancos Centrais	70.179	-	-	-	70.179
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.015.445	948.445	-	2.963.890
Responsabilidades representadas por títulos	3.028.336	-	-	-	3.028.336
Outros	-	-	-	1.199.524	1.199.524
Passivo Total	<u>3.028.336</u>	<u>2.015.445</u>	<u>2.666.985</u>	<u>1.199.524</u>	<u>8.910.290</u>

	2009				
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	Total
Margem Financeira estrita	(44.168)	(48.184)	154.978	(1.545)	61.081
Rendimentos de instrumentos de capital	503	-	-	-	503
Rendimentos de serviços e comissões	5.458	7.209	-	27.530	40.197
Encargos com serviços e comissões	(2)	(21.163)	-	(20)	(21.185)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(6.949)	-	-	-	(6.949)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.482	-	-	-	4.482
Resultados da reavaliação cambial	4.433	-	-	-	4.433
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	(1.127)	(1.127)
Outros resultados de exploração	-	-	-	(1.665)	(1.665)
Produto bancário	<u>(36.243)</u>	<u>(62.138)</u>	<u>154.978</u>	<u>23.173</u>	<u>79.770</u>
Outros custos e proveitos					(299.873)
Resultado líquido do exercício					<u>(220.103)</u>

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Banco na construção destes mapas foram os seguintes:

- Para as rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos”, detalhou a informação entre “Particulares e “Empresas”, tendo alocado os respectivos saldos a “Banca de retalho” e “Banca comercial”, respectivamente.
- A rubrica “Recursos de instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Banca comercial” dado que a finalidade é serem utilizados na actividade normal do Banco.
- Os outros activos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

Mercados Geográficos

	2010		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	133.980	1.444	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	-	64.642
Aplicações em instituições de crédito	911.690	3.299	914.989
Activos financeiros detidos para negociação	23.160	-	23.160
Activos financeiros disponíveis para venda	35.781	-	35.781
Crédito a clientes (líquido)	3.496.569	-	3.496.569
Outros	91.634	8	91.642
Activo líquido total	<u>3.588.203</u>	<u>4.751</u>	<u>4.762.207</u>
Recursos de outras instituições de crédito	1.400.188	1.493	1.401.681
Recursos de bancos centrais	70.017	-	70.017
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.285.441	-	2.285.441
Responsabilidades representadas por títulos	404.255	-	404.255
Outros	2.782.658	30	2.782.688
Passivo Total	<u>6.942.559</u>	<u>1.523</u>	<u>6.944.082</u>

	2010		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	216.618	2.950	219.568
Juros e encargos similares	(178.268)	(1.033)	(179.301)
Margem financeira	<u>38.350</u>	<u>1.917</u>	<u>40.267</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	489	-	489
Rendimentos de serviços e comissões	30.519	790	31.309
Encargos com serviços e comissões	(20.692)	(56)	(20.748)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	18.530	-	18.530
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	254.564	-	254.564
Resultados da reavaliação cambial	4.161	7	4.168
Resultados da alienação de outros activos	(102.188)	(949)	(103.137)
Outros resultados de exploração	1.859	3.229	5.088
Produto bancário	<u>225.592</u>	<u>4.938</u>	<u>230.530</u>
Outros custos e proveitos	(335.986)	3.036	(332.950)
Resultado líquido do exercício	<u>(110.394)</u>	<u>7.974</u>	<u>(102.420)</u>

	2009		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	153.471	1.911	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	164.880	1.954	166.834
Aplicações em instituições de crédito	911.908	5.525	917.433
Activos financeiros detidos para negociação	25.423	-	25.423
Activos financeiros disponíveis para venda	839.061	-	839.061
Crédito a clientes (líquido)	4.498.218	75.635	4.573.853
Outros	163.886	968	164.854
Activo líquido total	4.662.104	85.993	6.842.840
Recursos de outras instituições de crédito	1.648.278	83	1.648.361
Recursos de bancos centrais	70.179	-	70.179
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.880.529	83.361	2.963.890
Responsabilidades representadas por títulos	3.028.336	-	3.028.336
Outros	1.198.301	1.223	1.199.524
Passivo Total	8.825.623	84.667	8.910.290

	2009		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total
Juros e rendimentos similares	289.947	4.666	294.613
Juros e encargos similares	(231.419)	(2.113)	(233.532)
Margem financeira	58.528	2.553	61.081
Rendimentos de instrumentos de capital	503	-	503
Rendimentos de serviços e comissões	39.132	1.065	40.197
Encargos com serviços e comissões	(21.110)	(75)	(21.185)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(6.949)	-	(6.949)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4.482	-	4.482
Resultados da reavaliação cambial	4.420	13	4.433
Resultados da alienação de outros activos	(1.127)	-	(1.127)
Outros resultados de exploração	(1.629)	(36)	(1.665)
Produto bancário	76.250	3.520	79.770
Outros custos e proveitos	(304.250)	(4.377)	(299.873)
Resultado líquido do exercício	(228.000)	(857)	(220.103)

37. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são consideradas entidades relacionadas do BPN, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (accionista), outras entidades do Estado Português, o Fundo de Pensões do BPN, as empresas controladas pelo Grupo BPN e os órgãos de gestão do Banco.

Nome	Sede	2010		2009	
		Participação directa (%)	Participação efectiva (%)	Participação directa (%)	Participação efectiva (%)
Empresas participadas					
BPN Serviços ACE	Portugal	63,0%	95,0%	51,4%	83,4%
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Parparticipadas, SGPS, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%	-	-
Parvalorem, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%	-	-
Parups, S.A.	Portugal	100,0%	100,0%	-	-
Outras entidades do Grupo BPN					
<u>Gestão de Participações Sociais</u>					
BPN Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Participações Brasil Ltda	Brasil	-	86,5%	-	80,0%
Crossco (738) Ltd	Reino Unido	-	49,0%	-	49,0%
Pay Up Holding BV	Holanda	-	76,4%	-	76,4%
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	-	26,1%	-	26,1%
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal	-	38,5%	-	38,5%
<u>Actividade Bancária</u>					
Banco Efisa, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	Brasil	-	86,5%	-	80,0%
BPN Cayman	Ilhas Caimão	-	100,0%	-	100,0%
BPN IFI, S.A.	Cabo Verde	-	100,0%	-	100,0%
<u>Fundos</u>					
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	Portugal	-	79,8%	-	80,3%
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	Portugal	-	77,1%	-	79,9%
CLIP Multi-Strategy	Luxemburgo	-	100,0%	-	100,0%
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	Portugal	-	83,0%	-	90,7%
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN GA Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	-	94,1%	-	94,1%
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	93,1%	-	93,1%
BPN ImoMarinas - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário	Portugal	-	99,2%	-	99,1%
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	94,8%	-	94,8%
BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações	Portugal	-	73,5%	-	67,8%
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	50,0%	-	50,0%
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal	-	49,1%	-	48,8%
BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	-	58,4%	-	28,1%
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal	-	54,0%	-	47,2%
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	-	30,0%	-	30,0%
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	-	0,5%	-	0,5%
<u>Segurador</u>					
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	-	100,0%	100,0%	100,0%
<u>Crédito Especializado</u>					
BPN Crédito, IFIC, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
<u>Gestão de Activos</u>					
BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	Portugal	-	100,0%	-	100,0%

Anexos, relatórios e pareceres às contas - 2010

Nome	Sede	2010		2009	
		Participação directa (%)	Participação efectiva (%)	Participação directa (%)	Participação efectiva (%)
Imobiliário					
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	-	99,1%	-	99,1%
Investimentos Dominais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	-	93,1%	-	93,1%
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	-	93,1%	-	93,1%
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	Portugal	-	93,1%	-	93,1%
Outras Entidades					
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique	-	36,0%	-	36,0%
BPN Crédito Brasil - Promotora de Vendas Ltda	Brasil	-	100,0%	-	100,0%
Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	Portugal	-	89,9%	-	89,9%
Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	33,8%	-	33,8%
Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Centro de Cardiologia de S. Francisco, S.A.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Centro de Imagiologia, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Consultoria de Gestão, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
CHSF - Health Club, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
Concretope - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,1%	-	47,1%
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, SA	Portugal	-	38,9%	-	38,9%
Ecoleiria - Ecografia de Leiria, Lda.	Portugal	-	48,3%	-	48,3%
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal	-	20,0%	-	20,0%
Imagran - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	-	43,5%	-	61,8%
Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	Portugal	-	66,8%	-	61,8%
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	Portugal	-	60,1%	-	60,1%
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal	-	20,0%	-	20,0%
Nascimento & Sousa, Lda	Portugal	-	68,2%	-	61,8%
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal	-	20,0%	-	20,0%
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	-	54,2%	-	76,4%
Pay Up Holding BV (ex-Dumpfe)	Holanda	-	76,4%	-	76,4%
Pay Up Iberia, S.A.	Espanha	-	76,4%	-	76,4%
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	-	27,7%	-	39,0%
Pay Up Romania, S.A.	Roménia	-	54,2%	-	76,4%
Pay Up Servia	Sérvia	-	76,4%	-	76,4%
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	-	47,1%	-	47,0%
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	Portugal	-	94,1%	-	94,1%
Sobrissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	Portugal	-	23,5%	-	23,5%
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	Portugal	-	83,9%	-	83,9%
ZenRegra - Unipessoal, Lda	Portugal	-	25,0%	-	25,0%
Accionistas do BPN					
Direcção Geral de Tesouro e Finanças	Portugal				
Outras entidades do Estado Português					
Membros do Conselho de Administração do BPN					
Francisco Manuel Marques Bandeira					
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso					
José Lourenço Soares					
Mário Manuel Faria Gaspar					
Jorge António Beja Pessoa					
Rui Manuel Correia Pedras					
Norberto Emilio Sequeira da Rosa					
Fundo de Pensões do BPN					

Em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras do BPN incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
Activos:				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	812.904	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	1.263	-
Crédito a clientes	-	-	367.188	70
Outros activos	-	-	109.771	-
Passivos:				
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	105.159	-
Outros passivos	-	1.149.061	626.959	-
Garantias prestadas	-	-	31.525	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	-	-	1.559	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	3.176	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-
Outros proveitos de exploração	-	-	1.385	-
Custos:				
Juros e encargos similares	-	-	-	-
Perdas em operações financeiras	-	-	3.397	-
Comissões	7.603	-	-	-
Outros custos de exploração	-	433	-	481
	7.603	1.149.494	2.064.286	551

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras do BPN incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

Entidades Filiais, Associadas e Outras Empresas do Grupo	2010				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Banco Efisa	117.029	2.013	-	1.094	530
BPN - IFI, SA	63.239	575.081	-	112	-
BPN Brasil	46.543	176	-	34	124
BPN Cayman	4	40	-	1.559	-
BPN Crédito, IFIC	479.225	6.185	-	2.833	2.743
BPN Imofundos, SGFIM, SA	-	3.802	30	106	-
BPN Madeira	-	31	-	-	-
BPN, Gestão Activos, SGFIM, SA	-	3.401	-	382	-
BPN Internacional	93.614	462	9.535	-	-
BPN Serviços ACE	13.250	594	21.960	-	-
	812.904	591.785	31.525	6.120	3.397
Entidades Filiais, Associadas e Outras Empresas do Grupo	2009				
	Aplicações	Recursos	Garantias	Proveitos	Custos
Banco Efisa	280.105	2.507	13.980	399	-
BPN - IFI, SA	7.222	43.440	-	-	-
BPN Brasil	51.522	47	14.474	43	9
BPN Cayman	9	534.523	-	-	-
BPN Crédito, IFIC	559.051	5.614	-	275	-
BPN Imofundos, SGFIM, SA	-	-	-	316	-
BPN Madeira	51.000	51.000	-	-	-
BPN, Gestão Activos, SGFIM, SA	-	-	-	169	-
	948.909	637.131	28.454	1.202	9

38. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras individuais do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentam capitais próprios negativos no montante de 2.181.876 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, cujas condições finais foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-B/2010, de 5 de Agosto, decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tendo contudo sido concretizado com sucesso. No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que este irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas.

39. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

No exercício de 2010, o total de remunerações referentes à prestação de serviços de mediação de seguros ascendeu a 155 mEuros dizendo respeito na sua totalidade a comissões recebidas sob a forma de numerário.

As remunerações do exercício decorrem integralmente da prestação de serviços de mediação junto da Real Vida Seguros, S.A. (empresa do Grupo), correspondendo integralmente à comercialização de produtos do ramo Vida.

As comissões recebidas pela mediação de produtos do ramo Vida da Real Vida Seguros, S.A. através da sua rede comercial são integralmente reconhecidas pelo Banco em resultados do exercício no momento da sua originação, encontrando-se contabilizadas na rubrica de "Rendimentos de serviços e comissões" (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2010, o BPN não apresenta saldos a receber junto da Real Vida Seguros, S.A. relativos a comissões de mediação. No âmbito da sua actividade de mediador, o BPN não exerce qualquer actividade de cobrança junto de clientes relacionados com pagamentos associados a contratos de seguros.

40. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2010, existem sobre o Banco um conjunto de processos judiciais e laborais, cuja decisão final por parte dos respectivos tribunais ainda não foi proferida. O montante total reclamado pelos autores das diversas acções judiciais é o seguinte:

Processos de natureza judicial	295.263
Processos de natureza laboral	7.963

	303.226
	=====

Para a grande maioria dos processos, com base nos pareceres dos advogados internos e externos, o Banco considera que a decisão lhe será favorável. Para fazer face a contingências decorrentes dos processos que o Banco considera que a decisão poderá vir a ser desfavorável, o BPN registou em 31 de Dezembro de 2010, uma provisão no montante de 27.491 mEuros na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos” (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2010, os processos de natureza judicial incluem uma acção interposta por um cliente relacionada com uma opção de venda de acções da Galilei, SGPS, S.A., que era detida por este. O BPN, baseado em pareceres jurídicos obtidos em 2010, não registou a responsabilidade na aquisição de um lote adicional de 5.402.987 acções detidas por aquele cliente. O Conselho de Administração do Banco entende que a decisão da acção judicial lhe será favorável, não tendo deste modo, constituído qualquer provisão para este processo judicial (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2010, no âmbito da sua operação de recapitalização, o BPN prestou cartas-conforto à Parvalorem e à Parups, válidas até à data em que sejam por si detidas, garantindo qualquer perda incorrida por estas, na medida do enriquecimento obtido por si e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos, motivo pelo qual foram mantidas as provisões e imparidades que se encontravam registadas nas demonstrações financeiras do Banco à data da venda. As provisões constituídas no âmbito destas cartas-conforto encontram-se detalhadas na Nota 20.

41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O BPN incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O BPN monitoriza regularmente o risco estrutural de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e dos fundos próprios prudenciais face a uma subida instantânea e paralela da curva de taxas de juro em 200 pontos base. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de *gap analysis*, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de *repricing* residuais. Esta análise segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal.

A política adoptada visa minimizar o impacto de um eventual choque adverso na margem e nos fundos próprios prudenciais.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a liquidez do Banco é assegurada pela Caixa Geral de Depósitos, sendo a gestão do risco de liquidez gerida em conjunto com esta entidade. Nesse âmbito, estavam vivos no final do ano financiamentos desta ao BPN de 745.851 mEuros e emissões de papel comercial de 400.000 mEuros, perfazendo um total de 1.145.851 mEuros.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise semanal dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* esperados, bem como os respectivos gaps de liquidez. Adicionalmente, são construídos semanalmente dois cenários com base em diferentes pressupostos: um cenário optimista e um cenário pessimista (este último equivalente a um cenário de *stress*) com vista à determinação de um intervalo de oscilação para as necessidades de financiamento nos vários prazos.

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco de Portugal é efectuado mensalmente ao abrigo de um exercício de monitorização descrito na Instrução nº 13/2009.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio. Os limites de exposição são controlados diariamente por um órgão distinto da área de negócio, no respeito pelo princípio da segregação de funções.

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O seu controlo e avaliação são efectuados a nível individual diariamente e mensalmente a nível consolidado. Em termos de negociação encontram-se definidos limites à exposição a cada moeda e a todas as moedas globalmente, os quais são estabelecidos de forma a minizar o risco tendo em conta as restrições operacionais.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2010									
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 6 Meses a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	135.424	-	-	-	-	-	-	-	-	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	-	-	-	-	-	-	-	-	64.642
Aplicações em instituições de crédito	281.286	41.132	363.854	48.676	19.242	158.375	2.424	-	-	914.989
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	115	115
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.083	20.434	779	7.602	-	-	-	4.883	35.781
Crédito a clientes (saldo bruto)	425.631	340.887	392.979	273.730	336.203	616.650	472.200	824.092	98.859	3.781.231
	<u>906.983</u>	<u>384.102</u>	<u>777.267</u>	<u>323.185</u>	<u>363.047</u>	<u>775.025</u>	<u>474.624</u>	<u>824.092</u>	<u>103.857</u>	<u>4.932.182</u>
Passivos										
Recursos de Bancos Centrais	-	70.017	-	-	-	-	-	-	-	70.017
Recursos de outras instituições de crédito	1.393.680	4.001	-	4.000	-	-	-	-	-	1.401.681
Recursos de clientes e outros empréstimos	883.788	553.040	455.655	192.411	133.674	39.354	23.878	3.641	-	2.285.441
Responsabilidades representadas por títulos	-	353.723	50.532	-	-	-	-	-	-	404.255
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	150.419	-	-	95.078	-	245.497
	<u>2.277.468</u>	<u>980.781</u>	<u>506.187</u>	<u>196.411</u>	<u>284.093</u>	<u>39.354</u>	<u>23.878</u>	<u>98.719</u>	<u>-</u>	<u>4.406.891</u>
Diferencial	<u>(1.370.485)</u>	<u>(596.679)</u>	<u>271.080</u>	<u>126.774</u>	<u>78.954</u>	<u>735.671</u>	<u>450.746</u>	<u>725.373</u>	<u>103.857</u>	<u>525.291</u>

	2009									
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 3 Meses	De 3 Meses a 6 Meses	De 6 Meses a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	-	-	-	-	-	-	-	-	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	166.834	-	-	-	-	-	-	-	-	166.834
Aplicações em instituições de crédito	499.618	9.608	12.609	47.914	191.554	153.417	2.716	-	(3)	917.433
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	635	-	-	-	-	-	176
Activos financeiros disponíveis para venda	27	-	-	23.501	861	12.463	3.079	40.319	758.811	839.061
Crédito a clientes (saldo bruto)	825.708	570.306	658.316	344.475	832.822	765.898	1.017.318	164.324	-	5.179.167
	<u>1.647.569</u>	<u>579.914</u>	<u>670.925</u>	<u>416.525</u>	<u>1.025.237</u>	<u>931.778</u>	<u>1.023.113</u>	<u>204.643</u>	<u>758.984</u>	<u>7.258.688</u>
Passivos										
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	70.179	-	-	-	-	-	70.179
Recursos de outras instituições de crédito	1.527.304	46.057	75.000	-	-	-	-	-	-	1.648.361
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.332.615	690.188	451.966	292.603	113.573	57.788	25.157	-	-	2.963.890
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.006.114	-	1.022.222	-	-	-	-	-	3.028.336
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	150.578	-	94.864	1	245.443
	<u>2.859.919</u>	<u>2.742.359</u>	<u>526.966</u>	<u>1.385.004</u>	<u>113.573</u>	<u>208.366</u>	<u>25.157</u>	<u>94.864</u>	<u>1</u>	<u>7.956.209</u>
Diferencial	<u>(1.212.350)</u>	<u>(2.162.445)</u>	<u>143.959</u>	<u>(968.479)</u>	<u>911.664</u>	<u>723.412</u>	<u>997.956</u>	<u>109.779</u>	<u>758.983</u>	<u>(697.521)</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- Não foram incluídos juros projectados nem saldos relativos a derivados, dado que o Banco encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam de futuro a preparação desta informação;
- Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Crédito a Clientes (saldo bruto)” não inclui crédito vencido no montante de 935.863 mEuros.

Risco de taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação, é apresentado no quadro seguinte:

		2010								
		Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
		< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais		135.424	-	-	-	-	-	-	-	135.424
Disponibilidades em outras Instituições de crédito		64.642	-	-	-	-	-	-	-	64.642
Aplicações em Instituições de crédito		211.959	69.327	41.132	363.854	48.676	19.242	160.799	-	914.989
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-	-	-	-	115	115
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	2.083	21.473	7.342	-	-	4.883	35.781
Crédito a clientes (saldo bruto)		675.743	697.160	1.532.161	471.385	154.341	15.395	36.426	-	3.582.611
		<u>1.087.768</u>	<u>766.487</u>	<u>1.575.376</u>	<u>856.712</u>	<u>210.359</u>	<u>34.637</u>	<u>197.225</u>	<u>4.998</u>	<u>4.733.562</u>
Passivo										
Recursos de Instituições de crédito e Bancos Centrais		(971.072)	(422.625)	(74.001)	-	(4.000)	-	-	-	(1.471.698)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(122.185)	(335.677)	(576.292)	(435.350)	(176.079)	(152.144)	(21.601)	(466.113)	(2.285.441)
Responsabilidades representadas por títulos		-	-	(50.532)	(353.723)	-	-	-	-	(404.255)
Outros passivos subordinados		-	-	(94.885)	(150.612)	-	-	-	-	(245.497)
		<u>(1.093.257)</u>	<u>(758.302)</u>	<u>(795.710)</u>	<u>(939.685)</u>	<u>(180.079)</u>	<u>(152.144)</u>	<u>(21.601)</u>	<u>(466.113)</u>	<u>(4.406.891)</u>
Derivados (Valor Nominal)										
Interest Rate Swaps (IRS)		110.331	330.994	(298.627)	-	(116.573)	(87.860)	61.735	-	-
		<u>110.331</u>	<u>330.994</u>	<u>(298.627)</u>	<u>-</u>	<u>(116.573)</u>	<u>(87.860)</u>	<u>61.735</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Exposição Líquida		<u>104.842</u>	<u>339.179</u>	<u>481.039</u>	<u>(82.973)</u>	<u>(86.293)</u>	<u>(205.367)</u>	<u>237.359</u>	<u>(461.115)</u>	<u>326.671</u>

		2009								
		Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
		< = 7 Dias	> 7 Dias < = 1 Mês	> 1 Mês < = 3 Meses	> 3 Meses < = 6 Meses	> 6 Meses < = 12 Meses	> 12 Meses < = 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais		155.382	-	-	-	-	-	-	-	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito		166.834	-	-	-	-	-	-	-	166.834
Aplicações em instituições de crédito		425.437	74.177	9.608	12.609	47.914	191.554	156.133	-	917.432
Activos financeiros detidos para negociação		-	-	-	635	-	-	-	176	811
Activos financeiros disponíveis para venda		-	38.197	13.631	-	2.587	373	7.989	776.284	839.061
Crédito a clientes (saldo bruto)		430.448	936.286	2.785.647	418.309	173.592	267.449	167.436	-	5.179.167
		<u>1.183.154</u>	<u>1.048.660</u>	<u>2.808.887</u>	<u>431.553</u>	<u>224.094</u>	<u>459.375</u>	<u>331.558</u>	<u>776.504</u>	<u>7.263.785</u>
Passivo										
Recursos de instituições de crédito e Bancos Centrais		(746.550)	(780.933)	(46.057)	(75.000)	(70.000)	-	-	-	(1.718.540)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(214.046)	(715.968)	(681.644)	(425.490)	(252.071)	(141.944)	(50.077)	(482.651)	(2.963.890)
Responsabilidades representadas por títulos		-	(10.000)	(2.006.525)	(10.000)	(1.001.811)	-	-	-	(3.028.335)
Outros passivos subordinados		-	-	(94.864)	(150.578)	-	-	-	-	(245.443)
		<u>(960.596)</u>	<u>(1.506.902)</u>	<u>(2.829.090)</u>	<u>(661.068)</u>	<u>(1.323.882)</u>	<u>(141.944)</u>	<u>(50.077)</u>	<u>(482.651)</u>	<u>(7.956.208)</u>
Derivados (Valor Nominal)										
Interest Rate Swaps (IRS)		120.553	361.658	(313.089)	(55.000)	(21.513)	(90.996)	(1.611)	-	-
		<u>120.553</u>	<u>361.658</u>	<u>(313.089)</u>	<u>(55.000)</u>	<u>(21.513)</u>	<u>(90.996)</u>	<u>(1.611)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Exposição Líquida		<u>343.111</u>	<u>(96.583)</u>	<u>(333.292)</u>	<u>(284.515)</u>	<u>(1.121.302)</u>	<u>226.435</u>	<u>279.870</u>	<u>293.854</u>	<u>(692.423)</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivados, dado serem apresentados em rubrica separada, no caso dos Interest rate swaps (IRS). Relativamente aos restantes derivados, o Banco encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam de futuro a preparação desta informação;
- A rubrica “Crédito a clientes (saldo bruto)” não inclui crédito vencido. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes relativos a esta rubrica ascendem a 198.620 mEuros e 935.863, respectivamente.

Risco de crédito

Qualidade do risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as aplicações em instituições de crédito apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

	2010				
	Portugal	Restante União Europeia	Brasil	Outros	Total
Sem Rating	597.922	-	46.543	270.524	914.989
	<u>597.922</u>	<u>-</u>	<u>46.543</u>	<u>270.524</u>	<u>914.989</u>
	2009				
	Portugal	Restante União Europeia	Brasil	Outros	Total
AAA	-	1.525	-	-	1.525
Sem Rating	858.969	4.066	35.635	17.238	915.908
	<u>858.969</u>	<u>5.591</u>	<u>35.635</u>	<u>17.238</u>	<u>917.433</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

	2010				
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Activos Financeiros Disponíveis para Venda					
A- até A+	7.962	-	-	-	7.962
Menor que A-	-	18	-	-	18
Sem Rating	22.935	-	-	-	22.935
	<u>30.897</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.915</u>
Emitidos por:					
Corporates	22.935	18	-	-	22.953
Governos e Outras Autoridades Locais	7.962	-	-	-	7.962
	<u>30.897</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30.915</u>

	2009				
	Portugal	Restante União Europeia	América do Norte	Outros	Total
<i>Activos Financeiros Detidos para Negociação</i>					
AA- até AA+	-	635	-	-	635
	<u>-</u>	<u>635</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>635</u>
Emitidos por:					
Instituições Financeiras	-	635	-	-	635
	<u>-</u>	<u>635</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>635</u>
<i>Activos Financeiros Disponíveis para Venda</i>					
AAA	-	355	-	-	355
A- até A+	8.368	-	-	497	8.865
Menor que A-	9.600	720	-	-	10.320
Sem Rating	38.360	13.736	7.846	6.908	66.850
	<u>56.328</u>	<u>14.811</u>	<u>7.846</u>	<u>7.405</u>	<u>86.390</u>
Emitidos por:					
Corporates	22.878	45	1	15	22.939
Governos e Outras Autoridades Locais	8.362	-	-	-	8.362
Instituições Financeiras	25.229	14.766	7.845	7.197	55.037
Outros Emitentes	-	52	-	-	52
	<u>56.469</u>	<u>14.863</u>	<u>7.846</u>	<u>7.212</u>	<u>86.390</u>

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	3.781.231	6.115.030
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	166.834
Aplicações em instituições de crédito	915.105	917.437
	<u>4.760.978</u>	<u>7.199.301</u>
Extrapatrimoniais:		
Garantias prestadas	550.435	541.246
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	766.528	935.680
	<u>1.316.963</u>	<u>1.476.926</u>
	<u>6.077.941</u>	<u>8.676.227</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

Justo valor das garantias recebidas de créditos em incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a diferença entre o justo valor das garantias recebidas e os créditos em incumprimento, pode ser detalhada da seguinte maneira:

	2010				
	Crédito vencido	Crédito vincendo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias	Diferença
Operações de crédito com garantias reais					
Imóveis	50.509	223.219	273.728	273.728	-
Penhor de depósitos a prazo	14.319	6.357	20.676	20.676	-
Penhor de outras aplicações financeiras	4.780	6.077	10.857	5.141	(5.716)
Operações com outras garantias	14.810	22.268	37.078	37.078	-
Operações de crédito sem garantias	114.202	5.437	119.639	-	(119.639)
	<u>198.620</u>	<u>263.358</u>	<u>461.978</u>	<u>336.623</u>	<u>(125.355)</u>

	2009				
	Crédito vencido	Crédito vincendo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias	Diferença
Operações de crédito com garantias reais					
Imóveis	262.630	411.978	674.608	674.608	-
Penhor de depósitos a prazo	15.712	36.300	52.013	20.386	(31.626)
Penhor de outras aplicações financeiras	134.481	7.328	141.809	24.671	(117.138)
Operações com outras garantias	189.985	52.334	242.320	242.320	-
Operações de crédito sem garantias	333.056	23.330	356.386	-	(356.386)
	<u>935.863</u>	<u>531.272</u>	<u>1.467.135</u>	<u>961.985</u>	<u>(505.150)</u>

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	54	27	14	(14)	(27)	(54)
Aplicações em Instituições de Crédito	10.589	5.295	2.647	(2.647)	(5.295)	(10.589)
Carteira de Títulos:						
. De negociação	-	-	-	-	-	-
. Outros	267	133	67	(67)	(133)	(267)
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	14.658	7.329	3.665	(3.665)	(7.329)	(14.658)
Total Activo Sensível	25.568	12.784	6.393	(6.393)	(12.784)	(25.568)
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(1.528)	(764)	(382)	382	764	1.528
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(14.906)	(7.453)	(3.727)	3.727	7.453	14.906
Responsabilidades Representadas por Títulos	(2.709)	(1.354)	(677)	677	1.354	2.709
Outros Passivos Subordinados	(1.388)	(694)	(347)	347	694	1.388
Total Passivo Sensível	(20.531)	(10.265)	(5.133)	5.133	10.265	20.531
Extrapatrimoniais	(2.931)	(1.466)	(733)	733	1.466	2.931
	2.106	1.053	527	(527)	(1.053)	(2.106)

	2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	62	31	16	(16)	(31)	(62)
Aplicações em Instituições de Crédito	67	33	17	(17)	(33)	(67)
Carteira de Títulos:						
. De negociação	5	2	1	(1)	(2)	(5)
. Outros	478	239	120	(120)	(239)	(478)
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	33.172	16.586	8.293	(8.293)	(16.586)	(33.172)
Total Activo Sensível	33.784	16.891	8.447	(8.447)	(16.891)	(33.784)
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(3.556)	(1.778)	(889)	889	1.778	3.556
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(17.766)	(8.883)	(4.441)	4.441	8.883	17.766
Responsabilidades Representadas por Títulos	(20.939)	(10.469)	(5.235)	5.235	10.469	20.939
Outros Passivos Subordinados	(1.388)	(694)	(347)	347	694	1.388
Total Passivo Sensível	(43.649)	(21.824)	(10.912)	10.912	21.824	43.649
Extrapatrimoniais	(5.456)	(2.728)	(1.364)	1.364	2.728	5.456
	(15.321)	(7.661)	(3.829)	3.829	7.661	15.321

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2010 e 2009, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(79.488)	(39.744)	(19.872)	19.872	39.744	79.488
Custos com Juros	68.758	34.379	17.189	(17.189)	(34.379)	(68.758)
Margem Financeira	(10.731)	(5.365)	(2.683)	2.683	5.365	10.731

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(105.220)	(52.610)	(26.305)	26.305	52.610	105.220
Custos com Juros	114.974	57.487	28.744	(28.744)	(57.487)	(114.974)
Margem Financeira	9.754	4.877	2.439	(2.439)	(4.877)	(9.754)

Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2010					Total
	Moeda					
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Outras Moedas	
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	134.136	589	196	2	501	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	54.122	10.104	365	51	-	64.642
Activos financeiros detidos para negociação	-	115	-	-	-	115
Aplicações em instituições de crédito	587.172	314.833	141	-	12.843	914.989
Activos financeiros disponíveis para venda	34.852	929	-	-	-	35.781
Crédito a clientes (saldo bruto)	3.617.057	46.782	213	-	117.179	3.781.231
Outros activos	51.149	21.945	13.553	2.421	-	89.068
	<u>4.478.488</u>	<u>395.297</u>	<u>14.468</u>	<u>2.474</u>	<u>130.523</u>	<u>5.021.250</u>
Passivo						
Recursos de instituições de crédito e Bancos Centrais	(1.056.795)	(411.732)	(2.129)	(1.042)	-	(1.471.698)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.244.025)	(24.578)	(4.168)	(148)	(12.522)	(2.285.441)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(404.255)	-	-	-	-	(404.255)
Passivos subordinados	(245.497)	-	-	-	-	(245.497)
Outros passivos	(173.680)	(25.734)	(8.170)	(1.283)	-	(208.867)
	<u>(4.124.252)</u>	<u>(462.044)</u>	<u>(14.467)</u>	<u>(2.473)</u>	<u>(12.522)</u>	<u>(4.615.758)</u>
Derivados (Nocionais)						
Swaps Cambiais	25.726	14.070	8.132	-	3.419	51.347
Swaps de Taxa de Juro	1.278.158	4.490	-	-	-	1.282.648
Operações Cambiais a Prazo	1.000	1.014	-	-	-	2.014
	<u>1.304.884</u>	<u>19.574</u>	<u>8.132</u>	<u>-</u>	<u>3.419</u>	<u>1.336.009</u>
Exposição Líquida	<u>1.659.120</u>	<u>(47.173)</u>	<u>8.133</u>	<u>1</u>	<u>121.420</u>	<u>1.741.501</u>
2009						
Moeda						
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Libra Esterlina	Iene	Outras Moedas	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	152.766	1.804	608	1	203	155.382
Disponibilidades em outras instituições de crédito	139.327	24.202	646	706	1.953	166.834
Activos financeiros detidos para negociação	635	176	-	-	-	811
Aplicações em instituições de crédito	851.411	65.736	283	2	1	917.433
Activos financeiros disponíveis para venda	838.078	925	58	-	-	839.061
Crédito a clientes (saldo bruto)	5.079.385	99.517	159	-	106	5.179.167
Outros activos	66.109	-	-	-	3.870	69.979
	<u>7.127.711</u>	<u>192.360</u>	<u>1.754</u>	<u>709</u>	<u>6.133</u>	<u>7.328.667</u>
Passivo						
Recursos de instituições de crédito e Bancos Centrais	(1.585.673)	(127.829)	(2.913)	(6)	(2.119)	(1.718.540)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(2.935.257)	(22.033)	(4.379)	(46)	(2.175)	(2.963.890)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(3.028.336)	-	-	-	-	(3.028.336)
Passivos subordinados	(245.443)	-	-	-	-	(245.443)
Outros passivos	(68.375)	(536)	-	-	(17)	(68.928)
	<u>(7.863.084)</u>	<u>(150.398)</u>	<u>(7.292)</u>	<u>(52)</u>	<u>(4.311)</u>	<u>(8.025.137)</u>
Derivados (Nocionais)						
Swaps Cambiais	148.145	132.808	9.008	-	-	289.961
Swaps de Taxa de Juro	1.660.497	12.098	-	-	-	1.672.595
Swaps de Cotações (Equity Swaps)	20.000	-	-	-	-	20.000
Opções de Caps e Floors	38.100	-	-	-	-	38.100
Operações Cambiais a Prazo	9.870	9.509	-	373	-	19.752
	<u>1.876.612</u>	<u>154.415</u>	<u>9.008</u>	<u>373</u>	<u>-</u>	<u>2.040.408</u>
Exposição Líquida	<u>1.141.239</u>	<u>196.377</u>	<u>3.470</u>	<u>1.030</u>	<u>1.822</u>	<u>1.343.938</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivados, dado serem apresentados em rubrica separada.

Justo Valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2010, é apresentado como se segue:

	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	135.424	135.424	-	-	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	64.642	-	-	64.642
Aplicações em instituições de crédito	915.105	915.105	-	-	915.105
Crédito a Clientes	3.414.774	3.328.624	(86.150)	366.457	3.781.231
	<u>4.529.945</u>	<u>4.443.795</u>	<u>(86.150)</u>	<u>366.457</u>	<u>4.896.402</u>
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.285.441	2.285.440	(1)	-	2.285.441
Responsabilidades representadas por títulos	404.255	404.255	-	-	404.255
Outros passivos subordinados	245.497	163.118	(82.379)	-	245.497
	<u>2.935.193</u>	<u>2.852.813</u>	<u>(82.380)</u>	<u>-</u>	<u>2.935.193</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- As rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais”, “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito”: dado tratarem-se de aplicações à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- A rubrica “Saldos não analisados” do “Crédito a clientes” inclui o crédito vencido, o papel comercial e os juros corridos;
- Recursos de clientes: Do total de recursos de clientes mantidos junto do Banco em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 2.285.253 mEuros corresponde a recursos à vista ou de muito curto prazo. Para estes, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor, uma vez que a sua política de *pricing* dos depósitos se manteve constante ao longo do ano. Para os restantes, que ascendem em 31 de Dezembro de 2010, a 188 mEuros, o Banco aplicou um spread de 175 basis points;
- Responsabilidades representadas por títulos: Esta rubrica inclui as emissões de papel comercial do Banco, emitidas com garantia da República Portuguesa e totalmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos. Em Dezembro de 2010, as entidades Parvalorem, Parups e Parparticipadas, detidas pelo Banco emitiram empréstimos obrigacionistas em condições similares às emissões do BPN registadas nesta rubrica. Por esta razão, e também pelo facto de as emissões de papel comercial registadas nesta rubrica serem de curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- Outros passivos subordinados: Não existindo mercado, a emissão de obrigações subordinadas do BPN, com maturidade em Junho de 2013, foi valorizada considerando um spread de crédito de 1100 basis points. Para as obrigações perpétuas considerou-se um preço de 47% do valor nominal.

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe do apuramento do justo valor do crédito a clientes apresenta-se de seguida:

	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas há menos de 12 meses	719.727	719.727	-
Operações com plano financeiro definido	1.607.026	1.511.770	(95.256)
Operações sem plano financeiro definido	1.088.021	1.097.127	9.106
	<u>3.414.774</u>	<u>3.328.624</u>	<u>(86.150)</u>

As operações de crédito analisadas foram sujeitas ao desconto dos cash flows futuros (capital e juros) para as datas de referência, à taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos 6 meses anteriores, para cada segmento analisado, sendo que para as operações sem plano financeiro definido (créditos em conta corrente e descobertos em depósitos à ordem), foi assumido um cash flow futuro em 31 de Janeiro pela totalidade do capital vincendo e juros até essa data.

Para as operações concedidas à menos de 12 meses, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010, as taxas médias utilizadas e os segmentos considerados com base nas operações iniciadas nos 6 meses anteriores foram os seguintes:

Segmento	Núm. Operações	Capital Vincendo	Capital Vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	22	2.640.076	17.716	2.657.792	4,5314%
Empresa - CC	952	47.499.596	35.474	47.535.070	4,1748%
Empresa - Emprést	1103	166.090.848	719.955	166.810.803	4,7314%
Empresa - Outros	6566	109.778.769	449.646	110.228.415	3,4440%
Grupo SLN ^(a)	-	-	-	-	4,7314%
Particular - CC	1640	1.132.377	16.529	1.148.907	7,8197%
Particular - Emprést	2553	84.175.659	21.131	84.196.789	3,8187%
Particular - Outros	1030	4.710.206	9.575	4.719.781	8,1975%

(a) Para o segmento Grupo SLN não existem novas operações, deste modo utilizou-se a taxa média mais elevada do segmento empresas.

O justo valor foi apurado através da fórmula $\sum Cfn / [(1+i)^n/365]$, sendo n o número de dias que medeiam entre 31 de Dezembro e a data do cash flow, e sendo i a taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos últimos 6 meses, para cada segmento analisado.

Em 31 de Dezembro de 2010, a forma de apuramento do justo valor dos Instrumentos Financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de Valorização		Total
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	23.064	115	23.179
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	4.372	7.962	22.214	1.233	35.781
Derivados de Cobertura	-	-	17	-	17
Passivos Financeiros de Negociação	-	-	22.327	-	22.327
	<u>4.372</u>	<u>7.962</u>	<u>67.622</u>	<u>1.348</u>	<u>81.304</u>

Anexos, relatórios e pareceres às contas - 2010

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO								
Instrumentos de capital								
TAIB BANK B S C	0,22	513.505	1,00	Justo Valor	115	-	115	-
					115	-	115	-
Derivados								
Swaps	-	-	-	-	23.056	-	23.056	-
Futuros	-	-	-	-	8	-	8	-
					23.064	-	23.064	-
TOTAL					23.179	-	23.179	-
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA								
Instrumentos de dívida								
De dívida pública								
OT SETEMBRO 9813	101,81%	6.355.000	1,00	Justo Valor	6.564	-	6.564	(61)
OT JUNHO 02/12	101,06%	1.000.000	1,00	Justo Valor	1.038	-	1.038	(64)
OT JUNHO 01/11	100,60%	200.000	1,00	Justo Valor	207	-	207	(12)
OT ABRIL 05/11	99,95%	150.000	1,00	Justo Valor	153	-	153	5
					7.962	-	7.962	(133)
De outros emissores nacionais								
P.C. COFINA - 14ª Emissão		400	50.000,00	Justo Valor	20.074	-	20.074	-
P.C. MAR CAPITAL - 7ª Emissão		38	50.000,00	Justo Valor	1.884	-	1.884	-
P.C. RAPOSEIRA - 11ª Emissão		8	50.000,00	Justo Valor	387	-	387	-
P.C. RAPOSEIRA - 8ª Emissão		4	50.000,00	Justo Valor	199	-	199	-
P.C. RAPOSEIRA - 9ª Emissão		4	50.000,00	Justo Valor	196	-	196	-
P.C. RAPOSEIRA - 10ª Emissão		4	50.000,00	Justo Valor	196	-	196	-
					22.936	-	22.936	-
De outros emissores internacionais								
ARL6 2005-EULR C3E	0,00%	250.000	1,00	Justo Valor	17	(17)	-	-
XS0238704281 - ARL6 2005-EULR C3E	0,00%	1.021	1,00	Justo Valor	-	-	-	-
KAUP - Kaup Float 06/14	0,00%	5.213	1,00	Justo Valor	-	-	-	-
ISBAIR10/14 - ISBAIR Float 10/14	0,00%	1.240	1,00	Justo Valor	-	-	-	-
DGSL PS - Diversified Global Securities Ltd.	0,00%	10.634	1,00	Justo Valor	-	(17)	-	-
					17	(17)	-	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Critério Valorimétrico	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Instrumentos de capital - no País								
LCSGREE KY - Lon&Cap-German Real Estate Fund	705,12	581	1,00	Justo Valor	731	(321)	410	89
GOTABIE KY - Gottex ABI Fund	16,19	17.369	0,11	Justo Valor	155	(123)	32	(1)
GGY121000008 - ARCUS EUROPEAN INFRASTRUCTURE FUND L.P.	0,46	15.437	1,00	Justo Valor	7	-	7	(2)
ABSAREU GU - ARIS- Euro Aggressive Cell Fund	145,11	16	1,00	Justo Valor	2	-	2	2
SIBS		20.000	4,99	Custo Histórico	2.343	-	2.343	-
Galilei SGPS, S.A.		8.095.596	1,00	Custo Histórico	23.749	(22.296)	1.453	-
ENTIGERE - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.		23.200	5,00	Custo Histórico	116	-	116	-
AMB, SGPS, S.A.		33.300	4,99	Custo Histórico	167	(73)	94	-
COIMBRAVITA		15.000	4,99	Custo Histórico	75	-	75	-
INEGI		10.000	5,00	Custo Histórico	50	-	50	-
ADRAVE		5.000	4,99	Custo Histórico	25	-	25	-
PME Capital de Risco, S.A.		1.000	4,99	Custo Histórico	4	-	4	-
PME Investimentos		1.000	4,99	Custo Histórico	4	-	4	-
					27.428	(22.813)	4.615	88
Instrumentos de capital - no Estrangeiro								
La Fayette Regular Growth Ltd.-B- (Side Pocket)	8,49	2.421	1,00	Justo Valor	21	-	21	(2)
GLG Partners SICAV - Multi-Strategy Fund	99,94	176	1,00	Justo Valor	18	-	18	(2)
RAB Capital Plc - Special Situations -G	48,98	325	1,00	Justo Valor	16	-	16	(1)
Rab Octane Fund Ltd (Side Pocket - Nov Redemption)	55,13	57	1,00	Justo Valor	3	-	3	(0)
GLG Partners Plc - European Long/Short Fund -A- (Special Assets)	53,50	45	1,00	Justo Valor	2	-	2	(1)
Fairfield Sigma Ltd		1.105	1,00	Justo Valor	-	-	-	-
VISA INC. - CLASS C	35,32	7.296	0,00	Custo Histórico	188	-	188	-
SWIFT		7	125,00	Custo Histórico	17	-	17	-
INVESTMENT CIRCLE		80.000	5,00	Custo Histórico	3	-	3	-
VISA EUROPE		1	10,00	Custo Histórico	-	-	-	-
					268	-	268	(7)
TOTAL					58.611	(22.830)	35.781	(5)

2. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Português de Negócios S.A. (BPN ou Banco) é uma instituição de crédito com sede no Porto, que iniciou a sua actividade bancária em 1 de Julho de 1993 após a conclusão do processo de fusão entre a Norcrédito – Sociedade de Investimento, S.A. e a Soserfin – Sociedade de Investimento e Serviços Financeiros, S.A..

Em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçava os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro. O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei nº 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, cujas condições finais foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 57-B/2010, de 5 de Agosto, decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tendo contudo sido concretizado com sucesso.

O Banco desenvolve a sua actividade numa óptica de banca universal, actuando também, directamente ou através de empresas participadas, directa ou indirectamente, nas áreas de banca, seguros, banca de investimento, gestão de activos, área imobiliária e saúde.

Para a realização das suas operações, em 31 de Dezembro de 2010, o Banco contava com uma rede nacional de 216 agências, uma Sucursal em França sem actividade e uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira. Durante o exercício de 2010, o BPN alienou a rede de agências, as operações de crédito a clientes e os depósitos mantidos junto da sua Sucursal de França, estando os impactos desta operação detalhados na Nota 34.

No âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalorem, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, directamente ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras consolidadas estes activos e passivos nas rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda”, respectivamente, ao abrigo da Norma IFRS 5 (Nota 10).

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco em 31 de Dezembro de 2010 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Novas normas e interpretações, revisões e emendas adoptadas pela União Europeia

O Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2010, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1-Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.

Estas normas, apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

2.3. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e das suas subsidiárias (Grupo BPN), incluindo entidades de propósito especial (“SPV”) (Nota 3).

A nível das entidades participadas, são designadas “filiais” aquelas nas quais o Grupo exerce um controlo efectivo sobre a gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas”, o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, fundos de capital de risco e de investimento e outras entidades similares, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efectivo e nas quais o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das filiais que integram o Grupo foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das entidades filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.4. Concentrações de actividades empresariais e “goodwill”

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

O “goodwill” corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O “goodwill” é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

No caso de transacções efectuadas após a obtenção de controlo pelo Grupo, o diferencial entre o custo de aquisição das acções adicionais e o valor correspondente de activos e passivos da entidade adquirida é registado directamente em reservas.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o “goodwill” gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.5. Investimentos em associadas

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situe, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O “goodwill”, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, é registado como um activo e não é sujeito a amortização.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o “goodwill” era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o “goodwill” gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.6. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada “moeda funcional”. Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são expressos em Euros, a moeda funcional do Grupo.

Na preparação das demonstrações financeiras individuais do Banco e das filiais, as transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional de cada entidade com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico, incluindo activos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

Nas contas consolidadas, os activos e passivos de entidades com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio de fecho, enquanto os proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças resultantes da conversão cambial, de acordo com este método, são registadas na rubrica "Outras reservas", do capital próprio, sendo o respectivo saldo transferido para resultados no momento da alienação das respectivas filiais.

2.7. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. No caso de activos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos directamente atribuíveis à transacção são registados na rubrica "Encargos com serviços e comissões". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do activo. Quando do reconhecimento inicial estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Activos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Activos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adopção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - a) Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - b) Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

- Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:
 - Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
 - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de “Juros e rendimentos similares”.

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes (incluindo crédito titulado), valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros activos”.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade. Neste sentido, inclui também os instrumentos de capital detidos no âmbito da actividade de capital de risco do Grupo, sem opções associadas;

- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, excepto os instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Resultados em operações financeiras” ou “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”, respectivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os activos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em “Juros e rendimentos similares”, da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos de instrumentos de capital”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

iv) Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do Grupo mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros registados na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Activos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos é determinado com base em:

- i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira;
- ii) Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “*discounted cash flows*”.

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, assim como títulos de rendimento fixo e variável transaccionados a descoberto. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”.

ii) Passivos financeiros associados a activos transferidos

Esta rubrica inclui os fundos recebidos no âmbito da operação de titularização de crédito concedido.

iii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de instituições de crédito e de clientes, dívida emitida, passivos subordinados e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos, registados em “Outros passivos”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efectiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e para reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados de cobertura

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na Norma IAS 39.

O Banco utiliza apenas coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas “Coberturas de justo valor”.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”. No caso de instrumentos que incluem uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”, da margem financeira.

Sempre que as coberturas deixem de satisfazer os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura definidos na Norma, ou caso o Banco revogue a designação, a contabilidade de cobertura é descontinuada. Nestas situações, os ajustamentos efectuados aos elementos cobertos até à data em que a contabilidade de cobertura deixa de ser eficaz ou é decidida a revogação dessa designação passam a ser reconhecidos em resultados pelo método da taxa efectiva até à maturidade do activo ou passivo financeiro.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a Norma IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da Norma IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se tratem de micro-coberturas, ou pelos resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados em operações financeiras”, com excepção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é reflectida em “Juros e rendimentos similares” e “Juros e encargos similares”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

Activos financeiros ao custo amortizado

O Banco efectuou uma análise de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente crédito a clientes.

A imparidade para crédito do BPN foi apurada da seguinte forma:

- Análise individual de todos os clientes com responsabilidades superiores a 2.000 mEuros, clientes com grau de vigilância especial e clientes com crédito vencido superior a 250 mEuros;
- Para o universo dos clientes não sujeitos à análise individual, foi efectuada análise colectiva baseada nas respostas obtidas aos questionários de crédito enviados às áreas comerciais do Banco para uma amostra de operações de crédito.

A imparidade para crédito do Banco Efisa, S.A., BPN (IFI), S.A. e BPN Cayman Limited foi apurada através de análise individual feita à totalidade da sua carteira, tendo sido atribuído a cada cliente uma taxa específica de imparidade.

Relativamente à BPN Credito IFIC, foi efectuada uma análise individual de uma parte representativa das carteiras dos segmentos de factoring e de locação imobiliária (aproximadamente 99% e 76%, respectivamente) extrapolando os resultados da mesma para a carteira não analisada através da utilização das taxas médias de provisionamento obtidas em tais análises.

Em 31 de Dezembro de 2010, o montante total de imparidade para crédito registado acima dos limites aceites como custo para efeitos fiscais ascende a 310.841 mEuros. Este montante não tem em conta as operações alienadas pelo Banco à Parvalorem que se encontram registadas na rubrica “Activos não correntes detidos para venda”.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.7. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas em capital próprio, na rubrica “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, a Norma IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada pelo Grupo uma análise da existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na “Reserva de justo valor”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

2.8. Bens recebidos em dação de crédito

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos são registados por contrapartida da rubrica de “Crédito a clientes”, quando existe a dação em cumprimento ou pela rubrica de “Cheques e ordens a pagar”, quando há adjudicações judiciais nas quais o Banco não é dispensado do respectivo pagamento. Os bens são subseqüentemente registados nas seguintes rubricas:

- Nos casos em que a expectativa de venda seja altamente provável e se encontrem disponíveis para venda imediata, os bens são registados em “Activos não correntes detidos para venda”, cumprindo os requisitos da Norma IFRS 5.
- Caso os activos não se encontrem disponíveis para venda imediata, são registados na rubrica “Outros activos”.

Estes activos não são amortizados. Periodicamente, são efectuadas avaliações dos imóveis recebidos por recuperação de créditos. Caso o valor de avaliação, deduzido dos custos estimados a incorrer com a venda do imóvel, seja inferior ao valor de balanço, são registadas perdas por imparidade.

Pela venda dos bens arrematados procede-se ao seu abate do activo, sendo os ganhos ou perdas registados nas rubricas “Outros proveitos e custos de exploração”.

2.9. Activos e passivos não correntes detidos para venda

A Norma IFRS 5 – “Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a activos isolados e também a grupos de activos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transacção, bem como todos os passivos directamente associados a esses activos que venham a ser transferidos na transacção (denominados “grupos de activos e passivos a alienar”).

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações”.

Conforme descrito na Nota 1, no âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalorem, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, directamente ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras consolidadas, estes activos e passivos, nas rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda”, respectivamente, ao abrigo da Norma IFRS 5. Estes activos e passivos foram registados usando critérios e políticas contabilísticas uniformes com os aplicados nas restantes entidades que integram o perímetro de consolidação do Grupo BPN.

2.10. Propriedades de investimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

As propriedades de investimento não são amortizadas, sendo registadas ao justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor são reflectidas em resultados, na rubrica “Outros resultados de exploração”.

2.11. Outros activos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica “Outros gastos administrativos”.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	20 – 50
Obras em edifícios de serviço próprio	20 – 50
Obras em edifícios arrendados	10
Equipamentos	4 – 8
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	10

Os terrenos não são objecto de amortização.

As despesas com obras e beneficiações em imóveis ocupados pelo Banco como locatário em regime de locação operacional são capitalizadas nesta rubrica e amortizadas, em média, ao longo de um período de 10 anos.

As amortizações são registadas em custos do exercício.

2.12. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor em “Outros activos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados em “Juros e encargos similares”.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como “Crédito a clientes”, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados em “Juros e rendimentos similares”.

2.13. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Grupo. Nos casos em que sejam cumpridos os requisitos definidos na Norma IAS 38 – Activos Intangíveis, os custos internos directos incorridos no desenvolvimento de aplicações informáticas são capitalizados como activos intangíveis. Estes custos correspondem exclusivamente a custos com pessoal.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucros

Impostos correntes

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal, nomeadamente o Banco, estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da sede nos termos do artigo 85.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira do BPN e a BPN Madeira, SGPS, S.A. beneficiam, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

No que respeita às subsidiárias no estrangeiro, os impostos sobre lucros são calculados e registados de acordo com as normas em vigor nos respectivos países.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências diversas, que se encontram descritas na Nota 23.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo incluem pensões de reforma e sobrevivência, encargos com saúde e outros benefícios de longo prazo.

Responsabilidades com pensões

Até 31 de Dezembro de 1997, as entidades financeiras do Grupo não eram subscritoras do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário. Os seus colaboradores, encontravam-se enquadrados no sistema de reformas da Segurança Social. No decurso do ano de 1998, determinadas entidades financeiras do Grupo, celebraram com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro, Sul e Ilhas e Quadros e Técnicos Bancários, os acordos de adesão ao ACTV vigente. Estes acordos prevêm que sejam asseguradas as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência e demais benefícios deles decorrentes, relativamente aos colaboradores abrangidos pelo referido acordo, com efeito imediato a partir da data mencionada. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma, então assumidas, foi constituído o Fundo de Pensões das subsidiárias do sector financeiro do Grupo, encontrando-se a sua gestão a cargo da Real Vida Seguros, S.A. (Real Vida).

A Real Vida dispõe igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. Entre as suas características principais destaca-se o facto de assegurar exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

Os Planos de Pensões existentes no Grupo, correspondem a planos de benefícios definidos, dado que se encontram estabelecidos os critérios de determinação do valor da pensão que o colaborador receberá no

decurso da sua reforma. Este encontra-se dependente de múltiplos factores, tais como e entre outros: a idade, os anos de serviço e o valor da retribuição mensal. Os Planos são substitutivos da Segurança Social e totalmente independente da mesma, para todos os empregados que efectuam descontos para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS), assumindo carácter complementar e dependente em relação aos benefícios do regime público, para os restantes colaboradores.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, caso aplicável, ajustada pelos ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por actuários especializados, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos actuariais considerados adequados. A taxa de desconto utilizada na actualização das responsabilidades reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões (ou, caso aplicável, das provisões constituídas), dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, o referido excesso deverá ser reconhecido em resultados pelo período de tempo médio até à idade normal de reforma dos colaboradores abrangidos pelo plano.

Os limites referidos no parágrafo anterior são calculados e aplicados separadamente para cada plano de benefício definido.

O custo do exercício com pensões de reforma e encargos com saúde, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, bem como a amortização de ganhos e perdas actuariais, é reflectido pelo valor líquido na rubrica apropriada de "Custos com pessoal".

Encargos com saúde (SAMS)

Aos trabalhadores do sector bancário é garantida pelo Grupo, a assistência médica, através do SAMS, que se constitui como uma entidade autónoma, sendo gerida pelo respectivo Sindicato.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de Férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma, é efectuado de forma similar às das responsabilidades com pensões.

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios de longo prazo concedidos a trabalhadores, incluindo responsabilidades com prémios de antiguidade e subsídio por morte antes da idade normal de reforma. O subsídio por morte após a idade normal de reforma está abrangido pelo Fundo de Pensões.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais. No entanto, tal como previsto na Norma IAS 19, os ganhos e perdas actuariais não podem ser diferidos, sendo integralmente reflectidos nos resultados do período.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Seguros

a) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

De acordo com o permitido pela Norma IFRS 4, a Real Vida mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte da Real Vida, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêm a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial da Real Vida. A separação destes montantes entre Segurado e a Real Vida é feita com base nos planos de participação nos resultados.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando devidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática corresponde ao valor actuarial estimado dos compromissos da Real Vida, decorrentes dos contratos de seguro em vigor, e é calculada para cada apólice, de acordo com as respectivas bases actuariais aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal. Esta provisão é aplicável também aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

d) Provisão para participação nos resultados a atribuir

No que respeita aos produtos financeiros com participação nos resultados, esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, que exceda o prejuízo acumulado da conta financeira desse produto.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição dos títulos disponíveis para venda não corresponde exactamente ao valor da Reserva de Reavaliação. Esta diferença corresponde à proporção a atribuir aos tomadores de seguro nos produtos com participação nos resultados, valor que foi transferido para a provisão para participação nos resultados a atribuir. Tendo em conta que estes produtos registaram prejuízos transitados significativos, esta provisão (PPRA) foi por sua vez anulada para compensação desses prejuízos transitados.

No que se refere aos produtos de risco com participação nos resultados e nos seguros de grupo temporários renováveis, o segurado tem direito a uma participação nos resultados do seguro, que depende do número de pessoas seguras, e é determinada com base numa conta anual que tem a crédito os prémios cobrados durante a anuidade, líquidos de estornos pagos, e a débito as despesas de gerência variáveis em função do número de pessoas seguras, as indemnizações pagas, as reservas constituídas referentes a indemnizações não pagas e o saldo negativo da conta de resultados anteriores. Apurando-se um saldo positivo da conta anterior, será pago, a título de participação nos resultados, uma percentagem variável consoante o número de pessoas seguras. Dado que a concessão

da participação nos resultados só terá lugar na data de vencimento e a partir do fim da segunda anuidade do seguro desde que a apólice se encontre em vigor, existe a necessidade de criação de provisão para participação nos resultados a atribuir que irá contemplar este montante não distribuído.

e) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída, para cada carteira, quando a taxa de rentabilidade efectiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas da mesma for inferior à respectiva taxa mínima garantida.

f) Provisões técnicas de resseguro cedido

Corresponde à quota parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Real Vida, e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes.

g) Responsabilidades para com subscritores de produtos “Unit-linked”

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Real Vida em que o risco é suportado pelo tomador (produtos “Unit-linked”) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos activos que integram a carteira de investimentos afecta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão. Estas responsabilidades são registadas na rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento”.

As carteiras de investimentos afectas a produtos “Unit-linked” são compostas por activos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

2.18. Comissões

Conforme referido na Nota 2.7. a), as comissões relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas ao longo do período da operação, pelo método da taxa efectiva, em “Juros e rendimentos similares”.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem à compensação pela execução de actos únicos.

2.19. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade no crédito

A imparidade para crédito concedido é determinada de acordo com a metodologia definida na Nota 2.7. d). Deste modo, a determinação da provisão para créditos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A estimativa de provisões para créditos que não foram analisados individualmente foi efectuada com base nas respostas aos questionários de crédito elaborados pelas áreas comerciais, para o caso do BPN e extrapoladas com base nas taxas médias de provisionamento obtidas a partir da análise individual para o caso da BPN Credito IFIC.

O Grupo considera que as imparidades e provisões para crédito determinadas com base nesta metodologia reflectem adequadamente o risco associado à sua carteira de crédito concedido.

Avaliação dos colaterais nas operações de crédito

As avaliações dos colaterais de operações de crédito, nomeadamente hipotecas de imóveis, foram efectuadas no pressuposto da manutenção de todas as condições de mercado imobiliário, durante o período de vida das operações, tendo correspondido à melhor estimativa do justo valor dos referidos colaterais à data do balanço.

Valorização de instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16. acima, as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos activos e taxa de desconto,

entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa do Banco e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Impostos diferidos activos não registados

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da companhia de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Continuidade de operações

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentam capitais próprios negativos no montante de 2.141.278 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, que decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não foi concretizado com sucesso. No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Deste modo, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa base de continuidade das operações.

Activos não correntes detidos para venda

No âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, Parvalorem e Parups, a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, directamente ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras consolidadas, estes activos e passivos, nas rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda”, ao abrigo da Norma IFRS 5 (Nota 10).

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSACÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

A estrutura do Grupo a nível das principais empresas filiais, por sectores de actividade, e os respectivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais, excepto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Sector de actividade/Entidade	Sede	2010			2009	
		% Participação Efectiva	Capital próprio (a)	Resultado Líquido	Capital próprio (a)	Resultado líquido
1) Entidades incluídas na consolidação pelo método de integração global						
<u>Gestão de Participações Sociais</u>						
BPN Internacional, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	(60.330)	54.485	(109.398)	3.366
BPN Madeira, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	27	(4)	33	(10)
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	Portugal	100,00%	(71.130)	189.207	(253.364)	(52.407)
<u>Bancário</u>						
BPN - Banco Português de Negócios, S.A.	Portugal	100,00%	(2.181.875)	(102.420)	(2.067.450)	(220.103)
BPN Cayman	Ilhas Caimão	100,00%	39.972	33.820	23.356	19.253
<u>Agrupamentos Complementares de Empresas</u>						
BPN Serviços ACE	Portugal	95,00%	100	-	100	-
2) Entidades cujos saldos foram registados em "Activos e Passivos não correntes detidos para venda" em 31 de Dezembro de 2010						
<u>2.1) Entidades incluídas na consolidação pelo método de integração global</u>						
<u>Gestão de Participações Sociais</u>						
BPN Participações Brasil Ltda	Brasil	86,48%	20.719	(14.897)	17.518	(4.760)
Crossco (738) Ltd	Reino Unido	49,02%	41	(6)	47	(15)
Pay Up Holding BV	Holanda	76,42%	498	(82)	1.691	5.004
Parparticipadas, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	(56.279)	(56.329)	-	-
<u>Bancário</u>						
Banco Efisa, S.A.	Portugal	100,00%	(1.943)	82.479	(82.473)	(34.849)
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A. (a)	Brasil	86,48%	14.562	(14.058)	17.484	(4.276)
BPN IFI, S.A.	Cabo Verde	100,00%	55.196	43.539	4.299	(7.515)
<u>Fundos</u>						
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto (b)	Portugal	79,79%	6.143	340	5.399	1.264
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais (b)	Portugal	77,07%	9.188	826	7.613	1.989
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável (b)	Portugal	82,98%	13.962	241	12.922	1.704
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	Portugal	100,00%	177.576	(4.267)	181.849	(52.989)
BPN Gestão Activos Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	Portugal	94,09%	21.955	(454)	22.409	(15.210)
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (b)	Portugal	93,08%	130.430	(9.564)	59.663	(65.489)
BPN Imomarinas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	100,00%	53.795	394	53.401	(2.829)
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (b)	Portugal	99,18%	490.166	8.023	418.518	(90.111)
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (b)	Portugal	94,75%	190.735	(191)	176.053	(23.985)
BPN Optimização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Obrigações (b)	Portugal	73,51%	2.820	94	2.962	395
BPN Tesouraria - Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria	Portugal	58,37%	4.783	2	10.345	344
BPN Valorização - Fundo de Investimento Aberto Misto de Acções	Portugal	54,01%	2.126	71	2.351	461
CLIP Multi-Strategy	Luxemburgo	100,00%	24.671	874	23.797	(9.939)
<u>Segurador</u>						
Real Vida Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	16.009	8.536	16.535	3.278
<u>Crédito Especializado</u>						
BPN Crédito, IFIC, S.A.	Portugal	100,00%	46.280	18.170	28.110	816
BPN Créditos Brasil Promotora de Vendas, Ltda	Brasil	100,00%	(36.922)	732	(34.162)	(996)
Parvalorem, S.A.	Portugal	100,00%	(4.598)	(4.648)	-	-
<u>Gestão de Activos</u>						
BPN Gestão Activos, SGFIM, S.A.	Portugal	100,00%	3.655	(58)	3.714	(103)
BPN Imofundos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Portugal	100,00%	4.346	3.098	5.704	4.456
<u>Imobiliário</u>						
Astroimóvel - Imobiliária, S.A.	Portugal	93,08%	1.362	20	10.027	(65)
Candal Parque - Sociedade Imobiliária, S.A.	Portugal	99,14%	10.616	949	31.171	122
Investimentos Dominais Anglo Portugueses, S.A.	Portugal	93,08%	1.381	(185)	24.903	(44)
Monte da Quinta - Propriedades, Lda	Portugal	93,08%	9	(5.821)	10.201	(6.722)
<u>Outras Entidades</u>						
Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	Portugal	89,91%	n.d	n.d	(495)	41
Censosf - Centro de Saúde Ocupacional de S. Francisco, S.A.	Portugal	33,83%	56	-	70	17
CHSF - Centro de Cardiologia de S. Francisco, S.A.	Portugal	48,33%	15	11	3	5
CHSF - Centro de Imagiologia, Lda.	Portugal	48,33%	(104)	(15)	(49)	(53)
CHSF - Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	Portugal	48,33%	6.409	516	9.207	861
CHSF - Consultoria de Gestão, Lda.	Portugal	48,33%	(21)	(141)	264	(41)
CHSF - Health Club, Lda.	Portugal	48,33%	169	(20)	190	(14)
Concretope - Fábrica de Betão Pronto, S.A.	Portugal	47,07%	(8)	(1.290)	1.199	(139)
Ecoleiria - Ecografia de Leiria, Lda.	Portugal	48,33%	(30)	17	(44)	(24)
Imagran - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda	Portugal	43,50%	282	27	256	32
Imalis - Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda	Portugal	66,78%	251	18	(13)	(72)
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A. (Labicer)	Portugal	60,13%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Nascimento & Sousa, Lda	Portugal	68,22%	(2)	-	(106)	(1)
Parups, S.A.	Portugal	100,00%	(12.267)	(12.485)	-	-
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	Portugal	54,24%	5.805	(361)	105	(76)
Pay Up Iberia, S.A.	Espanha	76,42%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Pay Up Polska, S.A.	Polónia	27,66%	(912)	(582)	(230)	(537)
Pay Up Romania, S.A.	Roménia	54,23%	(493)	(584)	(699)	(809)
Pay Up Servia	Sérvia	76,42%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A. (Quimiceram)	Portugal	94,09%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	Moçambique	60,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A. (Valorceram)	Portugal	83,90%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Capitais próprios ajustados de ajustamentos de consolidação.

n.d. - não disponível

Anexos, relatórios e pareceres às contas - 2010

Sector de actividade/Entidade	Sede	2010			2009	
		% Participação Efectiva	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Capital próprio (a)	Resultado líquido
2.2) Entidades incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial						
Gestão de Participações Sociais						
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal	26,10%	1.360	(2)	1.348	296
Fundos						
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	50,00%	70.112	(1.922)	72.034	(32.604)
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal	49,07%	4.801	19	4.808	64
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal	30,00%	11.626	(1.670)	13.296	(15.440)
Outras Entidades						
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique	36,00%	(51)	7	(47)	(203)
Carlife - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	Portugal	37,64%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
CELF, SGPS, S.A.	Portugal	20,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	Portugal	38,91%	21.679	4.244	12.917	2.496
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal	20,00%	4	-	4	(59)
Fenton Ventures & Resources Inc.	Portugal	30,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal	20,00%	12	-	13	-
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal	25,00%	n.d.	n.d.	196	(1.076)
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal	20,00%	(172)	-	(172)	(68)
Nearent Ibérica, S.L.	Espanha	20,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Payshop Moçambique S.A.R.L.	Moçambique	20,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal	47,05%	(5.884)	(1.149)	(4.733)	(3.473)
Sobrissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	Portugal	23,54%	13.991	(644)	14.760	343

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Capitais próprios ajustados de ajustamentos de consolidação.
n.d. - não disponível

O Grupo detém o controlo das entidades cuja participação detida é inferior a 50% mas que são consolidadas pelo método de integração global.

Em 31 de Dezembro de 2010, os resultados líquidos das participadas Monte da Quinta e Concretope não se encontram individualizados na formação do resultado líquido consolidado, uma vez que se tratam de entidades cujo resultado já se encontra incorporado nos resultados das respectivas casas-mãe. Adicionalmente, o resultado líquido da participada BPN Participações Brasil Ltda. também não se encontra individualizado na formação do resultado líquido consolidado, uma vez que é anulado no processo de consolidação.

Os dados financeiros em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respectiva aprovação em Assembleia Geral de accionistas.

Os principais movimentos ocorridos no perímetro de consolidação do Grupo no exercício de 2010 foram os seguintes:

- Em Maio de 2010, o BPN adquiriu 11,6% do capital social do BPN Serviços ACE detido pela Real Seguros, S.A. (Lusitânia). Após a realização desta operação, a participação do BPN nesta entidade aumentou para 95%.
- Em Junho de 2010, o BPN Valorização Patrimonial e o Centro Hospital de S. Francisco, S.A. (CHSF) adquiriram 3,24% e 4,00%, respectivamente, da Imalis – Meios de Diagnóstico de Imagiologia de Leiria, Lda. (Imalis). Ambas as entidades, em conjunto, passaram a deter 97,24% da Imalis.
- Em Junho de 2010, o BPN Valorização Patrimonial e o CHSF adquiriram 4,25% e 5,00%, respectivamente, da Nascimento & Sousa, Lda. Ambas as entidades, em conjunto, passaram a deter 99,25% da Nascimento & Sousa, Lda.
- Em Agosto de 2010, o BPN Valorização Patrimonial alienou a totalidade de 40% da participação que detinha da Imagran – Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda. (Imagran) ao CHSF. Desta forma, a Imagran passou a pertencer em 90% ao CHSF.

- Em 2010, a percentagem de participação do Banco Efisa, S.A. na Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A. aumentou de 19,50% para 33,33%. No entanto, o BPN Valorização Patrimonial diminuiu a sua participação nesta entidade, passando a mesma de 60,50% para 22,22%. Deste modo, a percentagem global de participação destas entidades na Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A. passou de 76% para 54%.
- A BPN Participações Brasil Ltda. efectuou um aumento de capital social. Após a realização desta operação, a participação da BPN Internacional nesta entidade aumentou de 80% para 86,48%. A BPN Participações Brasil Ltda. detém 100% do capital social do BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.. Em 31 de Dezembro de 2010, a participação no BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A. é detida pela Parparticipadas, SGPS, S.A..
- No decorrer do exercício de 2010, houve uma diminuição na percentagem global na Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A. por parte das empresas do grupo. Uma vez que a Pay Up Polska, S.A. e a Pay Up Romania, S.A. são detidas pela Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A., houve uma diminuição nas participações das mesmas proporcional à diminuição da percentagem que o Grupo detém na Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.
- No exercício de 2010 os fundos mobiliários que integram o perímetro de consolidação, efectuaram aumentos de capital por subscrição de unidades de participação por parte dos clientes do Banco, não tendo sido acompanhado pelo Grupo BPN. Decorrente deste facto, a participação detida pelo Grupo BPN no BPN Conservador passou de 90% para 82,9% e no BPN Acções Global passou de 79,9% para 77,1%.

Os principais movimentos ocorridos no perímetro de consolidação do Grupo no exercício de 2009 foram os seguintes:

- Em Fevereiro de 2009, o Banco Efisa, S.A. alienou 3,93% da participação na Ângulo Superior, SGPS, S.A., actualmente designada PR&A - Investimentos, SGPS, S.A..
- Em Março de 2009, a Lugab - Gestão e Participações, S.A. efectuou um aumento do capital social passando de 50.000 mEuros para 200.000 mEuros. Após a realização desta operação, a participação do Banco Efisa, S.A. nesta entidade diminuiu de 100% para 25%.
- Em Abril de 2009, o BPN Créditos Brasil Promotora de Vendas Ltda. alienou os 100% que detinha na BizService – Tecnologia em Meios de Pagamento Ltda..
- Em Junho de 2009, o BPN Créditos Brasil Promotora de Vendas Ltda. vendeu a participação de 34,83% que detinha na Portucale - Corretora de Seguros, Ltda..
- Em Outubro de 2009, o Banco Efisa, S.A. efectuou uma troca de 23,4% das acções da Avipronto - Produtos Alimentares, S.A. por 5% das acções da Lusiaves, SGPS, S.A..
- Em Dezembro de 2009, a PayUp Holding BV vendeu a participação de 100% que detinha na Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A., tendo sido adquirida: i) 19,5% pelo Banco Efisa, S.A.; ii) 60,5% pelo BPN Gestão de Activos Valorização Patrimonial – Fundo de Capital de Risco e iii) 20% pela Haviland International INC..

- Em Dezembro de 2009, a PayUp Holding BV alienou as suas participações de 51% na Pay Up Polska, S.A. e de 99,94% na Pay Up Romania, S.A. à Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A..

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa	73.792	83.232
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	61.632	73.388
	<u>135.424</u>	<u>156.620</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Caixa” inclui o montante de 37.345 mEuros relativos a moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, correspondendo a cerca de 4.700.000 moedas com o valor facial de 8 Euros cada.

A rubrica “Depósitos à ordem em Bancos Centrais – Em Bancos Centrais estrangeiros” corresponde a depósitos mantidos no Banco Central Europeu e visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à taxa de 1% e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Cheques a cobrar		
No país	19.903	36.395
No estrangeiro	688	1.938
	<u>20.591</u>	<u>38.333</u>
Depósitos à ordem e outras disponibilidades		
No país	5.049	68.976
No estrangeiro	39.002	94.686
	<u>44.051</u>	<u>163.662</u>
Juros a receber	-	1
	<u>64.642</u>	<u>201.996</u>

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos enviados para compensação. Estes valores são cobrados nos primeiros dias do exercício subsequente, geralmente não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

No exercício de 2010, o Banco reclassificou disponibilidades no montante de 5.245 mEuros desta rubrica para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” relativa a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

6. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Aplicações em instituições de crédito no País</u>		
Empréstimos		
Outras aplicações	-	24
Aplicações a muito curto prazo	-	41
Depósitos a prazo	-	350
<u>Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro</u>		
Empréstimos	21.203	23.505
Outras aplicações	188.921	209.146
Depósitos a prazo	-	351
	<u>210.124</u>	<u>233.417</u>
Juros a receber	465	488
	<u>210.589</u>	<u>233.905</u>
Imparidade (Nota 23)	(116)	(144)
	<u>210.473</u>	<u>233.761</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui aplicações em dois bancos angolanos, que ascendem a 206.168 mEuros, e que se encontram colateralizadas por depósitos de um banco central mantidos junto do BPN (IFI), S.A., no montante de 214.641 mEuros. Estes depósitos encontram-se registados na rubrica “Passivos não correntes detidos para venda – Recursos de instituições de crédito e bancos centrais” (Nota 10).

No exercício de 2010, o Banco reclassificou aplicações no montante de 5.503 mEuros desta rubrica para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” relativas a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito têm a seguinte classificação:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	155.587	230.713
De três a um ano	-	1.555
De um a cinco anos	55.002	351
Mais de cinco anos	-	1.286
	<u>210.589</u>	<u>233.905</u>

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>	
	<u>Detidos para negociação</u>	<u>Detidos para negociação</u>	<u>Ao justo valor através de resultados</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>			
De emissores públicos:			
Títulos da dívida pública	-	11	-
Obrigações de outros emissores públicos:			
Estrangeiros	-	27.884	-
De organismos financeiros internacionais	-	-	36.262
De outros emissores:			
Obrigações e outros títulos:			
De residentes	-	1.883	-
De não residentes	-	10.397	-
	<u>-</u>	<u>40.175</u>	<u>36.262</u>
<u>Instrumentos de capital</u>			
De residentes	-	735	-
De não residentes	115	13.227	1.923
	<u>115</u>	<u>13.962</u>	<u>1.923</u>
<u>Outros instrumentos financeiros</u>			
Outros			
De residentes	-	220	-
	<u>-</u>	<u>220</u>	<u>-</u>
<u>Crédito e outros valores a receber</u>			
<u>Instrumentos derivados com justo valor positivo (Nota 9)</u>			
Swaps	21.792	24.195	-
Futuros e outras operações a prazo	8	175	-
	<u>21.800</u>	<u>24.370</u>	<u>-</u>
	<u>21.915</u>	<u>78.727</u>	<u>38.185</u>

No exercício de 2010, o Banco reclassificou títulos no montante de 89.426 mEuros desta rubrica para a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" relativo a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>		
- De dívida pública		
No país	7.962	11.686
No estrangeiro	-	17.416
- De outros emissores		
No país	22.935	49.039
No estrangeiro	17	221.852
	<u>30.914</u>	<u>299.993</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
- Valorizados ao justo valor	957	40.574
- Valorizados ao custo histórico	<u>26.745</u>	<u>14.325</u>
	<u>27.702</u>	<u>54.899</u>
<u>Outros títulos</u>		
- Valorizados ao justo valor	-	58
- Valorizados ao custo histórico	-	11.856
	<u>-</u>	<u>11.914</u>
	<u>58.616</u>	<u>366.806</u>
Imparidade (Nota 23)	(22.854)	(53.182)
	<u>35.762</u>	<u>313.624</u>

No exercício de 2010, o Banco reclassificou títulos no montante de 348.750 mEuros desta rubrica para a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" relativos a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Instrumentos de capital – Valorizadas ao custo histórico" inclui 8.095.596 acções da Galilei, SGPS, S.A. (anteriormente denominada por Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.). No exercício de 2010, o Banco adquiriu a um cliente 6.578.948 acções a um preço unitário de 3,04 Euros, após este ter exercido uma opção de venda que detinha (Nota 9). Na sequência desta aquisição, o BPN reclassificou imparidade no montante de 18.000 mEuros da rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" para a rubrica "Imparidade para activos financeiros disponíveis para venda" (Nota 23).

O movimento ocorrido na imparidade relativa a "Activos financeiros disponíveis para venda" é apresentado na Nota 23.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reserva de justo valor apresenta a seguinte decomposição (Nota 28):

	2010	2009
<u>Activos financeiros disponíveis para venda</u>		
. Instrumentos de dívida	(134)	2.358
. Instrumentos de capital	83	1.332
	<u>(51)</u>	<u>3.690</u>
<u>De títulos registados "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10)</u>		
. Instrumentos de dívida	(6.718)	-
. Instrumentos de capital	1.792	-
	<u>(4.926)</u>	<u>-</u>
	<u>(4.977)</u>	<u>3.690</u>

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

9. DERIVADOS

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.7. c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2010				
	Montante nocional		Valores de Balanço		
	Derivados de negociação	Total	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
	(Nota 7)				
<u>Operações cambiais a prazo</u>					
Forwards cambiais	2.014	2.014	8	(23)	(15)
<u>Swaps</u>					
Swaps cambiais	23.204	23.204	1	-	1
Interest rate swaps	1.097.079	1.097.079	21.791	(19.015)	2.776
	<u>1.122.297</u>	<u>1.122.297</u>	<u>21.800</u>	<u>(19.038)</u>	<u>2.762</u>

	2009							
	Montante nocional			Valores de Balanço				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Derivados de cobertura		
						Activo	Passivo	Total
	(Nota 7)							
<u>Operações cambiais a prazo</u>								
Forwards cambiais	20.445	-	20.445	110	(151)	-	-	(41)
<u>Swaps</u>								
Swaps cambiais	276.909	32.577	309.486	3	(3)	2.132	(1.000)	1.132
Interest rate swaps e cross currency								
Interest rate swaps	1.488.554	-	1.488.554	23.997	(22.960)	-	-	1.037
Equity swaps	20.000	-	20.000	195	(108)	-	-	87
<u>Futuros</u>								
Futuros de taxa de juro	6.500	-	6.500	65	-	-	-	65
<u>Opções</u>								
Opções sobre acções não cotadas	38.100	-	38.100	-	(39.180)	-	-	(39.180)
	<u>1.850.508</u>	<u>32.577</u>	<u>1.883.085</u>	<u>24.370</u>	<u>(62.402)</u>	<u>2.132</u>	<u>(1.000)</u>	<u>(36.900)</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Opções sobre acções não cotadas” corresponde a uma opção celebrada com um cliente sobre acções da Galilei, SGPS, S.A.. No exercício de 2010, o cliente exerceu esta opção de venda junto do BPN, tendo o Banco adquirido 6.578.948 acções a um preço unitário de 3,04 Euros (Nota 8). Baseado em pareceres jurídicos obtidos em 2010, o Banco não registou a responsabilidade na aquisição de um lote adicional de 5.402.987 acções detidas por aquele cliente, tendo deste modo, reconhecido um ganho de 16.290 mEuros na rubrica “Resultados em activos e passivos detidos para negociação”, que corresponde à anulação do passivo que se encontrava registado em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 33).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2010					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<u>Operações cambiais a prazo</u>						
Forwards cambiais	1.354	660	-	-	-	2.014
<u>Swaps</u>						
Swaps cambiais	-	23.204	-	-	-	23.204
Interest rate swaps	-	4.490	9.417	649.079	434.093	1.097.079
	<u>1.354</u>	<u>28.354</u>	<u>9.417</u>	<u>649.079</u>	<u>434.093</u>	<u>1.122.297</u>
	2009					Total
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	
<u>Operações cambiais a prazo</u>						
Forwards cambiais	19.752	347	346	-	-	20.445
<u>Swaps</u>						
Swaps cambiais	280.369	12.932	7.516	8.669	-	309.486
Interest rate swaps	-	7.933	7.914	303.000	1.169.707	1.488.554
Equity swaps	-	20.000	-	-	-	20.000
<u>Futuros</u>						
Futuros de taxa de juro	6.500	-	-	-	-	6.500
<u>Opções</u>						
Opções sobre acções não cotadas	-	-	38.100	-	-	38.100
	<u>306.621</u>	<u>41.212</u>	<u>53.876</u>	<u>311.669</u>	<u>1.169.707</u>	<u>1.883.085</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2010		2009	
	Valor Nocial	Valor de Balanço	Valor Nocial	Valor de Balanço
<u>Operações cambiais a prazo</u>				
<u>Forwards cambiais</u>				
Clientes	2.014	(15)	20.445	(41)
<u>Swaps</u>				
<u>Swaps cambiais</u>				
Instituições Financeiras	23.204	1	309.486	1.132
<u>Interest rate swaps e cross currency interest rate swaps</u>				
Instituições financeiras	885.684	2.043	1.241.379	2.919
Clientes	211.395	733	247.175	(1.882)
Equity swaps	-	-	20.000	87
	<u>1.097.079</u>	<u>2.776</u>	<u>1.508.554</u>	<u>1.124</u>
<u>Futuros</u>				
Futuros de taxa de juro	-	-	6.500	65
<u>Opções (Divisas e Cotações)</u>				
Clientes	-	-	38.100	(39.180)
	<u>1.122.297</u>	<u>2.762</u>	<u>1.883.085</u>	<u>(36.900)</u>

10. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

No âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalorem, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos e passivos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, que estas entidades serão por este adquiridas durante o ano de 2011, directamente ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos e passivos que lhes pertencem, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras consolidadas, estes activos e passivos, nas rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda”, respectivamente, ao abrigo da Norma IFRS 5 (Nota 1).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda” apresentam a seguinte composição:

	2010	2009
Activos não correntes detidos para venda		
Disponibilidades em outras instituições de crédito (Nota 5)	5.245	-
Aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	5.503	-
Títulos e participações financeiras	512.725	12.045
Crédito a clientes	3.383.578	-
Activos tangíveis e intangíveis	174.021	-
Propriedades de Investimento (Nota 13)	612.104	-
Provisões técnicas de resseguro cedido (Nota 18)	7.550	-
Outros activos (Nota 19)	397.990	93.697
	<u>5.098.716</u>	<u>105.742</u>
Imparidade		
. Aplicações em instituições de crédito (Nota 23)	(21)	-
. Títulos e participações financeiras	(69.643)	(12.045)
. Crédito a clientes (Nota 23)	(1.568.029)	-
. Outros activos tangíveis e intangíveis (Nota 23)	(7.902)	-
. Outros activos	(126.146)	(15.431)
	<u>(1.771.741)</u>	<u>(27.476)</u>
Amortizações de outros activos tangíveis e intangíveis	(54.233)	-
	<u>(1.825.974)</u>	<u>(27.476)</u>
	<u>3.272.742</u>	<u>78.266</u>
Passivos não correntes detidos para venda		
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais (Nota 20)	1.065.403	-
Recursos de clientes e outros empréstimos (Nota 21)	311.281	-
Responsabilidades representadas por títulos (Nota 22)	3.153.439	-
Provisões técnicas de contratos de seguros (Nota 24)	173.768	-
Provisões (Nota 23)	155.023	-
Passivos por impostos diferidos (Nota 17)	174	-
Outros passivos subordinados	6.008	-
Outros passivos (Nota 26)	142.846	-
	<u>5.007.942</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Activos não correntes detidos para venda – Títulos e participações financeiras” e respectiva imparidade associada é composta por instrumentos financeiros, transferidos das seguintes rubricas:

	2010	2009
Títulos e participações financeiras		
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	89.426	-
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	348.750	12.045
Investimentos detidos até à maturidade (Nota 12)	17.523	-
Investimentos em associadas (Nota 16)	57.026	-
	<u>512.725</u>	<u>12.045</u>
Imparidade para títulos e participações financeiras	(69.643)	(12.045)
	<u>443.082</u>	<u>-</u>

No exercício de 2010, o Banco transferiu para esta rubrica o montante de 57.598 mEuros de imparidade de títulos que se encontravam registados em “Activos financeiros disponíveis para venda” (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2010, a reserva de justo valor dos títulos registados nesta rubrica ascende a (4.926) mEuros (Notas 8 e 28).

O detalhe dos títulos classificados nesta rubrica encontra-se no Anexo I.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Activos não correntes detidos para venda – Crédito a clientes” corresponde a operações de crédito pertencentes às seguintes entidades do Grupo:

Parvalorem, S.A. (Nota 11)	2.362.029
BPN Crédito - IFIC	773.585
Banco Efisa, S.A.	126.459
BPN Brasil	119.378
Outros	2.127

	3.383.578
	=====

Durante o exercício de 2010, a Parvalorem adquiriu um conjunto de operações de crédito que se encontravam no balanço do BPN, do BPN (IFI), S.A., do Banco Efisa e no da BPN Crédito – IFIC, que apresentavam indícios de imparidade. Os critérios de alienação destas operações de crédito à Parvalorem foram os seguintes:

- Clientes ou grupos económicos com mais de 25% da exposição de crédito total em crédito vencido há mais de 90 dias;
- Clientes ou grupos económicos com mais de 25% da exposição de crédito total em contencioso;
- Clientes ou grupos económicos com mais de 25% de imparidade e com imparidades superiores a 500 mEuros;
- Clientes ou grupos económicos com mais de 25% da exposição de crédito total em grau de vigilância “extinção”.

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis e intangíveis registados nesta rubrica, pode ser apurado da seguinte forma:

Valor bruto	174.021
Amortizações acumuladas	(54.233)
Imparidade para outros activos tangíveis	(7.902)

	111.886
	=====

No exercício de 2010, estes activos foram transferidos das seguintes rubricas contabilísticas:

Outros activos tangíveis (Nota 14)	108.321
Activos intangíveis (Nota 15)	3.565

	111.886
	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Activos não correntes detidos para venda - Propriedades de investimento” apresenta o seguinte detalhe:

Imóvel	Fundo / Entidade	Datas das últimas avaliações	Avaliador	Valor contabilístico de 31.12.2010
Aparthotel, moradias e armazéns	MONTE DA QUINTA	02-11-2010	CPU	61.833
Imóvel "Quinta do Castelo"	INVESTIMENTOS DOMINIAIS	02-11-2010	Luso Roux	33.714
		27-10-2010	CPU	
Prédio Urbano, Hospital CUF Descobertas, Lisboa	IMONEGÓCIOS	27-10-2010	Luso Roux	32.670
		30-06-2009	CPU	
Conj de Edifícios de escritórios e armazéns	CANDAL	26-06-2009	Luso Roux	27.178
		30-06-2010	CPU	
Prédio Urbano, Quinta do Grajal, Venda Seca, Cacém, Sintra	IMONEGÓCIOS	30-06-2010	Luso Roux	19.371
		30-06-2009	CPU	
Fracção "A", Av. General Humberto Delgado, Costa da Caparica	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	18.253
		31-12-2010	Worx	
2 Prédios Urbanos, R. Mário Castelhanos nº40, Queluz de Baixo	IMONEGÓCIOS	31-12-2010	Euroengineering	16.791
		03-11-2010	Worx	
143 Fracções, Av. da Liberdade n.º245, Lisboa	IMONEGÓCIOS	03-11-2010	Euroengineering	16.282
		30-06-2009	CPU	
Prédio Urbano, Quinta da Marquesa, Palmela	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	16.065
		30-06-2009	CPU	
51 Fracções Edif. S.Gabriel, Quinta da Orada, Albufeira	IMOMARINAS	26-06-2009	Luso Roux	13.580
		13-09-2010	CPU	
165 Fracções, Rua da Constituição, n.º884 e 890, Porto	IMONEGÓCIOS	13-09-2010	Luso Roux	13.358
		30-06-2009	CPU	
Prédio Urbano, Av. 24 de Julho n.º 62, Lisboa	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	13.256
		31-12-2010	Worx	
Lotes 1 e 2, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	IMONEGÓCIOS	31-12-2010	Euroengineering	12.981
		30-06-2009	CPU	
Terreno na R. Castilho	ASTROIMÓVEL	26-06-2009	Luso Roux	12.470
		27-10-2010	CPU	
Prédio Urbano, Quinta da Velha, Sto Antão do Tojal, Loures	IMONEGÓCIOS	27-10-2010	Luso Roux	12.190
		30-06-2009	CPU	
Prédio Urbano Praça Francisco Sá Carneiro nº13, Lisboa	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	11.458
		30-06-2009	CPU	
Fracção "B", Edifício Panoramic, Av. D. João II, Lote 1.19.03, Parque Expo, Lisboa	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	10.590
		30-06-2009	CPU	
Prédio Urbano, Av. da República nº 26, Lisboa	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	10.240
		30-06-2009	CPU	
Fracções "B" "E", Av. 5 Outubro nº 68/Av. Miguel Bombarda nº36, Lisboa	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	8.781
		30-06-2009	CPU	
Prédio Urbano, Beloura Office Park, Edifício EE09, Sintra	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	8.574
		30-06-2009	CPU	
Fracção "T", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III nº11 a 61, Coimbra	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	8.342
		30-06-2009	CPU	
Fracção "D", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III nº11 a 61, Coimbra	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	8.260
		31-12-2010	Worx	
23 Fracções, Rua João Chagas, Algés, Oeiras	IMONEGÓCIOS	31-12-2010	CB Richard Ellis	8.231
		30-06-2009	CPU	
Lote 46/65, Quinta do Seminário, Lugar de Gandra, Fraião, Braga	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	7.736
		30-06-2009	CPU	
Prédio Urbano, Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	7.257
		30-06-2009	CPU	
Fracção "A", Edifício Mirador, Forca-Vouga, Vera Cruz, Aveiro	IMONEGÓCIOS	26-06-2009	Luso Roux	7.226
		30-06-2009	CPU	
				416.684

				195.420
				612.104
				=====

Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 7.000 mEuros

CPU – CPU - Consultores de Avaliação, Lda.

Luso Roux – Luso Roux, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Activos não correntes detidos para venda – outros activos” apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Bens recebidos em dação de crédito	97.789	93.697
Imóveis dos fundos imobiliários (Nota 19)	97.464	-
Devedores diversos	87.817	-
Adiantamentos e devedores por rendas vencidas dos fundos imobiliários	57.085	-
Despesas com encargo diferido	18.733	-
Operações cambiais a liquidar	13.577	-
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36)	2.104	-
Outros	23.421	-
	<u>397.990</u>	<u>93.697</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Activos não correntes detidos para venda – outros activos – Adiantamentos e devedores por rendas vencidas dos fundos imobiliários” tem a seguinte composição:

	<u>2010</u> (Nota 19)	<u>2009</u> (Nota 19)
Adiantamentos:		
. por conta de construções	40.603	70.854
. por compras de terrenos	648	18.756
Devedores por rendas vencidas	15.181	12.534
Outros valores a receber	653	669
	<u>57.085</u>	<u>102.813</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, estes saldos encontravam-se registados na rubrica “Outros activos” (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos das rubricas “Adiantamentos por conta de construções” e “Adiantamento por compras de terrenos” encontram-se provisionados na rubrica “Passivos não correntes detidos para venda – Provisões”.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Activos não correntes detidos para venda – outros activos – bens recebidos em dação de crédito” inclui o montante de 12.900 mEuros relativo a activos transferidos durante o exercício da rubrica “Outros activos” (Nota 19). Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui também obras de arte do pintor Juan Miró recebidas em dação por recuperações de crédito concedidos pelo Grupo no montante de 5.990 mEuros.

No exercício de 2010, a variação ocorrida na rubrica “Imparidade para activos não correntes detidos para venda – outros activos” no montante de 110.715 mEuros, correspondeu à transferência de imparidade da rubrica “Imparidade de outros activos” (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Passivos não correntes detidos para venda – Recursos de instituições de crédito e bancos centrais” inclui o montante de 214.641 mEuros relativos a recursos de um banco central mantidos junto do BPN (IFI), S.A. que se encontram a colateralizar aplicações junto de dois bancos angolanos (Notas 6 e 20). Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica inclui também o montante de 791.575 mEuros de empréstimos concedidos pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. às entidades Parvalorem, Parups e Parparticipadas. Estes empréstimos encontram-se garantidos pelo penhor dos activos destas entidades. As principais condições destes empréstimos são as seguintes:

Entidade	Montante em 31.12.2010	Data máxima de pagamento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2010	Cláusula de pagamento antecipado
Parparticipadas, SGPS, S.A.	95.790	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	6,269%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
Parpus, S.A.	496.829	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	6,269%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
Parvalorem, S.A.	198.956	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	6,269%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
	<u>791.575</u>				

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Passivos não correntes detidos para venda – Responsabilidades representadas por títulos” apresenta a seguinte composição:

Obrigações em circulação	3.100.019
Certificados de depósito (Nota 22)	53.420

	3.153.439
	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Obrigações em circulação” corresponde a empréstimos obrigacionistas emitidos pelas entidades Parvalorem, Parups e Parparticipadas. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidos à negociação na Euronext Lisbon. As principais condições destas emissões são as seguintes:

Entidade emissora	Montante de emissão	Data máxima de reembolso	Remuneração	Cláusula de reembolso antecipado
Parparticipadas	54.150	30-12-2020	Euribor 12 meses + 3,25%	A partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusivé), sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros
Parpus	727.850	30-12-2020	Euribor 12 meses + 3,25%	A partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusivé), sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros
Parvalorem	2.318.000	30-12-2020	Euribor 12 meses + 3,25%	A partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusivé), sempre em data coincidente com uma data de pagamento de juros
	<u>3.100.000</u>			
Juros a pagar	19			
	<u>3.100.019</u>			

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Passivos não correntes detidos para venda – Provisões” apresenta o seguinte detalhe:

Imparidade para adiantamentos concedidos pelos fundos imobiliários	31.051
Imparidade para participadas excluídas do perímetro de consolidação	
- Labicer	71.630
- Quimiceram e Valorceram	2.507
	<u>74.137</u>
Provisões para impostos diferidos passivos de imóveis	14.929
Provisões para cobrança duvidosa de juros de operações de crédito	8.395
Provisões para activos financeiros	5.492
Provisões para participações em associadas	4.179
Provisões para contingências judiciais e fiscais (Nota 42)	6.294
Outras	10.546
	<u><u>155.023</u></u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, o resultado de operações descontinuadas, foi apurado da seguinte forma:

	2010	2009
Juros e rendimentos similares	78.641	81.923
Juros e encargos similares	(37.195)	(35.522)
Margem financeira	41.446	46.401
Rendimentos de instrumentos de capital	806	505
Rendimentos de serviços e comissões	8.332	15.757
Encargos com serviços e comissões	(2.462)	(2.369)
Resultados em operações financeiras	2.507	13.122
Outros resultados de exploração	50.584	17.407
Prémios, líquidos de resseguro	12.291	15.954
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(37.134)	(63.094)
Variações de provisões técnicas, líquidas de resseguro	28.370	48.010
Produto bancário	104.740	91.693
Custos com pessoal	(27.743)	(27.334)
Outros gastos administrativos	(25.432)	(35.412)
Depreciações e amortizações (Notas 14 e 15)	(9.099)	(13.459)
Provisões (Nota 23)	(36.284)	(68.104)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 16)	1.675	(21.572)
Resultados antes de impostos	7.857	(74.188)
Impostos correntes (Nota 17)	(1.703)	(865)
Impostos diferidos (Nota 17)	-	(38)
Resultado de operações descontinuadas	6.154	(75.091)

No exercício de 2010, o resultado consolidado de operações descontinuadas deriva essencialmente dos lucros obtidos no exercício das participadas Real Vida Seguros, S.A. e Controlauto.

No exercício de 2009, o resultado consolidado de operações descontinuadas inclui perdas nos montantes de 45.138 mEuros e 21.050 mEuros, respectivamente, das participadas Labicer e Banco Efisa S.A., relativas a anos anteriores.

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica “Depreciações e amortizações” apresenta a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Outros activos tangíveis (Nota 14)	8.513	12.660
Activos intangíveis (Nota 15)	<u>586</u>	<u>799</u>
	<u>9.099</u>	<u>13.459</u>

11. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Crédito interno e ao exterior		
Empréstimos	1.356.327	1.777.663
Créditos em conta corrente	900.632	1.536.522
Outros créditos	575.143	859.868
Outros créditos e valores a receber - titulado		
- Dívida não subordinada	7.222	33.549
- Outros	-	5.799
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	90.596	148.760
Operações de locação financeira	-	263.656
Créditos tomados – Factoring	-	53.576
Descobertos em depósitos à ordem	102.660	539.111
	<u>3.032.580</u>	<u>5.218.504</u>
Activos titularizados não desreconhecidos		
Crédito interno	222.627	576.152
Juros a receber	<u>14.432</u>	<u>10.649</u>
	<u>237.059</u>	<u>586.801</u>
Juros a receber	3.482	24.479
Proveitos diferidos, comissões e outros custos e proveitos associados ao custo amortizado	(879)	(188)
Correcções de valor de activos objecto de operações de cobertura	-	(11.744)
	<u>2.603</u>	<u>12.547</u>
Crédito e juros vencidos	<u>198.620</u>	<u>1.095.507</u>
	<u>3.470.862</u>	<u>6.913.359</u>
Imparidade (Nota 23)	(286.981)	(1.723.616)
	<u>3.183.881</u>	<u>5.189.743</u>

No exercício de 2010, o BPN, o Banco Efisa, o BPN (IFI) e o BPN Crédito - IFIC alienaram um conjunto de operações de crédito à Parvalorem pelo seu valor nominal, pelo montante total de 2.362.029 mEuros, tendo sido reclassificadas para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor de crédito a clientes inclui o montante de 222.627 mEuros e 576.152 mEuros, respectivamente, correspondente ao valor nominal dos créditos cedidos e referentes às operações de securitização de crédito concedido denominados “Chaves SME CLO n.º 1” e “Chaves Funding n.º 5”.

Em Março de 2009, o Banco celebrou um contrato de cessão de créditos com o Banco Insular SARL nos montantes totais de 200.516 mEuros e 1.984 mUSD, pelos respectivos valores nominais, tendo transferido provisões de outros riscos e encargos para provisões para crédito a clientes no montante de 167.376 mEuros (Nota 23).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais do "Crédito a clientes" apresentava a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	853.368	1.766.045
De três meses a um ano	524.178	1.306.224
De um a cinco anos	377.745	1.900.440
Mais de cinco anos	1.715.571	1.940.650
	<u>3.470.862</u>	<u>6.913.359</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade do "Crédito e juros vencidos" apresentava a seguinte estrutura:

	2010	2009
Até três meses	178.468	316.109
De três meses a um ano	1.120	305.733
De um a cinco anos	13.710	401.883
Mais de cinco anos	5.322	71.782
	<u>198.620</u>	<u>1.095.507</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

	2010						
	Sector Público				Empresas Públicas		Total
	Crédito vincendo	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas							
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	37.200	447	37.647	37.200	447	37.647
Pesca	-	1.740	-	1.740	1.740	-	1.740
Indústrias extractivas							
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	8.977	24	9.001	8.977	24	9.001
Indústrias transformadoras							
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	63.634	2.267	65.901	63.634	2.267	65.901
Indústria têxtil	-	33.112	525	33.637	33.112	525	33.637
Indústria do couro e de produtos de couro	-	10.547	479	11.026	10.547	479	11.026
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	14.289	296	14.585	14.289	296	14.585
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	22.627	96	22.723	22.627	96	22.723
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustível nucl	-	9.442	480	9.922	9.442	480	9.922
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	8.587	289	8.876	8.587	289	8.876
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	14.804	37	14.841	14.804	37	14.841
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	61.178	2.334	63.512	61.178	2.334	63.512
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	54.150	652	54.802	54.150	652	54.802
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	20.049	270	20.319	20.049	270	20.319
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	585	-	585	585	-	585
Fabrico de material de transporte	-	10.760	2	10.762	10.760	2	10.762
Indústrias transformadoras não especificadas	-	26.939	807	27.746	26.939	807	27.746
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	-	1.939	-	1.939	1.939	-	1.939
Construção	-	71.120	1.154	72.274	71.120	1.154	72.274
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e dome	-	338.686	8.475	347.161	338.686	8.475	347.161
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	118.313	1.388	119.701	118.313	1.388	119.701
Transportes, armazenagem e comunicações	-	84.859	539	85.398	84.859	539	85.398
Actividades financeiras e intermediação	-	351.787	609	352.396	351.787	609	352.396
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas							
Actividades imobiliárias	-	819.874	130.251	950.125	819.874	130.251	950.125
Outras actividades	-	52.677	2.209	54.886	52.677	2.209	54.886
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	19	5.163	10	5.173	5.182	10	5.192
Educação	200	7.624	229	7.853	7.824	229	8.053
Saúde e segurança social	-	16.481	395	16.876	16.481	395	16.876
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	-	51.769	138	51.907	51.769	138	51.907
Outros	-	149.965	2.135	152.100	149.965	2.135	152.100
	219	2.468.877	156.537	2.625.414	2.469.096	156.537	2.625.633
Particulares							
Habituação	-	481.943	1.062	483.005	481.943	1.062	483.005
Outros fins	-	321.203	41.021	362.224	321.203	41.021	362.224
	-	803.146	42.083	845.229	803.146	42.083	845.229
	219	3.272.023	198.620	3.470.643	3.272.242	198.620	3.470.862

Anexos, relatórios e pareceres às contas - 2010

	2009								
	Sector Público Administrativo e Empresas Públicas			Empresas privadas e particulares			Total		
	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Sub-Total	Crédito vincendo	Crédito vencido	Total
Empresas									
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	-	-	-	336.858	55.403	392.261	336.858	55.403	392.261
Pesca	-	-	-	1.832	173	2.005	1.832	173	2.005
Indústrias extractivas									
Extracção de produtos energéticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústrias extractivas c/ excepção de prod. energéticos	-	-	-	32.563	4.453	37.017	32.563	4.453	37.017
Indústrias transformadoras									
Indústrias alimentares, de bebidas e do tabaco	-	-	-	106.271	14.672	120.943	106.271	14.672	120.943
Indústria têxtil	-	-	-	55.776	12.327	68.103	55.776	12.327	68.103
Indústria do couro e de produtos de couro	-	-	-	12.179	2.739	14.918	12.179	2.739	14.918
Indústrias da madeira, da cortiça e suas obras	-	-	-	31.350	16.976	48.326	31.350	16.976	48.326
Indústrias de pasta de papel, cartão e art. edição e impressão	-	-	-	43.689	6.297	49.985	43.689	6.297	49.985
Fabrico de coque, produtos petrol., refinados e combustivel nucli	-	-	-	13.232	1.501	14.733	13.232	1.501	14.733
Fabrico de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-	-	-	15.931	2.299	18.230	15.931	2.299	18.230
Fabrico de artigos de borracha e de matérias plásticas	-	-	-	17.345	862	18.207	17.345	862	18.207
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	-	-	-	94.796	10.365	105.161	94.796	10.365	105.161
Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-	-	-	77.324	5.348	82.671	77.324	5.348	82.671
Fabrico de máquinas e de equipamentos	-	-	-	38.613	6.647	45.260	38.613	6.647	45.260
Fabrico de equipamento eléctrico e de óptica	-	-	-	5.310	134	5.444	5.310	134	5.444
Fabrico de material de transporte	-	-	-	14.447	294	14.741	14.447	294	14.741
Indústrias transformadoras não especificadas	-	-	-	46.175	8.382	54.557	46.175	8.382	54.557
Produção e distribuição de electricidade, de água e gás	660	-	660	14.785	145	14.930	15.445	145	15.590
Construção	89	1.054	1.143	145.195	16.776	161.971	145.284	17.830	163.114
Com. grosso / retalho, rep. de autom., motoc. e bens pess. e dome	-	-	-	597.224	128.591	725.815	597.224	128.591	725.815
Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	-	-	-	148.705	10.556	159.261	148.705	10.556	159.261
Transportes, armazenagem e comunicações	-	-	-	144.987	11.591	156.578	144.987	11.591	156.578
Actividades financeiras									
Intermediação financeira excluindo seguros e fundos de pensões	-	-	-	417.988	107.041	525.029	417.988	107.041	525.029
Seguros, fundos de pensões e activ. complem. de seg. social	-	-	-	590	9	599	590	9	599
Actividades auxiliares de intermediação financeira	-	-	-	66.403	48.284	114.687	66.403	48.284	114.687
Actividades imobiliárias, alugueres e serv. prest. empresas									
Actividades imobiliárias	-	-	-	1.371.026	339.053	1.710.079	1.371.026	339.053	1.710.079
Outras actividades	-	-	-	66.071	10.054	76.125	66.071	10.054	76.125
Administração pública, defesa e segurança social obrigatória	1.150	1.940	3.090	5.157	10	5.167	6.307	1.950	8.257
Educação	22	2	24	13.226	1.026	14.252	13.248	1.028	14.276
Saúde e segurança social	2.127	1.748	3.875	35.179	6.488	41.667	37.306	8.236	45.542
Outras actividades e serv. colectivos, sociais e pessoais	-	-	-	57.840	11.406	69.246	57.840	11.406	69.246
Famílias com empregados domésticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Organismos internacionais e outros institutos extraterritoriais	-	-	-	1.516	-	1.516	1.516	-	1.516
Outros	-	-	-	565.738	114.257	679.995	565.738	114.257	679.995
	<u>4.048</u>	<u>4.744</u>	<u>8.792</u>	<u>4.595.320</u>	<u>954.159</u>	<u>5.549.479</u>	<u>4.599.368</u>	<u>958.903</u>	<u>5.558.271</u>
Particulares									
Habituação	-	-	-	437.102	11.774	448.876	437.102	11.774	448.876
Outros fins	-	-	-	781.382	124.830	906.212	781.382	124.830	906.212
	-	-	-	1.218.484	136.604	1.355.088	1.218.484	136.604	1.355.088
	<u>4.048</u>	<u>4.744</u>	<u>8.792</u>	<u>5.813.804</u>	<u>1.090.763</u>	<u>6.904.567</u>	<u>5.817.852</u>	<u>1.095.507</u>	<u>6.913.359</u>

12. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Em 31 de Dezembro 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2009</u>
<u>Instrumentos de dívida</u>	
- De outros emissores públicos	16.775
Juros a receber	743
	<u>17.518</u>

Em 31 de Dezembro de 2009, o justo valor dos títulos incluídos nesta rubrica ascende a 17.518 mEuros.

No exercício de 2010, o Banco reclassificou os títulos registados nesta rubrica no montante de 17.523 mEuros para a rubrica "Activos não correntes detidos para venda" relativos a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 2.10, as propriedades de investimento correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objectivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

O movimento ocorrido nas "Propriedades de investimento" durante o exercício de 2009 e 2010 foi o seguinte:

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>545.874</u>
Aquisições	38.840
Reavaliações (Nota 23)	(85.563)
Alienações	(57.723)
Reclassificação de imóveis	96.077
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>537.505</u>
Aquisições	17.779
Reavaliações	(122)
Alienações	(613)
Reclassificação de imóveis	57.555
Transferência para "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10)	(612.104)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u><u>-</u></u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica "Reclassificação de imóveis" diz respeito aos imóveis que em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, se encontravam registados em outras rubricas contabilísticas e que passaram durante o exercício a cumprir os requisitos de classificação em "Propriedades de Investimento". Este montante é justificado da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imóveis transferidos de e para a rubrica "Outros activos" (Nota 19)	67.973	(10.603)
Imóveis transferidos para e da rubrica "Activos tangíveis", líquido (Nota 14)	(10.418)	106.680
	<u><u>57.555</u></u>	<u><u>96.077</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2009, o detalhe desta rubrica por imóvel era o seguinte:

Imóvel	Fundo	Data aquisição	Datas das últimas avaliações	Avaliador	Valor contabilístico de 31.12.2009
Prédio Urbano, Hospital CUF Descobertas, Lisboa	BPN Imonegócios	08-06-2006	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	32.670
18 Fracções, Monte da Quinta, Quinta do Lago, Almancil	BPN Imoglobal	30-03-2006	02-12-2009 02-12-2009	CPU Luso Roux	19.515
Prédio Urbano, Quinta da Marquesa, Palmela	BPN Imonegócios	29-12-2003	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	16.065
Prédio Urbano, Quinta do Grajal, Venda Seca, Cacém, Sintra	BPN Imonegócios	17-07-2009	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	19.370
Fracção "A", Av. General Humberto Delgado, Costa da Caparica	BPN Imonegócios	14-06-2004	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	18.794
143 Fracções, Av. da Liberdade n.º245, Lisboa	BPN Imonegócios	30-10-2003	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	16.281
2 Prédios Urbanos, R. Mário Castelhana n.º40, Queluz de Baixo	BPN Imonegócios	11-02-2004	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	16.361
Lotes 1 e 2, Parque Industrial Porto Alto, Benavente	BPN Imonegócios	01-02-2007	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	12.981
Prédio Urbano, Quinta da Velha, Sto Antão do Tojal, Loures	BPN Imonegócios	07-04-2006	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	12.190
165 Fracções, Rua da Constituição, n.º884 e 890, Porto	BPN Imonegócios	17-02-2004	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	13.358
Prédio Urbano Praça Francisco Sá Carneiro n.º13, Lisboa	BPN Imonegócios	12-07-2004	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	11.457
Prédio Urbano, Av. 24 de Julho n.º 62, Lisboa	BPN Imonegócios	13-09-2004	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	8.056
Fracção "D", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III n.º11 a 61, Coimbra	BPN Imonegócios	14-12-2007	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	10.282
Prédio Urbano, Av. da República n.º 26, Lisboa	BPN Imonegócios	23-12-2004	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	10.240
Prédio Urbano, Quinta do Marchante, Lote 1, Prior Velho, Loures	BPN Imonegócios	23-12-2003	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	7.257
Fracções "B" "E", Av. 5 Outubro n.º 68/Av. Miguel Bombarda n.º36, Lisboa	BPN Imonegócios	23-12-2004	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	8.781
Prédio Urbano, Beloura Office Park, Edifício EE09, Sintra	BPN Imonegócios	27-12-2001	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	8.574
Fracção "T", Ed. Estádio Cidade de Coimbra, R. D. João III n.º11 a 61, Coimbra	BPN Imonegócios	14-12-2007	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	8.342
23 Fracções, Rua João Chagas, Algés, Oeiras	BPN Imonegócios	11-08-2006	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	8.231
Lote 46/65, Quinta do Seminário, Lugar de Gandra, Fraião, Braga	BPN Imonegócios	29-12-2006	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	7.736
12 Armazéns, Lotes 1 a 13, Fajozes, Vila do Conde	BPN Imoreal	26-12-2002	15-10-2009 15-10-2009	CPU Luso Roux	7.481
Fracção "A", Edifício Mirador, Forca-Vouga, Vera Cruz, Aveiro	BPN Imonegócios	19-12-2007	30-06-2009 26-06-2009	CPU Luso Roux	7.226
					281.248
			Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 7.000 mEuros		256.257
					537.505

CPU – CPU - Consultores de Avaliação, Lda.

Luso Roux – Luso Roux, S.A.

14. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento nos outros activos tangíveis, líquidos, durante os exercícios de 2010 e 2009, foi o seguinte:

	2010									
	Saldo em 31.12.2009			Aquisições	Transfe- rências (Nota 13)	Amortiza- ções do exercício	Amortizações do exercício de operações descontinuadas (Nota 10)	Vendas e abates líquidos	Transferências para "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10)	Valor líquido em 2010
	Valor bruto	Amortizações	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 23)							
Imóveis de serviço próprio										
Terrenos	4.855	-	-	213	-	-	-	-	(3.794)	1.275
Edifícios	83.531	(20.484)	(2.334)	-	9.635	(309)	(2.473)	(3.827)	(66.212)	-
Outros Imóveis	55	-	-	-	-	-	-	-	(55)	-
Obras em imóveis arrendados	43.695	(17.909)	-	67	783	(1.867)	(67)	(541)	(13.456)	10.772
Equipamento										
Mobiliário e material de escritório	4.883	(4.149)	-	4	-	(48)	(135)	(4)	(676)	10
Máquinas e ferramentas	9.386	(6.195)	-	227	-	(844)	(23)	(41)	(284)	2.249
Equipamento informático	19.810	(16.626)	-	-	1.739	(2.126)	(666)	(270)	(2.078)	449
Instalações interiores	2.636	(2.531)	-	-	-	(20)	(3)	-	(25)	60
Material de transporte	4.214	(3.519)	-	757	-	(34)	(233)	(31)	(1.380)	7
Equipamento de segurança	1.781	(1.544)	-	-	-	(93)	(1)	-	(23)	121
Outro equipamento	33.266	(24.224)	(28)	197	(370)	(363)	(636)	(612)	(1.463)	6.403
Activos em locação operacional	44.220	(19.368)	-	-	-	-	(4.154)	(13.407)	(11.445)	-
Activos em locação financeira	19.338	(9.930)	-	-	-	(2.931)	-	-	(6)	6.471
Outros activos tangíveis	5.882	(1.698)	(3.821)	641	-	(4)	(122)	(112)	-	888
Activos tangíveis em curso	8.467	(31)	-	364	(1.369)	-	-	(7)	(7.424)	-
	<u>286.019</u>	<u>(128.208)</u>	<u>(6.183)</u>	<u>2.470</u>	<u>10.418</u>	<u>(8.639)</u>	<u>(8.513)</u>	<u>(18.851)</u>	<u>(108.321)</u>	<u>28.706</u>

	2009											
	Saldo em 31.12.2008			Alterações do perímetro de consolidação	Aquisições	Diferenças de câmbio	Transfe- rências	Amortiza- ções do exercício	Amortizações do exercício de operações descontinuadas (Nota 10)	Constituição de imparidade no exercício (Nota 23)	Vendas e abates líquidos	Valor líquido em 2009
	Valor bruto	Amortizações	Perdas por imparidades acumuladas (Nota 23)									
Imóveis de serviço próprio												
Terrenos	54.816	-	-	(1.289)	274	-	(44.294)	-	-	-	(4.652)	4.855
Edifícios	109.734	(17.796)	-	(10.604)	298	-	(14.481)	(299)	(2.389)	(2.334)	(1.416)	60.713
Outros Imóveis	55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	55
Obras em imóveis arrendados	41.590	(15.513)	-	-	54	-	2.286	(2.313)	(83)	-	(235)	25.786
Equipamento												
Mobiliário e material de escritório	8.412	(4.150)	-	-	87	(20)	(3.486)	-	1	-	(110)	734
Máquinas e ferramentas	19.012	(5.394)	-	(91)	756	-	(10.291)	(780)	(21)	-	-	3.191
Equipamento informático	19.224	(16.044)	-	(745)	469	(8)	1.035	(444)	(139)	-	(164)	3.184
Instalações interiores	2.696	(2.499)	-	-	-	-	(61)	(27)	(4)	-	-	105
Material de transporte	7.380	(3.185)	-	(814)	38	-	(1.947)	(43)	(291)	-	(443)	695
Equipamento de segurança	1.400	(1.400)	-	-	2	-	378	(142)	(2)	-	1	237
Outro equipamento	37.463	(21.593)	-	(24.282)	5.578	-	14.306	(953)	(1.678)	(28)	201	9.014
Activos em locação operacional	55.521	(11.278)	-	-	-	-	(799)	(7.291)	-	-	(11.301)	24.852
Activos em locação financeira	19.338	(6.983)	-	-	-	-	(2.947)	-	-	-	-	9.408
Outros activos tangíveis	9.479	(911)	(2.524)	(4.567)	91	-	828	(25)	(763)	(1.297)	52	363
Activos tangíveis em curso	129.104	(29)	-	(72)	6.087	-	(126.489)	(2)	-	-	(163)	8.436
	<u>515.224</u>	<u>(106.775)</u>	<u>(2.524)</u>	<u>(42.464)</u>	<u>13.734</u>	<u>(28)</u>	<u>(182.216)</u>	<u>(8.774)</u>	<u>(12.660)</u>	<u>(3.659)</u>	<u>(18.230)</u>	<u>151.628</u>

No exercício de 2009, a rubrica "Alterações do perímetro de consolidação" diz respeito aos activos tangíveis pertencentes maioritariamente à Labicer, Quimiceram e Valorceram, Payup Iberia e Payup Serbia, entidades que foram registadas em "Activos não correntes detidos para venda".

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica "Transferências" inclui imóveis que em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, respectivamente se encontravam-se registados em activos tangíveis e que mudaram durante o exercício a sua finalidade. Este montante é justificado da seguinte forma:

	2010	2009
Imóveis transferidos de e para a rubrica "Propriedades de investimento" (Nota 13)	(10.418)	106.680
Imóveis transferidos para a rubrica "Outros activos - Outros" (Nota 19)	-	75.536
	<u>(10.418)</u>	<u>182.216</u>

15. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento durante os exercícios de 2010 e 2009:

		2010							
Saldo em 31.12.2009									
Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Amortizações do exercício	Amortizações do exercício de operações descontinuadas (Nota 10)	Vendas e abates líquidos	Transferências para "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10)	Valor líquido em 31.12.2010	
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	13.544	(13.382)	57	521	(3.543)	-	5.771	2.950	
Outros activos intangíveis	28.507	(19.058)	-	-	(118)	(586)	(9.271)	60	
Activos intangíveis em curso	901	-	186	(521)	-	-	(65)	501	
	<u>42.952</u>	<u>(32.440)</u>	<u>243</u>	<u>-</u>	<u>(3.661)</u>	<u>(586)</u>	<u>(3.565)</u>	<u>3.511</u>	

		2009							
Saldo em 31.12.2008									
Valor bruto	Amortizações acumuladas	Adições	Transferências	Amortizações do exercício	Amortizações do exercício de operações descontinuadas (Nota 10)	Vendas e abates líquidos	Alteração Perímetro Consolidação	Valor líquido em 31.12.2009	
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	11.283	(10.645)	2.616	1.345	(2.047)	(690)	-	162	
Outros activos intangíveis	29.803	(17.225)	-	-	(1.724)	(109)	(3.008)	9.449	
Activos intangíveis em curso	10.523	-	47	(1.345)	-	-	(8.324)	901	
	<u>51.609</u>	<u>(27.870)</u>	<u>2.663</u>	<u>-</u>	<u>(3.771)</u>	<u>(799)</u>	<u>(11.332)</u>	<u>10.512</u>	

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos intangíveis em curso referem-se essencialmente a despesas incorridas com o desenvolvimento de aplicações informáticas que não tinham ainda entrado em funcionamento nestas datas.

No exercício de 2009, a rubrica "Alterações do perímetro de consolidação" diz respeito à saída do perímetro de consolidação da Labicer, Quimiceram e Valorceram.

16. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	Participação efectiva (%)	Capitais próprios em 31.12.2009	Equivalência patrimonial	Resultado líquido ajustado em 31.12.2009	Proporção no resultado líquido
BPN Real Estate	50,0%	72.034	36.016	(32.604)	(16.302)
Sobrissul	23,5%	14.760	7.380	343	172
Controlauto	38,9%	12.917	5.225	2.496	1.010
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa	30,0%	13.296	3.989	(15.440)	(4.632)
BPN Tesouraria	28,1%	10.345	2.907	344	97
BPN Taxa Fixa Euro	48,8%	4.808	2.347	64	31
BPN Valorização	47,2%	2.351	1.113	461	219
PR&A	26,1%	1.348	352	296	77
Lugab	38,5%	196	76	(1.076)	(414)
Locagest	20,0%	13	3	-	-
Ergorent	20,0%	4	1	(59)	(12)
ALC Leasing, S.A.R.L.	36,0%	(54)	-	(189)	(68)
Nearent	20,0%	(172)	-	(68)	(14)
Precore II	47,1%	(4.733)	-	(3.473)	(1.736)
			<u>59.409</u>		<u>(21.572)</u>

No exercício de 2010, esta rubrica apresenta uma diminuição no montante de 4.058 mEuros resultante do aumento da percentagem detida pelo Grupo no BPN Valorização e no BPN Tesouraria, que permitiu que as contas destes fundos passassem a ser consolidadas pelo método de integração global.

No exercício de 2010, o Banco reclassificou os seus investimentos em associadas para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” uma vez que estas entidades encontram-se para alienação. Em 31 de Dezembro de 2010, o montante de investimentos em associadas e o resultado gerado no exercício ascendiam a 57.026 mEuros e 1.675 mEuros, respectivamente (Nota 10).

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Banco e as suas subsidiárias são tributados individualmente e encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco e das suas participadas com sede em Portugal durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correcções ao lucro tributável, dos exercícios de 2007 a 2010. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião dos Conselhos de Administração do Banco e das suas participadas, não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 eram os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	361	1.605
Outros	-	50
	<u>361</u>	<u>1.655</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	<u>(602)</u>	<u>(917)</u>
Passivos por impostos diferidos	<u>(926)</u>	<u>(184)</u>
	<u>(1.167)</u>	<u>554</u>

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Saldo em 31.12.2008	Variação em		Saldo em 31.12.2009	Variação em resultados	Transferências para "Passivos não correntes detidos para venda"		Saldo em 31.12.2010
		reservas	resultados de operações continuadas			resultados de operações descontinuadas	(Nota 10)	
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	-	13	-	13	(748)	(191)	(926)
Reavaliação de instrumentos financeiros derivados	(131)	-	131	-	-	-	-	-
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	(3.060)	177	1.812	-	(1.071)	1.071	-	-
Benefícios aos trabalhadores	(652)	-	623	-	(29)	-	29	-
Outros	236	-	705	(38)	903	(1.239)	336	-
	<u>(3.607)</u>	<u>177</u>	<u>3.284</u>	<u>(38)</u>	<u>(184)</u>	<u>(916)</u>	<u>174</u>	<u>(926)</u>

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

Os custos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2010	2009
Impostos correntes		
Do exercício	782	1.275
Correções relativas a exercicios anteriores (líquido)	1.770	2.472
	<u>2.552</u>	<u>3.747</u>
Impostos diferidos	916	(3.284)
Total de impostos em resultados	<u>3.468</u>	<u>463</u>
Prejuízo consolidado antes de impostos e de interesses minoritários	(130.651)	(144.671)
Carga fiscal	<u>-2,7%</u>	<u>-0,3%</u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, os impostos correntes reconhecidos na demonstração de resultados de operações descontinuadas ascenderam a 1.703 mEuros e 865 mEuros, respectivamente (Nota 10).

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como se segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		<u>(130.651)</u>		<u>(144.671)</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,5%	(34.623)	26,5%	(38.338)
Derrama Estadual	2,5%	(3.266)	-	-
Imposto diferido activo não reconhecido	(29,0%)	37.889	(26,5%)	38.338
Correcções de imposto relativas a exercicios anteriores	(1,4%)	1.770	(1,71%)	2.472
Tributação autónoma	(0,6%)	782	(0,39%)	562
Outros	(0,7%)	916	1,78%	(2.571)
Imposto registado em resultados	<u>(2,7%)</u>	<u>3.468</u>	<u>(0,3%)</u>	<u>463</u>

No exercício de 2010, a rubrica “Correcções de imposto relativas a exercícios anteriores” inclui o montante de 1.763 mEuros referente a imposto registado pelas participadas BPN Internactinal e BPN Participações Financeiras nas suas demonstrações financeiras do exercício de 2009 e que não foi considerado nas contas consolidadas daquele exercício.

No exercício de 2010, foi introduzida a Derrama Estadual, passando a incidir, sobre a parte do lucro tributável sujeito e não isento de IRC superior a 2.000 mEuros, uma taxa adicional de 2,5%.

18. PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

<u>Ramo Vida:</u>	
Provisão matemática (Nota 24)	3.573
Provisão para sinistros:	
Sinistros declarados	4.108
Sinistros não declarados (IBNR)	188
	<u>7.869</u>

No exercício de 2010, o Banco transferiu a totalidade do saldo desta rubrica que em 31 de Dezembro de 2010 ascendia a 7.550 mEuros, para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda”, uma vez que a sua participada Real Vida Seguros, S.A. encontra-se classificada em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

19. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Devedores por seguro directo e resseguro	-	5.997
Devedores e outras aplicações		
Aplicações diversas	14	14
Devedores por bonificações a receber	568	156
Suprimentos	-	6.884
Devedores por operações sobre futuros e opções	-	367
Sector público administrativo	1.211	3.117
Devedores e outras aplicações	161	-
Devedores diversos	14.321	184.326
Outros activos		
Metais preciosos, numismática e medalhística	22	28
Bens recebidos em dação de crédito	16.268	24.324
Outros	-	170.668
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	-	35
Outros rendimentos a receber	-	2.132
Despesas com encargo diferido	1.106	21.686
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 36)	35.061	46.697
Outras contas de regularização		
Posição cambial	117	1.818
Operações cambiais a liquidar	-	23.163
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	11
Outras operações a regularizar	18	9.460
	<u>68.867</u>	<u>500.884</u>
Imparidade (Nota 23)		
Bens recebidos em dação de crédito	(1.535)	(2.506)
Devedores e outras aplicações	(8.103)	(66.964)
	<u>(9.638)</u>	<u>(69.470)</u>
	<u>59.229</u>	<u>431.414</u>

No exercício de 2010, o Banco reclassificou o montante de 397.990 mEuros de saldos registados nesta rubrica para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” relativo a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

No exercício de 2010, o Banco reclassificou imóveis desta rubrica para a rubrica “Propriedades de investimento”, no montante de 67.973 mEuros (Nota 13).

Em 31 de Dezembro 2009, a rubrica “Devedores diversos” inclui 102.813 mEuros referente a saldos a receber de terceiros por parte dos fundos imobiliários do Grupo, relativos a adiantamentos por conta de construções e por compras de terrenos e de rendas vencidas. No exercício de 2010, estes saldos ascendem a 57.085 mEuros e encontram-se registados na rubrica “Activos não correntes detidos para venda” (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outros activos – Outros” diz respeito aos imóveis pertencentes às carteiras dos fundos imobiliários que se encontram disponíveis para venda, mas para os quais não existe ainda a expectativa de venda no curto prazo. Estes imóveis encontravam-se registados contabilisticamente ao custo histórico, tendo imparidade registada na rubrica “Imparidade para devedores e outras aplicações”. Nos exercícios de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nestes imóveis foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	82.848
Imóveis transferidos da rubrica "Activos tangíveis" (Nota 14)	75.536
Imóveis transferidos de propriedades de investimento (Nota 13)	10.603
Outros	1.681
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	<u>170.668</u>
Alienação de imóveis	(5.231)
Imóveis transferidos para propriedades de investimento (Nota 13)	(67.973)
Imóveis transferidos para activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	(97.464)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	<u><u>-</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outras contas de regularização – operações sobre valores mobiliários a regularizar” inclui operações de vendas de títulos que se encontraram pendentes de liquidação financeira.

O movimento na rubrica “Bens recebidos em dação de crédito” durante os exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010								
	Saldo em 31.12.2009		Transferências				Saldo em 31.12.2010		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Valor bruto (Nota 10)	Imparidade acumulada	Imparidade do exercício	Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito									
Outros	24.324	(2.506)	8.937	(4.093)	(12.900)	2.955	(1.984)	16.268	(1.535)

	2009								
	Saldo em 31.12.2008		Transferências				Saldo em 31.12.2009		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Adições	Alienações e abates	Valor bruto (Nota 10)	Imparidade acumulada	Imparidade do exercício	Valor bruto	Imparidade acumulada
Bens recebidos em dação de crédito									
Imóveis	76.425	(13.717)	22.542	5.152	(93.697)	15.431	(1.789)	-	-
Outros	22.844	(131)	8.849	7.487	-	-	(2.300)	24.324	(2.506)
	<u>99.269</u>	<u>(13.848)</u>	<u>31.391</u>	<u>12.639</u>	<u>(93.697)</u>	<u>15.431</u>	<u>(4.089)</u>	<u>24.324</u>	<u>(2.506)</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Bens recebidos em dação de crédito” inclui obras de arte do pintor Juan Miró recebidas em dação por recuperações de créditos concedidos pelo Grupo no montante de 15.350 mEuros e 21.340 mEuros, respectivamente.

Em Dezembro de 2009, o Banco transferiu os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito para a rubrica “Activos não correntes detidos para venda” por passarem a preencher os requisitos da Norma IFRS 5 (Nota 10).

O movimento na imparidade e provisões para outros activos durante os exercícios de 2010 e 2009 é apresentado na Nota 23.

20. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Mercado Monetário Interbancário	70.000	70.000
Recursos de Bancos Centrais no estrangeiro	-	191.634
Empréstimos	-	71.156
Juros a pagar	17	245
	<u>70.017</u>	<u>333.035</u>
<u>Recursos de Instituições de Crédito no País</u>		
Mercado Monetário Interbancário	-	2.102
Depósitos e outros recursos	1.017	24.747
Empréstimos	156.010	769.589
Recursos a muito curto prazo	589.841	495.000
<u>Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro</u>		
Depósitos e outros recursos	37.314	106.046
Empréstimos	1.497	29.280
	<u>785.679</u>	<u>1.426.763</u>
<u>Juros a pagar</u>		
De Instituições de Crédito no País	122	647
De Instituições de Crédito no Estrangeiro	131	300
	<u>253</u>	<u>947</u>
<u>Despesas com encargos diferidos</u>		
De Instituições de Crédito no Estrangeiro	-	(269)
	-	(269)
	<u>855.949</u>	<u>1.760.476</u>

No exercício de 2010, o Banco transferiu o montante de 1.065.403 mEuros desta rubrica para a rubrica “Passivos não correntes detidos para venda” relativa a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Recursos de instituições de crédito no país” inclui financiamentos concedidos pela CGD nos montantes de 745.851 mEuros 1.195.000 mEuros, respectivamente. De acordo com a lei nº 6-A/2008 de 11 de Novembro, as operações de crédito ou de assistência de liquidez que sejam realizadas pela CGD, a favor do Banco no contexto da nacionalização e em substituição do Estado, até à data da aprovação dos objectivos de gestão previstos no nº 7, beneficiam de garantia do Estado.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Recursos de Bancos Centrais no estrangeiro” diz respeito a empréstimos obtidos por parte do BPN Cayman Limited junto de um banco central que se encontram a colateralizar aplicações efectuadas junto de dois bancos angolanos. No exercício de 2010, estes recursos foram transferidos para “Passivos não correntes detidos para venda” uma vez que se encontram depositados junto do BPN (IFI), S.A. (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Até três meses	851.949	1.547.424
De três meses a seis meses	-	54.216
De seis meses a um ano	4.000	71.542
De um ano a cinco anos	-	38.117
Mais de cinco anos	-	49.177
	<u>855.949</u>	<u>1.760.476</u>

21. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos de poupança	21.543	44.158
Outros débitos		
À ordem	450.359	611.454
A prazo		
Depósitos	1.675.818	2.446.847
Outros recursos:		
Cheques e ordens a pagar	8.003	23.480
Outros	370	53.005
	<u>2.156.093</u>	<u>3.178.944</u>
Juros a pagar	18.232	27.724
	<u>2.174.325</u>	<u>3.206.668</u>

No exercício de 2010, o Banco reclassificou recursos de clientes no montante de 311.281 mEuros desta rubrica para a rubrica "Passivos não correntes detidos para venda" relativo a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais de recursos de clientes e outros empréstimos são os seguintes:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Exigível à vista</u>	464.641	677.303
<u>Exigível a prazo</u>		
Até três meses	131.227	404.875
De três meses a um ano	1.314.792	1.796.764
De um a cinco anos	263.665	327.726
	<u>2.174.325</u>	<u>3.206.668</u>

22. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Obrigações em circulação</u>		
Obrigações de caixa	-	20.000
Outras responsabilidades representadas por títulos	400.000	2.999.179
	<u>400.000</u>	<u>3.019.179</u>
<u>Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização</u>		
Chaves SME CLO No.1	250.806	407.429
Chaves Funding No. 5	-	46.089
	<u>250.806</u>	<u>453.518</u>
<u>Outros</u>		
Certificados de depósito	-	38.475
	<u>650.806</u>	<u>3.511.172</u>
Correcções de valor de passivos objecto de operações de cobertura	-	(2.520)
Juros a pagar	4.255	11.678
	<u>4.255</u>	<u>9.158</u>
	<u>655.061</u>	<u>3.520.330</u>

No exercício de 2010, o Banco transferiu responsabilidades representadas por títulos no montante de 3.153.439 mEuros desta rubrica para a rubrica "Passivos não correntes detidos para venda" relativo a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

Nos exercícios de 2010 e 2009, o Banco realizou diversas emissões de Papel Comercial garantidas pela República Portuguesa e subscritas integralmente pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e que apresentam as seguintes condições:

<u>Obrigações</u>	<u>2010</u>			
	Valor nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
Papel Comercial BPN Programa Abr/10 - 1ª Emissão	350.000	30-04-2010	29-04-2011	1,585%
Papel Comercial BPN Programa Abr/10 - 2ª Emissão	50.000	03-05-2010	03-02-2011	1,457%
	<u>400.000</u>			
<u>Descrição</u>	<u>2009</u>			
	Montante	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
Papel Comercial BPN 4ª Emissão	649.884	07-09-2009	02-03-2010	1,476%
Papel Comercial BPN 5ª Emissão	649.883	08-09-2009	03-03-2010	1,469%
Papel Comercial BPN 6ª Emissão	699.872	09-09-2009	04-03-2010	1,456%
Papel Comercial BPN Nov.09 1ª Emissão	499.773	09-11-2009	09-08-2010	1,480%
Papel Comercial BPN Nov.09 2ª Emissão	499.767	12-11-2009	09-11-2010	1,579%
	<u>2.999.179</u>			

Em 31 de Dezembro de 2009, as obrigações em circulação apresentam as seguintes condições:

Obrigação	Valor nominal	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração
BPN Private Equity	10.000	09-07-2007	09-07-2010	Remuneração indexada à performance do índices LPX Major Market Price, com remuneração mínima garantida de 3%.
BPN Competição Ibérica	10.000	29-10-2007	29-10-2010	Remuneração indexada à performance dos índices Ibex e PSI20.
	<u>20.000</u>			

Em 9 de Julho de 2010, ocorreu o reembolso das obrigações de caixa BPN Private Equity no montante de 10.000 mEuros. Em 29 de Outubro de 2010, ocorreu o reembolso das obrigações BPN Competição Ibérica no montante de 10.000 mEuros.

Em 30 de Abril de 2009, ocorreu o reembolso das obrigações BPN Dividendos no montante de 5.000 mEuros.

As condições associadas às obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização são as seguintes:

Chaves SME CLO No.1

Em Dezembro de 2006, o Banco procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 601.210 mEuros, através de uma operação de titularização denominada “Chaves SME CLO No.1”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os passivos financeiros associados a esta operação ascendem a 250.806 mEuros e 407.429 mEuros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica inclui 13.952 mEuros, relativos a créditos amortizados no último dia do ano e ainda não compensados nas responsabilidades titularizadas.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. (“Sagres”), na qual o BPN não detém qualquer participação directa ou indirecta. O BPN continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração.

Estas obrigações apresentam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Remuneração
	2010	2009	Moody's	S&P		
Class A Secured Floating Rate Notes	527.550	527.550	A1	AAA-	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	21.000	21.000	Baa3	AA-	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,25%
Class C Secured Floating Rate Notes	38.050	38.050	Caa2	BBB	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,45%
Class D Secured Floating Rate Notes	4.900	4.900	Ca	BB	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,55%
Class E Secured Floating Rate Notes	9.600	9.600	C	B-	Novembro de 2034	Euribor 3 m + 0,60%
	<u>601.100</u>	<u>601.100</u>				
Montante liquidado	(350.294)	(193.671)				
	<u>250.806</u>	<u>407.429</u>				

Adicionalmente foi emitida uma Tranche F, adquirida pelo Banco, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais. Esta tranche constitui o equivalente ao capital do Fundo, motivo pelo qual o crédito se encontra no balanço. Esta tranche não foi reconhecida nesta rubrica.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes liquidados correspondem à amortização de créditos ocorrida nos meses de Dezembro de cada um dos exercícios. Conforme previsto nas condições de emissão, este montante foi compensado no dia 20 dos meses seguintes, tendo o Banco transferido da rubrica "Crédito vivo" para a rubrica "Crédito titularizado", o montante de capital necessário para garantir o valor total das obrigações emitidas.

Chaves Funding No. 5

Em Dezembro de 2008, a BPN Crédito IFIC procedeu à venda de parte da sua carteira de crédito no montante de 202.000 mEuros, através de uma operação de titularização denominada "Chaves Funding No. 5".

Em 31 de Dezembro de 2009, os passivos financeiros associados a esta operação ascendiam a 46.089 mEuros.

Os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) à Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("Sagres"), na qual o Grupo não detém qualquer participação directa ou indirecta. A BPN Crédito IFIC continua a efectuar a gestão dos contratos, entregando à Sagres todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito. Como forma de financiamento, a Sagres emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de rating e, conseqüentemente, de remuneração.

Estas obrigações em 31 de Dezembro de 2009 apresentavam as seguintes características:

Dívida emitida	Montante	Rating	Data de	Remuneração
		S&P	reembolso	
Tranche B	52.200	--	Março de 2021	Euribor 3m + 1,2%
Montante liquidado	(6.111)			
	<u>46.089</u>			

Adicionalmente foi emitida uma Tranche C, que foi utilizada como um fundo de reserva da carteira e para fazer face a despesas iniciais, não reconhecida na rubrica “Passivos financeiros associados a activos transferidos”. A tranche A foi adquirida pelo BPN e as tranches B e C pela BPN Crédito IFIC.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Certificados de depósito”, inclui certificados emitidos pelo BPN Brasil e vendidos a clientes com maturidades compreendidas entre Fevereiro de 2010 e Maio de 2014. No exercício de 2010, estes passivos foram transferidos para “Passivos não correntes detidos para venda” e em 31 de Dezembro de 2010 ascendem a 53.420 mEuros (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Correcção de valor de passivos objecto de operações de cobertura” refere-se ao valor inicial das opções adquiridas para cobertura das obrigações emitidas. Estas opções encontram-se registadas na rubrica “Instrumentos financeiros derivados de negociação”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os prazos residuais das responsabilidades representadas por títulos são os seguintes:

	2010		
	Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações		
	Taxa de juro	Crédito	Total
Até 1 ano	404.255	-	404.255
Mais de 5 anos	-	250.806	250.806
	<u>404.255</u>	<u>250.806</u>	<u>655.061</u>

	2009			
	Tipo de activo ou de indexante subjacente à remuneração das obrigações			
	Taxa de juro	Crédito	Índices	Total
Até 1 ano	3.012.788	-	20.000	3.032.788
Entre 1 e 5 anos	34.024	-	-	34.024
Mais de 5 anos	-	453.518	-	453.518
	<u>3.046.812</u>	<u>453.518</u>	<u>20.000</u>	<u>3.520.330</u>

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento nas provisões e imparidade nos exercícios de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	2010										
	Saldo em 31.12.2009	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Regularizações	Reclassificações (Nota 8)	Resultados em operações descontinuadas (Nota 10)	Transferências para "Activos não correntes detidos para venda" (Nota 10)	Saldo em 31.12.2010
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.723.616	1.009.863	(927.466)	(6.759)	-	(33.634)	70.921	-	18.471	(1.568.029)	286.981
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	144	1.031	(920)	-	-	-	-	-	(118)	(21)	116
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 8)	53.182	2.130	(995)	-	800	(1.309)	-	18.000	8.644	(57.598)	22.854
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	27.476	27.006	(19.127)	(7.245)	-	(3.571)	-	-	2.937	1.744.265	1.771.741
	80.802	30.167	(21.042)	(7.245)	800	(4.880)	-	18.000	11.463	1.686.646	1.794.711
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	6.183	-	-	-	-	5.540	-	-	-	(7.902)	3.821
Imparidade de outros activos (Nota 19)	69.470	96.687	(95.551)	(196)	1.837	42.992	-	-	5.114	(110.715)	9.638
	75.653	96.687	(95.551)	(196)	1.837	48.532	-	-	5.114	(118.617)	13.459
Provisões para encargos com benefícios de empregados	74	29	(21)	(82)	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	297.472	39.860	(71.903)	-	-	(10.018)	-	-	1.236	(155.023)	101.624
	297.546	39.889	(71.924)	(82)	-	(10.018)	-	-	1.236	(155.023)	101.624
	2.177.617	1.176.606	(1.115.985)	(14.282)	2.637	-	70.921	18.000	36.284	(155.023)	2.196.775

	2009									
	Saldo em 31.12.2008	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Diferenças de câmbio	Transferências	Outros	Resultados em operações descontinuadas (Nota 10)	Alterações ao perímetro	Saldo em 31.12.2009
Imparidade de crédito a clientes (Nota 11)	1.473.320	458.219	(367.126)	(6.196)	(3.152)	167.376	12.601	(11.426)	-	1.723.616
Imparidade de aplicações em instituições de crédito (Nota 6)	1	117	(74)	-	-	100	-	-	-	144
Imparidade de activos disponíveis para venda (Nota 8)	20.944	15.076	(11.461)	-	(442)	18.878	-	10.187	-	53.182
Imparidade de activos não correntes detidos para venda (Nota 10)	-	-	-	-	-	15.431	-	-	12.045	27.476
	20.945	15.193	(11.535)	-	(442)	34.409	-	10.187	12.045	80.802
Imparidade de outros activos tangíveis (Nota 14)	2.524	3.659	-	-	-	-	-	-	-	6.183
Imparidade de outros activos (Nota 19)	43.909	35.759	(35.882)	-	80	9.560	-	16.044	-	69.470
	46.433	39.418	(35.882)	-	80	9.560	-	16.044	-	75.653
Provisões para encargos com benefícios de empregados	190	12	-	-	1	(129)	-	-	-	74
Provisões para outros riscos e encargos	548.116	120.297	(156.316)	(85.732)	(359)	(211.216)	-	53.299	29.383	297.472
	548.306	120.309	(156.316)	(85.732)	(358)	(211.345)	-	53.299	29.383	297.546
	2.089.004	633.139	(570.859)	(91.928)	(3.872)	-	12.601	68.104	41.428	2.177.617

No exercício de 2010, a rubrica "Transferências para activos não correntes detidos para venda" diz respeito às provisões reclassificadas das diversas rubricas de activo para a rubrica de "Activos não correntes detidos para venda" e de passivo para a rubrica "Passivos não correntes detidos para venda" relativo a saldos das entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

No exercício de 2010, a coluna "Reclassificações" na rubrica de "Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda" diz respeito à imparidade constituída para 6.578.948 acções da Galilei, SGPS, S.A., adquiridas a um cliente, após este ter exercido uma opção de venda que detinha. Na sequência desta aquisição, o BPN reclassificou o montante de 18.000 mEuros da rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" para a rubrica "Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda" (Notas 8 e 9).

No exercício de 2010, a coluna "Regularizações" na rubrica de "Imparidade de crédito a clientes" diz respeito à reactivação de créditos previamente abatidos ao activo para os quais ainda existe a expectativa de recuperação futura pelo BPN Crédito IFIC, S.A., no montante de 70.921 mEuros. Em 31 de Dezembro de 2010, estas provisões foram transferidas para a rubrica "Passivos não correntes detidos para venda".

Em 31 de Dezembro de 2009, a coluna "Outros" da rubrica "Imparidade de crédito a clientes" diz respeito às provisões para crédito que estavam constituídas no Banco Insular, SARL e que foram transferidas para o Banco, no âmbito do contrato de cessão de créditos celebrado entre o BPN e aquela entidade.

Durante o exercício de 2009, as utilizações da rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”, incluem o montante de 85.563 mEuros para fazer face às desvalorizações ocorridas nos imóveis registados em “Propriedades de investimento”, que foram reavaliados durante o exercício (Nota 13).

No exercício de 2009, a rubrica “Alterações ao perímetro” diz respeito às provisões para as participações detidas na Labicer, Quimiceram e Valorceram, que foram excluídas do perímetro de consolidação.

O saldo da “Provisão para outros riscos e encargos” apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Imparidade para crédito a clientes:		
Imparidade para crédito concedido através do Banco Insular	-	1
Outras provisões		
Provisão para eventual recompra de produtos financeiros a clientes	26.925	68.000
Provisões para fraudes identificadas em diversos balcões do Banco	15.588	15.588
Provisões para garantias e compromissos assumidos	266	4.758
Provisões para títulos de investimento estruturado colocados como Capital Garantido junto de Clientes	9.769	9.262
Provisões para contingências fiscais	9.483	14.423
Provisões para processos judiciais desfavoráveis (Nota 42)	27.491	18.417
Provisões para IVA a recuperar dos fundos imobiliários	2.121	2.120
Provisões para activos financeiros	-	6.639
Outras	9.981	158.264
	<u>101.624</u>	<u>297.471</u>
	<u>101.624</u>	<u>297.472</u>

No exercício de 2010, o Banco reclassificou provisões no montante de 155.023 mEuros desta rubrica para a rubrica “Passivos não correntes detidos para venda” relativa a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

No exercício de 2010, a variação ocorrida na rubrica “Provisões para eventual recompra de produtos financeiros a clientes”, diz respeito à reversão de provisões efectuada pelo Banco, no montante de 41.075 mEuros, que se encontravam afectas a papel comercial emitido por duas entidades. Durante o exercício de 2010, o BPN concedeu crédito a estas entidades, que foi utilizado para amortizar o papel comercial emitido, tendo constituído provisões para essas operações na rubrica “Provisões para crédito a clientes”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Outras” apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Provisões para perdas potenciais em activos tangíveis	9.951	13.494
Imparidade para adiantamentos concedidos pelos fundos imobiliários	-	66.603
Imparidade para participadas excluídas do perímetro de consolidação		
- Labicer	-	65.320
- Quimiceram e Valorceram	-	370
Outros	30	12.477
	<u>9.981</u>	<u>158.264</u>

No exercício de 2010, o Banco reclassificou as provisões para fazer face aos adiantamentos concedidos pelos fundos imobiliários e para participadas excluídas de consolidação para a rubrica de “Passivos não correntes detidos para venda” (Nota 10).

24. PROVISÕES TÉCNICAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ramo vida:	
De seguro directo e resseguro aceite:	
Provisão matemática:	
De contratos de seguro	6.784
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	<u>183.241</u>
	<u>190.025</u>
Provisão para participação nos resultados	49
Provisão para sinistros:	
Sinistros declarados	10.050
Sinistros não declarados (IBNR)	<u>1.218</u>
	<u>11.268</u>
Outras provisões técnicas	
Provisão para compromissos de taxa	5.058
	<u><u>206.400</u></u>

No exercício de 2010, o saldo desta rubrica foi transferido para a rubrica “Passivos não correntes detidos para venda” uma vez que a sua participada Real Vida Seguros, S.A. encontra-se classificada em activos não correntes detidos para venda. Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo desta rubrica ascendia a 173.768 mEuros (Nota 10).

Em 31 de Dezembro 2009, a provisão matemática do ramo vida e a provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	Provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro:			
Temporário anual renovável - I	1.947	-	1.947
Temporário anual renovável - G F	140	49	189
Temporário anual renovável - G A	1.375	-	1.375
Temporário anual renovável - BPN Credito	2.236	-	2.236
Renda vitalícia imediata	1.086	-	1.086
	<u>6.784</u>	<u>49</u>	<u>6.833</u>
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária:			
PPR	49.973	-	49.973
PPR BPN	58.878	-	58.878
PPR Finibanco	330	-	330
PPR Fenix	665	-	665
Investimento Real - I	25.325	-	25.325
Investimento Real - GF	2.059	-	2.059
Investimento Real - GA	315	-	315
PPI Segurança	25.013	-	25.013
Rendimento Real	2.057	-	2.057
Futuro Real	1.735	-	1.735
SPI	634	-	634
Ouro Real	16.033	-	16.033
Fenix Ouro	11	-	11
Fenix reforma	213	-	213
	<u>183.241</u>	<u>-</u>	<u>183.241</u>
	<u>190.025</u>	<u>49</u>	<u>190.074</u>

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados de seguro directo e resseguro aceite e na provisão matemática de resseguro cedido durante o exercício de 2009 foi o seguinte:

	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e Juro atribuído	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro directo e resseguro aceite:				
Provisão matemática:				
- De contratos de seguro	7.223	(439)	-	6.784
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	225.854	(42.615)	2	183.241
	<u>233.077</u>	<u>(43.054)</u>	<u>2</u>	<u>190.025</u>
Provisão para participação nos resultados:				
- De contratos de seguro	-	-	-	-
- De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	21	29	(1)	49
	<u>21</u>	<u>29</u>	<u>(1)</u>	<u>49</u>
	<u>233.098</u>	<u>(43.025)</u>	<u>1</u>	<u>190.074</u>
Resseguro cedido:				
Provisão matemática (Nota 18):				
- De contratos de seguro	(3.965)	392	-	(3.573)
	<u>229.133</u>	<u>(42.633)</u>	<u>1</u>	<u>186.501</u>

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo vida representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

- Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as bases técnicas de cada um dos produtos;
- Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as bases técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rendibilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;
- Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados;
- Provisão para compromissos de taxa, constituída relativamente a todos os seguros em que a taxa de rendibilidade efectiva das aplicações que se encontra a representar as provisões matemáticas, é inferior à taxa técnica de juro média ponderada utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	94.500
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	50.000
Obrigações de caixa subordinadas - BPN (SFE) - 2003	25.000	25.000
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	25.000
	<u>244.500</u>	<u>244.500</u>
Juros a pagar	997	943
	<u>245.497</u>	<u>245.443</u>

As condições das principais emissões podem ser resumidas da seguinte forma:

Obrigações	Valor nominal	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de juro nominal em:		Cláusula de reembolso antecipado
				31.12.2010	31.12.2009	
Obrigações subordinadas perpétuas BPN - 2008	94.500	Perpétuo	Euribor 6 meses + 2%	3,141%	3,018%	No final do décimo ano de vida do empréstimo e posteriormente em cada data de pagamento de juros subsequente, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo apenas na sua totalidade, mediante autorização do Banco de Portugal.
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) - 2003	25.000	16-05-2013	Euribor 6 meses + 2%	3,276%	2,991%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	50.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	3,254%	2,999%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2003	25.000	16-06-2013	Euribor 6 meses + 2%	3,254%	2,999%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
Obrigações de caixa subordinadas BPN - 2005	50.000	22-12-2015	Euribor 6 meses + 1,15%	2,754%	2,145%	Nos últimos cinco anos, mediante autorização do Banco de Portugal, o BPN poderá proceder ao reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcialmente.
	<u>244.500</u>					

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Credores por seguro directo e resseguro	-	45.067
Credores e outros recursos:		
Recursos diversos	-	400
Cauções recebidas pela realização de contratos futuros	5.818	24.221
Cobrança por conta de terceiros	58	149
Contribuições para outros sistemas de saúde	229	285
Outros	4.926	12.597
Credores diversos:		
Credores por fornecimento de bens	16.723	27.736
Credores por contratos de factoring	-	767
Outros credores	17.543	32.395
Encargos a pagar		
Juros a pagar	82	106
Outros encargos a pagar	18.258	28.639
Receitas com encargo diferido		
De rendas de locação operacional	25	223
De outras rendas	-	1.980
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	840	929
De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	14	4
Outras	6	2.446
Outras contas de regularização		
Posição cambial	100	2.704
Operações cambiais a liquidar	132	24.490
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	14.781	619
Outras operações a regularizar	17.425	16.859
	<u>96.960</u>	<u>222.616</u>

No exercício de 2010, o Banco reclassificou saldos no montante de 142.846 mEuros desta rubrica para a rubrica "Passivos não correntes detidos para venda" relativa a entidades classificadas em activos não correntes detidos para venda (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica "Outras contas de regularização - Outras operações a regularizar", inclui 11.298 mEuros relacionados com os movimentos às contas dos correspondentes de depósitos à ordem, nomeadamente em moeda estrangeira, realizadas por clientes do Banco, que ficam a aguardar a data-valor do movimento para serem realizados. Estes montantes foram regularizados na sua maioria no início de Janeiro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica “Outras contas de regularização – Operações sobre valores mobiliários a regularizar”, refere-se a operações de títulos de clientes que aguardam a liquidação financeira. Estes montantes foram regularizados na sua maioria no início de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Credores e outros recursos” inclui os montantes de 5.817 mEuros e 19.937 mEuros, respectivamente, referentes a depósitos efectuados que servem de caução a operações contratadas com clientes. A variação ocorrida no exercício de 2009 está relacionada com a utilização de parte dos depósitos classificados nesta rubrica para liquidação de responsabilidades de crédito desses clientes.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Encargos a pagar – Outros encargos a pagar” inclui o montante de 5.213 mEuros e 5.611 mEuros, respectivamente, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 36).

27. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital do Banco era integralmente detido pelo BPN, SGPS, S.A., entidade detida pela Galilei, SGPS, S.A.. Em Setembro de 2008, foi realizado um aumento de capital no montante de 80.000 mEuros, tendo sido integralmente subscrito e realizado pela BPN, SGPS, S.A..

Conforme referido na Nota Introdutória, em Novembro de 2008, todas as acções representativas do capital social do BPN foram nacionalizadas ao abrigo da Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro. De acordo com a referida Lei, a nacionalização foi motivada pelo volume de perdas acumuladas pelo Banco, ausência de liquidez adequada e iminência de uma situação de ruptura de pagamentos que ameaçavam os interesses dos depositantes e a estabilidade do sistema financeiro.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital do BPN é integralmente detido pelo Estado Português através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, representado por 76.000.000 de acções de valor nominal de cinco Euros cada.

O Banco passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, sendo detido pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças. A gestão do Banco foi atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cabendo a esta entidade a designação dos membros dos órgãos sociais.

Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, cujas condições finais foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-B/2010, de 5 de Agosto, decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tendo contudo sido concretizado com sucesso.

No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Deste modo, a continuidade das operações está dependente do sucesso da concretização do modelo de recapitalização do Banco e do apoio financeiro do Estado Português.

O modelo de recapitalização acima referido que se encontra previsto para o Banco assenta nas seguintes operações:

- d) Constituição das entidades Parparticipadas, Parvalorem e Parups e alienação ao valor nominal de um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010, operação ocorrida em 2010;
- e) Aquisição em 2011 destas entidades, de forma directa ou indirecta, pelo Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade;
- f) Realização de um aumento de capital no Banco, a subscrever e a realizar integralmente pelo actual accionista.

28. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Prémios de emissão	6.790	6.790
Reservas de reavaliação		
- Reserva de justo valor		
. De activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	(51)	3.690
. De títulos registados em Activos não correntes detidos para venda (Notas 8 e 10)	(4.926)	-
	<u>(4.977)</u>	<u>3.690</u>
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	24.621	24.621
- Outras reservas	27.278	27.105
- Resultados transitados	<u>(2.486.427)</u>	<u>(2.269.843)</u>
	<u>(2.434.528)</u>	<u>(2.218.117)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(126.641)</u>	<u>(216.584)</u>
	<u>(2.559.356)</u>	<u>(2.424.221)</u>

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário, nomeadamente o artigo 97º do Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais, líquidas de imparidades reconhecidas em resultados no exercício ou em exercícios anteriores, relativas às carteiras de títulos classificados nas “Activos financeiros disponíveis para venda” e “Activos não correntes detidos para venda”.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as “Outras reservas e resultados transitados” incluem as reservas legais do Banco, no montante de 24.621 mEuros e as reservas legais, livres e de reavaliação legal das suas subsidiárias e

associadas. As reservas de reavaliação legal só podem ser utilizadas para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

A formação do resultado líquido consolidado do exercício de 2010 pode ser descrita da seguinte forma:

Resultado líquido do BPN, S.A. em 31 de Dezembro de 2010	(102.420)
Resultado líquido do exercício das participadas mais significativas	
Banco Efisa, S.A.	82.479
BPN (IFI), S.A.	43.539
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	340
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	826
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	(14.058)
BPN Cayman Limited	33.820
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações a Taxa Variável	241
BPN Crédito IFIC, S.A.	18.170
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda	732
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	(4.267)
BPN Gestão Activos Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	(454)
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	3.098
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(9.564)
BPN Imomarinhas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	394
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	8.023
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(191)
BPN Internacional, SGPS, S.A.	54.485
BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda	189.207
Centro Hospitalar de S. Francisco, S.A.	516
Parparticipadas, SGPS, S.A.	(56.329)
Parups, S.A.	(12.485)
Parvalorem, S.A.	(4.648)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	(361)
Real Vida Seguros, S.A.	8.536
	<u>342.049</u>
Ajustamentos de consolidação:	
- Anulações da reversão de provisões constituídas em anos anteriores nas contas individuais das seguintes entidades para activos que foram aliendados à Parvalorem, S.A. e Parups, S.A.:	
. Banco Efisa, S.A.	(84.815)
. BPN Crédito - IFIC, S.A.	(30.778)
. BPN (IFI), S.A.	(27.285)
	<u>(142.878)</u>
- Anulações das provisões constituídas no exercício pelo BPN S.A. para activos alienados pelo Banco Efisa, S.A., BPN Crédito - IFIC, S.A. e BPN (IFI), S.A. à Parvalorem, S.A. e Parups, S.A.	142.878
- Anulação da reversão no exercício de provisões que foram constituídas em anos anteriores nas contas individuais do BPN, S.A. para a BPN Participações Financeiras, SGPS, incluindo suprimentos concedidos	(233.210)
- Anulação da reversão de provisões que foram constituídas nas contas individuais da BPN Internacional para o BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda. (50%) e Banco Português de Negócios (IFI), S.A.	(60.842)
- Anulação da reversão de provisões e valias nas contas individuais da BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda para as participações financeiras vendidas à Parparticipadas, SGPS, S.A.	(184.831)
- Anulação das provisões constituídas nas contas individuais da Parparticipadas, SGPS, S.A. para as participações adquiridas à BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda e BPN Internacional, SGPS, S.A.	54.400
- Anulação da mais-valia obtida no exercício pelo BPN na alienação de títulos à Parups	(22.953)
- Anulação das provisões constituídas no exercício nas contas individuais do BPN, S.A. para a Parparticipadas, SGPS, S.A., Parups, S.A. e Parvalorem, S.A.	34.522
- Anulação das provisões constituídas no exercício nas contas individuais do BPN, S.A. referente a crédito concedido a entidades do grupo	54.973
- Anulação da reposição efectuada nas contas individuais do BPN, S.A. relativa aos custos de liquidação do BPN Créditos Brasil	(5.658)
- Amortizações do exercício dos imóveis das carteiras dos fundos imobiliários, registados contabilisticamente no consolidado como de serviço próprio	(1.281)
- Anulação de dividendos	(4.936)
- Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos consolidadas pelo método de equivalência patrimonial	(633)
- Outros	2.854
	<u>(367.594)</u>
Interesses minoritários (Nota 29)	1.322
Resultado líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2010	<u>(126.643)</u>

A formação do resultado líquido consolidado do exercício de 2009 pode ser descrita da seguinte forma:

Resultado líquido do BPN, S.A. em 31 de Dezembro de 2009	<u>(220.103)</u>
<u>Resultado líquido do exercício das participadas mais significativas</u>	
Banco Efisa, S.A.	(34.849)
BPN (IFI), S.A.	(7.515)
BPN Acções Europa - Fundo de Investimento Aberto	1.264
BPN Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	1.989
BPN Brasil Banco Múltiplo, S.A.	(4.276)
BPN Cayman Limited	19.253
BPN Conservador - Fundo de Investimento Aberto Obrigações Taxa Variável	1.704
BPN Credito IFIC	816
BPN Créditos Brasil - Promotora de Vendas Ltda	(996)
BPN Diversificação - Fundo Especial de Investimento Aberto	(52.989)
BPN Gestão Activos Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	(15.210)
BPN Imofundos, SGFII, S.A.	4.456
BPN Imoglobal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(65.489)
BPN Imomarinhas - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(2.829)
BPN Imonegócios - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	(90.111)
BPN Imoreal - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	(23.985)
Centro Hospitalar de São Francisco, S.A. (*)	(2.003)
Pay Up Holding B.V.	5.004
Real Vida Seguros, S.A.	3.278
	<u>(262.488)</u>
<u>Ajustamentos de consolidação:</u>	
- Anulação da imparidade para unidades de participação de fundos geridos por entidades do Grupo, que se encontra constituída nas contas individuais do BPN, S.A.	219.535
- Anulação das provisões líquidas constituídas no exercício nas contas individuais do BPN, S.A. para a Real Vida Seguros, S.A. e BPN Participações Financeiras, SGPS, Lda. (**)	33.504
- Anulação da reposição efectuada nas contas individuais do BPN, S.A. relativa aos custos de liquidação do BPN Créditos Brasil	(4.691)
- Amortizações do exercício dos imóveis das carteiras dos fundos imobiliários, registados contabilisticamente no consolidado como de serviço próprio	(1.531)
- Reposição da provisão constituída em 2008 para o BPN Real Estate, dado que em 2009, o Grupo apropriou o resultado líquido na rubrica "Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos, consolidadas pelo método de equivalência patrimonial"	19.101
- Anulação nas contas consolidadas da provisão para garantias prestadas à Labicer registada no BPN Cayman, dado que aquela entidade foi excluída do perímetro de consolidação em 2009	18.000
- Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos consolidadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 16)	(21.572)
- Provisões registadas nas contas consolidadas para fazer face a ajustamentos a efectuar nas demonstrações financeiras das participadas do Grupo	(6.500)
Outros	6.520
	<u>262.366</u>
Interesses minoritários (Nota 29)	3.641
Resultado líquido consolidado em 31 de Dezembro de 2009	<u>(216.584)</u>

(*) Em 31 de Dezembro de 2008, foram objecto de consolidação as contas provisórias desta entidade, tendo o Grupo registado nas contas consolidadas de 2009, o impacto apurado face às contas finais desta.

(**) Estas provisões foram registadas nas contas individuais do BPN, S.A., no âmbito da reexpressão das suas demonstrações financeiras, mas já se encontravam reflectidas nas contas consolidadas do exercício de 2008.

29. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em filiais tem a seguinte distribuição por entidade:

	2010				
	Participação atribuível a int. minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2010	Proporção nos capitais próprios	Resultado líquido ajustado em 31.12.2010	Proporção nos resultados líquidos atribuível a int. minoritários (Nota 28)
BPN Imoreal	5,25%	190.735	10.014	298	(16)
BPN Imoglobal	6,92%	130.430	9.026	(2.062)	143
BPN Imonegócios	0,82%	490.166	4.019	6.188	(51)
BPN Brasil	13,52%	14.562	1.969	(16.114)	2.179
BPN Acções Global	22,93%	9.188	2.107	805	(185)
BPN Conservador	17,02%	13.962	2.376	241	(41)
BPN Optimização	26,49%	2.820	747	71	(19)
Outras entidades	n.a.	n.a.	7.822	n.a.	(688)
			<u>38.080</u>		<u>1.322</u>

	2009				
	Participação atribuível a int. minoritários (%)	Capitais próprios ajustados em 31.12.2009	Proporção nos capitais próprios	Resultado líquido ajustado 31.12.2009	Proporção nos resultados líquidos atribuível a int. minoritários (Nota 28)
BPN Imoreal	5,25%	191.436	10.050	(3.188)	167
BPN Imoglobal	6,92%	132.492	9.168	(45.166)	3.125
BPN Imonegócios	0,87%	484.189	4.212	(9.485)	83
BPN Brasil	20,00%	13.937	2.787	(4.277)	855
BPN Acções Global	20,12%	7.632	1.535	1.946	(391)
BPN Conservador	9,27%	12.922	1.198	1.704	(158)
BPN Optimização	32,24%	2.985	962	352	(114)
Outras entidades	n.a.	n.a.	891	n.a.	74
			<u>30.803</u>		<u>3.641</u>

A parcela do lucro consolidado atribuível a accionistas minoritários em 2010 e 2009 apresenta o seguinte detalhe:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2008	<u>197.754</u>
Alterações do perímetro de consolidação	(170.592)
Resultado líquido do exercício	<u>3.641</u>
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2009	<u>30.803</u>
Alterações do perímetro de consolidação	5.955
Resultado líquido do exercício	<u>1.322</u>
Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2010	<u><u>38.080</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Alterações do perímetro de consolidação", apresenta a seguinte composição:

BPN Conservador (passagem de 90% para 82,9%)	1.139
Payup Desenvolvimento de Negócios (passagem de 76% para 54%)	2.741
Payup Romania (passagem de 76% para 54%)	1.021
Outros	<u>1.054</u>
	<u><u>5.955</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Alterações do perímetro de consolidação”, apresenta a seguinte composição:

BPN Imonegócios (passagem de 70,6% para 99,1%)	(135.089)
BPN Imoreal (passagem de 90,5% para 94,8%)	(8.101)
BPN Imoglobal (passagem de 86,7% para 93,1%)	(7.384)
Outros impactos inferiores a 3.000 mEuros	(20.018)
	<u>(170.592)</u>

30. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Juros e rendimentos similares:</u>		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	633	1.226
Juros de disponibilidades em instituições de crédito		
No País	826	1
No Estrangeiro	183	4.390
Juros de aplicações em Instituições de Crédito		
No País	-	866
No Estrangeiro	961	5.058
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	136.260	166.435
Crédito ao exterior	8.506	28.302
Outros créditos e valores a receber	2.641	5.681
Juros de crédito vencido	3.658	12.993
Juros de activos financeiros detidos para negociação		
Swaps	15.177	13.753
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	1.318	5.432
Juros de activos titularizados não desreconhecidos	15.967	19.867
Juros de devedores e outras aplicações	-	8
Outros juros e rendimentos similares	136	90
Comissões recebidas ao custo amortizado	5.356	5.857
	<u>191.622</u>	<u>269.959</u>

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Juros e encargos similares</u>		
Juros de depósitos		
Do sector público	1.119	2.338
De emigrantes	1.126	2.203
De outros residentes	50.885	106.218
De não residentes	2.409	9.809
Juros e recursos de instituições de crédito		
No País	6.199	8.399
No Estrangeiro	924	1.441
Juros de passivos financeiros de negociação		
Swaps	12.865	13.256
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem característica subordinada	50.203	37.233
Juros de responsabilidades pelo não desreconhecimento de operações de titularização	22.593	29.288
Juros de responsabilidades representadas por títulos e passivos subordinados	7.042	10.382
Juros de recursos a bancos centrais	710	1.285
Outros juros e encargos similares	554	1.706
Comissões pagas ao custo amortizado	1.479	2.791
	<u>158.108</u>	<u>226.349</u>

31. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2010 e 2009, esta rubrica diz respeito a dividendos recebidos de instrumentos de capital.

32. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Rendimentos de serviços e comissões:</u>		
Por serviços prestados	5.593	19.791
Por garantias prestadas	7.050	7.241
Outras operações realizadas por conta de terceiros	5.740	5.457
Outros	11.454	6.437
	<u>29.837</u>	<u>38.926</u>
<u>Encargos com serviços e comissões:</u>		
Por serviços bancários assumidos por terceiros	7.603	15.431
Por garantias recebidas	7.415	3.703
Por compromissos assumidos por terceiros	3.548	1
Por operações realizadas por terceiros	2.166	2.074
Outras comissões pagas	16	39
	<u>20.748</u>	<u>21.248</u>

No exercício de 2010, a rubrica “Encargos com serviços e comissões – por compromissos assumidos por terceiros” diz respeito às comissões pagas à Caixa Geral de Depósitos pela subscrição de papel comercial.

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica “Encargos com serviços e comissões – por garantias recebidas” diz respeito às comissões pagas ao Estado Português pela garantia prestada por este nas emissões de papel comercial.

33. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Resultados em activos e passivos detidos para negociação</u>		
Instrumentos de capital	(65)	(784)
Instrumentos financeiros derivados	19.428	(3.674)
Outros títulos	<u>(346)</u>	<u>326</u>
	19.017	(4.132)
<u>Resultados de activos financeiros disponíveis para venda</u>		
Instrumentos de dívida	2.655	1.515
Outros títulos	<u>59</u>	<u>343</u>
	2.714	1.858
<u>Resultados de reavaliação cambial</u>	<u>4.715</u>	<u>8.347</u>
<u>Resultados de alienação de outros activos</u>	<u>(2.045)</u>	<u>(642)</u>
	<u><u>24.401</u></u>	<u><u>5.431</u></u>

No exercício de 2010, a rubrica “Resultados em activos e passivos detidos para negociação – Instrumentos financeiros derivados” inclui um ganho de 16.290 mEuros, relativo à reavaliação da opção de venda sobre acções da Galilei, SGPS, S.A. detida por um cliente e que foi exercida durante o ano (Nota 9).

Nos exercícios de 2010 e 2009, a rubrica “Resultados de reavaliação cambial” diz respeito a ganhos cambiais líquidos obtidos essencialmente pelo BPN Brasil e pelo BPN Creditus Brasil.

34. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas de locação operacional	351	369
Ganhos e rendimentos operacionais:		
Reembolso de despesas	2.783	2.890
Recuperação de crédito	125	37
Rendimentos da prestação de serviços diversos	3.268	2.882
Outros	5.685	1.838
Ganhos em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	782	20
Outros activos tangíveis	3	-
Outros	3	-
Outros proveitos operacionais	1.324	5.464
	<u>14.324</u>	<u>13.500</u>
<u>Outros encargos de exploração:</u>		
Donativos e quotizações	143	126
Contribuições para FGD e FGCAM	1.142	1.346
Perdas em activos não financeiros:		
Activos não correntes detidos para venda	440	3
Outros activos tangíveis e intangíveis	41	-
Outros	6.944	13.810
Outros impostos	1.546	2.569
	<u>10.256</u>	<u>17.854</u>
	<u>4.068</u>	<u>(4.354)</u>

Durante o exercício de 2010, o BPN alienou a rede de agências, os activos e passivos da sua Sucursal de França, com referência a 31 de Outubro de 2010 pelo montante de 3.300 mEuros, que se encontra registado na rubrica "Outros rendimentos de exploração – Outros". Os activos e passivos que pertenciam à Sucursal e que foram alienados, apresentam o seguinte detalhe:

<u>Activo</u>	
Caixa e disponibilidades	8.600
Aplicações em instituições de crédito	1.565
Crédito a clientes	65.095
Imobilizado	631
Outros activos	222
	<u>76.113</u>
<u>Passivo</u>	
Recursos de instituições de crédito	82
Credores diversos	74.130
Outros passivos	1.901
	<u>76.113</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica “Outros rendimentos de exploração – Outros”, inclui também o montante de 1.748 mEuros que se encontrava depositado pelo Banco Insular, SARL numa conta “Escrow” para fazer face a contingências diversas decorrentes da sua liquidação. No âmbito da finalização do processo de liquidação do Banco Insular SARL, o Banco liquidou todas as dívidas pendentes e obteve pareceres que mitigam a existência de outras contingências fiscais e laborais, tendo deste modo reconhecido como ganho o montante depositado na conta “Escrow”.

No exercício de 2009, a rubrica “Outros encargos de exploração – Outros” inclui 4.311 mEuros relativos à execução de uma garantia prestada pelo BPN a um banco estrangeiro. Este montante encontrava-se totalmente provisionado em 31 de Dezembro de 2008, tendo o Banco revertido esta provisão e registado o custo correspondente nesta rubrica.

35. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização	679	838
Remuneração de empregados	54.063	55.916
Fundo de Pensões (Nota 36)	8.683	10.047
Outros encargos sociais obrigatórios	10.346	9.317
Outros custos com o pessoal	2.640	1.753
	<u>76.411</u>	<u>77.871</u>

O número de empregados do BPN e das suas filiais a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, por tipo de funções, era o

	<u>31.12.2010</u>				<u>31.12.2009</u>			
	<u>Actividade Bancária</u>	<u>Actividade Seguradora</u>	<u>Outras Actividades</u>	<u>Grupo</u>	<u>Actividade Bancária</u>	<u>Actividade Seguradora</u>	<u>Outras Actividades</u>	<u>Grupo</u>
Direcção	17	1	28	46	19	-	25	44
Chefias	366	14	35	415	374	13	22	409
Técnicos	745	28	88	861	782	28	69	879
Administrativos	842	23	72	937	913	30	61	1.004
Auxiliares	31	-	217	248	28	-	114	142
	<u>2.001</u>	<u>66</u>	<u>440</u>	<u>2.507</u>	<u>2.116</u>	<u>71</u>	<u>291</u>	<u>2.478</u>

seguinte:

36. PENSÕES DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Até 31 de Dezembro de 1997 o Grupo ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por essa razão, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no esquema de reformas da Segurança Social. Durante o ano de 1998, o Banco celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, Acordos de Adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêem que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida.

As responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência assumidas pelas subsidiárias do sector financeiro, estão igualmente cobertas pelo Fundo de Pensões acima referido. A Real Vida dispõe igualmente de Fundo de Pensões, enquadrado nos termos do Contrato colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora. Entre as suas características principais destaca-se o facto de assegurar exclusivamente o pagamento de pensões por velhice e invalidez.

Pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

O plano de pensões de benefício definido do BPN segue o estipulado no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

O plano de pensões de benefício definido do BPN é um plano substitutivo e independente dos regimes públicos de Segurança Social para os colaboradores admitidos antes de 1 de Março de 2009. Os colaboradores admitidos após esta data encontram-se inscritos no Regime de Segurança Social, sendo que o BPN suporta o complemento à pensão definida pela Segurança Social até ao limite da pensão definida pelo ACT.

O plano de pensões do BPN não é considerado um plano contributivo, uma vez que as contribuições efectuadas pelos participantes decorrem do estabelecido do ACT do Sector Bancário. Estes participantes, e apenas para os admitidos no sector bancário após 1 de Janeiro de 1995, efectuam contribuições de 5% da sua retribuição mínima mensal para o fundo grupo BPN. O Banco assegura o esforço contributivo necessário para a cobertura das suas responsabilidades por pensões através do Fundo de Pensões do Grupo BPN.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

Determinação das responsabilidades com pensões de reforma e subsídio por morte após a idade da reforma

Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados dos empregados no activo, com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes:

	2010	2009
Método actuarial	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa de desconto	5,50%	5,75%
Taxa de rendimentos dos activos dos fundos	5,75%	5,75%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	2,25%
Tabela de saídas	0%	0%

Nos estudos efectuados em 2010 e 2009, foi considerado que a idade normal de reforma ocorrerá aos 65 anos.

A comparação entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões do Grupo para os exercícios de 2010 e 2009 e os valores efectivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2010		2009	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de rendimento	5,75%	0,73%	5,75%	4,57%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	1,80%	3,50%	2,70%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,00%	2,25%	1,50%

Em 31 de Dezembro de 2010 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes:

	2010				
	BPN	BPN ACE	Operações continuadas (Nota 19)	Operações descontinuadas (Nota 10)	Total
Valor Fundo de Pensões	117.145	2.392	119.537	10.416	129.953
Valor das responsabilidades com Fundo de Pensões	(94.533)	(2.297)	(96.830)	(9.347)	(106.177)
<i>Diferencial</i>	22.612	95	22.707	1.069	23.776
Desvios actuariais diferidos	12.348	6	12.354	1.035	13.389
Total	34.960	101	35.061	2.104	37.165

Em 2010 e 2009 os custos relativos a pensões foram os seguintes:

	2010			2009		
	BPN e BPN ACE (Nota 35)	Outros	Total	BPN e BPN ACE (Nota 35)	Outros	Total
Custo serviço corrente	7.488	1.186	8.674	8.175	1.176	9.351
Rendimento esperado	(5.611)	(612)	(6.223)	(5.179)	(564)	(5.743)
Custo dos juros	6.063	716	6.779	5.872	635	6.507
Perda actuariais reconhecidas no ano	743	72	815	1.179	97	1.276
	8.683	1.362	10.045	10.047	1.344	11.391

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as responsabilidades com serviços passados de acordo com os estudos actuariais efectuados, assim como o fundo de pensões para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades por serviços passados		
Activos	102.544	114.520
Reformados e pré-reformados	<u>3.633</u>	<u>3.538</u>
	<u>106.177</u>	<u>118.058</u>
Fundos de pensões	<u>129.953</u>	<u>130.273</u>
Diferencial	<u>23.776</u>	<u>12.215</u>
Nível de financiamento	122,39%	110,35%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o número de beneficiários divide-se da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Activos abrangidos pelo ACT	1.648	1.694
Activos abrangidos pela Segurança Social	89	89
Activos abrangidos pela Segurança Social admitidos no Sector Bancário após 1 de Janeiro de 2009	41	-
Activos a termo certo	19	83
Pensionistas viuvez/ orfandade	12	10
Reformados	<u>7</u>	<u>5</u>
	<u>1.816</u>	<u>1.881</u>

O movimento no valor do fundo de pensões durante os exercícios de 2009 e 2010 foi o seguinte:

	<u>Total</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>112.090</u>
Contribuições:	
Do Banco	12.230
Dos empregados	1.160
Rendimento esperado do fundo de pensões	5.743
Desvios de rendimento	(777)
Outros	(173)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>130.273</u>
Contribuições:	
Do Banco	(198)
Dos empregados	1.104
Rendimento esperado do fundo de pensões	6.223
Desvios de rendimento	(7.449)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>129.953</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Fundo de Pensões do Grupo BPN é gerido pela Real Vida.

Conforme previsto no contrato constitutivo, o fundo de pensões poderá contratar com uma seguradora um ou mais seguros, com o objectivo de garantir os benefícios em caso de morte ou invalidez dos participantes. No entanto, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existem contratos de seguros para garantir estes benefícios.

O movimento nas responsabilidades por serviços passados pode ser demonstrado da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Responsabilidades no início do exercício	118.058	113.276
Desvios actuariais	(27.728)	(11.801)
Pensões pagas pelo fundo de pensões	(710)	(435)
Contribuições de empregados	1.104	1.160
Custo de serviço corrente	8.674	9.351
Custo dos juros	6.779	6.507
Responsabilidades no final do exercício	<u>106.177</u>	<u>118.058</u>

Encargos com Saúde

A assistência médica aos empregados no activo e pensionistas do Grupo está a cargo dos Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS). A contribuição anual do Grupo para os SAMS corresponde a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo. As responsabilidades para o SAMS sobre as pensões, a pagar no futuro, encontram-se incluídas no fundo de pensões do Grupo.

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo paga um prémio a todos os trabalhadores que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de efectivo serviço, nesse ano, de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva. Adicionalmente, é pago um prémio aos trabalhadores que se encontrem numa situação de passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Encargos a pagar – Outros encargos a pagar” inclui o montante de 5.213 mEuros e 5.611 mEuros, respectivamente, relativo a prémio de antiguidade, subsídio de morte e outros benefícios de longo prazo a pagar aos colaboradores (Nota 26).

Desvios actuariais diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de desvios actuariais diferidos nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrado como segue:

Saldos em 31 de Dezembro de 2008	<u>46.759</u>
Desvios actuariais do ano	(11.024)
Correcção aos desvios de 2008	24
Amortização:	
. Por contrapartida de resultados do exercício	(1.276)
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	<u>34.483</u>
Desvios actuariais do ano	(20.279)
Amortização:	
. Por contrapartida de resultados do exercício	(815)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	<u>13.389</u>

Os desvios gerados em 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
. Desvio financeiro	7.449	777
. Desvio actuarial	<u>(27.728)</u>	<u>(11.801)</u>
	<u>(20.279)</u>	<u>(11.024)</u>

Os desvios actuariais gerados em 2010, podem ser explicados da seguinte forma:

Alterações demográficas/ saídas de pessoal	(5.711)
Alterações salários / pensões	(2.693)
Alterações do tempo de serviço	29
Alterações no pressuposto de crescimento salarial (de 3,5% para 2,5%)	(23.245)
Alterações no pressuposto de crescimento das pensões (de 2,25% para 1,75%)	(5.684)
Alterações do pressuposto da taxa de desconto (de 5,75% para 5,50%)	9.576
	<u>(27.728)</u>

Com a publicação do Decreto-Lei n.1-A/2011, de 3 de Janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários, incluindo os pertencentes ao Grupo, irão ser integrados no Regime Geral de Segurança Social, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011, passando a estar cobertos por este regime em matéria de pensões por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção.

37. OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Com Fornecimentos		
Água energia e combustíveis	2.053	2.265
Material de higiene e limpeza	980	1.345
Outros fornecimentos	<u>381</u>	<u>499</u>
	3.414	4.109
Com Serviços		
Serviços Especializados		
Estudos e consultas	2.383	2.174
Avenças e honorários	2.727	1.894
Outros serviços especializados	417	622
Informática	8.995	11.303
Consultores externos	1.367	951
SIBS	4.000	2.407
Segurança e vigilância	547	925
Judiciais, contencioso e notariado	806	336
Informações	289	1.259
Mão de obra eventual	385	284
Limpeza	-	4
	<u>21.916</u>	<u>22.159</u>
Rendas e alugueres	6.937	8.924
Comunicações	7.821	9.022
Publicidade	621	607
Conservação e reparação	1.708	1.321
Deslocações	521	784
Seguros	1.482	1.288
Transportes	103	94
Formação de pessoal	122	330
Trabalhos especializados - ACE	3.749	4.289
Outros serviços	4.486	1.920
	<u><u>52.880</u></u>	<u><u>54.847</u></u>

A rubrica “Serviços Especializados – Outros serviços especializados” inclui o montante de 126 mEuros relativos aos honorários totais facturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2010, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 508º-F do Código das Sociedades Comerciais.

38. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Passivos eventuais</u>		
<u>Garantias e avales</u>		
Residentes	544.392	532.381
Não residentes	1.788	44.861
<u>Créditos documentários abertos</u>		
Residentes	9.449	17.323
Não residentes	-	1.980
Activos dados em garantia	113.504	141.752
	<u>669.133</u>	<u>738.297</u>
<u>Compromissos</u>		
<u>Compromissos revogáveis</u>		
Linhas de crédito revogáveis	442.515	880.396
Facilidades de desconto em conta	104.158	93.930
<u>Compromissos irrevogáveis</u>		
Contratos a prazo de depósitos a constituir	1.011	-
Linhas de crédito	84.696	154.738
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD	4.294	4.167
Responsabilidade potencial para com o SII	-	13
Outros compromissos irrevogáveis	-	212.430
	<u>636.674</u>	<u>1.345.675</u>
<u>Responsabilidades por serviços prestados:</u>		
Depósito e guarda de valores	2.420.349	3.797.816
De cobrança de valores	51.946	58.462
Valores administrados pela instituição	-	1.013.139
	<u>2.472.295</u>	<u>4.869.417</u>
	<u><u>3.778.102</u></u>	<u><u>6.953.388</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica “Activos dados em garantia” inclui títulos dados em garantia ao Banco Central Europeu nos montantes de 105.800 mEuros e 129.264 mEuros, respectivamente.

39. RELATO POR SEGMENTOS

Para cumprimento dos requisitos do IFRS 8, o Banco adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Negociação e vendas: compreende a actividade bancária relacionada com a gestão da carteira própria de títulos, operações de mercado monetário e cambial, recepção e transmissão de ordens em relação com um ou mais instrumentos financeiros e execução de ordens por conta de clientes;

- Banca de investimentos/retalho: compreende a actividade bancária de investimento e a junto dos particulares e empresários em nome individual, tais como a recepção de depósitos e de outros fundos reembolsáveis, empréstimos, concessão de garantias e assunção de outros compromissos. Inclui também o montante total devido à Instituição pelo cliente ou grupo de clientes ligados entre si.
- Banca comercial: actividades creditícia e de captação de recursos junto de empresas, bem como a tomada de fundos para fazer face aos compromissos com a concessão de crédito;
- Gestão de activos: inclui as actividades associadas à gestão de carteiras de clientes, gestão de fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sejam abertos ou fechados, e de fundos discricionários de gestão de patrimónios;
- Crédito especializado: inclui todas as actividades de concessão de crédito especializado, nomeadamente automóvel e ao consumo;
- Seguro Vida: inclui a actividade desenvolvida pela Real Vida Seguros, S.A. (actividade Vida);
- Outros: compreende todos os segmentos de actividade que não foram contemplados nas linhas de negócio anteriores.

A distribuição dos principais activos, passivos e rubricas de resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2010 e 2009 é a seguinte:

	2010				Total
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	135.424	-	-	-	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	-	-	-	64.642
Aplicações em instituições de crédito	210.473	-	-	-	210.473
Activos financeiros detidos para negociação	21.915	-	-	-	21.915
Activos financeiros disponíveis para venda	35.762	-	-	-	35.762
Crédito a clientes	-	746.126	2.437.755	-	3.183.881
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	3.272.742	3.272.742
Outros	-	-	-	91.807	91.807
Activo líquido total	468.216	746.126	2.437.755	3.364.549	7.016.646
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	772.654	-	70.017	13.278	855.949
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.634.277	540.048	-	2.174.325
Responsabilidades representadas por títulos	655.061	-	-	-	655.061
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	5.007.942	5.007.942
Outros	-	-	-	464.647	464.647
Passivo Total	1.427.715	1.634.277	610.065	5.485.867	9.157.924

Anexos, relatórios e pareceres às contas - 2010

	2010				
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	Total
Margem financeira estrita	(64.782)	(16.721)	117.954	(2.937)	33.514
Rendimentos de instrumentos de capital	489	-	-	-	489
Rendimentos de serviços e comissões	5.740	7.050	26	17.021	29.837
Encargos com serviços e comissões	(3.548)	(17.184)	-	(16)	(20.748)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	19.066	-	(49)	-	19.017
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.310	-	404	-	2.714
Resultados da reavaliação cambial	4.168	-	4.546	(3.999)	4.715
Resultados da alienação de outros activos	-	-	(162)	(1.883)	(2.045)
Outros resultados de exploração	-	-	(67)	4.135	4.068
Produto bancário	<u>(36.557)</u>	<u>(26.855)</u>	<u>122.652</u>	<u>12.321</u>	<u>71.561</u>
Outros custos e proveitos	-	-	(4.895)	(205.772)	(198.204)
Resultado líquido do exercício					<u>(126.643)</u>

	2009							
	Negociação e Vendas	Banca de Investimento/ Retalho	Banca Comercial	Gestão de Activos	Crédito Especializado	Seguros Vida	Outros	Total
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	155.382	-	52	3	3	428	752	156.620
Disponibilidades em outras instituições de crédito	160.913	-	1.776	1.359	149	5.746	32.053	201.996
Aplicações em instituições de crédito	228.797	1.332	1.595	1	186	-	1.850	233.761
Activos financeiros detidos para negociação	25.956	-	27.276	25.219	-	220	56	78.727
Activos financeiros disponíveis para venda	99.998	15.365	6.450	12.338	56.701	122.565	207	313.624
Crédito a clientes	6.060	787.001	3.713.085	-	683.597	-	-	5.189.743
Outros	-	975	37.735	1.017.417	81.309	83.115	115.542	1.336.093
Activo líquido total	<u>677.106</u>	<u>804.673</u>	<u>3.787.969</u>	<u>1.056.337</u>	<u>821.945</u>	<u>212.074</u>	<u>150.460</u>	<u>7.510.564</u>
Recursos de outras instituições de crédito	-	83.798	1.295.412	48.231	-	-	-	1.427.441
Recursos de Bancos Centrais	333.035	-	-	-	-	-	-	333.035
Recursos de clientes e outros empréstimos	524	2.155.412	1.049.802	697	-	-	233	3.206.668
Responsabilidades representadas por títulos	3.435.764	-	38.476	-	46.090	-	-	3.520.330
Outros	678	2.427	31.747	11.521	32.904	203.903	753.328	1.036.508
Passivo Total	<u>3.770.001</u>	<u>2.241.637</u>	<u>2.415.437</u>	<u>60.449</u>	<u>78.994</u>	<u>203.903</u>	<u>753.561</u>	<u>9.523.982</u>

	2009				
	Negociação e vendas	Banca de retalho	Banca comercial	Outros	Total
Margem Financeira estrita	(44.112)	(49.644)	145.785	(8.419)	43.610
Rendimentos de instrumentos de capital	503	4	-	-	507
Rendimentos de serviços e comissões	5.458	7.537	130	25.801	38.926
Encargos com serviços e comissões	(21)	(21.165)	-	(62)	(21.248)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	8.561	-	(12.693)	-	(4.132)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.875	(819)	-	(198)	1.858
Resultados da reavaliação cambial	4.179	-	-	4.168	8.347
Resultados da alienação de outros activos	-	-	-	(642)	(642)
Outros resultados de exploração	(5.003)	551	(3.445)	3.543	(4.354)
Produto bancário	<u>(27.560)</u>	<u>(63.536)</u>	<u>129.777</u>	<u>24.191</u>	<u>62.872</u>
Outros custos e proveitos					(279.456)
Resultado líquido do exercício					<u>(216.584)</u>

Os principais critérios de alocação utilizados pelo Grupo na construção destes mapas foram os seguintes:

- Para as rubricas “Crédito a clientes” e “Recursos de clientes e outros empréstimos”, detalhou a informação entre “Particulares e “Empresas”, tendo alocado os respectivos saldos a “Banca de investimento/retalho” e “Banca comercial”, respectivamente.
- A rubrica “Recursos de instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”, foram alocadas a “Banca comercial” dado que a finalidade é serem utilizados na actividade normal do Grupo.
- Os outros activos e passivos foram considerados em “Outros”, dado a impossibilidade de alocação segmental.

Mercados Geográficos

	2010			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	405.796	4.743	-	410.539
Aplicações em títulos e derivados	57.677	-	-	57.677
Crédito a clientes	3.183.881	-	-	3.183.881
Activos não correntes detidos para venda	3.065.439	-	207.303	3.272.742
Outros	91.196	8	603	91.807
Activo líquido total	6.803.989	4.751	207.906	7.016.646
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	854.455	1.494	-	855.949
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.174.325	-	-	2.174.325
Passivos não correntes detidos para venda	4.805.141	-	202.801	5.007.942
Responsabilidades representadas por títulos	655.061	-	-	655.061
Passivos subordinados	245.497	-	-	245.497
Outros	219.120	30	-	219.150
Passivo Total	8.953.599	1.524	202.801	9.157.924

	2010			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	
Juros e rendimentos similares	188.672	2.950	-	191.622
Juros e encargos similares	(157.075)	(1.033)	-	(158.108)
Margem Financeira	31.597	1.917	-	33.514
Rendimentos de instrumentos de capital	489	-	-	489
Rendimentos de serviços e comissões	29.047	790	-	29.837
Encargos com serviços e comissões	(20.692)	(56)	-	(20.748)
Resultados em operações financeiras	24.394	7	-	24.401
Outros resultados de exploração	1.788	2.280	-	4.068
Produto da actividade bancária	66.623	4.938	-	71.561
Outros custos e proveitos	(187.871)	3.036	(13.369)	(198.204)
Resultado líquido do exercício	(121.248)	7.974	(13.369)	(126.643)

	2009							Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	África	Outros	
Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito (líquido)	312.922	-	76	-	3.378	253.877	22.124	592.377
Aplicações em títulos e derivados	325.632	47.291	-	210	39.878	1.651	15.874	430.536
Crédito a clientes	4.944.507	96.372	1.245	7.917	104.089	26.110	9.503	5.189.743
Provisões técnicas de resseguro cedido	7.869	-	-	-	-	-	-	7.869
Outros	1.174.786	14.180	2	4.611	52.614	14.790	29.056	1.290.039
Activo líquido total	<u>6.765.716</u>	<u>157.843</u>	<u>1.323</u>	<u>12.738</u>	<u>199.959</u>	<u>296.428</u>	<u>76.557</u>	<u>7.510.564</u>
Recursos de instituições de crédito e bancos centrais	1.225.812	83	-	-	160.304	613	373.664	1.760.476
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.801.133	83.409	1	926	3.273	271.161	46.765	3.206.668
Outros	4.393.203	14.824	31	1.943	70.493	8.777	67.567	4.556.838
Passivo Total	<u>8.420.148</u>	<u>98.316</u>	<u>32</u>	<u>2.869</u>	<u>234.070</u>	<u>280.551</u>	<u>487.996</u>	<u>9.523.982</u>

	2009				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América Latina	Outros	
Juros e rendimentos similares	252.265	6.631	-	11.063	269.959
Juros e encargos similares	(216.187)	(5.662)	-	(4.500)	(226.349)
Margem Financeira	<u>36.078</u>	<u>969</u>	<u>-</u>	<u>6.563</u>	<u>43.610</u>
Rendimentos de instrumentos de capital	507	-	-	-	507
Rendimentos de serviços e comissões	37.688	769	-	469	38.926
Encargos com serviços e comissões	(20.328)	(923)	-	3	(21.248)
Resultados em operações financeiras	6.226	126	-	(921)	5.431
Outros resultados de exploração	12.926	1.675	-	(18.955)	(4.354)
Produto da actividade bancária	<u>73.097</u>	<u>2.616</u>	<u>-</u>	<u>(12.841)</u>	<u>62.872</u>
Outros custos e proveitos	-	-	97	-	(279.456)
Resultado líquido do exercício	<u>73.097</u>	<u>2.616</u>	<u>97</u>	<u>(12.841)</u>	<u>(216.584)</u>

40. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são consideradas entidades relacionadas do BPN, a Direcção Geral do Tesouro e Finanças (accionista), outras entidades do Estado Português, o Fundo de Pensões do Grupo BPN, as entidades associadas do Grupo BPN e os órgãos de gestão do Banco.

Nome	Sede
Empresas associadas	
<u>Gestão de Participações Sociais</u>	
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	Portugal
<u>Fundos</u>	
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	Portugal
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	Portugal
<u>Outras Entidades</u>	
ALC Leasing, S.A.R.L.	Moçambique
Calzeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	Portugal
Carlife - Centros de Manutenção de Veículos Automóveis, S.A.	Portugal
CELF SGPS, S.A.	Portugal
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	Portugal
Ergorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	Portugal
Fenton Ventures & Resources Inc.	Portugal
Locagest - Aluguer e Participações, Lda	Portugal
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	Portugal
Nearent - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	Portugal
Nearent Ibérica, S.L.	Espanha
Pay Up Iberia, S.A.	Espanha
Pay Up Servia	Sérvia
Payshope Moçambique S.A.R.L.	Moçambique
Precore II - Betão Pronto, S.A.	Portugal
Sobrissul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	Portugal
Tecneira Moçambique - Tecnologias Energéticas, S.A.	Moçambique
Membros do Conselho de Administração do BPN	
Francisco Manuel Marques Bandeira	
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso	
José Lourenço Soares	
Mário Manuel Faria Gaspar	
Jorge António Beja Pessoa	
Rui Manuel Correia Pedras	
Norberto Emílio Sequeira da Rosa	
Outras entidades do Estado Português	
Accionista do BPN	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	
Direcção Geral do Tesouro e Finanças	

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

	2010				Membros do Conselho de Administração
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Caixa Geral de Depósitos	Outras entidades do Estado Português	Associadas	
<u>Activos:</u>					
Aplicações em instituições de crédito	-	3.209	-	-	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	-	76	-
Crédito a clientes	-	-	30.174	4.570	70
Outros activos	262	-	-	8.382	-
<u>Passivos:</u>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	3.828	4	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.099.270	-	-	-
Outros passivos	2.396	1.149.000	792.617	115	-
<u>Garantias prestadas</u>	2.140	-	-	81	-
<u>Proveitos:</u>					
Juros e rendimentos similares	-	-	-	168	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	43.182	-
Outros proveitos de exploração	-	-	-	669	-
<u>Custos:</u>					
Juros e encargos similares	-	58.971	4.001	-	-
Comissões	7.337	3.548	-	1	-
Outros custos de exploração	-	433	51	3	481
	<u>12.135</u>	<u>4.314.431</u>	<u>830.671</u>	<u>57.251</u>	<u>551</u>

	2009				Membros do Conselho de Administração
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Caixa Geral de Depósitos	Outras entidades do Estado Português	Associadas	
<u>Activos:</u>					
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	-	57.460	-
Crédito a clientes	-	-	32.304	71.702	71
Outros activos	212.466	-	3.209	4.948	-
<u>Passivos:</u>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	50.037	3.380	-
Outros passivos	2.500	-	4.194.179	6	-
<u>Garantias prestadas</u>	613	-	-	318	-
<u>Proveitos:</u>					
Juros e rendimentos similares	-	-	-	131	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	-	5.866	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	1.485	-
Outros proveitos de exploração	-	-	-	1.934	-
<u>Custos:</u>					
Juros e encargos similares	-	-	-	-	-
Perdas em operações financeiras	-	-	-	5.394	-
Comissões	2.011	-	-	21.390	-
Outros custos de exploração	-	-	364	-	188
	<u>217.590</u>	<u>4.280.093</u>	<u>4.203.410</u>	<u>174.014</u>	<u>259</u>

41. GESTÃO DE CAPITAL

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentam uma situação líquida negativa de 2.141.278 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, cujas condições finais foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-B/2010, de 5 de Agosto, decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tendo contudo sido concretizado com sucesso. No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que este irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas.

O modelo de recapitalização que se encontra previsto para o Banco assenta nas seguintes operações:

- a) Constituição das entidades Parparticipadas, Parvalorem e Parups e alienação ao valor nominal de um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010, operação ocorrida em 2010;
- b) Aquisição em 2011 destas entidades, de forma directa ou indirecta, pelo Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade;
- c) Realização de um aumento de capital no Banco, integralmente a subscrever e a realizar pelo actual accionista.

42. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2010, existem sobre o Banco e as suas principais filiais um conjunto de processos judiciais, laborais e de outra natureza, cuja decisão final por parte dos respectivos tribunais ainda não foi proferida. O montante total reclamado pelos autores das diversas acções judiciais é o seguinte:

Processos de natureza judicial	309.569
Processos de natureza laboral	10.612
Processos de outra natureza	10.421

	330.602
	=====

Para a grande maioria dos processos, com base nos pareceres dos advogados internos e externos, o Banco considera que a decisão lhe será favorável. Para fazer face a contingências decorrentes dos processos que o Banco e as suas filiais consideram que a decisão poderá vir a ser desfavorável, existem em 31 de Dezembro de 2010, provisões no montante de 33.785 mEuros nas rubricas “Provisões para outros riscos e encargos” e “Passivos não correntes detidos para venda – Provisões”, conforme o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos (Nota 23)	27.491
Passivos não correntes detidos para venda – Provisões (Nota 10)	6.294

	33.785
	=====

Em 31 de Dezembro de 2010, os processos de natureza judicial incluem uma acção interposta por um cliente relacionada com uma opção de venda de acções da Galilei, SGPS, S.A., que era detida por este. O BPN, baseado em pareceres jurídicos obtidos em 2010, não registou a responsabilidade na aquisição de um lote adicional de 7.107.091 acções detidas por aquele cliente. O Conselho de Administração do Banco entende que a decisão da acção judicial lhe será favorável, não tendo deste modo, constituído qualquer provisão para este processo judicial (Nota 9).

43. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. O BPN incorre na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O BPN monitoriza regularmente o risco estrutural de taxa de juro com base em análises de sensibilidade da margem financeira e dos fundos próprios prudenciais face a uma subida instantânea e paralela da curva de taxas de juro em 200 pontos base. Esta avaliação é efectuada com base na técnica de *gap analysis*, segundo a qual todos os activos e passivos sensíveis a variações na taxa de juro e não associáveis às carteiras de negociação são distribuídos de acordo com as suas maturidades ou datas de *repricing* residuais. Esta análise segue as recomendações do Comité de Supervisão Bancária de Basileia e da Instrução nº 19/2005 do Banco de Portugal.

A política adoptada visa minimizar o impacto de um eventual choque adverso na margem e nos fundos próprios prudenciais.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus activos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a liquidez do Banco é assegurada pela Caixa Geral de Depósitos, sendo a gestão do risco de liquidez gerida em conjunto com esta entidade. Nesse âmbito, estavam vivos no final do ano financiamentos desta ao Grupo BPN de 1.533.000 mEuros, emissões de papel comercial de 400.000 mEuros e obrigações no valor de 3.100.000 mEuros, perfazendo um total de 5.033.000 mEuros.

A gestão do risco de liquidez baseia-se na análise semanal dos prazos residuais de maturidade dos diferentes activos e passivos do balanço, evidenciando, para cada um dos intervalos considerados, os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* esperados, bem como os respectivos gaps de liquidez. Adicionalmente, são construídos semanalmente dois cenários com base em diferentes pressupostos: um cenário optimista e um cenário pessimista (este último equivalente a um cenário de *stress*) com vista à determinação de um intervalo de oscilação para as necessidades de financiamento nos vários prazos.

O controlo e reporte do risco de liquidez para o Banco de Portugal é efectuado mensalmente ao abrigo de um exercício de monitorização descrito na Instrução nº 13/2009.

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de factores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de acções e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos factores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio. Os limites de exposição são controlados diariamente por um órgão distinto da área de negócio, no respeito pelo princípio da segregação de funções.

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. O seu controlo e avaliação são efectuados a nível individual diariamente e mensalmente a nível consolidado. Em termos de negociação encontram-se definidos limites à exposição a cada moeda e a todas as moedas globalmente, os quais são estabelecidos de forma a minizar o risco tendo em conta as restrições operacionais.

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

Risco de liquidez

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2010									
	Prazos residuais contratuais									
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	135.424	-	-	-	-	-	-	-	-	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	-	-	-	-	-	-	-	-	64.642
Aplicações em instituições de crédito	209.360	1.113	-	-	-	-	-	-	-	210.473
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	115	115
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.083	2.907	779	7.601	16.788	-	-	5.604	35.762
Activos não correntes detidos para venda	660.585	68.653	71.519	97.369	349.393	230.246	451.774	211.316	1.131.887	3.272.742
Crédito a clientes (salDOS brutos)	379.233	302.815	349.089	243.159	298.654	547.779	419.462	732.051	198.620	3.470.862
	<u>1.449.244</u>	<u>374.664</u>	<u>423.515</u>	<u>341.307</u>	<u>655.648</u>	<u>794.813</u>	<u>871.236</u>	<u>943.367</u>	<u>1.336.226</u>	<u>7.190.020</u>
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	777.930	74.019	-	4.000	-	-	-	-	-	855.949
Recursos de clientes e outros empréstimos	772.672	553.040	455.655	192.411	133.674	39.354	23.878	3.641	-	2.174.325
Responsabilidades representadas por títulos	397	358.019	55.981	15.176	85.707	29.119	63.581	47.081	-	655.061
Passivos não correntes detidos para venda	96.242	242.218	131.984	77.826	56.278	36.345	3.902.384	3.533	461.132	5.007.942
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	150.419	-	-	95.078	-	245.497
	<u>1.647.241</u>	<u>1.227.296</u>	<u>643.620</u>	<u>289.413</u>	<u>426.078</u>	<u>104.818</u>	<u>3.989.843</u>	<u>149.333</u>	<u>461.132</u>	<u>8.938.774</u>
Diferencial	(197.997)	(852.632)	(220.105)	51.894	229.570	689.995	(3.118.607)	794.034	875.094	(1.748.754)
2009										
Prazos residuais contratuais										
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	156.620	-	-	-	-	-	-	-	-	156.620
Disponibilidades em outras instituições de crédito	201.996	-	-	-	-	-	-	-	-	201.996
Aplicações em instituições de crédito	212.187	20.000	-	-	186	-	1.388	-	-	233.761
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados	27.276	-	-	635	-	-	36.262	-	28.370	92.543
Activos financeiros disponíveis para venda	11.593	-	-	23.501	861	12.463	59.790	548	204.868	313.624
Crédito a clientes (salDOS brutos)	537.123	644.310	746.924	431.988	1.126.928	947.841	1.139.233	206.141	1.132.871	6.913.359
	<u>1.146.795</u>	<u>664.310</u>	<u>746.924</u>	<u>456.124</u>	<u>1.127.975</u>	<u>960.304</u>	<u>1.236.673</u>	<u>206.689</u>	<u>1.366.109</u>	<u>7.911.903</u>
Passivos										
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	1.330.448	253.742	49.543	74.179	-	-	-	-	52.564	1.760.476
Recursos de clientes e outros empréstimos	768.939	759.742	584.548	338.820	121.000	99.820	25.267	125	508.407	3.206.668
Responsabilidades representadas por títulos	-	2.064.159	61.022	1.144.333	249.986	830	-	-	-	3.520.330
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	150.578	-	94.865	-	245.443
	<u>2.099.387</u>	<u>3.077.643</u>	<u>695.113</u>	<u>1.557.332</u>	<u>370.986</u>	<u>251.228</u>	<u>25.267</u>	<u>94.990</u>	<u>560.971</u>	<u>8.732.917</u>
Diferencial	(952.592)	(2.413.333)	51.811	(1.101.208)	756.989	709.076	1.211.406	111.699	805.138	(821.014)

Os pressupostos utilizados na elaboração deste mapa foram os seguintes:

- A rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivados, dado serem apresentados em rubrica separada, no caso dos Interest rate swaps (IRS). Relativamente aos restantes derivados, o Grupo encontra-se a desenvolver ferramentas que permitam de futuro a preparação desta informação;
- A coluna “Indeterminado” na rubrica “Créditos a clientes (saldo bruto)” inclui o crédito vencido. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes relativos a esta rubrica ascendem 198.620 mEuros e 1.095.507 mEuros, respectivamente;
- As rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda” incluem instrumentos não financeiros nos montantes de 1.104.762 mEuros e 204.891 mEuros, respectivamente, que foram considerados na coluna “Indeterminado”.

Risco de crédito

Qualidade do risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pelo Banco:

Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)

A- até A+	7.962
Sem Rating	22.935
	<u>30.897</u>
Emitidos por:	
Corporates	22.935
Governos e outras autoridades locais	7.962
	<u>30.897</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, a carteira de “Activos financeiros disponíveis para venda” é composta unicamente por Obrigações do Tesouro do Estado Português e por papel comercial emitido por empresas nacionais.

	2009				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<u>Activos financeiros detidos para negociação</u>					
AAA	-	609	-	27.015	27.624
AA- até AA+	351	911	49	-	1.311
A- até A+	839	1.624	598	493	3.554
Menor que A-	17	3.503	-	1.784	5.304
Sem Rating	1.854	307	220	1	2.382
	<u>3.061</u>	<u>6.954</u>	<u>867</u>	<u>29.293</u>	<u>40.175</u>
Emitidos por:					
Corporates	238	3.535	-	24	3.797
Governos e outras autoridades locais	11	-	-	27.016	27.027
Instituições financeiras	945	1.856	818	1.224	4.843
Outros Emitentes	1.867	1.563	49	1.029	4.508
	<u>3.061</u>	<u>6.954</u>	<u>867</u>	<u>29.293</u>	<u>40.175</u>
<u>Activos financeiros registados ao justo valor através de resultados</u>					
AAA	-	36.262	-	-	36.262
	<u>-</u>	<u>36.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.262</u>
Emitidos por:					
Outros emitentes	-	36.262	-	-	36.262
	<u>-</u>	<u>36.262</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.262</u>
<u>Activos financeiros disponíveis para venda (líquido de imparidade)</u>					
AAA	-	6.257	-	11.580	17.837
AA- até AA+	28.762	2.309	1.570	1.571	34.212
A- até A+	29.147	6.832	1.079	1.758	38.816
Menor que A-	12.497	33.788	325	6.171	52.781
Sem Rating	102.706	11.949	4	10.512	125.171
	<u>173.112</u>	<u>61.135</u>	<u>2.978</u>	<u>31.592</u>	<u>268.817</u>
Emitidos por:					
Corporates	22.878	45	1	15	22.939
Governos e outras autoridades locais	11.988	5.428	-	11.871	29.287
Instituições financeiras	28.724	8.943	327	4.165	42.159
Outros emitentes	109.522	46.719	2.650	15.541	174.432
	<u>173.112</u>	<u>61.135</u>	<u>2.978</u>	<u>31.592</u>	<u>268.817</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, existiam instrumentos de capital, cujo valor contabilístico líquido de imparidade ascendia a 26.780 e 161.719 mEuros, respectivamente, que não foram considerados nos mapas acima.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	3.470.862	6.913.359
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	201.996
Aplicações em instituições de crédito	210.589	233.905
	-----	-----
	3.746.093	7.349.260
	-----	-----

Extrapatrimoniais:

Garantias prestadas	546.180	577.242
Compromissos revogáveis e irrevogáveis	636.674	1.345.675
	-----	-----
	1.182.854	1.922.917
	-----	-----
	4.928.947	9.272.177
	=====	=====

Justo valor das garantias recebidas de créditos em incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a diferença entre o justo valor das garantias recebidas e os créditos em incumprimento, pode ser detalhada da seguinte maneira:

	2010				
	Crédito vencido	Crédito vivo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias recebidas	Diferença
Operações de crédito com garantias reais:					
Imóveis	50.509	223.219	273.728	273.728	-
Penhor de depósitos a prazo	14.319	6.357	20.676	20.676	-
Penhor de outras aplicações financeiras	4.780	6.077	10.857	5.141	(5.716)
Operações de crédito com outras garantias	14.810	22.268	37.078	37.078	-
Operações de crédito sem garantias	114.202	5.437	119.639	-	(119.639)
	<u>198.620</u>	<u>263.358</u>	<u>461.978</u>	<u>336.623</u>	<u>(125.355)</u>

	2009				
	Crédito vencido	Crédito vivo associado ao vencido	Total	Justo valor das garantias recebidas	Diferença
Operações de crédito com garantias reais:					
Imóveis	269.682	452.790	722.472	722.472	-
Penhor de depósitos a prazo	16.534	43.311	59.845	24.808	(35.037)
Penhor de outras aplicações financeiras	152.222	7.328	159.550	24.671	(134.879)
Operações de crédito com outras garantias	249.419	157.664	407.083	407.083	-
Operações de crédito sem garantias	407.650	56.749	464.399	-	(464.399)
	<u>1.095.507</u>	<u>717.842</u>	<u>1.813.349</u>	<u>1.179.034</u>	<u>(634.315)</u>

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos “cash-flows” dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: taxa de juro, cambial e de preço.

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respectivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2010					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	54	27	14	(14)	(27)	(54)
Aplicações em Instituições de Crédito	134	67	33	(33)	(67)	(134)
Carteira de Títulos						
Negociação	-	-	-	-	-	-
Outros	383	191	96	(96)	(191)	(383)
Activos não correntes detidos para venda	29.481	14.740	7.370	(7.370)	(14.740)	(29.481)
Crédito a Clientes (saldos brutos)	13.245	6.622	3.311	(3.311)	(6.622)	(13.245)
Investimentos a deter até à maturidade (saldos brutos)	-	-	-	-	-	-
Total activo sensível	43.296	21.648	10.824	(10.824)	(21.648)	(43.296)
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(604)	(302)	(151)	151	302	604
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(14.906)	(7.453)	(3.727)	3.727	7.453	14.906
Responsabilidades Representadas por Títulos	(3.732)	(1.866)	(933)	933	1.866	3.732
Passivos não correntes detidos para venda	(59.886)	(29.943)	(14.971)	14.971	29.943	59.886
Outros Passivos Subordinados	(1.387)	(694)	(347)	347	694	1.387
Total Passivo Sensível	(80.515)	(40.258)	(20.129)	20.129	40.258	80.515
Extrapatrimoniais	2.931	1.466	733	(733)	(1.466)	(2.931)
Total Ganho / Perda	(34.288)	(17.144)	(8.572)	8.572	17.144	34.288

	2009					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	63	31	16	(16)	(31)	(63)
Aplicações em Instituições de Crédito	81	40	20	(20)	(40)	(81)
Carteira de Títulos						
Negociação	24	12	6	(6)	(12)	(24)
Outros	613	307	153	(153)	(307)	(613)
Crédito a Clientes (saldos brutos)	44.328	22.164	11.082	(11.082)	(22.164)	(44.328)
Investimentos a deter até à maturidade (saldos brutos)	673	336	168	(168)	(336)	(673)
Total activo sensível	45.782	22.890	11.445	(11.445)	(22.890)	(45.782)
Recurso de Outras Instituições de Crédito	(3.870)	(1.935)	(968)	968	1.935	3.870
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(21.034)	(10.517)	(5.259)	5.259	10.517	21.034
Responsabilidades Representadas por Títulos	(22.845)	(11.423)	(5.711)	5.711	11.423	22.845
Outros Passivos Subordinados	(1.388)	(694)	(347)	347	694	1.388
Total Passivo Sensível	(49.137)	(24.569)	(12.285)	12.285	24.569	49.137
Extrapatrimoniais	(4.513)	(2.257)	(1.128)	1.128	2.257	4.513
Total Ganho / Perda	(7.868)	(3.936)	(1.968)	1.968	3.936	7.868

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projectada para os exercícios de 2011 e 2010, respectivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	Projeção Margem Financeira - Exercício de 2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(96.805)	(48.402)	(24.201)	24.201	48.402	96.805
Custos com Juros	88.652	44.326	22.163	(22.163)	(44.326)	(88.652)
Margem Financeira	(8.153)	(4.076)	(2.038)	2.038	4.076	8.153

Projeção Margem Financeira - Exercício de 2010						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(107.376)	(53.688)	(26.844)	26.844	53.688	107.376
Custos com Juros	123.570	61.785	30.893	(30.893)	(61.785)	(123.570)
Margem Financeira	<u>16.194</u>	<u>8.097</u>	<u>4.049</u>	<u>(4.049)</u>	<u>(8.097)</u>	<u>(16.194)</u>

Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2010					Total
	Moeda					
Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	lene	Outras Moedas		
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	134.249	589	196	2	388	135.424
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	53.457	9.479	365	51	1.290	64.642
Aplicações em Instituições de Crédito (saldos brutos)	141.691	68.752	141	-	5	210.589
Activos Financeiros Detidos para Negociação	21.799	116	-	-	-	21.915
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (saldos brutos)	58.409	207	-	-	-	58.616
Crédito a Clientes (saldos brutos)	3.423.847	46.782	213	-	20	3.470.862
Activos não correntes detidos para venda (saldos brutos)	4.521.782	355.254	4.933	133	216.614	5.098.716
Outros	73.405	96.403	13.553	2.421	4.174	189.955
	<u>8.428.639</u>	<u>577.582</u>	<u>19.401</u>	<u>2.607</u>	<u>222.491</u>	<u>9.250.719</u>
Passivo						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(441.211)	(411.107)	(2.129)	(1.042)	(460)	(855.949)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(2.143.463)	(24.577)	(4.168)	(148)	(1.969)	(2.174.325)
Passivos não correntes detidos para venda	(4.473.835)	(390.331)	(1.821)	(23)	(141.932)	(5.007.942)
Outros	(180.517)	(25.734)	(8.170)	(1.283)	(3.446)	(219.150)
	<u>(8.139.584)</u>	<u>(851.749)</u>	<u>(16.288)</u>	<u>(2.496)</u>	<u>(147.807)</u>	<u>(9.157.924)</u>
Derivados (Nocionais)						
Swaps Cambiais	23.204	-	-	-	-	23.204
Swaps de Taxa de Juro	1.092.589	4.490	-	-	-	1.097.079
Operações Cambiais a Prazo	1.000	1.014	-	-	-	2.014
	<u>1.116.793</u>	<u>5.504</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.122.297</u>
Exposição Líquida	<u>1.405.848</u>	<u>(268.663)</u>	<u>3.113</u>	<u>111</u>	<u>74.684</u>	<u>1.215.092</u>

	2009					Total
	Moeda					
Euros	Dólares Norte Americanos	Libra Esterlina	lene	Outras Moedas		
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	153.840	1.805	609	1	365	156.620
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	155.292	42.283	1.048	834	2.539	201.996
Aplicações em Instituições de Crédito (saldos brutos)	162.845	65.784	2.905	5	2.366	233.905
Activos Financeiros Detidos para Negociação	42.615	5.016	2.229	518	28.349	78.727
Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	36.700	1.485	-	-	-	38.185
Activos Financeiros Disponíveis para Venda (saldos brutos)	310.725	44.313	58	-	11.710	366.806
Investimentos Detidos até à Maturidade	17.518	-	-	-	-	17.518
Crédito a Clientes (saldos brutos)	6.674.669	138.430	305	-	99.955	6.913.359
Outros	1.357.443	107.589	9.085	36	47.134	1.521.287
	<u>8.911.647</u>	<u>406.705</u>	<u>16.239</u>	<u>1.394</u>	<u>192.418</u>	<u>9.528.403</u>
Passivo						
Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais	(1.144.093)	(533.327)	(3.492)	(8)	(79.556)	(1.760.476)
Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	(3.145.223)	(49.391)	(7.173)	(50)	(4.831)	(3.206.668)
Responsabilidades Representadas por Títulos	(3.481.828)	-	-	-	(38.502)	(3.520.330)
Passivos Subordinados	(239.875)	(5.568)	-	-	-	(245.443)
Outros	(568.094)	(169.832)	(3.493)	(657)	(48.989)	(791.065)
	<u>(8.579.113)</u>	<u>(758.118)</u>	<u>(14.158)</u>	<u>(715)</u>	<u>(171.878)</u>	<u>(9.523.982)</u>
Derivados (Nocionais)						
Swaps Cambiais	41.369	176.713	60.339	-	31.065	309.486
Swaps de Taxa de Juro	771.664	716.890	-	-	-	1.488.554
Equity Swaps	20.000	-	-	-	-	20.000
Futuros	6.500	-	-	-	-	6.500
Opções de Caps e Floors	38.100	-	-	-	-	38.100
Operações Cambiais a Prazo	10.315	9.757	-	373	-	20.445
	<u>887.948</u>	<u>903.360</u>	<u>60.339</u>	<u>373</u>	<u>31.065</u>	<u>1.883.085</u>
Exposição Líquida	<u>1.220.482</u>	<u>551.947</u>	<u>62.420</u>	<u>1.052</u>	<u>51.605</u>	<u>1.887.506</u>

Na elaboração destes mapas foi considerado que a rubrica “Activos financeiros detidos para negociação” não inclui os saldos relativos à reavaliação positiva dos derivados, dado serem apresentados em rubrica separada.

Justo Valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2010, é apresentado como se segue:

	Saldos analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
<i>Activo</i>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	135.424	135.424	-	-	135.424
Disponibilidades em outras instituições de crédito	64.642	64.642	-	-	64.642
Aplicações em instituições de crédito	210.473	210.473	-	-	210.473
Activos não correntes detidos para venda					
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5.245	5.245	-	-	5.245
Aplicações em instituições de crédito	5.503	5.503	-	-	5.503
Crédito a clientes do Banco Efisa	110.978	104.883	(6.095)	15.571	126.549
Créditos a clientes da Parvalorem	530.368	516.760	(13.608)	1.831.661	2.362.029
Crédito a clientes (saldos brutos)	3.363.315	3.276.890	(86.425)	107.547	3.470.862
	<u>4.425.948</u>	<u>4.319.820</u>	<u>(106.128)</u>	<u>1.954.779</u>	<u>6.380.727</u>
<i>Passivo</i>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.174.325	2.170.723	(3.602)	-	2.174.325
Responsabilidades representadas por títulos	655.061	534.196	(120.865)	-	655.061
Outros passivos subordinados	245.497	163.118	(82.379)	-	245.497
Passivos não correntes detidos para venda					
Recursos de instituições de crédito e Bancos Centrais	1.065.403	1.065.403	-	-	1.065.403
Recursos de clientes e outros empréstimos	311.281	311.281	-	-	311.281
Responsabilidades representadas por títulos	3.153.439	3.153.439	-	-	3.153.439
Outros passivos subordinados	6.008	6.008	-	-	6.008
	<u>7.611.014</u>	<u>7.404.168</u>	<u>(206.846)</u>	<u>-</u>	<u>7.611.014</u>

Os pressupostos utilizados na elaboração destes mapas foram os seguintes:

- As rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais”, “Disponibilidades em outras instituições de crédito” e “Aplicações em instituições de crédito”: dado tratarem-se de aplicações à vista ou de muito curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- A rubrica “Saldos não analisados” do “Crédito a clientes” inclui o crédito vencido, papel comercial e os juros corridos;
- Recursos de clientes: Do total de recursos de clientes mantidos junto do Banco em 31 de Dezembro de 2010, o montante de 595.868 mEuros corresponde a recursos à vista ou de muito curto prazo. Para estes, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor, uma vez que a sua política de *pricing* dos depósitos se manteve constante ao longo do ano. Para os restantes, que ascendem em 31 de Dezembro de 2010, a 1.578.457 mEuros, o Banco aplicou em cada um dos prazos as taxas médias praticadas pela sala de mercados para captação de recursos;

- Responsabilidades representadas por títulos: Esta rubrica inclui as emissões de papel comercial do Banco, emitidas com garantias da República Portuguesa e totalmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos. Em Dezembro de 2010, as entidades Parvalorem, Parups e Parparticipadas, detidas pelo Banco emitiram empréstimos obrigacionistas em condições similares às emissões do BPN registadas nesta rubrica. Por esta razão, e também pelo facto de as emissões de papel comercial nesta rubrica serem de curto prazo, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor;
- Outros passivos subordinados: Não existindo mercado, a emissão de obrigações subordinadas do BPN, com maturidade em Junho de 2013, foi valorizada considerando um spread de crédito de 1100 basis points. Para as obrigações perpétuas considerou-se um preço de 47% do valor nominal.

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe do apuramento do justo valor do crédito a clientes apresenta-se de seguida:

	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Operações concedidas há menos de 12 meses	719.727	719.727	-
Operações com plano financeiro definido	1.607.026	1.511.770	(95.256)
Operações sem plano financeiro definido	1.036.562	1.045.393	8.831
	<u>3.363.315</u>	<u>3.276.890</u>	<u>(86.425)</u>

As operações de crédito analisadas foram sujeitas ao desconto dos cash flows futuros (capital e juros) para as datas de referência, à taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos 6 meses anteriores, para cada segmento analisado, sendo que para as operações sem plano financeiro definido (créditos em conta corrente e descobertos em depósitos à ordem), foi assumido um cash flow futuro em 31 de Janeiro pela totalidade do capital vincendo e juros até essa data.

Para as operações concedidas há menos de 12 meses, o Banco considera que o valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010, as taxas médias utilizadas e os segmentos considerados com base nas operações iniciadas nos 6 meses anteriores foram os seguintes:

BPN, S.A.

Segmento	Num. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Accionistas SLN	22	2.640.076	17.716	2.657.792	4,5314%
Empresa - CC	952	47.499.596	35.474	47.535.070	4,1748%
Empresa - Emprést	1.103	166.090.848	719.955	166.810.803	4,7314%
Empresa - Outros	6.566	109.778.769	449.646	110.228.415	3,4440%
Grupo SLN ^(a)	-	-	-	-	4,7314%
Particular - CC	1.640	1.132.377	16.529	1.148.907	7,8197%
Particular - Emprést	2.553	84.175.659	21.131	84.196.789	3,8187%
Particular - Outros	1.030	4.710.206	9.575	4.719.781	8,1975%

(a) Para o segmento Grupo SLN não existem novas operações, deste modo utilizou-se a taxa média mais elevada do segmento empresas.

Banco Efisa, S.A.

Segmento	Num. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Empresa - CC	952	47.499.596	35.474	47.535.070	4,1748%
Empresa - Emprést	1.103	166.090.848	719.955	166.810.803	4,7314%
Empresa - Outros	6.566	109.778.769	449.646	110.228.415	3,4440%
Particular - CC	1.640	1.132.377	16.529	1.148.907	7,8197%
Particular - Emprést	2.553	84.175.659	21.131	84.196.789	3,8187%
Particular - Outros	1.030	4.710.206	9.575	4.719.781	8,1975%

Na elaboração deste quadro foram utilizadas as taxas médias do BPN para todos os segmentos.

Parvalorem

Segmento	Num. Operações	Capital vincendo	Capital vencido	Valor de Balanço	Taxa Média Ponderada por Montante
Empresa - CC	952	47.499.596	35.474	47.535.070	4,1748%
Empresa - Emprést	1.103	166.090.848	719.955	166.810.803	4,7314%
Empresa - Outros	6.566	109.778.769	449.646	110.228.415	3,4440%
Particular - CC	1.640	1.132.377	16.529	1.148.907	7,8197%
Particular - Emprést	2.553	84.175.659	21.131	84.196.789	3,8187%
Particular - Outros	1.030	4.710.206	9.575	4.719.781	8,1975%

Na elaboração deste quadro foram utilizadas as taxas médias do BPN para todos os segmentos.

O justo valor foi apurado através da fórmula $\sum Cfn / [(1+i)^n/365]$, sendo n o número de dias que medeiam entre 31 de Dezembro e a data do cash flow, e sendo i a taxa de juro média ponderada pelo montante para créditos concedidos nos últimos 6 meses, para cada segmento analisado.

Em 31 de Dezembro de 2010, a forma de apuramento do justo valor dos Instrumentos Financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2010				Total
	Técnicas de Valorização				
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	21.915	-	21.915
Activos não correntes detidos para venda	48.070	252.470	1.700	140.842	443.082
Activos financeiros disponíveis para venda	4.372	7.962	23.428	-	35.762
Passivos financeiros de negociação	-	-	(19.038)	-	(19.038)
	<u>52.442</u>	<u>260.432</u>	<u>28.005</u>	<u>140.842</u>	<u>481.721</u>

A rubrica de “Activos não correntes detidos para venda” engloba os valores correspondentes a títulos e participações financeiras em entidades excluídas da consolidação.

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
Instrumentos de Capital							
TAIB BANK B S C	0,22	513.505	1,00	115	-	115	-
Derivados							
Swaps	-	-	-	21.792	-	21.792	-
Futuros e Outras Operações a Prazo	-	-	-	8	-	8	-
				21.800	-	21.800	-
TOTAL				21.915	-	21.915	-
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
OT SETEMBRO 9813	1,03	6.355.000	1,00	6.564	-	6.564	(61)
OT JUNHO 02/12	1,04	1.000.000	1,00	1.038	-	1.038	(65)
OT JUNHO 01/11	1,03	200.000	1,00	207	-	207	(12)
OT ABRIL 0511	1,02	150.000	1,00	153	-	153	5
				7.962	-	7.962	(134)
De outros emissores							
P.C. COFINA - 14ª Emissão	50.185,06	400	50.000,00	20.074	-	20.074	-
P.C. MAR CAPITAL - 7ª Emissão	49.562,92	38	50.000,00	1.883	-	1.883	-
P.C. RAPOSEIRA - 11ª Emissão	48.433,09	8	50.000,00	387	-	387	-
P.C. RAPOSEIRA - 8ª Emissão	49.794,28	4	50.000,00	199	-	199	-
P.C. RAPOSEIRA - 9ª Emissão	49.039,50	4	50.000,00	196	-	196	-
P.C. RAPOSEIRA - 10ª Emissão	48.762,00	4	50.000,00	195	-	195	-
ARL6 2005-EULR C3E	0,07	251.021	1,00	17	(17)	-	-
DGSL PS - Diversified Global Securities Ltd.	-	11	1,00	-	-	-	-
ISBAIR10/14 - ISBAIR Float 10/14	-	1	1,00	-	-	-	-
KAUP - Kaup Float 06/14	-	5	1,00	-	-	-	-
				22.952	(17)	22.935	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Instrumentos de Capital							
Gallizi SGPS, S.A.	2,93	8.095,596	1,00	23.748	(22.296)	1.452	-
SIBS - Forward Payment Solutions	116,16	20.000	4,99	2.323	-	2.323	-
LCSGREE KY - Lon&Cap-German Real Estate Fund	1.290,79	581	1,00	751	(341)	410	89
VISA INC. - CLASS C	25,82	7.296	0,00	188	-	188	-
AMB, SGPS, S.A.	5,02	33.300	4,99	167	(73)	95	-
GOTABIE KY - Goitex ABI Fund	78,83	1.978	1,00	156	(124)	32	-
Entígera - Entidade Gestora da Rede Multiserviços, S.A.	5,00	23.200	5,00	116	-	116	-
CoimbraVita - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	4,99	15.000	4,99	75	-	75	-
Inegi - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	4,99	10.000	5,00	50	-	50	-
Adraze - Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Ave, S.A.	4,99	5.000	4,99	25	-	25	-
La Fayette Regular Growth Ltd -B- (Side Pocket)	8,49	2.421	1,00	21	-	21	(2)
GLG Partners SICAV - Multi-Strategy Fund	99,94	176	1,00	18	-	18	(2)
SWIFT - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication	2.440,00	7	125,00	17	-	17	(1)
RAB Capital P/c - Special Situations -G	48,98	325	1,00	16	-	16	(2)
GARCUS EUROPEAN INFRASTRUCTURE FUND L.P.	0,46	15.437	1,00	7	-	7	(2)
Real Seguros, S.A.	-	-	-	5	(5)	-	-
InovCapital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	4,49	1.000	4,99	4	-	4	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S.A.	4,49	1.000	4,99	4	-	4	-
INVESTMENT CIRCLE	0,04	80.000	5,00	3	-	3	-
Rab Octane Fund Ltd (Side Pocket - Nov Redemption)	55,13	57	1,00	3	-	3	-
GLG Partners P/c - European Long/Short Fund -A- (Special Assets)	53,50	45	1,00	2	-	2	(1)
ABSAREU GU - ARIS- Euro Aggressive Cell Fund	145,11	16	1,00	2	-	2	-
TOTAL (1)				27.702	(22.837)	4.865	83
				58.616	(22.854)	35.762	(51)
TÍTULOS CLASSIFICADOS NA RUBRICA "ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA"							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública							
PGB 4.8 06/15/20	0,90	28.833,802	-	25.858	-	25.858	(2.024)
Notas do Tesouro Nacional - Carteira de Terceiros	2.026,47	12.527	2.027,29	25.386	-	25.386	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/09/2013	2.028,15	6.000	2.028,31	12.169	-	12.169	-
BKO 1 03/16/12	1,01	6.825.000	-	6.919	-	6.919	7
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/03/2012	2.028,18	3.040	2.028,15	6.166	-	6.166	-
DBR 2 1/4 09/04/20	0,95	6.400.000	-	6.094	-	6.094	(270)
BKO 1 1/4 03/11/11	1,01	3.850.000	-	3.896	-	3.896	3
BGB 0 06/22/11	1,00	1.750.000	-	1.748	-	1.748	-
BKO 0 1/2 06/15/12	1,00	850.000	-	848	-	848	-
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Propria - 07/09/2012	2.028,18	290	2.029,74	588	-	588	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
OBL 3 1/2 04/12/13	1,08	500.000	-	542	-	542	4
Letras Financeiras do Tesouro - Carteira Própria - 07/03/2013	2,028,18	257	2.028,08	521	-	521	-
O's - 5,15	1,03	500.000	1,00	517	-	517	(3)
PARPUB 5 1/4 09/28/17	1,04	462.000	-	481	-	481	-
PARPUB 3 1/2 07/13	0,95	418.471	-	399	-	399	-
SPGB 3,8 01/31/17	0,97	400.000	-	389	-	389	(34)
ENIIM 0,06/29/15	1,01	150.000	-	151	-	151	-
PGB 3,2 04/15/11	0,00	-	-	99	-	99	1
PEUGOT 3 5/8 10/11	1,01	75.000	-	76	-	76	-
O's - 4,20	0,92	50.000	1,00	46	-	46	(5)
PGB 5,45 09/23/13	0,00	-	-	26	-	26	(2)
SPGB 4,85 10/31/20	0,95	26.300	-	25	-	25	-
CIMPPL 4 1/2 05/11	1,00	25.000	-	25	-	25	-
				92.969		92.969	(2.323)
De outros emissores públicos							
CXGD 4,7 04/15/14	0,94	23.000.000	-	21.650	-	21.650	(2.057)
CXGD 5 1/8 02/19/14	1,04	16.800.000	-	17.523	-	17.523	-
				39.172		39.172	(2.057)
Outros							
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	1,00	15.613.000	-	15.613	(600)	15.013	-
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	1,00	9.600.000	-	9.600	3	9.603	-
CIMPPL 4 1/2 05/11	1,03	9.000.000	-	9.242	-	9.242	(31)
BCPPL 5 5/8 04/23/14	0,87	9.950.000	-	8.645	-	8.645	(1.802)
BESPL 5 5/8 06/14	0,91	8.466.191	-	7.698	-	7.698	(1.344)
PORTEL 6 04/30/13	1,09	6.215.000	-	6.762	(6.748)	6.762	222
Centauri Corporation Group 2 Series 2	0,36	18.508.992	-	6.748	(7)	6.316	-
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	0,26	24.098.000	-	6.323	(7)	6.221	(55)
RDSALN 4 3/8 05/14/18	1,09	5.700.000	-	6.221	-	6.221	-
BACR CLN 08/03/20	0,17	34.840.060	-	5.895	-	5.895	-
GASSM 5 1/4 07/09/14	1,04	4.706.942	-	4.895	-	4.895	181
CHAVES SME CLO N.º 5	0,00	-	-	4.878	(527)	4.350	-
Parkland Finance Corporation Series 3 due 2011	0,97	4.700.031	-	4.637	(3.434)	1.103	1.247
Citibank International PLC - Séries 2007-253-L	0,75	5.000.000	-	3.762	(52)	3.710	(1.236)
SANTAN 3 3/4 06/12	1,00	3.500.000	-	3.483	-	3.483	(84)
BESPL 3 7/8 01/21/15	0,85	4.000.000	-	3.388	-	3.388	(750)
Parkland Finance Corporation Series 12 due 2013	0,82	3.768.235	-	3.086	(2.198)	887	798
REFER 4 03/16/15	0,94	3.150.000	-	2.963	-	2.963	(201)
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	0,19	15.000.000	-	2.904	8	2.912	-
BCPPL 3 3/4 06/11	0,99	2.561.156	0,97	2.543	-	2.543	-
Grupo Visabeira FRN Julho 2014	0,99	2.500.000	-	2.486	(786)	1.700	(37)

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Banco Nacional de Angola - Notes 2005 6ª Série	0,75	3.300.000		2.485	-	2.485	-
BRIPL 4 1/2 12/05/16	0,93	2.500.000		2.331	-	2.331	(117)
P.C. CNE - 12ª Emissão	1,00	2.300.000		2.300	(2.070)	230	-
SANTAN 3 1/2 08/12/14	0,98	2.300.000		2.249	-	2.249	(81)
Seda Finance Corporation - Class 1 Group 1 Series 2	1,01	2.000.000		2.027	(2.026)	1	-
HSBC 5y Principal Protected Multi-Asset Note	0,99	2.000.000		1.986	(14)	1.973	(14)
Jubilee CDO V B.V. - Class W	1,32	1.325.000		1.746	(1.060)	687	416
RENEPL 6.375 10/12/13	1,07	1.624.639		1.745	(930)	729	151
Aquila CLO II PLC - Class Z Combination Notes	1,11	1.500.000		1.659	-	1.659	-
Banco Nacional de Angola - Notes 2005 7ª Série	0,75	2.200.000		1.657	(770)	750	246
Phoenix CLO II, LTD - Class 3 Combination Note	0,89	1.700.000		1.520	(1.497)	1.462	-
Zela Finance Corporation - Grupo 1 Tranche 1 Income Notes	0,75	2.000.000		1.497	-	1.497	-
Obrigações BPN Perpétuas 2008	1,01	1.450.000		1.462	-	1.462	-
BBVASM 3 7/8 08/06/15	0,97	1.450.000		1.407	-	1.407	(65)
Xelo Public Limited Company Series 2006 Piccadilly	1,33	1.000.000		1.334	(988)	346	333
ELEPOR 4 3/4 09/26/16	0,95	1.300.000		1.241	-	1.241	(25)
Sherlock Ltd Series 51	1,40	882.012		1.239	-	1.239	-
BESPL 1 5/8 04/15/13	0,91	1.185.077		1.081	(1.079)	1.081	(109)
Centauri Corporation Group 4 Series 1	0,18	6.014.041		1.079	-	1.071	(62)
SEMPL 0 04/20/16	0,96	1.120.831		1.071	-	1.037	(27)
VW 0 03/14/16	0,95	1.095.237		1.037	(700)	1.011	-
Harbourmaster Pro-Rata CLO 2 B.V. - Class B2	1,01	1.000.000		1.011	-	1.011	-
Jubilee CDO IX B.V. - Class B	1,01	1.000.000		1.011	-	1.011	-
BPIPL 3 1/4 01/15/15	0,90	1.100.000		987	-	987	(31)
Parkland Finance Corporation Series 9 due 2013	0,97	1.000.000		965	(731)	235	265
Parkland Finance Corporation Series 10 due 2013	0,97	1.000.000		965	(731)	235	265
Harbourmaster CLO 6 B.V. - Class B2	0,96	1.000.000		958	(661)	297	-
SANBBZ 4 1/2 04/06/15	1,03	890.436		913	-	913	12
Fortis 0 17/01/17	0,94	898.388		847	-	847	2
Morgan Stanley Investment Management Mezzano B.V. - Class E	0,81	1.000.000		805	(546)	259	-
Grosvenor Place CLO III B.V. - Class D	0,77	1.000.000		768	-	768	(239)
Parkland Finance Corporation Series 11 due 2013	0,31	2.407.982		753	(180)	573	68
Exum Ridge CBO 2006-4 Class D	0,75	1.000.000		748	(374)	374	-
BBVASM 2 3/4 09/10/12	0,99	757.000		748	-	748	(15)
ANZ 0 12/15/53	0,78	920.787		720	-	720	-
TITIM 0 07/19/13	0,98	724.800		708	-	708	(14)
BPIPL 0 07/04/11	0,98	718.057		706	-	706	(11)
BRASKM 7 05/07/20	1,03	673.552		696	-	696	15
ELEPOR 3 1/4 03/16/15	0,95	714.000		677	-	677	(52)
ABSA 0 07/16/12	0,97	676.486		654	-	654	(22)
PORTEL 5 11/04/19	0,91	684.402		620	-	620	(68)
PEMEX 5 1/2 01/17	1,09	560.557		613	-	613	25
Harbourmaster CLO 5 B.V. - Class B2E	0,73	800.000		585	(514)	70	-
BCOPAN 7 10/26/12	0,98	593.021		583	-	583	(16)

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
BACR 0 01/28/13	1,01	576.696	-	580	-	580	1
REPSM 6 1/2 03/27/14	1,14	500.000	-	571	-	571	(7)
BRITEL 6 1/8 07/14	1,13	500.000	-	566	-	566	15
Outros							
BIPL 0 08/29/49	0,48	1.154.000	-	558	-	558	(3)
SANTAN 5.435 10/17	0,91	600.000	-	547	-	547	(66)
BESPL 0 07/18/11	0,96	570.000	-	545	-	545	-
BESIBR 5.75 05/29/12	0,98	552.691	-	542	-	542	(12)
NGGLNFloat 01/12	1,00	536.892	-	538	-	538	16
BCOPAN 8 1/2 04/23/20	1,00	523.874	-	523	-	523	(5)
VALEBZ 4.375 03/18	1,04	500.000	-	520	-	520	(3)
HSNH 0 02/14/17	0,48	1.085.422	-	517	-	517	(3)
CARLB 6 05/28/14	1,13	450.000	-	511	-	511	3
H.E.A.T. Mezzanine S.A. - Class C	1,01	500.000	-	504	(428)	76	-
BCPPL 0 02/28/13	0,81	620.000	-	503	-	503	(118)
White Pine Corporation Limited Series 2004-9	0,12	4.090.148	-	498	(498)	-	-
MONTPI 0 04/18/16	0,65	757.066	-	491	-	491	(14)
VOD 0 01/13/12	1,00	487.327	-	489	-	489	10
BRADES 5 9 01/21	1,02	467.744	-	476	-	476	(2)
BANSAB 0 02/20/12	0,98	485.000	-	474	-	474	(11)
FIAT 9 07/30/12	1,11	407.491	-	454	-	454	32
ATLIM 0 06/09/11 (Autisr 0 06/09/11)	1,00	432.891	-	433	-	433	3
ODB 9 5/8 04/09/14	1,18	349.372	-	412	-	412	57
TELEFO 4.693 11/11/19	0,99	383.847	-	379	-	379	(8)
CAJAMA 3 1/8 03/30/12	1,01	367.566	-	371	-	371	(5)
CXGD 4 3/8 05/13/13	0,95	387.672	-	369	-	369	(28)
ESF 4.5 05/31/11	1,03	350.453	-	360	-	360	1
Parkland Finance Corporation Series 4 due 2011	0,25	1.387.517	-	345	(14)	331	6
VOD 0 06/06/14	0,99	346.831	-	343	-	343	-
LUKOIL 6 3/8 11/14	1,08	306.587	-	330	-	330	22
SVEG 0 07/12/17	0,85	385.703	-	329	-	329	(35)
PETBRA 5 3/4 01/20/20	1,06	285.885	-	303	-	303	12
SLN Rendimento Mais 2004	1,01	300.000	-	302	-	302	-
Zela Finance Corporation - Group 1 Series 5 Tranche 1	0,13	2.210.531	-	296	(296)	-	-
Finansbank (Holland) N.V. - Step-Up Floating Rate Callable Sub. Note 2015	0,73	400.000	-	293	-	293	(8)
BANEST 4 05/08/12	1,02	266.480	-	273	-	273	-
NAB 0 09/29/49	0,72	359.536	-	260	-	260	(13)
AEMSPA 4 1/2 11/02/16	1,01	251.465	-	255	-	255	3
SLN Obrigações Subordinadas 2006	1,00	250.000	-	251	-	251	-
BONSUC 9 1/4 11/03/20	0,97	246.969	-	241	-	241	(6)
TELEFO 3.661 09/18/17	0,96	250.000	-	240	-	240	(13)
EBSBLD 0 12/14/14	0,45	526.466	-	237	-	237	(13)

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Caixa Penedes - Series A Euro Step-Up Floating rate Non-Cumulative Perpetual Gu.	0,78	300.000	-	233	-	233	53
EDF 5 02/05/18	1,13	200.000	-	226	-	226	(6)
RIFP 7 01/15/15	1,17	178.269	-	208	-	208	17
CRHD 7.375 05/28/14	1,15	177.974	-	205	-	205	19
BBVA - 6 FTPYME - Series A1	0,90	225.745	-	203	-	203	(6)
White Pine Corporation Limited Series 2005-1	0,13	1.456.561	-	189	(189)	-	-
UMLF 2007-1 A	0,90	187.050	-	169	-	169	-
BRCORO 4.797 09/26/13	1,02	150.000	-	153	-	153	(6)
Caja de Ahorros de Castilla - La Mancha - Primera Emision de Obligaciones Subordi	1,00	200.000	-	150	-	150	43
Obrigações de Caixa Subordinadas 2005	1,00	142.500	-	143	-	143	-
VOTORA 5 1/4 04/28/17	1,03	127.000	-	131	-	131	-
LTOIM 5 3/8 12/05/16	0,99	129.422	-	129	-	129	(1)
Parkland Finance Corporation Series C due 2008	0,68	102.642	-	70	(70)	-	-
GAZPRU 8 1/8 02/15	1,21	41.154	-	50	-	50	6
Obrigações BPN Rendimento Mais 1ª Emissão	1,00	39.000	-	39	-	39	-
Beta Finance Corporation Group 2 Series 3	0,01	4.012.595	-	36	(36)	-	-
Beta Finance Corporation Group 4 Series 4	0,01	4.012.595	-	36	(36)	-	-
Obrigações BPN Rendimento Mais 2ª Emissão	1,00	24.000	-	24	-	24	-
GPBM 2006-1 A	0,88	23.424	-	20	-	20	(4)
DGSL 1X PS	0,03	354.489	-	12	-	12	-
Zelta Finance Corporation - Group 2 Series 5 Tranche 1	0,01	1.336.691	-	8	(8)	-	-
TITULO PATRIMONIAL - BMF	4.509,18	1	4.509,18	5	-	5	-
				193.327	(30.785)	162.542	(2.339)
Outros							
Divida não subordinada							
Papel Comercial - Cruz & Ca	1,00	2.578.125	1,00	2.578	(645)	1.934	-
Papel Comercial - Mar Capital	0,99	1.900.000	1,00	1.884	(19)	1.865	-
Papel Comercial - Cima S.A.	1,02	1.750.000	1,00	1.789	(18)	1.771	-
Papel Comercial - Tecnidata	0,98	1.600.000	1,00	1.572	(16)	1.556	-
Papel Comercial - IIM SGPS, S.A.	0,99	1.500.000	1,00	1.482	(15)	1.467	-
Papel Comercial - Inepa	0,98	1.375.000	1,00	1.345	(14)	1.331	-
VIVFP 0 10/03/11	1,00	788.500	1,00	789	-	789	-
VOD 0 01/13/12	1,00	689.564	-	690	-	690	-
ATLIM 0 06/09/11	1,00	630.000	-	630	-	630	-
NGLNFloar 01/12	1,00	609.000	-	609	-	609	-
PC REFER 13ª Emissao	1,00	600.000	-	600	-	600	-
BPIPL 0 01/19/11	1,00	550.000	-	550	-	550	-
GPBM 2006-1 A	0,37	1.400.000	-	512	-	512	-
PC Portugal Telecom 39ª Emissão	1,00	500.000	-	500	-	500	-
SGOFF 0 04/11/12	1,00	483.500	-	481	-	481	-
BACR 0 01/28/13	1,00	465.000	-	466	-	466	-
DT 0 05/23/12	1,00	450.000	-	451	-	451	-

Anexos, relatórios e pareceres às contas - 2010

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
REPSM 0 02/16/12	0,99	435.000	-	432	-	432	-
ELESM 0 11/22/11	1,00	430.000	-	428	-	428	-
GE 0 05/04/11	1,00	415.000	-	415	-	415	-
PC UNICER 01* Emissão	1,00	400.000	-	399	-	399	-
SEB 0 09/21/12	1,01	350.000	-	354	-	354	-
PC ZON 6ª Emissão	1,00	350.000	-	350	-	350	-
SANTAN 0 10/27/13	0,97	300.000	-	291	-	291	-
BPIPL 0 01/25/12	0,95	300.000	-	286	-	286	-
SEB 0 02/08/11	1,00	285.000	-	285	-	285	-
BESPL 0 03/19/12	0,90	300.000	-	270	-	270	-
TITIM 0 07/19/13	0,97	266.000	-	259	-	259	-
BBVASM 0 01/22/13	0,96	250.000	-	240	-	240	-
PORTEL 4 3/8 03/24/17	0,95	240.000	-	228	-	228	-
BCPPL 0 02/06/12	0,88	250.000	-	221	-	221	-
HSBC 0 10/28/13	0,96	230.000	-	220	-	220	-
BMW Float 10/11	1,00	200.000	-	200	-	200	-
RENAUL 0 01/24/12	0,99	200.000	-	199	-	199	-
ENEL Float 06/14	0,97	200.000	-	195	-	195	-
SEMPL 0 04/20/16	0,95	200.000	-	190	-	190	-
PEUGOT 3 5/8 10/11	1,01	146.000	-	148	-	148	-
Outros							
Divida não subordinada							
VW 0 06/27/11	1,00	100.000	-	100	-	100	-
TITIM 0 12/06/12	0,98	100.000	-	98	-	98	-
CIMPPL 4 1/2 05/11	1,00	73.500	-	73	-	73	-
VALEBZ 4 3/75 03/18	1,01	60.000	-	60	-	60	-
PORTEL 6 04/30/13	1,05	50.000	-	52	-	52	-
BESPL 1 5/8 04/15/13	0,68	75.000	-	51	-	51	-
CAFP 0 06/21/12	1,00	50.000	-	50	-	50	-
VOD 0 06/06/14	0,99	50.000	-	49	-	49	-
SANBBZ 4 1/2 04/06/15	0,76	57.500	-	44	-	44	-
BBVASM 2 3/4 09/10/12	0,98	32.000	-	31	-	31	-
BRASKM 7 05/07/20	0,77	40.000	-	31	-	31	-
GASSM 5 1/4 07/09/14	1,01	30.000	-	30	-	30	-
LANISL 0 05/18/12	0,02	1.500.000	-	30	-	30	-
BESIBR 5 7/5 05/29/12	0,73	40.000	-	29	-	29	-
ELEPOR 3 1/4 03/16/15	0,92	30.000	-	28	-	28	-
ABSA 0 07/16/12	0,96	24.805	-	24	-	24	-
TELEFO 3 406 03/24/15	0,99	20.000	-	20	-	20	-
BCPPL 5 5/8 04/23/14	0,83	21.000	-	17	-	17	-
CXGD 3 7/8 12/06/16	0,83	21.000	-	17	-	17	-
GAZPRU 8 1/8 02/15	1,14	15.000	-	17	-	17	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
MTNA 8 1/4 06/03/13	1,12	15.000		17		17	
C 7 3/8 06/16/14	1,11	15.000		17		17	
LGFP 4 3/4 03/20	0,94	17.500		17		17	
ODB 9 5/8 04/09/14	0,87	19.021		16		16	
BCOPAN 7 10/26/12	0,73	20.000		15		15	
FIAT 9 07/30/12	1,08	13.000		14		14	
PEMEX 5 1/2 01/17	1,04	13.000		14		14	
RENEPL 6.375 10/12/13	1,07	12.500		13		13	
LUKOIL 6 3/8 11/14	0,80	13.500		11		11	
TELEFO 4.693 11/11/19	0,98	10.000		10		10	
CRHID 7.375 05/28/14	1,11	8.000		9		9	
RIFP 7 01/15/15	1,10	7.500		8		8	
VOTORA 5 1/4 04/28/17	0,99	8.000		8		8	
AEMSPA 4 1/2 11/02/16	1,01	7.500		8		8	
AALLN 4 3/8 12/02/16	1,04	7.000		7		7	
TELEFO 3.661 09/18/17	0,95	7.000		7		7	
LTOIM 5 3/8 12/05/16	0,99	6.500		6		6	
PETBRA 5 3/4 01/20/20	0,77	8.000		6		6	
UMLF 2007-1 A	0,11	53.500		6		6	
LANISL 0 10/19/10	0,01	1.000.000		5		5	
PORTEL 5 11/04/19	0,90	5.000		4		4	
				23.606	(726)	22.880	
Divida subordinada							
VW 0 03/14/16	0,93	1.043.500		970		970	
ANZ 0 12/15/53	0,78	212.000		166		166	
EBSQLD 0 12/14/14	0,45	250.000		113		113	
BCOPAN 8 1/2 04/23/20	0,74	50.000		37		37	
Fortis 0 17/01/17	0,94	36.000		34		34	
SVEG 0 07/12/17	0,85	25.000		21		21	
NAB 0 09/29/49	0,72	26.000		19		19	
BRADES 5 9 01/21	0,74	25.000		19		19	
HSHN 0 02/14/17	0,47	32.500		15		15	
BONSUC 9 1/4 11/03/20	0,72	13.400		10		10	
				1.402		1.402	
Instrumentos de Capital							
BPN Real Estate - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	440,10	79.681		35.067	(8)	35.059	
ImoSocial - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	6,53	1.749.276		11.425		11.425	47
Labicer - Laboratório Industrial Cerâmico, S.A.	1,00	10.800.000		10.800	(10.800)	-	
SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.	1,79	5.527.182		9.916	(8.926)	989	
Lusiaves, SGPS, S.A.	3,89	2.500.000		9.719	(4.851)	4.868	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Controlauto - Controlo Técnico Automóvel, S.A.	21,68	404,480	-	8,769	-	8,769	-
Sobrisul - Sociedade de Britas Seleccionadas do Sul, S.A.	0,00	-	-	6,995	-	6,995	-
Infrastructure Growth Capital Fund	0,00	-	-	4,526	-	4,526	733
Fundo de Capital de Risco Banco Efisa - Dinamização e Competitividade Empresarial	9,852,56	354	-	3,488	-	3,488	-
New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	48,842,60	60	-	2,931	-	2,931	(69)
Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	56,753,26	46	-	2,611	(12)	2,599	162
BPN Taxa Fixa Euro - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Fixa	5,88	400,610	-	2,356	-	2,356	-
The Fine Art Fund, L.P.	0,00	-	-	1,960	(211)	1,750	125
Caizeus - Calçado e Acessórios de Moda, S.A.	3,24	565,000	-	1,829	-	1,829	-
FCP Outperformance	91,212,88	20	-	1,824	-	1,824	(176)
CARLIFE - Centro Manutenção Veículos Automóveis, S.A.	5,00	360,000	-	1,800	-	1,800	-
Disperfum, S.L.	0,00	-	-	1,735	-	1,735	206
Banco de África Ocidental	20,13	83,074	-	1,672	(7)	1,665	-
Acacia Real Estate (Acácia - Bahrain)	0,75	-	0,75	1,610	(591)	1,019	-
Pay Up Iberia, S.A.	0,00	2,151,625	-	1,500	-	1,500	-
Logix Technopark	0,00	-	-	1,497	-	1,497	-
Inapa - Investimentos Participações e Gestão, S.A.	1,47	1,000,000	-	1,465	(545)	920	-
JPM GBLB HI YLD BD-B ACC €HD	162,46	8,905	-	1,447	-	1,447	-
Mindteck (India) Limited	1,79	801,467	-	1,432	(933)	499	309
The Fine Art Fund II, L.P.	0,00	-	-	1,389	-	1,389	156
German Real Estate Fund	705,12	1,907	-	1,344	-	1,344	130
Lugab - Gestão e Participações, S.A.	261,82	5,000	10,00	1,309	(1,309)	-	-
Quimiceram - Químicos e Minerais, S.A.	1,00	1,000,000	-	1,000	-	1,000	-
LDF SLV SPC	930,29	972	-	904	-	904	85
GED EASTERN FUND II	63,78	13,568	-	865	-	865	-
CELF SGPS, S.A.	1,00	847,900	-	848	-	848	-
AEIF 1 L.P.	0,46	1,816,834	-	835	-	835	106
Leverage India Fund, LLC	0,00	-	-	679	-	679	122
JPMORGAN F-EM MK DB-B-ACC-€	11,04	58,048	-	641	-	641	13
Citigroup Inc	3,55	177,524	-	630	-	630	-
Bank Of America Corp	9,98	61,268	-	612	-	612	-
Pacific Alliance China Land Limited (JP)	0,94	551,041	-	517	-	517	260
Pay Up Servia (a.d. Beograd)	0,00	-	-	500	(500)	-	-
GED SUR CAPITAL, S.A. SGEGR FUNDO	67,67	6,597	-	446	-	446	-
BGF-ASIAN TIGER BOND-€A2	21,77	18,000	-	392	-	392	40
Wells Fargo & Company	23,15	16,700	-	387	-	387	-
Applied Materials Inc	10,48	34,131	-	358	-	358	-
PR&A - Investimentos, SGPS, SA	1,78	200,000	-	355	-	355	-
Famigeste, SGPS S.A.	1,41	250,000	-	353	-	353	-
Fund Box SGFI, SA	4,93	69,276	-	341	-	341	-
BNY MELLON GL-GL H/Y B EU-C€	1,36	237,350	0,75	323	-	323	-
Royal Dutch Shell Plc-A Shs	24,73	12,543	-	310	-	310	-
Eden Rook Structured Finance Fund Ltd.	0,00	-	-	305	-	305	-
ARC Capital Holdings Ltd (UP)	0,95	319,286	-	303	-	303	196

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
ARIS EURO AGGRESSIVE CELL	145,11	2.069	-	300	-	300	(24)
Boston Scientific Corp	5,73	49.808	-	286	-	286	-
Nestle SA-Registered	43,79	6.362	-	279	-	279	-
HSBC Holdings PLC	7,56	36.205	-	274	-	274	-
Sciens CH SPV Ltd - Classe A	0,00	-	-	261	-	261	-
CAI - Tob Capital Municipal Porfio	1,00	245.000	-	250	(245)	250	-
Valorceram - Subprodutos Cerâmicos, S.A.	0,00	-	-	245	-	240	-
Sciens Global Stra Fund - Classe A	0,00	-	0,75	236	(118)	118	-
Investment & Credit Holdings, LLC	24,88	9.500	-	232	-	232	-
Dr Horton Inc	9,06	25.583	-	229	-	229	-
ALCOA INC	11,53	19.863	-	226	-	226	-
Ipah S&P 500 VIX S/T FU ETN	28,27	8.000	-	215	-	215	-
J.p. Morgan & Company	31,69	6.800	-	205	-	205	-
Vodafone Group Plc	1,93	106.208	-	203	-	203	-
AK Steel Holding Corp	12,18	16.700	-	199	-	199	-
Rio Tinto Plc	52,12	3.821	-	199	-	199	-
Ipah S&P 500 VIX/MT FU ETN	49,16	4.000	-	197	-	197	-
Siemens Ag-REG	92,70	2.026	-	188	-	188	-
Petroleo Brasileiro S.A.-ADR	28,25	6.500	-	184	-	184	-
Valero Energy Corp	17,43	10.033	-	175	-	175	-
Vulcan Materials Co	33,27	5.200	-	173	-	173	-
Bp Plc	5,41	31.107	-	168	-	168	-
Tecneira Moçambique, S.A.	27,06	6.000	-	162	-	162	-
GreenCyber, S.A.	2,39	67.643	-	162	(97)	65	-
Cisco Systems Inc	15,09	10.600	-	160	-	160	-
Eftsaac - Aluguer e Comércio de Bens Móveis, S.A.	2,66	59.333	2,66	158	-	158	(575)
Total Fina Elf SA	39,65	3.967	-	157	-	157	-
Glaxosmithkline Plc	14,41	10.811	-	156	-	156	-
Pulte Homes Inc	5,59	27.201	-	152	-	152	-
Telefonica De Espana	16,97	8.838	-	150	-	150	-
Sears Holdings Corp	55,00	2.700	-	148	-	148	-
Novartis Ag-reg Shs	43,95	3.288	-	144	-	144	-
Masco Corp	9,56	15.000	-	143	-	143	-
MEMC Electronic Materials	8,36	17.100	-	143	-	143	-
Portalminter - Gestão de Conteúdos Eletrónicos, S.A.	1,00	142.158	-	142	-	142	-
Dell Computer Corp	10,11	14.000	-	142	-	142	-
Anglo American PLC	38,75	3.588	-	139	-	139	-
Unilever NV - CVA	23,30	5.903	-	138	-	138	-
Allianz Ag Holding	88,93	1.513	-	135	-	135	-
Bnp Paribas	47,61	2.678	-	127	-	127	-
Ubs AG-Registered	12,28	9.906	-	122	-	122	-
Pfizer Inc	13,12	9.000	-	118	-	118	-
Banco Santander Central Hisp	7,93	14.782	-	117	-	117	-
Xstrata Plc	17,49	6.327	-	111	-	111	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Roche Holding Ag - Genusss	109,56	989	-	108	-	108	-
Gottex Abi Fund Limited Class Eur	16,19	6.638	-	107	-	107	107
Hewlett-Packard Co	31,37	3.300	-	104	-	104	-
BG Group PLC	15,06	6.274	-	94	-	94	-
Vinaland Ltd. (UP)	0,74	125.802	-	93	-	93	55
Abbot Laboratories	35,90	2.500	-	90	-	90	-
Credit Suisse Group	30,13	2.862	-	86	-	86	-
Lvmh Moet Hennessy Loui V SA	123,10	663	-	82	-	82	-
Medtronic Inc	27,91	2.900	-	81	-	81	-
Standard Chartered PLC	20,05	3.980	-	80	-	80	-
Merck & Co. Inc.	27,10	2.900	-	79	-	79	-
Eni Spa	16,34	4.783	-	78	-	78	-
Compras em Grupo Moçambique, S.A.R.L.	2,27	34.073	2,27	77	(39)	39	-
Eli Lilly & Co	26,22	2.900	-	76	-	76	-
Instrumentos de Capital							
INBEV	42,80	1.770	-	76	-	76	-
Payshope Moçambique S.A.R.L	2,15	35.000	2,15	75	(75)	-	-
Muenchener Rueckver AG-Reg	113,45	661	-	75	-	75	-
Astrazeneca Plc	33,95	2.070	-	70	-	70	-
Lloyds Banking Group PLC	0,76	89.324	-	68	-	68	-
Thyssenkrupp Ag	30,99	2.154	-	67	-	67	-
GRUPE DANONE	47,02	1.407	-	66	-	66	-
Koninklijke Kpn Nv	10,92	6.005	-	66	-	66	-
Prudential PLC	7,76	8.419	-	65	-	65	-
Volkswagen AG-PFD	121,40	537	-	65	-	65	-
DaimlerChrysler Ag-reg	50,73	1.276	-	65	-	65	-
Koninklijke Philips Electronic	22,92	2.758	-	63	-	63	-
National Grid Transco PLC	6,42	9.604	-	62	-	62	-
Korea Elec Power Corp-sp Adr	10,09	6.000	-	61	-	61	-
Sanofi Sa	47,85	1.249	-	60	-	60	-
Apollo Group Inc-CL A	29,17	2.000	-	58	-	58	-
Sap Ag	38,10	1.521	-	58	-	58	-
Sensorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	5,78	10.000	5,00	58	(58)	-	-
Basf Ag	59,70	946	-	56	-	56	-
CEMEX SA -SPONS ADR PART CER	8,07	7.000	-	56	-	56	-
KONINKLIJKE DSM NV	42,61	1.314	-	56	-	56	-
DEUTSCHE BANK AG -REG	39,10	1.414	-	55	-	55	-
Centrica Plc	3,85	14.184	-	55	-	55	-
Norsk Hydro ASA	5,46	9.978	-	55	-	55	-
AU Optonics Corp-ADR	7,75	7.000	-	54	-	54	-
Bhp Billiton Plc	29,64	1.819	-	54	-	54	-
E.On Ag	22,94	2.348	-	54	-	54	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Telenor ASA	12,15	4.350	-	53	-	53	-
Zurich Financial Services	193,70	266	-	52	-	52	-
Syngenta AG	218,73	235	-	51	-	51	-
Fiat Spa	15,43	3.307	-	51	-	51	-
Supervalu Inc	7,19	7.000	-	50	-	50	-
Man Se	88,99	544	-	48	-	48	-
Overseas Shipholding Group	26,56	1.800	-	48	-	48	-
ABB LTD-REG	16,66	2.850	-	47	-	47	-
Axa	12,45	3.777	-	47	-	47	-
Nokia Oyj - A Shs	7,74	6.074	-	47	-	47	-
Sham Rete Gas	3,72	12.539	-	47	-	47	-
Mercapital - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	1,00	46.193	-	46	-	46	-
British American Tobacco PLC	28,62	1.586	-	45	-	45	-
Aker Solutions ASA	12,72	3.566	-	45	-	45	-
Nordea Bank Ab	8,16	5.526	-	45	-	45	-
Goodyear Tire & Rubber Co	8,91	5.000	-	45	-	45	-
Bulgari Spa	8,09	5.473	-	44	-	44	-
Banco Bilbao & Vizcaya Argentina	7,56	5.820	-	44	-	44	-
Amlin PLC	4,75	9.239	-	44	-	44	-
Dairy Crest Group PLC	4,92	8.876	-	44	-	44	-
Societe Generale-A	40,22	1.077	-	43	-	43	-
Terna Spa	3,16	13.550	-	43	-	43	-
Laird Plc	2,01	21.186	-	43	-	43	-
Marine Harvest	0,79	53.331	-	42	-	42	-
Holmen AB-B Shares	24,69	1.700	-	42	-	42	-
Cie Generale de Geophysique	22,78	1.830	-	42	-	42	-
Unicredit SPA	1,55	26.798	-	41	-	41	-
GDF SUEZ	26,85	1.543	-	41	-	41	-
Ericsson Lm-b Shs	8,72	4.689	-	41	-	41	-
Ing Groep N.V..	7,28	5.548	-	40	-	40	-
GALP ENERGIA SGPS SA-B SHRS	14,34	2.757	-	40	-	40	-
Sports Direct Internacional	1,86	21.203	-	39	-	39	-
Informa PLC	4,73	8.317	-	39	-	39	-
Danske Bank A/S	19,19	2.046	-	39	-	39	-
Repsol Sa	20,85	1.876	-	39	-	39	-
Valora Holding AG-REG	280,92	149	-	39	-	39	-
Vossloh AG	95,50	405	-	39	-	39	-
HAKON INVEST AB	13,12	2.908	-	38	-	38	-
France Telecom	15,60	2.423	-	38	-	38	-
Schneider Electric SA	112,00	332	-	37	-	37	-
RPS Group PLC	2,68	13.830	-	37	-	37	-
Johnson Matthey PLC	23,68	1.561	-	37	-	37	-
Uponsor OYJ	13,84	2.649	-	37	-	37	-
Metro Ag	53,88	678	-	37	-	37	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Wincor Nixdorf AG	61,01	595				36	
Compass Group Plc	6,75	5.334				36	
Barclays Plc	3,04	11.789				36	
Wood Group (John) Plc	6,49	5.497				36	
Bekaert NV	85,90	415				36	
H LUNDBECK A/S	14,22	2.503				36	
Hugo Boss-PFD	56,50	626				35	
Rhoen-Klinikum AG	16,47	2.146				35	
Kloeckner & CO SE	21,01	1.680				35	
H&R Block Inc	8,82	4.000				35	
Carnival PLC	34,64	1.013				35	
Beazley PLC	1,34	26.150				35	
L Oreal	83,08	420				35	
Skandinaviska Enskilda Ban-a	6,26	5.576				35	
Tele2 AB-B SHS	15,57	2.239				35	
Istra Vision AG	17,39	1.949				34	
Boiron SA	28,51	1.182				34	
Gemalto	31,85	1.058				34	
Oesterreichische Post AG	24,73	1.330				33	
Bucher Industries AG-REG	139,72	235				33	
Julius Baer Holding AG-REG	35,03	932				33	
Legal & General Group PLC	1,12	28.959				33	
Kingfisher PLC	3,06	10.593				32	
Hikma Pharmaceuticals PLC	9,43	3.413				32	
Hera SPA	1,55	20.704				32	
Mogambique Companhia de Seguros, SARL	2,15	14.850			(2)	32	
Cap Gemini SA	34,93	912				30	
Quiagen N.V.	14,63	2.174				32	
Skanska AB-B Shs	14,87	2.134				32	
Galenica AG-REG	451,86	70				32	
SECURITAS AB-B SHS	8,77	3.603				32	
Debenhams Plc	0,82	38.398				32	
Bilfinger Berger AG	63,20	498				31	
Fortum OYJ	22,53	1.395				31	
Fresenius SE - pref	64,07	489				31	
Wartsila OYJ	57,10	548				31	
Instrumentos de Capital							
AARHUSKARLSHAMN AB	21,03	1.482				31	
Casino Guichard Perrachon	72,95	427				31	
Logica PLC	1,52	20.423				31	
Pearson PLC	11,71	2.652				31	

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Sbm Offshore NV	16,77	1.837	-	31	-	31	-
Morgan Crucible Company PLC	2,83	10.879	-	31	-	31	-
Sage Group PLC	3,18	9.658	-	31	-	31	-
Henkel KgaA-vorzug	46,54	657	-	31	-	31	-
Lonza Group AG-REG	59,94	509	-	31	-	31	-
Konecranes Oyj	30,89	986	-	30	-	30	-
Tecan Group AG-REG	62,38	488	-	30	-	30	-
Pernod-Ricard	70,36	432	-	30	-	30	-
Loomis AB -B	11,27	2.689	-	30	-	30	-
Enagas	14,92	2.025	-	30	-	30	-
Air Liquide	94,64	316	-	30	-	30	-
Deutsche Telekom AG-REG	9,66	3.093	-	30	-	30	-
Alkins (WS) PLC	8,14	3.572	-	29	-	29	-
Recordati SPA	7,06	4.093	-	29	-	29	-
Peugeot SA	28,41	1.015	-	29	-	29	-
Computacenter PLC	4,51	6.333	-	29	-	29	-
Mitie Group PLC	2,72	10.445	-	28	-	28	-
Air France-KLM	13,63	2.084	-	28	-	28	-
Technip SA	69,10	411	-	28	-	28	-
Aegon NV	4,58	6.198	-	28	-	28	-
Holcim Ltd.-Reg	56,50	499	-	28	-	28	-
Statoil Asa	17,77	1.571	-	28	-	28	-
Koninklijke Ahold NV	9,88	2.826	-	28	-	28	-
FLSMIDTH & CO A/S	71,38	391	-	28	-	28	-
De la rue PLC	9,52	2.911	-	28	-	28	-
Astaldi SPA	4,92	5.574	-	27	-	27	-
Ashmore Group PLC.	3,89	7.041	-	27	-	27	-
Actelion LTD-REG	40,95	655	-	27	-	27	-
SOL MEDIA SA	6,95	3.851	-	27	-	27	-
JXX Oil & Gas Plc	3,66	7.296	-	27	-	27	-
Drax Group PLC	4,28	6.233	-	27	-	27	-
Technicas Reunidas SA	47,62	560	-	27	-	27	-
Industria Machine Automatic	14,64	1.807	-	26	-	26	-
Pierre & Vacances	60,38	434	-	26	-	26	-
Interserve PLC	2,68	9.755	-	26	-	26	-
Intesa Sanpaolo	2,03	12.738	-	26	-	26	-
Heineken Nv	36,69	698	-	26	-	26	-
Pirelli & C.	6,05	4.229	-	26	-	26	-
Parmalat SPA	2,05	12.261	-	25	-	25	-
Sainsbury (J) PLC	4,37	5.736	-	25	-	25	-
SGL Caribon SE	27,02	925	-	25	-	25	-
Thomas Cook Group Plc	2,20	10.906	-	24	-	24	-
Strabag SE-BR	20,50	1.163	-	24	-	24	-
European Aeronautic Defence	17,44	1.366	-	24	-	24	-

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Manz Automation AG	50,35	471	-	24	-	24	-
Portugal Telecom	8,38	2.825	-	24	-	24	-
Reed Elsevier Nv	9,26	2.546	-	24	-	24	-
Enterprise Inns PLC	1,37	17.033	-	23	-	23	-
William Demant Holding	55,28	419	-	23	-	23	-
Ansaldo STS SPA	10,72	2.151	-	23	-	23	-
Yara International Asa	43,27	526	-	23	-	23	-
Imperial Tobacco Group PLC	22,86	985	-	23	-	23	-
Belgacom SA	25,13	895	-	22	-	22	-
Cable & Wireless Communications	0,56	38.231	-	22	-	22	-
WM Morrison Supermarkets	3,11	6.799	-	21	-	21	-
Saff Group SA	27,55	753	-	21	-	21	-
Teleperformance	25,25	803	-	20	-	20	-
Esprinet SPA	5,53	3.641	-	20	-	20	-
Dixons Retail PLC	0,27	72.283	-	19	-	19	-
Carrefour SA	30,85	578	-	18	-	18	-
Orc Software AB	14,25	1.200	-	17	-	17	-
Diageo Plc	13,77	976	-	13	-	13	-
Velmax	10.790,15	1	10.790,15	11	(1)	10	-
LOTTOMATICA SPA	9,28	1.124	-	10	-	10	-
Schoolest, SGPS, S.A.	12,50	800	12,50	10	(10)	-	-
Fred Olsen Energy ASA	33,05	247	-	8	-	8	-
Michelin (CGDE) - B	53,70	138	-	7	-	7	-
Persimmon PLC	4,84	1.483	-	7	-	7	-
British Land Co Plc	6,09	1.080	-	7	-	7	-
Compagnie De Saint-gobain	38,50	169	-	7	-	7	-
DR DURHAM OVERSEAS FUND	42,26	154	-	7	-	7	-
Nearnet Ibérica, S.L.	6,01	1.000	6,01	6	(6)	-	(9)
Adecco SA-Reg	48,98	121	-	6	-	6	-
InovCapital-Sociedade de Capital de Risco, S.A.	4,99	1.000	4,99	5	-	5	-
PME Investimentos - Sociedade de Investimentos, S.A.	4,99	1.000	4,99	5	-	5	-
AGFA-GEVAERT NV	3,20	1.519	-	5	-	5	-
Equigerax	0,00	-	-	3	-	3	-
Locageste - Aluguer e Participações, Lda	-	-	-	2	-	2	-
Fenton Ventures & Resources INC	0,74	2.700	0,74	2	(2)	-	-
Etgorent - Aluguer e Comércio de Equipamentos e Serviços, S.A.	0,85	1.000	4,99	1	-	1	-
CCAM Porto Mos	-	-	-	-	-	-	-
ALC Leasing, S.A.R.L.	-	3.511	0,21	-	-	-	-
Nearnet - Aluguer e Comércio de Equipamentos, S.A.	-	1.000	17,51	-	-	-	-
Precore II - Beirão Pronto, S.A.	0,00	75	-	-	-	-	-
				160.261	(38.132)	122.129	1.793

BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS

INVENTÁRIO DE TÍTULOS CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros)

(Anexo I)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal Unitário (Euros)	Valor de Balanço (bruto)	Imparidade	Valor de Balanço (líquido)	Reserva de Justo Valor
Outros							
Swaps	0,00	-	-	1.100	-	1.100	-
Cheyne Special Situations Fund Inc.Class A1	89,09	3.860	166,84	344	-	344	-
Margem EUR/USD FX	0,00	-	-	303	-	303	-
Fundo BPI Imoimento Rendimento	5,62	19.111	-	107	-	107	-
Obrigações - BPI Rendimento Variável	1,00	32.500	-	33	-	33	-
Obrigações - BPI Rendimento Mais	1,00	30.000	-	30	-	30	-
BNY MELLON GL-GL H/Y B EU-C€	1,36	10.750	-	15	-	15	-
JPM GLBL HI YLD BD-B ACC €HD	162,46	90	-	15	-	15	-
Tesouraria - BPI Monetário	5,02	2.283	-	11	-	11	-
Fairfield Raven Credit Opportunities Fund Ltd.	153,39	59	817,02	9	-	9	-
Fundo BPI Reestruturações	7,78	982	-	8	-	8	-
Fundo BPI Brasil	7,36	750	-	6	-	6	-
Fundo BPI Energia 2009-2013	1,00	2.000	-	2	-	2	-
Fundo BPI Top Marcas	1,00	2.000	-	2	-	2	-
Fundo BPI Exposição Europa 2010-2013	1,00	1.000	-	1	-	1	-
Fundo Financieiras 2010-2013	1,00	1.000	-	1	-	1	-
Fundo Mercadorias 2010-2015	1,00	1.000	-	1	-	1	-
TOTAL (2)				512.725	(69.643)	443.082	(4.926)
TOTAL (1) + (2)				571.341	(92.497)	478.844	(4.977)

3. Relatórios e Pareceres às Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras individuais anexas do Banco Português de Negócios, S.A. (Banco ou BPN), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um activo total de 4.762.208 mEuros e capitais próprios negativos de 2.181.876 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 102.420 mEuros, as correspondentes demonstrações do rendimento integral, dos resultados, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respectivo Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto aos assuntos descritos no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos resposta aos nossos pedidos de confirmação de saldos por parte de alguns clientes do Banco relativos a depósitos mantidos e a títulos depositados no Banco, pelo que não nos é possível concluir, com a segurança necessária, sobre os montantes registados nestas rubricas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 9 abaixo, a posição financeira individual do Banco Português de Negócios, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como os correspondentes rendimento integral e resultado das suas operações, alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal (Nota 2).

Ênfases

6. As demonstrações financeiras individuais do Banco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentam capitais próprios negativos no montante de 2.181.876 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, que decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não foi concretizado com sucesso. No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Deste modo, a continuidade das operações do Banco está dependente do sucesso da concretização do modelo de recapitalização do Banco e do apoio financeiro do Estado Português.
7. Conforme descrito nas Notas 1 e 20 do Anexo, no âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalorem, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. No âmbito desta operação, o BPN prestou cartas-conforto à Parvalorem, S.A. e à Parups, S.A., válidas enquanto estas entidades sejam por si detidas, garantindo qualquer perda incorrida por estas, na medida do enriquecimento obtido por si e pelas suas filiais, na alienação daqueles activos, motivo pelo qual foram mantidas e/ou reforçadas as provisões e imparidades relativas aos activos alienados. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que estas entidades serão por este adquiridas durante o ano de 2011, de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade. Por esse motivo, nas suas demonstrações financeiras individuais, o BPN registou as participações detidas nas entidades acima mencionadas, na rubrica "Activos não correntes detidos para venda" ao abrigo da Norma IFRS 5.

8. Conforme descrito na Nota 40 do Anexo, encontram-se em curso diversos processos judiciais nos quais são reclamadas responsabilidades ao Banco cujo total ascende a cerca de 303.000 mEuros. Com base na opinião dos seus advogados internos e externos, o Conselho de Administração procedeu à constituição de provisões, que em 31 de Dezembro de 2010 ascendem a 27.491 mEuros, montante que corresponde à sua melhor estimativa das potenciais perdas a suportar pelo Banco. O desfecho final sobre estes processos encontra-se pendente da decisão final por parte dos tribunais competentes.
9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações em filiais e associadas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido de perdas por imparidade. O Banco preparou, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Lisboa, 28 de Abril de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Banco Português de Negócios, S.A.** (Banco ou BPN) as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo total de 4.762.208 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 2.181.876 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 102.420 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo às demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Tendo em consideração que até à data de conclusão do nosso trabalho não obtivemos resposta aos pedidos de confirmação externa de saldos de alguns clientes do Banco relativos a depósitos e a títulos depositados no Banco, não podemos formar opinião, com a segurança necessária, sobre os valores inscritos naquelas rubricas.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Português de Negócios, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

ÊNFASES

9. Em Janeiro de 2010, foi publicado o Decreto-lei nº2/2010 de 5 de Janeiro, que aprovou a operação de reprivatização do BPN, pela alienação de todas as acções detidas pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Embora o concurso público da reprivatização, que decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tenha sido concretizado com sucesso, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do accionista Estado de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como continuará a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Com referência a 31 de Dezembro de 2010, o BPN apresenta um capital próprio negativo de 2.181.876 milhares de euros, situação que põe em causa a continuidade das operações.
10. Conforme se encontra mencionado nas Notas 1 e 20 do Anexo às demonstrações financeiras, no âmbito das operações de preparação do processo de reprivatização, foram constituídas três sociedades veículo, detidas integralmente pelo BPN, as quais adquiriram, ao valor nominal, um conjunto de activos do balanço do BPN e de outras entidades por si



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

detidas, garantidos através de cartas-conforto, que justificaram a manutenção das provisões e imparidades que se encontravam registadas nas demonstrações financeiras do BPN na data da venda. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, de que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, ou de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhe pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras individuais as referidas participações na rubrica "Activos não correntes detidos para venda" ao abrigo da Norma IFRS 5.

11. O BPN apresenta também demonstrações financeiras consolidadas (que evidenciam um activo total de 7.016.646 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 2.141.278 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 126.643 milhares de euros) as quais reflectem de forma mais adequada a situação patrimonial e financeira do Grupo BPN.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

12. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2010.

LISBOA, 28 DE ABRIL DE 2011

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego

RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 do Banco Português de Negócios, S.A. e subsidiárias (“Banco” ou “BPN”), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um activo total de 7.016.646 mEuros e capitais próprios negativos de 2.141.278 mEuros, incluindo um resultado líquido consolidado negativo no montante de 126.643 mEuros, as Demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das alterações nos capitais próprios consolidados e dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quantos aos assuntos descritos no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método de equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. Até à data de conclusão do nosso trabalho, não obtivemos resposta aos nossos pedidos de confirmação de saldos por parte de alguns clientes do Banco relativos a depósitos mantidos e a títulos depositados no Banco, pelo que não nos é possível concluir, com a segurança necessária, sobre os montantes registados nestas rubricas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Português de Negócios, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras consolidadas do Banco, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentam capitais próprios negativos no montante de 2.141.278 mEuros, situação que põe em causa a continuidade das operações do Banco. Durante o exercício de 2010, o Estado Português, accionista do BPN, aprovou a reprivatização do Banco através do Decreto-Lei n.º 2/2010 de 5 de Janeiro. O concurso público da reprivatização, que decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não foi concretizado com sucesso. No entanto, apesar da reprivatização não ter sido concretizada, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como irá continuar a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Deste modo, a continuidade das operações está dependente do sucesso da concretização do modelo de recapitalização do Banco e do apoio financeiro do Estado Português.
7. Conforme descrito nas Notas 1 e 10 do Anexo, no âmbito do seu processo de recapitalização, o BPN constituiu, durante o exercício de 2010, as entidades Parparticipadas, SGPS, S.A., Parvalorem, S.A. e Parups, S.A., a quem alienou, ao valor nominal, um conjunto de activos que se encontravam no seu balanço e em outras entidades por si detidas em 30 de Novembro de 2010. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, directamente ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhes pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras consolidadas estes activos e passivos nas rubricas “Activos não correntes detidos para venda” e “Passivos não correntes detidos para venda”, respectivamente, ao abrigo da Norma IFRS 5.

8. Conforme descrito na Nota 42 do Anexo, encontram-se em curso diversos processos judiciais nos quais são reclamadas responsabilidades ao Banco e às suas subsidiárias cujo total ascende a cerca de 331.000 mEuros. Com base na opinião dos seus advogados internos e externos, o Conselho de Administração procedeu à constituição de provisões que, em 31 de Dezembro de 2010 ascendem a 33.785 mEuros, montante que corresponde à sua melhor estimativa das potenciais perdas a suportar pelo Banco. O desfecho final sobre estes processos encontra-se pendente da decisão final por parte dos tribunais competentes.

Lisboa, 28 de Abril de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Banco Português de Negócios, S.A.** (Banco ou BPN), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um activo total de 7.016.646 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 2.141.278 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 126.643 milhares de euros), as demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, de alterações no capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 6, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

6. Tendo em consideração que até à data de conclusão do nosso trabalho não obtivemos resposta ao pedido de confirmação externa de saldos de alguns clientes do Banco relativos a depósitos e a títulos depositados no Banco, não podemos formar opinião, com a segurança necessária, sobre os valores inscritos naquelas rubricas.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 6, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Português de Negócios, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

ÊNFASES

8. Em Janeiro de 2010, foi publicado o Decreto-lei nº2/2010 de 5 de Janeiro, que aprovou a operação de reprivatização do BPN, pela alienação de todas as acções detidas pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Embora o concurso público da reprivatização, que decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tenha sido concretizado com sucesso, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do accionista Estado de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como continuará a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas. Com referência a 31 de Dezembro de 2010, o BPN apresenta um capital próprio consolidado



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

negativo de 2.141.278 milhares de euros, situação que põe em causa a continuidade das operações.

9. Conforme se encontra mencionado nas Notas 1 e 10 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, no âmbito das operações de preparação do processo de reprivatização, foram constituídas três sociedades veículo, detidas integralmente pelo BPN, as quais adquiriram, ao valor nominal, um conjunto de activos do balanço do BPN e de outras entidades por si detidas. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, de que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, ou de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhe pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras consolidadas, estes activos e passivos, nas rubricas "Activos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda", respectivamente, ao abrigo da Norma IFRS 5.
10. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo, incluindo entidades de propósito especial (SPV). Para efeitos de formação da opinião expressa no presente documento, a nossa Sociedade obteve informação financeira das empresas que integram o perímetro de consolidação, bem como dos respectivos revisores/auditores.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

11. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2010.

LISBOA, 28 DE ABRIL DE 2011

OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo sócio Manuel de Oliveira Rego



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhor Accionista,

1. De acordo com o disposto nos artigos 420º e 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do **Banco Português de Negócios, S.A.** (adiante designado de BPN ou Banco), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.
2. A fiscalização do BPN compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão, conforme se encontra previsto na alínea b) do nº 1 do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21º do Decreto-Lei nº 5/2009 de 6 de Janeiro, que aprovou os Estatutos do Banco.
3. No âmbito das suas competências o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou os actos de gestão do Conselho de Administração, tendo acesso às actas das reuniões semanais realizadas por este órgão, e promoveu reuniões periódicas com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que integra a fiscalização do BPN e com os Auditores Externos do Banco.
4. O Conselho Fiscal vigiou ainda pela observância da Lei e dos Estatutos do BPN. No desenvolvimento dos trabalhos, foi obtida colaboração do Conselho de Administração e dos serviços do Banco, em termos de disponibilização das informações consideradas necessárias para a apreciação da actividade desenvolvida pelo BPN e sobre o modelo de reprivatização do Banco.
5. O Conselho Fiscal emitiu em 30 de Junho de 2010 um Parecer sobre a "Adequação e a Eficácia do Sistema de Controlo Interno do BPN e do Grupo BPN", nos termos do Aviso nº 5/2008, de 25 de Junho, do Banco de Portugal, onde alertou que o sistema ainda não era o adequado às necessidades do Banco e nem se podia garantir a sua total efectividade, embora, durante o último exercício, algumas das melhorias introduzidas pelo actual Conselho de Administração tenham permitido a resolução de algumas das fragilidades existentes e, desta forma, detectar um conjunto de deficiências que foram expressas no relatório sobre o sistema de controlo interno.



6. O Conselho Fiscal teve conhecimento e apreciou o conteúdo do Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o "Processo de Preparação e de Divulgação de Informação Financeira" (individual e consolidado) do BPN emitido em 30 de Junho de 2010.
7. O Conselho Fiscal alerta que o Banco apresenta um capital próprio individual e consolidado negativo, encontrando-se na situação prevista no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais e impossibilitado de cumprir as normas prudenciais que integram o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras. A continuidade das operações e o futuro da Instituição encontram-se dependentes de decisão do accionista Estado, nos termos do exposto no ponto seguinte, merecendo obviamente atenção o enquadramento que a situação decerto deve merecer do Banco de Portugal em termos regulatórios e providenciais..
8. Em Janeiro de 2010, foi publicado o Decreto-lei nº2/2010 de 5 de Janeiro, que aprovou a operação de reprivatização do BPN, pela alienação de todas as acções detidas pelo Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Embora o concurso público da reprivatização, que decorreu entre Setembro e Novembro de 2010, não tenha sido concretizado com sucesso, o Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do accionista Estado de que o modelo de recapitalização definido se irá manter, bem como continuará a apoiar económica e financeiramente o Banco e as suas participadas, pelo que a continuidade das operações está dependente do sucesso da concretização do modelo de recapitalização do Banco e do apoio financeiro do Estado Português.
9. No âmbito das operações de preparação ao processo de reprivatização, considerando o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-B/2010, de 16 de Agosto, e nos Despachos do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças n.º(s) 739/10 e 875/10, de 19 de Julho e 19 Agosto, respectivamente, foram constituídas três sociedades veículo, detidas integralmente pelo BPN, as quais adquiriram um conjunto de activos e respectivas imparidades do Grupo BPN, previamente seleccionados, conforme se encontra explicitado no Anexo 1 e 10 às Demonstrações Financeiras conforme se encontra explicitado nas notas 1 e 10 do Anexo às Demonstrações Financeiras. O Conselho de Administração do BPN recebeu indicações do seu accionista, de que estas entidades serão por si adquiridas durante o ano de 2011, ou de forma directa ou através de outra entidade pertencente ao Estado Português, incluindo os activos que lhe pertencem, pelo seu valor nominal e sem considerar o efeito de qualquer imparidade, tendo, por esse motivo, registado nas suas demonstrações financeiras individuais, as participações detidas nas entidades acima mencionadas, na rubrica "Activos não correntes detidos para venda" ao abrigo da Norma IFRS 5. Atendendo à complexidade da operação e materialidade dos valores envolvidos ainda com significativo impacto nas contas do BPN, o Conselho Fiscal continuará a acompanhar este processo no exercício de 2011.

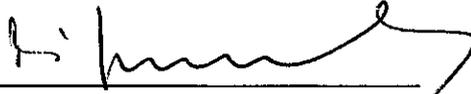
10. No período subsequente ao encerramento do exercício e no âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e as Contas (Individuais e Consolidadas) apresentadas pelo Conselho de Administração.
11. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do "Relatório Relativo ao Governo da Sociedade" que integra o Relatório e Contas do BPN, tendo verificado que apesar do mesmo cumprir, em termos genéricos, os princípios dirigidos às empresas detidas pelo Estado e relativos à divulgação de informação, constantes no anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março, estão identificadas algumas lacunas quanto ao integral cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da referida Resolução.
12. O Conselho Fiscal apreciou o conteúdo da "Certificação Legal das Contas" emitida pelo Revisor Oficial de Contas sobre as contas individuais e consolidadas e o "Relatório de Auditoria" (individual e consolidado) emitido pelos Auditores Externos (individual e consolidado), tendo obtido esclarecimentos sobre a amplitude e natureza das informações que constam nos referidos documentos.
13. **PARECER:**

Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2010, actividade individual e consolidada, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) pondere sobre a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão;
- c) proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

LISBOA, 29 DE ABRIL DE 2011

O CONSELHO FISCAL



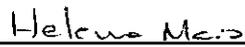
Pedro Rebelo de Sousa

(Presidente)



Carlos Durães da Conceição

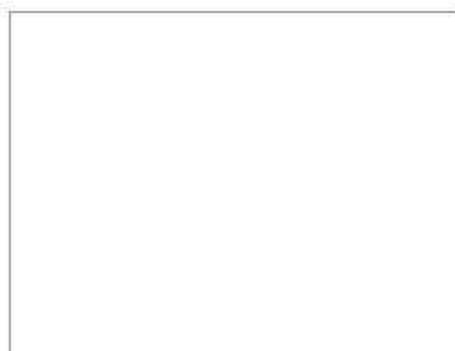
(Vogal)



Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos

(Vogal)

(Folha propositadamente deixada em branco)



Relatório relativo ao
Governo da Sociedade

3

1. Missão, objectivos e políticas da empresa

Na sequência da nacionalização, através da Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, de todas as acções representativas do capital social do BPN – Banco Português de Negócios S.A. (BPN), e designados os membros do seu Conselho de Administração pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., entidade a quem foi atribuída a gestão do Banco, a missão da empresa é a referida na lei da nacionalização, ou seja, a gestão do Banco, acautelando, designadamente, os interesses dos depositantes, os interesses patrimoniais do Estado e dos contribuintes e a defesa dos direitos dos trabalhadores, preparando a sua alienação ao sector privado.

Os objectivos e as políticas da empresa, por seu turno, são os que, no quadro de uma gestão sã e prudente, se afiguram susceptíveis de atingir e concretizar os interesses que presidiram à nacionalização, dos quais se destacam a adopção dos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, a rigorosa contenção de custos e a total cooperação com as autoridades judiciais competentes para investigar as questões criminais suscitadas pela gestão anterior da instituição.

2. Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

Em consequência da nacionalização, o BPN passou a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a reger-se, do ponto de vista institucional, pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, pelo Decreto-lei n.º 5/2009, de 06 de Janeiro e por novos estatutos. O BPN ficou ainda sujeito ao cumprimento dos princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, conforme disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro.

Do ponto de vista da actividade, o BPN rege-se no essencial pelas normas gerais e especiais aplicáveis à instituições de crédito, com destaque para o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), o Código dos Valores Mobiliários, as normas regulamentares emitidas pelo Banco de Portugal e pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e toda a legislação aplicável às sociedades anónimas, designadamente o Código das Sociedades Comerciais.

Dispõe ainda o BPN de um conjunto de normas internas publicadas na sua rede informática interna, com destaque para um sistema de Instruções de Serviço e para o Manual Geral de Compliance, normas que dispõem sobre o funcionamento e o exercício da actividade.

3. Informação sobre transacções relevantes com entidades relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do BPN todas as empresas controladas pelo Grupo BPN, os órgãos de gestão do Banco, o Estado Português (accionista), outras entidades controladas pelo mesmo accionista e o Fundo de Pensões do BPN.

Em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras do BPN SA incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

(milhares de Euros)

	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
<u>Activos:</u>				
Aplicações em instituições de crédito	-	-	812.904	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	1.263	-
Crédito a clientes	-	-	367.188	70
Outros activos	-	-	109.771	-
<u>Passivos:</u>				
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	105.159	-
Outros passivos	-	1.149.061	626.959	-
<u>Garantias prestadas</u>	-	-	31.525	-
<u>Proveitos:</u>				
Juros e rendimentos similares	-	-	1.559	-
Ganhos em operações financeiras	-	-	3.176	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	-
Outros proveitos de exploração	-	-	1.385	-
<u>Custos:</u>				
Juros e encargos similares	-	-	-	-
Perdas em operações financeiras	-	-	3.397	-
Comissões	7.603	-	-	-
Outros custos de exploração	-	433	-	481
	<u>7.603</u>	<u>1.149.494</u>	<u>2.064.286</u>	<u>551</u>

Em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações financeiras do BPN SA em base consolidada incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas:

(milhares de Euros)

	2010				
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Caixa Geral de Depósitos	Outras entidades do Estado Português	Associadas	Membros do Conselho de Administração
<u>Activos:</u>					
Aplicações em instituições de crédito	-	3.209	-	-	-
Títulos e Instrumentos Financeiros derivados de negociação	-	-	-	76	-
Crédito a clientes	-	-	30.174	4.570	70
Outros activos	262	-	-	8.382	-
<u>Passivos:</u>					
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	3.828	4	-
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.099.270	-	-	-
Outros passivos	2.396	1.149.000	792.617	115	-
<u>Garantias prestadas</u>	2.140	-	-	81	-
<u>Proveitos:</u>					
Juros e rendimentos similares	-	-	-	168	-
Rendimentos de serviços e comissões	-	-	-	43.182	-
Outros proveitos de exploração	-	-	-	669	-
<u>Custos:</u>					
Juros e encargos similares	-	58.971	4.001	-	-
Comissões	7.337	3.548	-	1	-
Outros custos de exploração	-	433	51	3	481
	<u>12.135</u>	<u>4.314.431</u>	<u>830.671</u>	<u>57.251</u>	<u>551</u>

4. Informação sobre outras transacções

O BPN adopta procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, tratando com equidade os fornecedores de bens e serviços e adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Na aquisição de bens e serviços, em 2010, o BPN consultou diversos fornecedores de forma a obter a melhor relação preço qualidade. As propostas apresentadas pelos fornecedores são analisadas quer do ponto de vista financeiro como do ponto de vista da qualidade dos bens e serviços propostos, permitindo assim reunir informação que leve à melhor decisão sobre a escolha a tomar.

As despesas são autorizadas de acordo com competências delegadas, previstas em normativo próprio.

Não existem transacções em 2010 que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Os fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos em 2010 são:

			(valores em euros)
4.497.986	7%	PT PRIME-SOL.EMPRESA.TELECOMUNICACOES,S.A.	
3.946.786	6%	SIBS-SOCIEDADE INTERBANCARIA DE SERVIÇOS, S.A.	

5. Indicação do modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

O modelo de governo do BPN é composto pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não é membro do Conselho Fiscal.

Os membros dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos.

- 5.1.** A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os Estatutos lhe atribuem competência, competindo-lhe, em especial, deliberar sobre as matérias previstas no artigo 13º, número 2 dos Estatutos.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.

Actualmente, a composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:

Presidente: Miguel Galvão Teles

Secretário: Joaquim Paulo Taveira de Sousa.

- 5.2.** O Conselho de Administração tem as atribuições que lhe são genericamente conferidas por lei e as demais atribuições que lhe estão cometidas pelos Estatutos, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 15º dos Estatutos.

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de 3 e um máximo de 11 elementos, sendo um deles designado Presidente e outro Vice-Presidente.

Actualmente, o Conselho de Administração tem a seguinte composição:

Presidente: Francisco Manuel Marques Bandeira
Vice-Presidente: Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Vogais:
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso
Rui Manuel Correia Pedras
José Lourenço Soares
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar
Jorge António Beja Pessoa.

5.3. O Conselho Fiscal tem as atribuições constantes da lei, competindo-lhe, em especial, o exercício dos poderes referidos no artigo 22º dos Estatutos.

O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, dois Vogais efectivos e dois suplentes.

Actualmente, a composição do Conselho Fiscal é a seguinte:

Presidente: Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
Vogais efectivos:
Carlos Manuel Durães da Conceição
Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos
Vogais suplentes:
Luís Miguel Silva Ribeiro
Ana Beatriz Azevedo Dias Antunes Freitas.

5.4. A sociedade de Revisores Oficiais de Contas tem as atribuições decorrentes da lei, competindo-lhe, em especial, os poderes referidos no artigo 22º dos Estatutos.

Actualmente, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a sociedade "Oliveira Rego & Associados, SROC", representada por Manuel de Oliveira Rego, e o Revisor Oficial de Contas suplente é Pedro Miguel Marques Antunes Bastos.

5.5. O Auditor Externo é a sociedade "Deloitte & Associados, SROC, S.A."

5.6. Actualmente, existem os seguintes órgãos especializados em que participam membros do Conselho de Administração: i) Conselho Delegado de Crédito e ii) Conselho Delegado de Crédito Alargado, com competências na área do crédito, definidas em regulamento interno e em deliberação do Conselho de Administração.

6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Esta informação consta de documento anexo ao Relatório.

7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

- Enquadramento geral:

Relembrando alguns aspectos referidos no último exercício, relativos ao enquadramento do projecto de Sustentabilidade consideramos que, encarar a sustentabilidade de uma forma estratégica implica construir sistemas, processos e uma estrutura coerente com os objectivos globais do BPN. Implica inserir gradualmente a sustentabilidade na gestão diária e envolver os colaboradores em todo este processo, com um forte envolvimento por parte da Administração.

Foi nesta óptica, que o Grupo BPN desenvolveu um conjunto de acções que culminaram na elaboração de uma estratégia de sustentabilidade. O objectivo subjacente foi o de incorporar a sustentabilidade no modelo de governo do BPN e do Grupo, tendo por base as seguintes linhas estratégicas:

- A gestão do impacto ambiental indirecto através da integração das questões ambientais e sociais no core business;
- A gestão do impacto ambiental directo através da incorporação das questões ambientais e sociais na gestão operacional;
- Incorporação dos aspectos sociais e ambientais no relacionamento com a comunidade envolvente, praticando a filantropia estratégica.

Contudo, a inserção da sustentabilidade ao nível estratégico implica o desenvolvimento de uma estrutura que promova e que seja responsável pela implementação da estratégia, desenvolvendo acções visando garantir que os aspectos ambientais, sociais, bem como os valores e princípios de orientação do BPN e do Grupo sejam acautelados nas acções quotidianas. Para o efeito, no arranque do projecto (2007), foram constituídos grupos de trabalho transversais com a finalidade de propor e implementar medidas, de forma a cumprir os objectivos estratégicos. As mudanças entretanto ocorridas na organização provocaram rupturas no funcionamento dos referidos grupos, com reflexos no normal desenvolvimento da sua actividade.

Também as conhecidas circunstâncias da evolução da actividade e negócios do BPN, as limitações quanto a definições estruturais e a necessidade de racionalização de recursos face à sua manifesta escassez, não permitiram desenvolver iniciativas nem estabelecer compromissos em matéria de sustentabilidade.

Assim sendo, o Modelo e Estratégia de Sustentabilidade bem como os compromissos da empresa para com o Desenvolvimento Sustentável e o respectivo Plano de Acções devem ser clarificados de forma a adequar a nova Missão e Projecto de Negócio que vierem a ser definidos para o Banco.

Os mapas criados para sistematizar a recolha e tratamento da informação sobre as diversas formas de intervenção na sociedade, consumos de energia, água, consumível informático, outros consumíveis, CO2 na frota automóvel, recursos humanos, continuaram a ser actualizados com a informação disponível, que deverá porém, ser aperfeiçoada e acompanhada de critérios de avaliação da performance em função dos objectivos que vierem a ser estabelecidos.

- Responsabilidade social:

- Colaboradores

Ao nível interno, salienta-se que 99,7% dos colaboradores estão abrangidos por Instrumentos de Regulamentação de Trabalho, que estabelecem regras e procedimentos em matéria de relações laborais, como complemento da legislação geral em vigor.

Abaixo registamos alguns indicadores que ilustram aspectos essenciais relativos aos Recursos Humanos no triénio de 2008-2010.

BPN SA - ALGUNS INDICADORES DE CAPITAL HUMANO

RUBRICA	2008	2009	2010
Total de efectivos	1876	1726	1626
Taxa de crescimento efectivo	0,00%	-8,0%	-5,8%
Efectivo médio	1899	1801	1676
Regime de contrato			
Com contrato a termo certo	195	95	47
Com contrato sem termo (efectivo)	1670	1618	1572
Outros	11	13	7
Nível de Habilitações literárias			
Ensino Superior	849	794	754
Ensino Secundário	831	730	699
Outros	196	202	173
Estrutura Etária dos colaboradores			
> 55 anos	38	50	51
de 50 a 54 anos	67	77	89
de 45 a 49 anos	146	171	189
de 40 a 44 anos	299	306	324
de 35 a 39 anos	434	461	461
de 30 a 34 anos	519	459	407
de 25 a 29 anos	323	187	98
de 18 a 24 anos	50	15	7

RUBRICA	2008	2009	2010
Distribuição por sexos			
Masculino	1167	1076	1003
Feminino	709	850	623
Taxa de Absentismo	3,29%	4,81%	5,72%
Participantes nas acções de formação	2681	2140	2206
Hs dispendidas em acções de formação	46229	22884	8415
Taxa de Hs de Formação	1,40%	0,74%	0,27%
Nº de acções de formação	195	166	108
Custos com acções de formação	521.158,00 €	317.732,00 €	94.733,80 €
Distribuição por Actividade			
Área Comercial	1205	1083	1034
Serviços centrais	671	643	592
Distribuição por Função			
Quadros superiores	130	132	122
Outros	1748	1594	1504

Do conjunto dos indicadores, destaca-se o seguinte:

- Face a elevada taxa de rotação de saídas dos contratados a prazo e restrições nas admissões ocorrida nos últimos dois anos, neste momento 97% dos colaboradores pertencem aos quadros efectivos da empresa;
- Cerca de 46% dos colaboradores tem formação académica de nível superior e 60% da população activa interna tem menos de 40 anos, aspectos que reflectem o bom potencial humano existente ao nível da sua formação de base e nível etário;
- Por outro lado, mantém-se a mesma relação equilibrada na distribuição por género, repartido por 62% do género masculino e 38% do género feminino;
- A taxa de absentismo tem vindo a sofrer uma evolução negativa nos últimos anos, situando-se em 2010 nos 5,72% das horas trabalháveis, o que representa um agravamento de 18,9% em relação ao ano anterior.

Em 2010, a formação continuou a ser orientada essencialmente para aspectos críticos do negócio e particularmente dirigida à rede comercial do BPN, salvaguardando rigor nos critérios de selecção das acções face a necessidade de contenção no investimento, reflectido aliás, no abrandamento significativo da actividade formativa (-70,18% de encargos com a formação) e no consequente decréscimo acentuado da taxa de horas de formação (0,27%).

Contudo, do seu conjunto, importa salientar as seguintes iniciativas:

- Acções de formação sobre o produto/serviço Netpay, destinada aos Gestores de Negócio e Rede Comercial, designadas por “Flash Netpay”, realizadas na sequência do processo de implementação da Certificação do serviço Netpay, de acordo com a norma ISO 9001:2010, que envolveram 765 colaboradores;
- Acções de formação concertadas com o Gabinete de Compliance, em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, tendo como destinatários 925 colaboradores da rede comercial e alguns serviços de Back-Office;
- Acções de formação sobre “O conhecimento da Nota de Euro” assegurado pelo Banco de Portugal em parceria com o Instituto de Formação Bancária, na metodologia de e-learning e que envolveu 376 colaboradores.

Para além das referidas iniciativas, realizaram-se também acções relacionadas com o novo modelo contabilístico, acções de formação exclusivamente destinada a área de auditoria interna, bem como participações individuais em acções de formação externa.

- Intervenção na Comunidade

O contexto do negócio e as dificuldades existentes, também se reflectiram negativamente na capacidade de intervenção da empresa na Comunidade.

Neste sentido não há iniciativas em matéria de donativos, patrocínios, parcerias ou acções de voluntariado, em prol da comunidade local, regional ou nacional, que justifiquem referência ou destaque.

- Desenvolvimento sustentável:

Em 2010 não existiram novas iniciativas de carácter ambiental, económico ou social que representem um incremento em matéria de sustentabilidade, salvo situações pontuais, como será o caso do processo de Certificação de Qualidade Netpay, que mais adiante se destaca.

Do conjunto da informação recolhida junto de diversas áreas, apresentamos alguns indicadores e informação relativa aos aspectos, que se enquadram na Sustentabilidade Empresarial, grande parte dos quais na continuidade de processos iniciados nos anos anteriores.

- Satisfação dos Clientes:

A satisfação dos Clientes constitui uma prioridade do BPN. Seguidamente apresentamos dois aspectos ilustrativos desta preocupação, relativos a gestão das reclamações e promoção de um serviço de qualidade.

Em matéria do relacionamento com os Clientes, o BPN dispõe de um Gabinete de Provedoria do Cliente que tem como missão contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo BPN. Este Gabinete é o canal de comunicação privilegiado para as reclamações, preocupações e pedidos de informação dos clientes, competindo-lhe dar *feedback* dos procedimentos, produtos e serviços.

No desenvolvimento da sua actividade, em 2010 foram constituídos 867 processos, dos quais 862 relativos a reclamações e 5 respeitantes a pedidos de informação, o que representou um decréscimo de cerca de 36,7% em comparação com o ano anterior.

Também no âmbito da Satisfação do Cliente, para garantir um serviço de excelência, reter os já existentes e conquistar novos Clientes para a rede de pagamento automático Netpay, iniciamos no 2º semestre de 2010 a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade através da certificação do serviço Netpay de acordo com a norma internacional ISO 9001:2008, sendo definidos os seguintes objectivos gerais:

- Melhorar continuamente o serviço Netpay
- Apresentar propostas competitivas e ajustadas as necessidades dos Clientes
- Desenvolver parcerias duradouras com os Clientes e Fornecedores
- Maximizar a eficiência de todos os processos
- Gerar valor para o accionista

Para o efeito foram implementados novos processos de gestão, revistos os manuais e realizada uma pré-auditoria pela empresa nossa parceira no projecto ao qual se seguiu uma auditoria externa realizada por uma empresa acreditada pelo IPQ.

Foram também realizadas dois tipos de formação, uma junto dos Gestores de Negócio, com 15 participantes e um total de 60 horas e 60 acções de multiplicação pela rede comercial com 750 participantes e um total de 1500 horas.

Destacamos também a realização periódica de inquéritos junto dos Novos Aderentes iniciados a partir de Agosto de 2010, cujos resultados apontam para um nível de satisfação global superior a 80%, nos seguintes aspectos essenciais:

- Processo de adesão considerado Bom ou Muito Bom
- Recomendariam a Rede Netpay a outros Clientes
- Equipamento disponibilizado satisfaz

Finalmente, referimos que paralelamente com a realização de inquéritos de satisfação, a empresa aposta no tratamento e análise sistemática das reclamações efectuadas ao nível da Rede Netpay e no follow-up das medidas adoptadas com vista à sua regularização, de modo a garantir a melhoria dos serviços prestados pelo BPN, bem como pelos fornecedores envolvidos na disponibilização do serviço.

- Apoios creditícios a empresas com relevância ambiental

O contributo da empresa no âmbito do desenvolvimento sustentável, também se manifesta nos apoios creditícios a entidades que contribuem positivamente para a valorização ambiental e/ou social, através dos projectos/actividade que desenvolvem.

Neste sentido, ao longo de 2010 identificamos na carteira de crédito, 9 empréstimos com relevância ambiental que representam nichos de mercados onde o BPN já possui uma presença importante.

Estes empréstimos, com responsabilidades actualmente assumidas no BPN totalizam 16 Milhões de Euros.

Os apoios distribuem-se pelos mais variados ramos de actividades, desde Associações Municipais de recolha e tratamento de resíduos, tratamento de águas, produção de biocombustível, indústrias com aproveitamento de resíduos de construção e demolição, reciclagem de embalagens, engenharia e consultadoria ambiental, etc..

As empresas que beneficiaram de apoio financeiro correspondem a manutenção dos apoios já concedidos nos últimos anos, existindo em 2010 alguns reforços de concessões.

- Sustentabilidade vs Risco Operacional:

O Sistema de Gestão e Medição do Risco Operacional implementado pelo Grupo BPN tem como objectivo a prevenção, mitigação e gestão do risco. O sistema comporta, na sua matriz de riscos, alguns riscos relacionados com a Sustentabilidade.

A Gestão do Risco Operacional, dada a sua amplitude, contribui também para a minimização de impactos negativos sociais e ambientais, concretizada através da mitigação de importantes riscos com potenciais impactos nessas áreas.

Com o objectivo de aumentar a eficiência organizacional e o nível de controlo interno, o Gabinete de Risco Operacional desenvolveu, na aplicação de registo de eventos, uma funcionalidade que permitiu desmaterializar o tratamento de um vasto número de assuntos internos, implicando uma significativa redução no consumo de papel por parte da organização e nos impactos decorrentes da circulação de documentos entre serviços com diferentes localizações. Durante o ano de 2010 foram registadas nesta funcionalidade cerca de 21.800 Notas Internas.

- Impacto Ambiental directo na actividade:

Para influenciar a melhoria futura da performance ambiental será necessário investir em novas tecnologias, processos e sistemas enquadrados na opção da empresa em matéria de Política Ambiental interna.

Apesar disso, salientamos a evolução positiva nos consumos e tratamento (recolha) de resíduos, que apresentamos nos quadros seguintes.

Consumo de Materiais (*)	2008	2009	2010	% Var.
Papel total (em toneladas)	314	198	194	-2,10%
Toners/tinteiros (em unidades)	3.933	4.327	3.529	- 18,44
Plásticos (em kg)	4.742	3.565	3.083	-13,52%

Em termos de evolução do consumo de materiais, manteve-se a tendência de redução no consumo do papel (-2,10%) , consumíveis informáticos (-18,44) e plásticos (-13,52%).

Recolha de Resíduos (*)	2008	2009	2010	% Var.
Papel e cartão (em toneladas)	50,15	67,60	78,56	16,2%
Componentes (em Kg)	1.098	1.102	1.023	- 7,2%
Plásticos (em kg)	1.344	3.111	6.382	105,2%

(*)- infª agregada p/ área de aprovisionamento

Mantivemos o processo de recolha de papel através da instalação de contentores de recolha em todos os locais da empresa e continuamos o processo de recolha de resíduos de plásticos iniciado em 2008, bem como de outros resíduos (consumíveis informáticos). A preocupação ambiental também é reflectida na procura de meios de eliminação de outros resíduos potencialmente recicláveis independentemente do seu nível de toxicidade (equipamentos, artigos compostos, etc.).

Água, Energia e CO2 (**)	2008	2009	2010	% Var.
Água (em m3)	19.167	18.299	17.368	-5,09%
Energia (em Kwh)	8.270.714	8.289.049	7.545.991	-8,96%
CO2 (em ton. p/viatura)	3,71	3,39	3,36	-0,91%

(**)- infª agregada p/ área de logística/instalações

Pela evolução dos indicadores do quadro acima, constatamos uma tendência de diminuição do consumo dos três factores considerados – água, energia e CO2 (viaturas).

8. Viabilidade do cumprimento dos Princípios do Bom Governo (RCM n.º 49/2007, de 28 de Março), devidamente fundamentada

Com a nacionalização da totalidade do seu capital o BPN assumiu a natureza de empresa pública, ficando em consequência a estar sujeito aos Princípios de Bom Governo do Sector Empresarial do Estado adoptados pela Resolução do Conselho de Ministros 49/2007, de 28 de Março de 2007.

A alteração dos Estatutos do BPN, ocorrida em 6 de Janeiro de 2009 com a publicação do Decreto-Lei nº 5/2009, veio conformar os estatutos do BPN com a sua natureza de sociedade de capitais exclusivamente públicos. No essencial, foram introduzidas alterações ao nível do modelo de fiscalização, passando o Banco a dispor de um conselho fiscal e de revisor oficial de contas, em lugar de um fiscal único, e foi eliminada a figura do conselho superior. No demais, foram adoptadas as soluções jurídicas constantes do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que veio introduzir exigências acrescidas de rigor, de eficiência e de transparência na actividade empresarial de natureza pública.

Desde a sua nacionalização, o BPN é gerido pelo actual Conselho de Administração, designado pela Caixa Geral de Depósitos e pelo accionista único – O Estado Português, que tem procurado conhecer exaustivamente a real situação do Banco, por forma a garantir a sua viabilidade e futuro.

Foram nomeados novos auditores e órgãos de fiscalização e progressivamente, levada a efeito uma reestruturação dos serviços. Está também em curso um rigoroso programa de redução de custos de funcionamento e tem sido prosseguida uma política de formação do pessoal e sua sensibilização para as novas características do Banco.

Nesse sentido, a missão, objectivos e princípios gerais de actuação definidos pelo actual Conselho e Administração do BPN estão condicionados.

O BPN tem vindo a tomar todas as medidas no sentido de assegurar o integral cumprimento das orientações e princípios de bom governo constantes da Resolução de Conselho de Ministros nº49/2007 de 28 de Março de 2007, assinalando-se no quadro seguinte os pontos que, ainda, evidenciam lacunas na respectiva observância:

PBG	RECOMENDAÇÕES
Missão, Objectivos e Princípios Gerais de Actuação	- Obrigação de cumprimento, respeito e divulgação, da missão, objectivos e políticas, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da colectividade – título II – nº 7 RCM
Estruturas de Administração e Fiscalização	- Emissão de relatório de avaliação de desempenho anual dos gestores executivos e de avaliação global das estruturas e mecanismos de governo em vigor pela empresa, efectuado pelos membros do órgão de fiscalização – título II – nº 17 RCM - Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e activos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa – título II – nº 19 RCM
Divulgação de informação relevante	- Disponibilizar para divulgação no sítio das empresas do Estado, de forma clara, relevante e actualizada, toda a informação antes enunciada, a informação financeira histórica e actual da empresa e a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais – título II – nº 25 e 26 RCM

9. Existência de Código de Ética

O BPN dispõe de um código de conduta que cumpre o disposto no artigo 77º-B do RGICSF, disponível na sua página na internet:

<http://www.bpn.pt/eportal/v10/PT/asp/oBpn/gpc/conduta/index.aspx>

O código de conduta estabelece as linhas de orientação em matéria de ética profissional para todos os colaboradores ao serviço do Banco, constituindo igualmente uma referência para o público no que respeita ao padrão de conduta exigível ao BPN no seu relacionamento com terceiros.

10. Informação sobre a existência de um sistema de controlo compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus activos, o qual deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à sua actividade, o BPN tem vindo a desenvolver políticas e procedimentos específicos que visam uma avaliação, acompanhamento e controlo dos diferentes tipos de risco (de crédito, de mercado, de taxa de juro, de taxa de câmbio, de liquidez, de *compliance*, operacional, dos sistemas de informação, de estratégia e de reputação, bem como outros riscos que se possam revelar materiais).

A função de gestão de riscos no BPN é coordenada pelo *Chief Risk Officer* e assenta nas seguintes cinco áreas principais:

- i) Risco de Contraparte (Direcção Internacional);
- ii) Risco de Crédito (Direcção de Análise de Risco);
- iii) Risco de Mercado (Unidade de Riscos de Mercado);
- iv) Risco Operacional (Gabinete de Risco Operacional);
- v) Risco de Compliance (Gabinete de Compliance).

Cada uma destas áreas dispõe de uma estrutura organizativa própria que atende à natureza, dimensão e complexidade das actividades desenvolvidas pelo BPN e que desempenha as suas competências de forma objectiva e independente relativamente às restantes áreas funcionais.

11. Identificação dos mecanismos adoptados com vista à prevenção de conflitos de interesses

Decorre do ponto 22 da RCM nº 49/2007 que os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas e que no início de cada mandato, e sempre que se justificar, devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, susceptíveis de gerar conflitos de interesse.

Assim, os membros do Conselho de Administração do BPN:

- Cumprem as disposições legais relativas à comunicação de cargos exercidos em acumulação
- Respeitam as normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos
- Respeitam as normas relativas à comunicação de participações e interesses patrimoniais à Inspeção-Geral de Finanças

Nesta matéria, o BPN cumpre estritamente o disposto nos artigos 85º e 86º do RGICSF. Além disso, obedece às regras relativas à declaração de interesses, bem como ao regime de incompatibilidades e impedimentos definido no “Estatuto do Gestor Público” (Decreto-Lei nº 71/2007).

12. Explicitação fundamentada da divulgação de toda a informação actualizada prevista na RCM n.º 49/2007, de 28 de Março

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)		X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia		X		
Ficha Síntese da empresa		X		
Identificação da Empresa: Missão, objectivos, políticas, obrig., serv. público e modelo de financiamento		X		
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais: Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)		X		
Estatuto remuneratório fixado		X		
Remunerações auferidas e demais regalias		X		
Regulamentos e Transacções: Regulamentos Internos e Externos		X		
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)		X		
Outras transacções		X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		X		
Avaliação do cumprimento dos PBG		X		
Código de Ética		X		
Informação Financeira histórica e actual		X		
Esforço Financeiro do Estado		X		

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama		X		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo: Identificação dos órgãos sociais	X	X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA		X		
Identificação de comissões existentes na sociedade		X		
Identificar sistemas de controlo de riscos		X		
Remuneração dos órgãos sociais		X		
Regulamentos Internos e Externos		X		
Transacções fora das condições de mercado		X		
Transacções relevantes com entidades relacionadas		X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		X		
Código de Ética		X		
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

Esta informação encontra-se disponível em:

<http://www.bpn.pt/eportal/v.10/PT/asp/o Bpn/quem Somos/index.aspx>

13. Anexo relativo à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

REMUNERAÇÕES 2010

Conselho Administração

<u>Mandato</u>	Presidente Dr. Francisco Bandeira	Vice-Presidente Dr. Norberto Rosa	Vogal Dr. Pedro Cardoso	Vogal Dr. Rui Pedras	Vogal Dr. Jorge Pessoa	Vogal Dr. Lourenço Soares	Vogal Dr. Mário Gaspar
----------------	-----------------------------------	-----------------------------------	-------------------------	----------------------	------------------------	---------------------------	------------------------

1. Remuneração (Valores Anuais)

1.1. Remuneração Base/Fixa	0,00€	0,00€	0,00€	231.504,00€	231.504,00€	231.504,00€	231.504,00€
1.2. Acumulação de funções de gestão	61.493,60€	50.642,20€	50.642,20€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1.3. Prémios de Gestão	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
1.4. Outras (Complemento de Equadramento)	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

2. Outras regalias e compensações

2.1. Gastos de utilização de telefones (apenas móveis) e Placas B.L.	973,49€	251,86€	0,00€	2.254,76€	1.080,22€	496,30€	1.101,53€
2.2. Valor de aquisição/renda da viatura de serviço/Mês	0,00€ (**)	0,00€	0,00€	1.933,53€	1.885,56€	1.885,56€	1.885,56€
2.3. Valor de Combustível gasto c/viatura serviço/Ano	775,09€	0,00€	0,00€	1.649,80€	2.633,81€	618,49€	1.219,39€
2.4. Subsídio de deslocação	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2.5. Subsídio de refeição	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
2.6. Outros (identificar detalhadamente)	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

3. Encargos com benefícios sociais

3.1. Segurança social obrigatório (***)	0,00€	0,00€	0,00€	14.966,14€	54.982,20€	0,00€	0,00€
3.2. Seguro de saúde	0,00€	0,00€	0,00€	1.184,28€	0,00€	0,00€	0,00€
3.3. Seguro de vida	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
3.4. Outros (identificar detalhadamente)	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€

4. Informações Adicionais

4.1. Opção pelo vencimento de origem (s/n)	N	N	N	N	N	N	N
4.2. Regime segurança social	CGA	FP BdP	CGA	Segurança Social	Segurança Social	CGA	FP IFAP
4.3. Ano de aquisição de viatura pela empresa	2008	N	N	N	N	N	N
4.4. Exercício de funções remuneradas fora grupo	N	N	N	N	N	N	N
4.5. Outras (identificar detalhadamente)	N	N	N	N	N	N	N

(*) Administradores em regime de acumulação, com funções no Conselho de Administração da CGD. Trata-se de remunerações complementares fixadas por deliberação social unânime do accionista, ao abrigo do nº 3 do artigo 11º do regime jurídico de apropriação pública por via de nacionalização, aprovada pela lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro.

(**) O Administrador Francisco Bandeira tem uma viatura atribuída que é propriedade do BPN, não existindo, conseqüentemente, qualquer renda. Valor do seguro anual é € 3.357,28.

(***) Os Administradores oriundos da CGD mantêm os seus descontos para os respectivos regimes de segurança social, sendo a respectiva retenção e entrega processada pela CGD.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Miguel Galvão Teles	€ 720,00 (*)
Secretário	Joaquim Paulo Taveira de Sousa	€ 400,00 (*)

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa	€ 67.769,38 a)
Secretário	Carlos Manuel Durães da Conceição	€ 30.157,97 b)
	Maria Helena Maio Ferreira de Vasconcelos	€ 50.827,00 a)

Revisores Oficiais de Contas

Empresa	Oliveira Rego & Associados, SROC	€ 86.100,00 c)
---------	----------------------------------	----------------

(*) Atribuição de senhas de presença, por cada reunião em que participem

a) - Inclui retroactivo a Novembro e Dezembro de 2009.

b) - Início de processamento em Maio de 2010

c) - O valor indicado não inclui IVA